

ANA CRISTINA DE LIMA MOREIRA

**EDUCANDÁRIO  
SANTA TERESINHA**  
CONGREGAÇÃO DAS FILHAS  
DO AMOR DIVINO

FCST

# **NAS TEIAS DA EDUCAÇÃO ELITIZADA, OS FIOS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA AS PESSOAS POBRES**

*Congregação das Filhas do Amor  
Divino no Nordeste brasileiro, 1925-1980*



# NAS TEIAS DA EDUCAÇÃO ELITIZADA, OS FIOS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA AS PESSOAS POBRES

*Congregação das Filhas do Amor  
Divino no Nordeste brasileiro, 1925-1980*



Esta obra, fruto de uma profunda pesquisa realizada pela Professora Ana Cristina de Lima Moreira, leva o leitor a acompanhar uma viagem fascinante, protagonizada por uma jovem camponesa alemã chamada de Francisca Lechener. Trata-se de uma Odisseia iniciada em Edling, Alemanha, sua terra natal, passando pela Áustria onde a jovem camponesa fundou a Congregação das Filhas do Amor Divino, através da qual dedicou-se à evangelização e a educação em vários países e se encerra com a descrição da sua atuação no Nordeste brasileiro, através das religiosas da sua Congregação. A pesquisa sobre esse episódio particular resultou na tese de doutorado intitulada “Nas teias da educação elitizada, os fios de inclusão social para as pessoas pobres”. Aliando o pertencimento da pesquisadora que dedicou anos da sua vida ao trabalho como professora e coordenadora naquela instituição ao rigor acadêmico exigido pelo doutorado em Ciências da Religião, cada página desse livro descortina um pouco do fio tecido pelas seguidoras da Madre Francisca Lechener em Assu, Currais Novos, Caicó, Areia Branca e Natal (Rio Grande do Norte), Patos (Paraíba) e Palmeira dos Índios (Alagoas). A obra descreve o percurso das religiosas em cada uma das cidades nordestinas, onde criaram e mantêm colégios, tornando-se referenciais do trabalho iniciado na Áustria e difundido pelo mundo onde as Filhas do Amor Divino atuam. Ana Cristina escreve com a propriedade dos grandes pesquisadores e com o coração dos educadores forjados no ideal de “fazer o bem, alegrar, tornar feliz e conduzir ao céu” criado, defendido e propagado pela Madre Francisca Lechener. Assim, esta teia une relatos de fé, determinação, coragem, história, pertencimento e compromisso social.

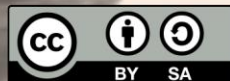
**Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

ISBN 978-65-81450-07-6



OLYVER  
www.editoraolyver.org



NAS TEIAS DA EDUCAÇÃO  
ELITIZADA, OS FIOS DE  
INCLUSÃO SOCIAL PARA AS  
PESSOAS POBRES:

*Congregação das Filhas do Amor Divino  
no Nordeste brasileiro, 1925-1980*

# DIREÇÃO EDITORIAL

---

**Maria Camila da Conceição**

## COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

---

**Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL

**Prof. Dr. Edson Hely Silva**

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

**Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo**

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE

**Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Profª. Francisca Maria Neta**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL

**Profª Drª. Betijane Soares de Barros**

Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)  
Absoulute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

**Profª Drª. Andrea Marques Vanderlei Ferreira**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Profª Drª. Laís da Costa Agra**

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

**Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Profª Drª. Nara Salles**

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

**Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

**Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar**

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

**Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo**

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

ANA CRISTINA DE LIMA MOREIRA

NAS TEIAS DA EDUCAÇÃO  
ELITIZADA, OS FIOS DE  
INCLUSÃO SOCIAL PARA AS  
PESSOAS POBRES:

*Congregação das Filhas do Amor Divino  
no Nordeste brasileiro, 1925-1980*

Maceió-AL  
2019

  
OLYVER

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Maria Camila da Conceição  
**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira  
**DESIGNER DE CAPA:** Jeamerson de Oliveira  
**IMAGEM DE CAPA:** Fotografia de Ana Cristina de Lima Moreira

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2019 Editora Olyver  
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05  
Antares, Maceió - AL, 57048-230  
[www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org)  
[editoraolyver@gmail.com](mailto:editoraolyver@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S331p

MOREIRA, Ana Cristina de Lima

Nas Teias da Educação Elitizada, os fios de Inclusão Social para as pessoas pobres: Congregação das Filhas do Amor Divino no Nordeste Brasileiro, 1925-1980. [recurso digital] / Ana Cristina de Lima Moreira. – Maceió, AL: Editora Olyver, 2019.

ISBN: 978-65-81450-07-6

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Inclusão Social. 2. Práticas Socioeducativas. 3. Igreja Católica. 4. Educação e Pastoral Católicas. 5. Sociedade Nordestina. I. Título.

CDD: 981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

## AGRADECIMENTOS

---

A Deus.

Ao meu orientador Professor Dr. Pe. Luíz Alencar Libório. À Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), ao programa de bolsa CAPES/PROSU e a todos os professores, ora representados pelo amigo e professor avaliador Dr. Newton Cabral. Às avaliadoras externas, professoras Dra. Rosinha (UFPE) e Dra. Lilian (UFRPE) e ao avaliador interno, professor Dr. João Luiz (UNICAP).

A meu esposo e companheiro, Givaldo Justino (Gil), aos meus filhos Diego, Miguel, e aos meus netos Victor e Victoria.

Aos meus pais (biológicos) Benedita e Aluizio, aos meus irmãos, aos sobrinhos em especial a Laura que é exemplo de vida, as minhas primas irmãs a Zaza e a Zaio.

A tia Ana e ao tio Luiz (pais do coração *in memoriam*) por todas as minhas conquistas.

À família de Gil, que se tornou minha também.

A Cristina, Suellem, Caio, Cassio e Hugo jovens afilhados (as) instrumentos de Deus.

A Irmã Maria Dulce Adams, Superiora Geral da Congregação das Filhas do Amor Divino, à Irmã Ana Carla de Melo, Superiora Provincial (PRONEVES), à Irmã Eliud Nogueira dos Passos, Diretora do Centro Educacional Cristo Redentor, representando as demais religiosas e diretoras dessa e das outras escolas das FDC.

À Irmã Maria Nivalda Vasconcelos Montenegro (FDC), alagoana de grande sabedoria, ora representando todas as religiosas entrevistadas (FDC) que dedicaram parte de sua vida às causas nobres a serviço de Deus e das pessoas pobres no Nordeste brasileiro.

Aos amigos e alunos da UNEAL e do CECR.

# SUMÁRIO

---

<b>PREFÁCIO</b> - José Adelson Lopes Peixoto .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO: HISTÓRIA E DESAFIOS</b> .....	28
1.1 De madre Francisca na Europa, a Teresina Werner, na difícil tarefa de expandir a congregação para o Brasil.....	29
1.2 A congregação das filhas do amor divino no Brasil aspectos históricos, sociais e econômicos.....	58
1.3 Do oásis chamado Cerro Largo (RS) à semiárida Caicó no sertão do Nordeste Brasileiro.....	68
1.4 Filhas do amor divino diante da historicidade, da missão e dos desafios.....	82
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>AS FILHAS DO AMOR DIVINO E A EDUCAÇÃO CATÓLICA NOS CONTEXTOS SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO (1925-1980)</b> .....	93
2.1 Nas teias elitizadas, os fios da educação para as pessoas pobres.....	93
2.2 Os caminhos da legislação educacional brasileira e a educação católica.....	105
2.3 Do sul ao nordeste brasileiro ao encontro da pobreza e da desigualdade social.....	110
2.4 Quando a mão direita recebe do rico e a esquerda dá ao pobre.....	117
2.5 Participação restrita e necessária das filhas do amor divino no movimento de educação de base (MEB).....	160



### **CAPÍTULO 3**

#### **AÇÃO PASTORAL NO ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL: UM DESAFIO PARA AS**

#### **FILHAS DO AMOR DIVINO..... 174**

3.1 Pastorais: as redes de solidariedade lançadas no mar da pobreza..... 175

3.2 A outra face do meb: a pastoral da família..... 186

3.3 Filhas do amor divino em Nova Cruz – RN..... 192

3.4 Pastoralistas do nordeste para Brasília: religiosas e candangos..... 195

3.5 Nem um pobre sem auxílio..... 206

### **CAPÍTULO 4**

#### **A REALIDADE DAS PEQUENAS COMUNIDADES DE INSERÇÃO DE SEGUNDA CATEGORIA DAS FILHAS DO AMOR DIVINO NO NORDESTE**

#### **BRASILEIRO..... 235**

4.1 Inclusão social: um ponto de partida na promoção da dignidade e da solidariedade humana..... 235

4.2 Pequenas comunidades de inserção: oásis no sertão Nordestino..... 260

4.3 O difícil enfrentamento pela igualdade nas muitas terras de poucos..... 291

**CONCLUSÃO..... 298**

**REFERÊNCIAS..... 316**

**RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS..... 328**

## PREFÁCIO

---

Esta obra, fruto de uma profunda pesquisa realizada pela Professora Ana Cristina de Lima Moreira, leva o leitor a acompanhar uma viagem fascinante, protagonizada por uma jovem camponesa alemã chamada de Francisca Lechener. Trata-se de uma Odisseia iniciada em Edling, Alemanha, sua terra natal, passando pela Áustria onde a jovem camponesa fundou a Congregação das Filhas do Amor Divino, através da qual dedicou-se à evangelização e a educação em vários países e se encerra com a descrição da sua atuação no Nordeste brasileiro, através das religiosas da sua Congregação.

A pesquisa sobre esse episódio particular resultou na tese de doutorado intitulada “Nas teias da educação elitizada, os fios de inclusão social para as pessoas pobres”. Aliando o pertencimento da pesquisadora que dedicou anos da sua vida ao trabalho como professora e coordenadora naquela instituição ao rigor acadêmico exigido pelo doutorado em Ciências da Religião, cada página desse livro descortina um pouco do fio tecido pelas seguidoras da Madre Francisca Lechener em Assu, Currais Novos, Caicó, Areia Branca e Natal (Rio Grande do Norte), Patos (Paraíba) e Palmeira dos Índios (Alagoas).

A obra descreve o percurso das religiosas em cada uma das cidades nordestinas, onde criaram e mantêm colégios, tornando-se referenciais do trabalho iniciado na Áustria e difundido pelo mundo onde as Filhas do Amor Divino atuam. Ana Cristina escreve com a propriedade dos grandes pesquisadores e com o coração dos educadores forjados no ideal de “fazer o bem, alegrar, tornar feliz e conduzir ao céu” criado, defendido e propagado pela Madre Francisca Lechener. Assim, esta teia une relatos de fé, determinação, coragem, história, pertencimento e compromisso social.

José Adelson Lopes Peixoto  
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas

## INTRODUÇÃO

As Ciências da Religião aparecem, de maneira interdisciplinar, principalmente neste século, dialogando com as Ciências Sociais, dando maior abrangência às questões sociopolíticas, educacionais e religiosas vivenciadas pela sociedade e pela Igreja. Nesse propósito, será necessário manter um diálogo entre a Sociologia, a Teologia, a História da Educação e da Igreja Católica no Brasil.

No decorrer da História do Brasil, há registros de que várias congregações religiosas masculinas e femininas atuaram no campo educacional, mas foram os jesuítas que contabilizaram 210 anos de educação católica no país. No entanto, a presença dos religiosos e, conseqüentemente, da Igreja não foram suficientes para que a História tomasse novos rumos.

O que se presenciou por vários séculos foi o povo sendo dominado pela força do poder dos senhores de engenho, dos coronéis, dos empresários, dos políticos, mudando apenas as nomenclaturas e o espaço de tempo em que estavam acontecendo. Assim, a sociedade brasileira foi alicerçada em um patamar de desigualdades, onde negros e índios não eram considerados gente e, assim sendo, eram negociados em feiras livres, mal tratados e até mortos sem direito a qualquer tipo de justiça. Não muito diferente a condição da mulher, que era de submissão na família, na sociedade e na Igreja, período em que suas ações ainda acontecem sem muita visibilidade.

Neste contexto, as congregações religiosas femininas foram responsáveis pela educação destinada às jovens, em virtude da rigidez da Igreja, visto que a maior preocupação era promover a salvação humana. Assim, ficava em segundo plano proporcionar a elas ensinamentos que ajudassem a formação de mulheres críticas, conscientes da realidade e preparadas para o mercado de trabalho e o enfrentamento das situações vigentes.

O ensino ministrado intensificava o credo católico e preparava para a vida com ensinamentos religiosos, excelência das boas

maneiras e artes. Era também um ensino rigoroso voltado para a leitura, oralidade, escrita, ensino da matemática e ciências sem preocupação em desenvolver a criticidade, tendo em vista estar arraigada aos dogmas e aos preconceitos de gênero.

Diante da importância dada à educação católica, ela passou a constituir um dos pilares da formação social brasileira. Com a educação também destinada ao público feminino, a mulher era preparada para ser a dona de casa instruída e prezada, uma religiosa ou professora. Esse fato culminou em algo positivo, pois, mesmo recebendo uma educação restrita sem margem para desenvolver sua criticidade, ao mesmo tempo contribuiu para o aparecimento de uma mulher culta, com grandes possibilidades de se emancipar.

As escolas católicas foram adquirindo outras funções, através de suas congregações, na tentativa de pôr em prática a missão de seus fundadores. Para manter sua identidade, sentiam-se na obrigação de dar continuidade à opção pelos pobres e ações caritativas, através do carisma, desenvolvendo ações que também atendessem às necessidades das classes populares.

Os estudos sobre a História da Educação Católica feminina, no Brasil, ainda são escassos em virtude de se dar mais ênfase ao trabalho dos jesuítas a partir do Brasil Colônia, deixando de lado as atividades desenvolvidas pelas Congregações religiosas femininas, que também contribuíram para um dos capítulos dessa História.

Como ignorar a existência e a influência das escolas católicas que ainda atuam no Brasil, em todos os níveis de ensino, administradas pelas Congregações religiosas femininas?

Algumas situações também serviram como motivação para a realização desta pesquisa, sendo possível destacar a minha condição de aluna bolsista, na década 70 e início dos 80, em uma das escolas das Filhas do Amor Divino, em Palmeira dos Índios-AL, o Centro Educacional Cristo Redentor. À época, ser professora era uma profissão destinada principalmente às mulheres e, nas décadas citadas, comumente as de baixa renda, pois o Científico era para os filhos e filhas das famílias de melhores condições financeiras, visto que

podiam dar sequência aos estudos na capital, através do vestibular e, assim, poderiam ingressar nas Instituições de nível superior.

Em virtude da situação financeira e na tentativa de entrar no mercado de trabalho optei pelo Curso Pedagógico,<sup>1</sup> que preparava para o exercício do magistério e, através dele, tive a oportunidade de, ainda jovem, mesmo na fase de conclusão do referido curso, ser professora auxiliar da Educação Infantil e da escola noturna, até o 6º período do nível superior em Licenciatura em Geografia-UNEAL. Com formação específica, assumi a disciplina citada por vários anos até conclusão do curso de Pedagogia-CESMAC, quando recebi o convite para assumir a coordenação do Ensino Fundamental da mesma escola e participar da equipe de apoio pedagógico da Província (PRONEVES) durante 25 anos.

Diante dessas experiências, comumente vinham em mente alguns questionamentos acerca das ações da Congregação em pauta. O que realmente as Filhas do Amor Divino faziam para pôr em prática o carisma da Madre fundadora? Eu era pobre e órfã de pai, mas tive oportunidade de conquistar meu espaço. Será que, para outras mulheres, foram dadas outras oportunidades? Além dessas vagas destinadas às alunas de famílias pobres, outras ações foram e/ou estão sendo realizadas para intensificar o processo de inclusão social dessas pessoas, principalmente no Nordeste brasileiro?

A partir desses questionamentos, surgiu o interesse de aprofundar os estudos acerca da referida temática sob o viés socioeducativo e o pastoral embasado pela História da Educação e da Igreja Católica no Brasil.

Contudo, as minhas indagações se tornaram o problema desta pesquisa: as Congregações católicas femininas só atenderam à elite ou também realizaram outros trabalhos que contribuíram para a inclusão das pessoas pobres na sociedade, no período de 1925 a 1980?

---

<sup>1</sup> O Pedagógico era um curso profissionalizante de nível médio, antigo segundo grau, que habilitava e diplomava professores para ministrarem aulas no atual Ensino Fundamental e Médio referenciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB.

Trabalhar com esse recorte temporal se deu em virtude de que a temática estudada está voltada para a educação católica, a inclusão social e as atividades socioeducativas praticadas pelas Filhas do Amor Divino a partir da chegada das religiosas a Caicó-RN, em 1925. Nessa perspectiva, entre 1925 a 1970, aconteceu a chegada das religiosas ao Nordeste brasileiro, a fundação de escolas, a abertura das comunidades de inserção e patronatos. A conjuntura sociopolítica do Brasil da década de 20 a 80 contribuía para o aumento da pobreza e do analfabetismo, principalmente no Nordeste. Com a política de industrialização do governo, outros problemas surgiram e, cada ano, o povo clamava por justiça, respeito e atenção.

Na década de 50, a crise na Igreja era explícita, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) têm destaque. Na década seguinte, teve início o Concílio Vaticano II, o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Conferência de Medellín. Mas, o tempo exigia continuidade de ações que proporcionassem a inclusão social e, os anos 70, culminaram com a Conferência de Puebla. Contudo, a década de 80 foi imprescindível para a análise dos fatos e consequências das décadas anteriores em pauta, especialmente as que estão diretamente ligados às questões sociais.

*A priori*, foi escolhida uma Congregação que tivesse como objetivo trabalhar com educação e pastoral, pois a proposta é que a mesma fosse ativa nesses campos e, também, em sua trajetória, houvesse registros de trabalhos realizados no Nordeste brasileiro, com práticas de inclusão social para as pessoas pobres através da educação e da pastoral católicas. Torna-se imprescindível uma análise crítica das ações socioeducativas e pastorais católicas da Congregação das Filhas do Amor Divino (FDC)<sup>2</sup>, no Nordeste brasileiro, fundada em

---

<sup>2</sup> Geralmente as Congregações e Ordem religiosas são conhecidas pelas suas iniciais. Madre Francisca Lechner de origem alemã escolheu para sua Congregação o nome: Filhas do Amor Divino, que em alemão é Töchter der Göttlichen Liebe. Porém, por se tratar de uma Congregação presente em vários países, teve que conservar uma identidade universal. Para tanto, foi necessário unificar as iniciais, as quais são:

1868, há 150 anos, em Viena, na Áustria, por Madre Francisca Lechner, com o carisma “Tudo por Deus, pelos Pobres e Nossa Congregação”. Dessa forma, as referidas ações (educacionais e pastorais) foram o objeto de estudo da pesquisa em pauta. Ainda sobre Madre Francisca (fundadora), o seu projeto de expansão se fez presente em vários países da Europa: do Continente Africano às Américas do Norte e Sul, com referência, nesta pesquisa, ao Nordeste brasileiro.

O carisma da Madre Francisca Lechner chama a atenção por ser complexo e paradoxal. A História da Educação afirma de forma generalizada que a educação católica foi para elites sem fazer nenhuma referência a qualquer ação nesse campo que tenha sido também destinada aos pobres.

Não era possível que essas escolas fossem exclusivamente destinadas aos pobres. No momento, seria uma discussão inviável, visto que, não sendo públicas e nem patrocinadas pela Igreja, não sobreviveriam sem as mensalidades. Contudo, isso não inviabilizava a prática de projetos que proporcionassem e ainda proporcionem a inclusão dos excluídos.

A partir desses critérios, a Congregação das Filhas do Amor Divino (FDC) tornou-se a referência como grupo de estudo desta pesquisa. A missão proposta pela Madre Francisca Lechner em 1868: “Tudo por Deus e pelos Pobres e por Nossa Congregação”, é um tanto complexa e utópica, mas que atende aos critérios estabelecidos na pesquisa.

Algumas considerações podem estar implícitas acerca das ações das congregações religiosas que vieram com uma missão estabelecida por seus fundadores, tendo a caridade, a humildade, a fé e

---

F.D.C. do Latim: FILIAE DIVINAE CARITATIS. No entanto, como há vários sinônimos na língua inglesa, significa: DIVINAE-Deus, Divino e CARITATIS–Amor, Caridade. A tradução em Inglês é: Filhas da Divina Caridade e nas demais línguas (German, Italian, Czech, Hungarian, Croation, Albanian, Polish, Ukrainian e Slovak) adota-se: FILHAS DO AMOR DIVINO traduzido no idioma dos respectivos países e, em todos os países, as iniciais- F.D.C. (CHOJNACKI, 2014)

o cuidado com as pessoas pobres como ações propostas para serem realizadas em vários espaços da sociedade brasileira. No entanto, a educação católica é sempre enfatizada como de e para a elite, não sendo, pois, consideradas outras atividades que possam ter contribuído para a inclusão social do pobre.

A década de 20 do século passado foi de grande importância para as Filhas do Amor Divino (FDC), visto que marca a chegada ao Sul do Brasil e, na mesma década, em 1925, a decisão de irmã Teresina Werner e seu grupo de seguir para o Nordeste brasileiro, cuja cidade escolhida foi Caicó - RN. Há 98 anos fundaram a Província do Sul, atualmente com sede em Santa Maria-RS e 93 anos no Nordeste brasileiro, formando a Província Nossa Senhora das Neves (PRONEVES) nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e o Distrito Federal, em virtude de que, mesmo não fazendo parte geograficamente da região Nordeste, pertence à Província em estudo política e administrativamente.

Em 1927, a Congregação em pauta se instalou na cidade do Assu-RN, que passou a ser a sede da Província pela proximidade da capital, mais tarde em Natal (1935), e em Parnamirim, na Granja Emaús, destinada à Formação Religiosa, e a Vila Maria, espaço para o repouso e cuidados específicos das irmãs doentes e idosas que não têm mais condições de trabalhar ou morar nos conventos.

Na década de 30, as Filhas do Amor Divino se instalaram em Patos-PB (1938); a convite da Diocese, em 1944, chegaram a Palmeira dos Índios-AL e, logo após, em Currais Novos – RN. Há uma escola em Areia Branca – RN, fundada na década de 60 e um centro de formação em Itapuã – BA, para receber leigos e religiosos com o propósito de participarem de retiros e encontros de aprofundamento espiritual e, em 1961, em Taguatinga – DF.

Buscando melhor entendimento acerca da missão da Congregação das Filhas do Amor Divino, que coloca as pessoas em evidência no mesmo patamar de responsabilidade para com Deus e com sua Congregação, tem-se o objetivo de apresentar e analisar criticamente atividades socioeducativas e pastorais que possam ter



favorecido a inserção dos pobres, excluídos e menos favorecidos da sociedade, no Nordeste brasileiro de 1925, aos anos 80.

Verificou-se como a educação católica foi instrumento de inclusão social, de acordo com as práticas pedagógicas até as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBNs 4.624/61 e 5.692/71). Levaram-se em consideração as escolas noturnas destinadas aos alunos de baixa renda, principalmente empregadas domésticas, carroceiros e demais da classe popular.

A propósito, as escolas noturnas da Província Nossa Senhora das Neves (PRONEVES) eram gratuitas e atendiam às exigências das LDBNs vigentes. Porém, não havia critério para a faixa etária e, em virtude da falta de políticas públicas que ofertassem educação para jovens e adultos, transporte para os que moravam na zona rural, dentre outras, recebiam alunos da periferia urbana com a faixa etária entre 12 a 45 anos e esporadicamente acima dos 50.

Além das disciplinas básicas trabalhadas, que eram ministradas por religiosas, as aulas de Religião marcaram presença, pois apresentavam um perfil catequético para um grupo específico que necessitava de preparação para o Batismo, Primeira Eucaristia e Crisma. No entanto, as aulas mais críticas e esclarecedoras baseadas no Evangelho eram ministradas para todos os alunos em horário normal de aula.

Mudanças visíveis ocorreram na Igreja e nas ações das religiosas desde a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Mas, no período que antecedeu ao referido evento, ações educacionais foram postas em prática por parte das Filhas do Amor Divino (FDC), voltadas para a inserção dos pobres. Essa temática foi discutida pela Igreja Católica latino-americana, intensificada nas Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979).

Naquelas ocasiões, foram tomadas decisões acerca dos problemas que afligem os menos favorecidos do continente americano e a missão da pastoral evidenciando o direito dos pobres. É inegável a importância de algumas religiosas, sensíveis à situação do povo e atentas ao Evangelho, que deram início às atividades e que, ao longo

dos anos, contribuíram para reduzir a exclusão social. É necessário ter clareza quanto aos resultados alcançados, pois trata-se de um processo que é lento, gradativo e requer paciência e determinação.

A expansão das escolas das Filhas do Amor Divino pelo Nordeste teve início a partir de 1925 e se estendeu até os anos 60, não havendo registros de aberturas de outras escolas após essa data. Coincide com o Vaticano II, que trouxe uma proposta inovadora e necessária para a Igreja, extensiva às congregações religiosas. Foi uma proposta que, aos poucos, adquiriu dimensão, pois, para que fosse posta em prática, dependeria principalmente das entidades religiosas católicas, ou seja, do entendimento de freiras e padres que delas fizessem parte, bem como a participação de leigos e leigas.

A inclusão do povo pobre não pode constituir -se uma ação isolada, pois se trata de um processo que não visa à individualidade, e sim à coletividade, bem como está diretamente ligado às questões sociais que afligem o povo, sendo a pastoral e as pequenas comunidades de inserção responsáveis por atividades que possibilitem a emancipação ou o princípio da mesma aos menos favorecidos.

A pretensão desta pesquisa foi quebrar alguns paradigmas apresentando outros trabalhos realizados pelas religiosas que possam ter contribuído principalmente para a inclusão das pessoas pobres no meio social. À época (1925), o Brasil estava em desenvolvimento e a sociedade apresentava uma mobilidade que só vinha a contribuir para aumentar as diferenças sociais e, dessa forma, na década de 50 e nas subsequentes, a Igreja assume seu papel nos campos sociológico e teológico, mostrando-se preocupada com os problemas vigentes.

É necessária a reconstrução das atividades realizadas pelas Filhas do Amor Divino, mesmo que tenham sido desenvolvidas no anonimato, ou seja, sem alarde e nem propagandas, paralelamente ao atendimento da classe dominante (elite). Mas, nesse contexto acontecem as renovações teológica e litúrgica, período que, em prol de um desenvolvimento econômico, o país apresenta ao mundo uma classe trabalhadora sem qualificação adequada para atender às exigências da época, sendo obrigada a ocupar espaços suburbanos.

Essa clientela carecia de atenção em vários aspectos, principalmente educação, moradia, saneamento básico e saúde. Em 1925, as Filhas do Amor Divino iniciaram o trabalho de educação e de pastoral no Nordeste brasileiro, cujo objetivo foi a formação escolar da elite e a prática de trabalhos educacionais e pastorais, que contribuíssem para a inclusão dos pobres nos setores educacional e social.

Contudo, no Nordeste do Brasil, as Filhas do Amor Divino buscaram a sobrevivência através da abertura de escolas e, conseqüentemente, atuaram na difusão do credo católico, através das aulas de Educação Religiosa (ER), e dos ensinamentos pedagógicos em vários níveis, cujo referencial eram os valores cristãos. Para tanto, várias vertentes foram percorridas tendo que acompanhar as situações socioeconômicas, políticas, religiosas e educacionais do país. Mas, se a tônica é a questão social, como atuaram durante todos esses anos para pôr em prática a missão da Congregação?

Com a evolução científica, o avanço da tecnologia, o pluralismo religioso e a abertura da Igreja, quais as ações da referida Congregação através da escola católica para não perder sua identidade, respeitando as diversidades culturais sem ser omissa às desigualdades sociais do Brasil e, principalmente, da Região Nordeste?

Por condicionamentos históricos, as religiosas tenderam a concentrar-se nas cidades e no atendimento aos grupos urbanos incipientes, acomodando-se, muitas vezes, ao estilo de vida burguesa. Essa acomodação de uma parte das escolas católicas foi conseqüência da mentalidade predominante e da forma de vida elitista de parte da sociedade brasileira. Não faltou, porém, a presença de muitas escolas católicas nos lugares mais remotos e pobres do país.

É fato que a sociedade brasileira passou por várias situações socioeconômicas e políticas, haja vista o estudo da História e da Geografia que foram divididos em períodos dos quais se destaca o Brasil Colônia, Império e República, cujos momentos afetaram diretamente a economia, ficando explícitas duas classes sociais: do

rico e do pobre, vivenciando essa o subdesenvolvimento e a esperança do desenvolvimento para conquistar dias melhores. No entanto, a maioria continua convivendo com as desigualdades e a exclusão social em suas várias dimensões.

Algumas lacunas carecem ser preenchidas através de pesquisas que contemplem a História da Educação no Brasil, que, segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha (2013) e Dermeval Saviani (2011), teve início com os Jesuítas em 1549. Nessa trajetória, enfatizam a educação católica para a elite. No entanto, padre Laércio Dias Moura, SJ (2000) apresenta outras ações por parte das congregações religiosas e aparece o atendimento das pessoas pobres como uma das prioridades.

Essa pesquisa está voltada para a linha “campo religioso brasileiro, cultura e sociedade” afirmando a interdisciplinaridade das Ciências da Religião. Torna-se impossível trabalhar as questões que envolvem o processo de inclusão social, exclusão social, aumento da desigualdade social, injustiças sociais sem o olhar crítico dos cientistas sociais enriquecidos, sob o olhar dos cientistas da religião e dos teólogos, tornando essas abordagens mais consistentes. Esses últimos mais especificamente, da Teologia da Libertação, visto que foi, a partir deles, que surgiram novos olhares e outros temas começaram a ser discutidos.

Pesquisas que preencham algumas lacunas nessas áreas, contribuem para um melhor entendimento das questões que envolvem a História da Educação, História da Igreja, sobretudo a católica, os movimentos por ela liderados e as especificidades culturais e religiosas dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

Não é por demais citar autores que enfatizam as questões sociais, a situação do pobre, a atuação da Igreja e os movimentos católicos que ocorreram no Nordeste brasileiro nas décadas em estudo. Nesse sentido, esta pesquisa está embasada nas ideias de João Batista Libânio (1995a; 2000b), Pedro Demo (1991a; 1981b; 1998 c; 1997d) e documentos da Igreja.

Vê-se que, na História da Educação do Brasil, ainda não está evidenciada a questão da inclusão social das pessoas pobres, e são quase unânimes as afirmações de que a educação católica destinava-se à elite, sem fazer referência se houve ou estão sendo feitos outros trabalhos socioeducativos paralelos por Congregações femininas.

Nesse propósito, foram feitas leituras e análises das Crônicas, em sua maioria manuscritas e registradas em livros de atas das escolas que fazem parte da Província Nossa Senhora das Neves (PRONEVES), apontando as contribuições a inclusão dos pobres. Não se pretende fazer análise estatística, pois, mesmo que fosse feita, certamente não seria apresentada com riqueza de detalhes, pois os fatos, o espaço de tempo, a diversidade das ações e a quantidade de pessoas seriam obstáculos para fins quantitativos.

Foi utilizada a pesquisa qualitativa em virtude da necessidade de uma abordagem do contexto socioeconômico dos locais, fatos e pessoas a serem pesquisadas. Apresentar-se-á o cenário socioeconômico do Nordeste brasileiro, nas décadas que serão pesquisadas (1925 a 1980), contextualizando as ações das religiosas através das escolas, das concepções da Igreja Católica e contribuições para a sociedade menos favorecida. Sendo assim, será apontado o lugar, os contextos social, político e econômico do espaço delimitado.

É real a necessidade desta pesquisa sobre a participação das Congregações religiosas femininas, através da educação e pastoral católicas, apresentando alguns aspectos ainda não apontados ou aprofundados em pesquisas anteriores. Assim, surgiu interesse em pesquisar as Filhas do Amor Divino (FDC), com o intuito de não apenas registrar um viés já conhecido da História, mas analisar criticamente as ações desenvolvidas paralelamente à educação elitista a partir de 1925.

Para que o propósito da pesquisa em pauta possa ser concretizado, optou-se pelo título que deixa explícita a proposta, apresentando o espaço geográfico, o recorte temporal, o foco da pesquisa e o objeto de estudo com o título: NAS TEIAS DA EDUCAÇÃO ELITIZADA, OS FIOS DE INCLUSÃO SOCIAL

PARA AS PESSOAS POBRES: Congregação das Filhas do Amor Divino no Nordeste brasileiro, 1925-1980. Não se propõe pesquisar intelectuais e/ou religiosos que atuaram na área da educação católica e História da Igreja e/ou da Educação no Brasil, mas analisar criticamente as ações socioeducativas e pastorais que foram desenvolvidas pelas Filhas do Amor Divino (FDC) no Nordeste brasileiro, desde 1925, a partir de Caicó - RN.

Esta pesquisa também é documental, de corte transversal, com uma amostra representativa dos participantes do processo de inclusão. Os instrumentos de pesquisa foram os registros de ordem primária, como as atas da Congregação das Filhas do Amor Divino (FDC), arquivados nas escolas pesquisadas e na Casa de Formação, em Parnamirim – RN.

Destaca-se que, até a década de 80 do século XX, os referidos registros eram manuscritos e diários e enfatiza-se a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Província PRONEVES e das escolas envolvidas.

A questão em pauta não sugere solução para o problema, porém necessita de resposta científica, embasada nos dados que foram pesquisados e analisados. A inclusão das pessoas pobres tem abrangência em diversas áreas pelo fato de que é considerado um grande problema gerado pela desigualdade social, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e participativas, utilizando-se a oralidade, através das entrevistas gravadas, posteriormente editadas e analisadas criticamente com pessoas que tinham conhecimento da referida história e pudessem contribuir com esta pesquisa, principalmente os professores, alunos e as religiosas (FDC), conhecedoras da Educação e Pastoral Católicas no Nordeste.

As entrevistas contemplam a representação das escolas e das comunidades em estudo. Para tanto, escolheram-se 20 pessoas: dentre elas, duas alunas internas que estudavam gratuitamente chamadas de

meninas da casa<sup>3</sup>, dois alunos e duas professoras da escola noturna, duas pessoas da sociedade (um professor e um historiador) e 10 religiosas (as vigárias, as que atuaram nas pastorais e nas pequenas comunidades de inserção). Foram realizadas visitas em Ponta Negra-Natal (RN), Nova Cruz (RN), Assu (RN), Caicó (RN), Parnamirin (RN) e Palmeira dos Índios (AL). Após a coleta e análise de dados, foi dada ênfase à leitura dos registros de ordem primária (crônicas).

Diante dos fatos citados, o problema desta pesquisa foi analisar as ações socioeducativas da Congregação religiosa feminina das Filhas do Amor Divino (FDC) desmitificando a ideia de que a escola católica só foi para elite, mas atendeu também às pessoas pobres, principalmente as mulheres, os jovens e as crianças conforme o carisma de Madre Francisca Lechner, sua fundadora.

Viabilizando melhor entendimento e uma leitura que possibilite um olhar crítico diante dos aspectos abordados, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos, apresentando os fatos e consequências dos aspectos que serão explicitados.

O primeiro capítulo: FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO: HISTÓRIA E DESAFIOS tem o objetivo de resgatar historicamente dados referenciais que marcaram o processo de implantação das escolas e casas de inserção católicas na Província PRONEVES/Nordeste (Caicó, Assu, Natal, Areia Branca, Patos, Palmeira dos Índios e Distrito Federal de 1925 a 1980).

Apresentar-se-á, de forma sucinta, a historiografia da Europa de acordo com os dados que fazem referência à fundação da Congregação das Filhas do Amor Divino a partir de 1868, em Viena, na Áustria. Não obstante, optou-se por abordar as situações sociopolítica e econômica da Europa à época e os motivos que levaram irmã Teresina Werner a optar pelo Brasil.

---

<sup>3</sup>As meninas da casa eram uma categoria que fazia parte do quadro das alunas internas. No entanto, em virtude do baixo poder aquisitivo de suas famílias, elas estudavam gratuitamente, e como à época não havia funcionários para os serviços gerais e da cozinha das escolas (FDC), elas recebiam orientações de uma religiosa e assim aprendiam a fazer atividades domésticas.

Visando ao alcance do objetivo, também foi apresentado o cenário do Brasil na década de 20 do século passado, a partir do Rio Grande do Sul (1920), com a chegada das irmãs em Cerro Largo, considerando-o um oásis. A análise dos aspectos geo-históricos e econômicos da Região Nordeste, dando ênfase à cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, onde foi fundada a primeira escola das Filhas do Amor Divino (1925), bem como outras cidades onde as religiosas (FDC) realizaram suas atividades socioeducativas.

No segundo capítulo AS FILHAS DO AMOR DIVINO E A EDUCAÇÃO CATÓLICA NOS CONTEXTOS SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO (1925-1980), será verificado como a educação católica e o ensino religioso foram instrumentos de inclusão social sob a luz das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 4.024/61 e 5.692/71). A partir desse pressuposto, torna-se necessário destacar a educação católica no Brasil (1925 – 1980), espaço de tempo em que as Filhas do Amor Divino (FDC), fundaram suas escolas e acompanharam a evolução da Legislação da educação, mesmo que tardia, em 1961 e após 10 anos, em 1971, que se estendeu até 1996. Em todas elas aparecia o Ensino Religioso, porém, com mudanças que estavam atreladas ao momento histórico e às lideranças políticas e/ou religiosas.

Ainda no segundo capítulo, enfatiza-se a disciplina Ensino Religioso (ER), e algumas mudanças alteraram seu perfil catequético, tornando-se mais crítico e contextualizado com o Evangelho e com os momentos que estavam sendo vividos, principalmente nas escolas noturnas, que eram gratuitas e destinadas às empregadas domésticas, carroceiros, jovens que trabalhavam e não tinham condições de estudar durante o dia.

Esse capítulo traz em seu conteúdo o alicerce onde se desenvolveram as demais atividades religiosas, visto que todas as outras ações eram embasadas na Igreja e na educação escolar. Leva-se em consideração que apresenta um grande entrave a educação de elites que também era para os pobres, quer fosse a escola noturna, a diurna com as bolsistas ou com as alunas internas “meninas da casa”. Para



intensificar a discussão, serão apresentadas entrevistas com alunos, professores e meninas da casa que vivenciaram esse momento.

O terceiro capítulo: **AÇÃO PASTORAL NO ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL: UM DESAFIO PARA AS FILHAS DO AMOR DIVINO** tem como referência as pastorais, com o objetivo de discorrer sobre sua importância no processo de inclusão social, no Nordeste brasileiro, através das ações das Filhas do Amor Divino. As pastorais marcaram um momento importante para a Igreja na América Latina, destacando o Brasil e, conseqüentemente, as lideranças eclesiais do Nordeste brasileiro. Serão apresentadas as atividades de pastorais desenvolvidas por parte das Filhas do Amor Divino com os pobres das periferias, das favelas, nos hospitais e na zona rural com o intuito de esclarecer, denunciar e tornar o povo menos alienado e mais consciente do seu papel e importância na sociedade.

As pastorais foram trabalhadas em todas as cidades e paróquias próximas das escolas onde as Filhas do Amor Divino se instalaram. Contudo, diante da necessidade do país, elas (pastorais) tornaram-se de grande importância, sendo necessário diversificar conforme a situação do local. Assim, serão apresentadas as experiências acerca da temática em pauta, com as entrevistas de religiosas que atuam nessa área para que, através delas, se entenda melhor a importância das pastorais (da saúde, da família, do idoso, das crianças, carcerária, dos dependentes químicos, do acolhimento, da terra) no processo de inclusão do pobre na sociedade.

O quarto e último capítulo: **A REALIDADE DAS PEQUENAS COMUNIDADES DE INSERÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO NO NORDESTE BRASILEIRO**, chamadas e concebidas como de segunda categoria,<sup>4</sup> propõem-se apresentar as contribuições sociais através das Filhas do Amor Divino embasadas no Concílio Vaticano II. Essas comunidades tiveram maior relevância

---

<sup>4</sup> Segundo o Direito Canônico, as Comunidades religiosas verdadeiras são as que vivem em comunidade. Vivendo essas religiosas grande parte do seu tempo fora das comunidades, são concebidas canonicamente como de segunda categoria.

após a década de 60 do século passado. No entanto, antes do Concílio Vaticano II, essas religiosas já estavam com duas comunidades: uma em Taguatinga (DF) e a outra em São Gonçalo do Amarante (RN).

As comunidades de inserção de segunda categoria apresentam um perfil diferenciado das pastorais pelo fato de que as religiosas envolvidas iam morar nas localidades em que eram convidadas pelo Bispo ou por um padre e de comum acordo com a Provincial. Podem ser uma das maiores contribuições das Filhas do Amor Divino para o processo de inserção dos pobres e de abertura da Igreja. Serão apresentadas as entrevistas realizadas com as irmãs que vivenciaram e foram fundamentais nessa proposta da Igreja. Era também a abertura dos conventos para o mundo. As religiosas saíram e foram em busca dos pobres nas periferias, nos entornos das escolas e em outros lugares.

Após a análise de todas as etapas desta pesquisa, convém apontar outro fio condutor acerca da função da escola católica gerida pela Congregação feminina Filhas do Amor Divino (FDC), no Nordeste brasileiro. Conforme foi citado, a partir de um questionamento acerca da ação dessas religiosas, quanto ao processo de inclusão dos pobres através da educação católica concebida para as elites, afloram alguns fios de inclusão através dessa educação, das pastorais e das comunidades de inserção desmitificando a afirmação de que era apenas para as elites, sem fazer nenhuma menção que também era para os pobres.

Pesquisou-se apenas uma linha que estabelece a conexão entre a escola católica elitizada e a prática de atividades socioeducativas e pastorais, à medida que possam ter possibilitado a inserção dos menos favorecidos que foram e são excluídos dos direitos comuns aos cidadãos da mesma sociedade. Contudo, esta pesquisa não se propõe determinar verdade única, pois há consciência de que se restringiu apenas a uma Congregação religiosa feminina. Porém, tem-se certeza de que há várias outras que, através de suas ações, deram condições aos pobres para que não continuassem sendo os excluídos, os menos favorecidos.

Esta pesquisa pode ser considerada de importância para que outras Congregações também possam ser evidenciadas, com trabalhos que tenham dignificado o homem e a mulher não apenas como educação elitizada, alheia aos problemas enfrentados pelo povo. Supõe-se que essa linha de pesquisa sobre educação católica possa ser um ponto de partida para outros trabalhos em que se possam vislumbrar a importância da Igreja e das Congregações femininas na batalha contra as injustiças sociais.

# CAPÍTULO 1

## FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO: HISTÓRIA E DESAFIOS

---

Neste capítulo, apresenta-se o processo histórico que embasa a fundação da Congregação das Filhas do Amor Divino (FDC), em Viena na Áustria, a partir dos propósitos da Madre Francisca Lechner, fundadora da Congregação, que era trabalhar com as mulheres viúvas, empregadas domésticas e os órfãos (jovens e crianças) em consequência dos conflitos armados que aconteciam na Europa.

Tornam-se claros os propósitos de Madre Francisca em fazer o bem às pessoas, pois seu ideal de vida era “fazer o bem, alegrar, tornar feliz e conduzir aos céus”, como também a coragem de Irmã Teresina Werner, sua persistência, entendida como desobediência diante de vários enfrentamentos com sua superiora. Mas, com humildade, mesmo sabendo que estava certa, soube aguardar o tempo. Também se enfatizam os percalços sociopolíticos, econômicos e religiosos comuns à época e à implantação da Congregação das Filhas do Amor Divino (FDC), em Cerro Largo, na Região Sul do Brasil, em 1920.

Posteriormente, em 1925, essas religiosas seguiram para o Nordeste brasileiro e foi a partir da cidade de Caicó- RN, local em que foi instalada a primeira escola das Filhas do Amor Divino, o Educandário Santa Teresinha. Expandiram-se, assim, por outras cidades e Estados do Nordeste.

Dessa forma, ressalta-se a importância da Congregação em pauta e a expansão pela região Nordeste do Brasil, pois, mesmo não havendo tantas viúvas como na Europa, havia mulheres que lutavam em busca de igualdade, respeito e independência através do processo de escolarização, mesmo que esse fosse fechado e limitado às questões vigentes.

## 1.1 De madre Francisca na Europa, a Teresina Werner, na difícil tarefa de expandir a congregação para o Brasil

Quando o assunto em pauta é Congregação religiosa feminina no Brasil, torna-se impossível deixar para trás a origem, as causas, as consequências e as contribuições dos trabalhos em escolas, hospitais, paróquias e pastorais que foram realizados ao longo dos anos. A maior parte dessas Congregações é originária de países europeus e, como uma das consequências, além dos trabalhos missionários contribuíram também, para a diversidade cultural brasileira, através do idioma, dotes artísticos, dentre outros.

Assim sendo, a Congregação em pauta é as Filhas do Amor Divino (FDC)<sup>5</sup>, que, desde a década de 1920, chegou ao Sul do Brasil e, há 93 anos, atua no Nordeste brasileiro.

É possível que um estudioso, quer seja da História da Educação, Pedagogia, História ou Ciências da Religião, aponte que a educação católica era para a elite. Embora, essa afirmação seja muito forte e quase não deixe margem para outras argumentações, essa temática será trabalhada com o pressuposto de que, além da elite, a educação católica, também atuou com os menos favorecidos, principalmente, através da pastoral e da educação escolar, proporcionando a inclusão social do pobre na sociedade. Com isso, poderá ser comprovada a possibilidade de que outras ações da congregação religiosa feminina em pauta tenha ido além do trabalho escolar para a elite.

---

<sup>5</sup>Geralmente as Congregações e Ordem religiosa são conhecidas pelas suas iniciais. Madre Francisca Lechner de origem alemã escolheu o nome: Filhas do Amor Divino, que em alemão é Töchter der Göttlichen Liebe. Porém, por se tratar de uma Congregação Internacional, presente em vários países, o nome da Congregação teve que conservar uma identidade universal. Para tanto, foi necessário unificar as iniciais, as quais são: F.D.C. do Latim: FILIAE DIVINAE CARITATIS. No entanto, como há vários sinônimos na língua inglesa, significa: Divinae -Deus, Divino e Caritatis -Amor, Caridade. A tradução em Inglês é: Filhas da Divina Caridade e nas demais línguas (German, Italian, Czech, Hungarian, Croation, Albanian, Polish, Ukrainian e Slovak) adota-se: Filhas do Amor Divino. (CHOJNACKI, 2014)

Tem-se como objetivo principal apontar os reflexos positivos da presença da escola católica feminina no Brasil, mais especificamente no Nordeste brasileiro, acerca da inclusão do pobre dos menos favorecidos na sociedade, de forma que ele tenha passado de mero espectador ou ator coadjuvante, para assumir o papel principal nesse contexto, através da ação pastoral e da educação escolar católica.

Notadamente, a História da Educação Brasileira enfatiza como ponto referencial o trabalho dos jesuítas, que, durante pouco mais de dois séculos (1549-1759), realizaram várias atividades, dentre elas catequizar os índios e expandir o credo católico. Não obstante, também se destacaram na educação escolar e outras atividades como: a abertura de escolas e faculdades, trabalhos em hospitais, orfanatos, paróquias, dentre outros. Não se pretende reduzir a importância do trabalho dos jesuítas, porém, contribuir para que sejam explicitadas também, as atividades realizadas pelas Filhas do Amor Divino. Ainda é prematuro imaginar que a omissão do trabalho dessas mulheres pelos meios de comunicação e acadêmicos possa estar ligada à questão do preconceito que, à época, era gritante, principalmente com elas. Essa situação não é o foco principal, mas pode estar diretamente relacionada ao silêncio quanto aos trabalhos realizados por tantas Congregações, espalhadas pelo Brasil. Esse fato pode fazer parte dos propósitos da Igreja Católica que, em virtude de seus dogmas, deixava a mulher em segundo plano. Mas um embasamento mais aprofundado sobre essas questões, torna-se imprescindível, mesmo que seja necessária uma breve periodização sem esquecer os fatos, ou mesmo isolá-los ao longo da pesquisa, apresentando sempre uma contextualização do passado e do presente e levando em consideração que há correlação entre os períodos, as épocas, os fatos, as consequências e os seus reflexos para a sociedade.

O ponto referencial para o início das ações das Congregações foi a Europa, considerada berço da civilização. Caracterizada como o menor continente de nome feminino, referenciando uma Deusa da

mitologia grega (Europa), cujo formato é de uma grande península que dá origem a outras penínsulas menores.

Dessa forma, constitui-se uma extensão de terras relativamente pequena, quando comparada aos demais continentes, abrigando países que são peças fundamentais na história da civilização. É salutar destacar que, por ser considerado berço da civilização juntamente com o norte da África e centro ocidental da Ásia, vivenciou, ao longo dos anos, momentos marcantes de ordens econômica, política, cultural e religiosa.

Segundo Le Goff (2014), os cristãos, por muito tempo, tentaram mudar o nome do continente em virtude de fazer parte da mitologia pagã, que, de acordo com outras versões da lenda, trata-se de uma ninfa, daí a justificativa para mudar, adotando um nome cristão. Mas não conseguiram encontrar outro nome que fosse superior à Europa e ele permaneceu. Vê-se que há forte influência cristã a partir da rejeição do nome do continente.

No século XX, a população europeia sofreu os horrores da I Guerra Mundial, as perseguições de Hitler, conflitos religiosos dentre outros. Esses acontecimentos trouxeram saldos negativos, pois, além de milhares de mortos, proporcionaram o aparecimento de uma sociedade sofrida, sem emprego onde a fome e a miséria eram constantes. Dessa forma, não se pode deixar à parte a situação vivida pelas mulheres que perderam seus maridos e tiveram que continuar vivendo com filhos órfãos, sofrendo discriminações comuns à época.

Nesse contexto, surgiu a Congregação das Filhas do Amor Divino como concretização do sonho da sua fundadora, Francisca Lechner, a quinta filha de Francisco Xavier e Maria Lechner, que comumente era chamada de Francis, nascida na Baviera, na aldeia de Edling, em janeiro de 1833. Desde criança se destacava, principalmente, quando começou a ajudar seu pai na olaria da qual era proprietário.

Francis realizava algumas atividades na área contábil, fato que contribuiu para que, a cada dia, ficasse mais esperta e atenta aos ensinamentos que recebia. Isso pode ter motivado para que adquirisse

uma virtude: saber ouvir. Desde pequena sabia ouvir as pessoas, principalmente os mais velhos e experientes.

Dessa forma, ao ouvir atentamente o sermão de um padre, proferido em Edling, que, segundo Hetzel e Hendges (2008, p.10), “descrevia a miséria das crianças pagãs e pedia aos jovens que se sentissem tocados pela graça da vocação para a vida religiosa e, ao mesmo tempo, solicitava dedicação dos mesmos para a nobre causa”.

A partir daquele momento, Francis ficou entusiasmada, porém, devido à sua pouca idade foi impedida de começar a pôr seu sonho em prática e ingressar na vida religiosa. Mas não seria apenas um impedimento devido à idade que iria fazê-la desistir, pois os ensinamentos recebidos no seio familiar e sua vivência cristã já faziam parte da sua vida. Aos treze anos foi estudar no Instituto das Irmãs Pobres Escolares de Nossa Senhora, um colégio interno em Munique, de onde só retornou para sua casa após a conclusão dos estudos com habilitação para exercer o magistério.

Após um período na casa dos pais, dedicou-se ao magistério em escolas católicas, sendo a primeira experiência no mesmo Instituto que concluiu seus estudos. Depois, foi admitida como professora na Congregação das Pobres Irmãs Escolares de Notre Dame. Mas não optou pela vida religiosa naquela Congregação, ficando apenas como professora, pois seu sonho ainda estava alicerçado no sermão do padre, ou seja, ficar mais próxima das crianças pobres e pagãs.

A referida Congregação era visitada por autoridades, oportunidade para que Francisca chamasse a atenção daquelas pessoas, bem como para que o Rei da Baviera, Ludwig I, pensasse em pôr em prática uma ideia que tinha há alguns anos. Essa ideia consistia em comprar crianças na África para serem ensinadas e instruídas na Europa.

Francisca foi escolhida para realizar essa tarefa e aceitou o desafio, porém, não foi fácil, pois teve que ensinar um pouco de alemão, além de enfrentar a resistência das crianças que estavam longe da família, vivendo uma realidade socioeconômica e de fatores



naturais diferentes, principalmente a climatologia, que também não contribuía para o processo de adaptação.

As crianças pobres e negras receberam a dedicação de Francisca, que, apesar da falta de delicadeza das meninas, depois de certo tempo, começaram sentir confiança até chamá-la de mãe. Porém, o esforço não foi suficiente para impedir que as crianças morressem uma após outra, restando apenas duas. Uma optou pela vida religiosa, a outra se casou, mas continuou mantendo contato com Francisca.

Há algumas controvérsias quanto ao número exato de crianças, porém os registros apontam para um pouco mais que 20. Nota-se que foi um grande desafio assumir a educação daquelas crianças, visto que apresentavam uma situação delicada: além de negras e pobres conforme foi citado, estavam longe do seu habitat, família e outras crianças da região. À época, comprar pessoas, inclusive crianças, era um processo normal, porém de valor imensurável para o Rei, pois, para o mundo e de acordo com suas concepções, para Deus estava fazendo uma grande caridade.

Diante desse fato, ficam uma enorme lacuna e muitas indagações ao que se refere à compra das crianças, à educação por imposição, à negação de sua cultura, que, mesmo tendo a atenção de Francisca, não foi suficiente para que elas pudessem continuar vivendo, pois a maioria delas morreu com uma única justificativa: a não adaptação ao clima.

Sem questionamentos ou sentimento de culpa apenas iam enterrando sem haver nenhum indício de tentar erradicar aquela situação. Melhor e mais cômodo era dizer que foi por causa do clima, ignorando, assim, às questões psicológicas, inerentes à faixa etária das crianças, e a situação que estavam vivendo, como falta da família, adaptação às condições de vida que, mesmo sem maus tratos, afetava diretamente o emocional.

Nesse cenário, as injustiças eram gritantes devido à grande desigualdade social, uma vez que a realeza e a Igreja eram o poder. Não há relatos de que a Igreja interferisse, ficando alheia às situações

que envolviam os problemas da sociedade mais necessitada da Europa e de outras regiões.

Diante da situação da população de baixa renda e sem renda naquele continente, Francisca decide pôr seu projeto em prática. E ao deixar Ebersberg, logo em seguida, foi para Insbruck, onde participou de um retiro espiritual dirigido pelo Revmo. Pe. Jung, S.J. Na ocasião, ela aproveitou o ensejo para falar ao padre de suas pretensões e, ele entendendo a importância daquele projeto, animou-a para que continuasse.

Segundo Binder (1948), o retiro fez com que tivesse mais coragem e determinação em iniciar seu grande feito através das palavras do Evangelho (Lc 9,22-25) “Eu vim trazer fogo à terra...Quem tomar o arado e olhar para trás...Quem quiser ser meu discípulo, tome a sua cruz. De que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro.” Entende-se que a partir das palavras do Evangelho é que ela decidiu que deveria seguir e, assim o fez.

Mesmo diante da situação sociopolítica e econômica da Europa, em 25 outubro de 1868, Francisca chegou a Viena, na Áustria, com o intuito de, naquela localidade, fazer florescer seu sonho. Pelo fato de só contar com 200 florins, arranjou uma acomodação muito simples (Wiedner Hauptstrasse), e logo cuidou em providenciar a autorização do seu projeto, que aconteceu no dia 21 de novembro de 1868, considerado pela Igreja Católica, dia de Nossa Senhora da Apresentação. Pode ser considerado um fato *sui generis*, mas a autorização da Congregação foi dada com apenas um membro: Francisca Lechner. Era o início do sonho sendo realizado.

Não demorou muito tempo e logo apareceu a primeira candidata, que, segundo Mohl (1989, p.1) uma das religiosas disse: “Madre Francisca fundou a nossa Congregação para o apostolado”, dessa forma a Congregação das Filhas do Amor Divino tem o lema: “Tudo por Deus, pelos Pobres e por nossa Congregação”, tendo como ideal de vida” fazer o bem, tornar feliz e conduzir ao céu”. A data de 21 de novembro, nos dias atuais, é comemorada por todas as casas

pertencentes à Congregação, considerada segundo Binder (1948, p.26) data-berço da Congregação.

A partir desse momento, algumas interrogações são oportunas. A princípio, destaca-se a questão da situação de submissão da mulher, mas ao que tudo indica Francisca não estava preocupada com esse problema, sentia-se forte o suficiente, pois a sua meta era cuidar das crianças órfãs, mulheres desempregadas e viúvas pobres. Outro questionamento é sobre a escolha do lugar. Por que foi fundar em Viena, na Áustria e não na Alemanha?

Para responder a essa pergunta, aparecem algumas respostas que, de certa forma, ficam obscuras, mas, nas entrelinhas, pode-se perceber seu olhar atento às difíceis situações sociopolítica, econômica e religiosa da Europa e, principalmente, da Alemanha. Um país que à época estava passando por situações preocupantes.

Antes mesmo da solicitação da fundação da Congregação, Francisca já vivenciava a busca pelo poder e as Revoluções Industrial e Política na Inglaterra e na França respectivamente, sendo que a primeira teve maior abrangência. Assim, a sociedade começava a apresentar outras características nas quais a burguesia assumia o poder em prol do sonhado avanço.

Apesar da complexidade, é importante fazer uma breve abordagem sobre o período que antecedeu à oficialização da Congregação, para que se possa entender sobre esse fato, principalmente, acerca da clientela que faria parte dela como freira ou como pessoa assistida.

Robsbawm (2015a), no primeiro capítulo de seu livro a Era do Capital, faz algumas ressalvas sobre o que seria ter vivido nesse período. Cita o pensador político francês Alexis de Tocqueville que proferiu a seguinte frase: “Estamos dormindo em cima de um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme mais de uma vez? Sobre o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte”. Essa frase deu condição ao seu autor de se reerguer na câmara, e a Hobsbawm (2015a) fazer profundas análises. Pois foi uma Revolução diferente

das demais, em virtude de ter afetado todas as classes sociais com uma grande e rápida abrangência.

Mas, apesar dessa explosão, as revoluções de 1948 não foram bem sucedidas, pois não atingiram seu objetivo: derrubar os velhos poderes. Como todas as outras revoluções, há algo em comum: a dos trabalhadores pobres que, apesar de serem muitos, tinham pouco poder. Com a mesma velocidade que aconteceu, acabou e a Europa não conseguiu mudar. O que chamou a atenção e pode ser destacado como realmente duradouro foi o Manifesto Comunista, que teve sua parcela na História Mundial.

Diante dessa situação, as consequências foram catastróficas, ocorrendo muitas mortes que, segundo Hobsbawm (2015a, p.43), “foram 1.500 trabalhadores, dois terços dos mortos do lado do governo. [...] uns três mil foram trucidados depois da derrota, enquanto 12 mil foram aprisionados, a maioria para serem deportados para os campos da Argélia”.

A liberdade econômica não aconteceu em uma mesma época nos países europeus. Na Alemanha, por exemplo, na Federação do Norte, em 1869 e no Império Alemão, no ano seguinte, sua industrialização ia além dos fatores econômicos e, nessa década, o movimento marxista ainda não havia atingindo o auge.

Na década seguinte, o cenário muda e registra-se o capitalismo com suas características não apenas na Europa ou alguns países daquele continente, mas de abrangência global. A Europa se volta para o crescimento dos Estados Unidos, percebendo-se que se tratava de um novo contexto; o pobre não tinha espaço. Diante dos fatos citados, tem-se uma ideia do cenário mundial nas décadas citadas, sendo destacadas as revoluções que aconteceram na Europa: a Revolução Industrial que refletiu, no mundo, o socialismo de Marx e o desenvolvimento dos Estados Unidos.

As consequências desses acontecimentos provocaram mudanças na sociedade como: êxodo rural, aumento das cidades, redução de produtos agrários, desemprego e desigualdade social com o capitalismo. É nesse contexto que se pode entender os propósitos de

Madre Francisca, pois esse período trouxe grandes consequências de ordem social. A zona rural começou a ceder lugar às indústrias, o trabalho manual foi substituído pelas máquinas, que produziam em larga escala, deixando os artesãos sem trabalho. A partir daí, a sociedade europeia vivenciou situações difíceis em vários aspectos.

A Congregação das Filhas do Amor Divino foi fundada em 1868, período que antecedeu os grandes conflitos citados, mesmo rápidos, mas que deixaram consequências nos anos subsequentes. O Império Alemão conseguiu estabelecer-se entre 1864 e 1871. De acordo com Hobsbawm (2015a), os filósofos daquele Império declararam guerra a Deus, em nome da “sabedoria” (*kulturkampf*)<sup>6</sup>.

Diante desses fatos, pode-se entender quais as causas que levaram Francisca a optar em fundar a Congregação em solo austríaco e não alemão. A luta pelo poder dos territórios era grande e desigual, pois quem mais sofria eram os pobres e como resultado havia muitas mulheres que perderam seus maridos em conflitos e massacres ou estavam vivos, porém, desempregados.

Não obstante a situação das mulheres com suas crianças submissas pela própria situação e circunstâncias, elas necessitavam de apoio, atenção, trabalho e escola para seus filhos. Naquele período, também era preocupação de Madre Francisca a situação das mulheres, membros da Congregação, porque há relatos sobre o que era entendido como “mundo” e, esse causava certo desconforto, Mohl (1989, p.1) “Mundo são os homens”, segundo o Evangelho de João:12,47 “Se alguém ouvir minhas palavras e não as guardar, eu não o julgo, porque não vim para julgar o mundo, mas para salvar o mundo”.

Observava-se certa angústia de Madre Francisca a esse respeito, pois as religiosas de sua Congregação deveriam estar preparadas para o enfrentamento do “mundo”, visto que quem não conhecesse ou aceitasse a Deus, poderia perseguir quem falava em nome Dele. Nesse contexto, as Filhas do Amor Divino eram as

---

<sup>6</sup> Perseguição à Igreja Católica por parte do governo.

discípulas de Jesus, e iriam ter contato com o mundo através das suas ações, quer pastorais ou educacionais. O medo era que as jovens retrocedessem nas suas escolhas como pessoa e religiosa.

Mohl (1989, p. 2) “a crise cultural da mulher, nos tempos modernos, produziu efeito, e, nos primeiros anos de fundação, também sobre as comunidades das Irmãs (FDC) e Madre Francisca. Mas, o problema foi solucionado num tempo breve, digno de admiração”. Para esse problema, a Madre Francisca tentava amenizar o momento com sua espiritualidade e suas frases, que eram sempre voltadas para os ensinamentos de Jesus Cristo.

Nesse sentido, há afirmações que a Igreja lhe dava um grande apoio e, não obstante, havia, algumas situações conflitantes em que as irmãs fraquejavam, mas Madre Francisca dizia que isso acontecia com as pessoas que não tinham vida espiritual alicerçada. Esse temor do “mundo” perdurou até o Concílio Vaticano II. Porém, durante todos esses anos, a Congregação continuou crescendo e recebendo freiras.

Apesar dos riscos, as religiosas continuaram seu trabalho sempre tendo a Madre Francisca como exemplo, que, como mulher, não tinha medo de enfrentar as coisas mundanas, pois se sentia segura e alicerçada nos ensinamentos de Jesus Cristo.

Com isso, de qualquer modo, fica subtendido que, a passos lentos, houve algumas pequenas mudanças no modo de vida das religiosas, nas concepções de mundo e do mundo temido. Para tanto, ao longo dos anos, durante esse período anteriormente citado, foram renovadas as Constituições da Congregação, que são embasadas nas Escrituras e no carisma da Madre.

Diante das inúmeras situações enfrentadas por Francisca, principalmente na Alemanha, pode ser entendido que uma das razões para justificar a escolha pela Áustria tenha sido o credo religioso católico, pois, com sua criticidade aguçada e visão de mundo, percebeu que lá havia uma margem maior de possibilidades para dar continuidade à sua obra alicerçada no Evangelho.

Como não tinha um local para o funcionamento da Congregação, logo foi procurar uma casa para alugar, mas antes

encontrou o doutor Wiedmann, que a deixou entusiasmada com suas palavras, dando a notícia de que o Imperador tinha propósito de fundar um abrigo para empregadas. Era o seu público alvo, mas, infelizmente, não era verdade, fato que a fez refletir na situação e ter cuidado com falsas promessas.

Mesmo assim, continuou em busca de um espaço para alugar e encontrou a casa de uma viúva que lhe alugou um quarto e uma salinha no terceiro andar da rua dos Surdos Mudos nº 05. Apesar de ser um lugar pequeno e de mobília muito simples combinava com as coisas de Francisca: uma mala e, além das roupas, trazia um crucifixo, a imagem de Nossa Senhora e dois castiçais.

Aos poucos foram chegando outras jovens. A primeira tinha por nome Catarina Benda, que recebeu o nome de Irmã Luzia. Infelizmente, veio a falecer após três anos, quando esmolava; a segunda jovem foi Judith Koeck, futura irmã Josefa. Após essas duas, outras jovens foram chegando e deixando o espaço pequeno, tendo Francisca que procurar outro maior. A cada jovem que chegava ela explicava os seus propósitos de inclusão social com abrangência em três setores:

Primeiro- Lares e abrigos para empregadas que vêm do interior e que facilmente sucumbem às tentações da grande cidade.

Segundo- Orfanatos que eduquem e encaminhem para vida os mais desamparados.

Terceiro- Educandários para a juventude. (CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO, 2008, p.10).

Os propósitos de Francisca estavam embasados nas palavras de São Paulo: “A caridade de Cristo me impele” (2 Cor 5, 15). Vê-se que seu objetivo principal estava voltado para o amparo às empregadas domésticas, bem como a inserção de alguns grupos sociais da época, como as camponesas, as empregadas domésticas, órfãos, jovens e, em um segundo plano, a fundação de abrigos para as empregadas idosas e inválidas, o que, atualmente, são os asilos.

As religiosas Hetzel e Hendges FDC afirmam que (2008, p. 20), “Se Deus abençoasse estas iniciativas, queria dedicar, futuramente, seus institutos, de modo geral, à formação e à instrução da juventude, sem perder de vista o objetivo principal, o amparo às empregadas domésticas.” Percebia a necessidade desse trabalho de inclusão social, em decorrência da situação sociopolítica em que estavam inseridas.

Diante do exposto, é importante fazer uma pequena abordagem acerca do significado das palavras-chave desta pesquisa, inclusão social e inserção, presentes em todos os capítulos. No Brasil, essas palavras remetem a vários significados e ressignificados, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Foi um momento pelo qual vários grupos dentre os quais os pertencentes às instituições católicas se voltaram para discutir sobre as questões que envolvem os direitos humanos e dentre elas estava a inclusão social, ou seja, a inserção das pessoas pobres nos meios sociais.

Neste propósito, a palavra incluir no dicionário Ferreira (2005, p. 469) significa, fazer tomar parte; inserir. Era um ponto de partida pelo fato de que a partir da inclusão social, se pressupõe que seria reduzida a exclusão humana em suas diversas faces e formas.

É importante fazer um breve comentário acerca dos três blocos de pobreza apresentados pela Teologia da Libertação, que, segundo G. Gutiérrez (1999 *apud* GONÇALVES, 2011), a real, a espiritual e a de comprometimento compassivo e solidário.

Assim sendo, podem ser assim definidas:

A pobreza real é definida como a econômica, cultural, de gênero e de novos pobres. [...] é concebida como carência de bens materiais necessários à sobrevivência básica dos seres humanos. [...] A pobreza cultural é referente à situação de marginalização e até mesmo a exclusão de índios, negros, dos migrantes e imigrantes pobres. Dessa pobreza emerge também o clamor pela inclusão, pela manifestação do caráter autóctone e valorativo intrínseco a cada cultura. [...] A de gênero se refere à marginalização da mulher. [...] Os novos pobres são os idosos, os dependentes



químicos, os deficientes, os doentes marginalizados - os leprosos, os aidéticos, por exemplo - ou em função da economia ou em função do preconceito excludente Da pobreza espiritual emerge a pobreza como compaixão e solidariedade com os pobres reais. (GONÇALVES,2011, p. 315)

Diante da citação, pode ser percebido que Francisca Lechner, à época, no século XIX, já sabia quem era o pobre, pois, muito antes dessas concepções, vislumbrava para essa classificação. As religiosas Hetzel e Hendges (2008, p. 20) afirmam: “É fácil reconhecer quão bem Francisca percebera a necessidade do tempo e, em que profundidade a realização destes seus planos atingiu a questão social da época. Isso também fora percebido por Sua Majestade, a Rainha, da Baviera[...].”

O projeto de Madre Francisca para a época era audacioso, principalmente para um período de turbulência em vários setores, com destaque para o religioso que era justamente o seu ponto forte. Verifica-se que seu plano era o de acolher as pessoas desempregadas, especialmente as mulheres, crianças e jovens.

Mas, apesar de pensar em abrigo e asilos, uma grande referência seriam as escolas, até porque já tinha experiência na área educacional. Por ser a escola católica, Francisca acreditava que seria um grande pilar para as formações do homem. Deixava claro que as escolas não deveriam evidenciar apenas a formação intelectual e moral, mas deviam ministrar o catecismo. Sobre esse assunto, pode ser citado que:

Francisca estava convicta de que é geralmente nos bancos da escola que se forja a personalidade, senão integralmente, mas, pelo menos, na sua base fundamental, máxime quando falta à criança, o ambiente familiar propício à sua formação. Fundando Casas de Ensino, o ponto que ela mais frisava era sempre, que, ao lado da formação intelectual e moral, fosse ministrado, carinhosamente, o ensino do catecismo, dentro de uma sólida formação religiosa. (BINDER, 1948, p. 23).

Assim, instalada no pequeno cômodo, a recém-fundada Congregação das Filhas do Amor Divino foi oficializada a 21 de Novembro de 1868, dia consagrado a Nossa Senhora da Apresentação.

Após a fundação, as irmãs puderam esmolar. Havia uma dependência muito grande da realeza, visto que, até para esmolar tinha que ter sua permissão. Apesar de não ser evidenciado nos livros de crônicas, acredita-se que a Congregação não podia ir de encontro aos anseios do Rei. Porém, não há registros de que ele ou a rainha faziam objeção aos pedidos das irmãs, talvez pelo fato de que eram conscientes de que as religiosas estavam fazendo o que deveria ser responsabilidade do Estado.

No entanto, ficavam gratos e, às vezes, davam ajuda financeira para que continuassem o trabalho. Essa ajuda para o Estado eram migalhas, porém, para a Congregação, era um tesouro, que ajudaria a dar continuidade ao propósito das religiosas, dotadas de uma grande riqueza espiritual. Mas, registra-se uma enorme pobreza material, o que não era impedimento para que praticassem a caridade e continuassem atentas às situações vivenciadas pela sociedade.

A cada dia mais mulheres apareciam pedindo abrigo e à procura de emprego, deixando o espaço pequeno para tantas pessoas. Diante desses fatos, Francisca resolveu procurar um imóvel maior, mesmo consciente de que não tinha dinheiro suficiente para a compra, todavia tinha a certeza de que as pessoas iriam ajudá-la, feito que só conseguiu após um ano de fundação da Congregação.

No dia da mudança, havia tão pouca coisa que se pode discriminar em resumidas linhas. Segundo Binder (1948 p. 32) “a mobília constava de um crucifixo, duas imagens; uma de Nossa Senhora e a outra de São José, duas malas, duas cobertas, três colheres, duas facas, dois garfos e dois candeieiros”.

A pobreza material imperava e chamava a atenção. Mas, isso não era visto com um problema, em virtude de ter sido opção de Francisca. Esse fato exige um questionamento. Será que opção de “ser pobre de bens materiais” não tinha o propósito de/para ficar mais próxima de Deus e dos verdadeiros pobres?

No aspecto teológico, ser pobre diz Mateus em (5,1): “felizes os pobres em espírito porque deles é o Reino do Céu”; em (5,3) “felizes os perseguidos por causa da justiça porque deles é o Reino do Céu”. Assim, podem ser entendidos os objetivos de Francisca em não se incomodar com bens materiais.

Porém, o público-alvo a que a Congregação tinha o propósito de atender, também era chamado de pobre, mas em outra condição que pode ser explicada através de Demo (1991a, p. 10): “ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter.” É possível entender que as empregadas domésticas, as desempregadas e os órfãos que perderam seus pais nos conflitos armados que ocorreram na Europa eram, de fato, os pobres que viviam na pobreza.

É de forma assustadora o número de pessoas que estavam sem casa, emprego e órfãs. Em quatro anos, a Congregação abrigou 10.600 moças e 322 órfãs. Esse número chamava a atenção da realeza que confirmava através de visitas que “as irmãs tomavam conta dos súditos e mais desamparados do império” (FELIX, 2008). Em suas cartas às suas filhas espirituais, a Madre ressalta:

Estando consciente demais da pobreza de nossa Sociedade, quisemos começar ali a nossa ação em condições extremamente pobres e modestas. O Senhor, no entanto, tinha outros desígnios com as menores de suas servas, pois Ele preparou ali para as nossas Irmãs um campo desdobrado para a sua atividade. Na escola para pobres e na Escola Dominical, no Orfanato (Instituto Mariano), elas agora procuram ser úteis às crianças e às jovens pobres. No Instituto São José, devem instruir as crianças de funcionários militares e civis, bem como, as das famílias burguesas de melhores condições. (HETZEL; HENDGS, 2008, p. 106-107).

A cada dia piorava a situação do povo e, paralelamente, já atuavam com outras classes sociais conforme citação. Ao que tudo indica, essas escolas destinadas à elite sustentavam os orfanatos e davam condições de abrir outros. Em 1882, foi fundada uma casa em Sarajevo e lá teve que conviver com os maometanos, esses que, ao

observarem os trabalhos desempenhados pelas irmãs na escola e no orfanato, tinham respeito e admiração.

Em Slatina, onde os moradores nunca tinham visto uma freira, elas abriram outra casa, onde também foram aceitas. Em Biala, receberam um presente de um castelo do Arquiduque Albrecht, local onde formaram mais de 10 mil alunas. Sabiam que era um grande campo de atuação, porém eram inúmeros os entraves, desde o campo religioso ao político e econômico.

Sobre o aspecto religioso não há relatos de que houvesse preferência das irmãs ou alguma exigência pelas crianças ou órfãos de credo católico, mesmo que, à época, o fator religioso fosse um agravante para intolerâncias.

No ano de 1892, Francisca faz referência à solicitação dos Padres Leopold Stoger e Adam, que pediram para a ela e suas religiosas para dirigirem um Jardim de Infância e uma Escola para Instrução Doméstica, em Viena. O convite foi aceito e, aproveitando o ensejo, organizaram, no mesmo espaço, uma secção para jovens à procura de emprego.

Com isso, deixa claro que estava sempre atenta aos problemas enfrentados pela sociedade. Chegava a afirmar que “as irmãs têm um vasto campo de ação, preservando as jovens da vaidade, ensinando-lhes a poupar, incentivando-as a depositar o seu dinheiro na Caixa Econômica” (HETZEL; HENDGS, 2008, p. 176). É interessante essa preocupação com as finanças das jovens, talvez pela experiência da Madre que, quando jovem, era responsável pela contabilidade na olaria de seu pai.

Durante os anos subsequentes até 1893, Madre Francisca fundou várias casas, abrigos, conventos e escolas na Europa, ampliando seu desejo e alegando que também era o de Deus. Há diversos relatos de que, por mais difícil que fosse a situação, sempre conseguia resolver o problema, pois cada abrigo, orfanato e escola que se abriam necessitavam de mais freiras e recursos financeiros.

A cada dia apareciam mulheres que precisavam de emprego e, para tanto, necessitavam dos ensinamentos das irmãs e abrigo para

seus filhos que não tinham onde ficar. As empregadas, crianças e jovens órfãs “encontraram amparo, instrução gratuita e a mediação de emprego” (HETZEL; HENDGS, 2008, p.40). Era urgente a necessidade de essas mulheres serem inseridas no mercado de trabalho e terem seus direitos respeitados.

Sobre o cuidado e zelo para com as pessoas necessitadas, quando estava enferma a Madre, ainda fez uma ressalva registrando, em carta datada em 1892:

O que ainda me propus, de modo especial, é insistir que a escola dominical, onde for possível, seja exercida com zelo, que as empregadas sejam instruídas na santa religião, tanto quanto possível, e que as Irmãs, de modo algum, subestimem a importância do seu cargo junto à elas, indo ao encontro das jovens com amor e solicitude, consolando-as, aconselhando-as e oferecendo-lhes proteção, quando durante o tempo livre lhe visitam no Convento. Aqui as irmãs têm um vasto campo de ação, preservando as jovens da vaidade, ensinando-lhes a poupar, incentivando-as a depositar o seu dinheiro na Caixa Econômica e assim por diante. (HETZEL; HENDGS, 2008, p. 176).

É notório que havia preocupação com a preservação do credo católico, porém fica explícito que também se preocupava com o respeito às mulheres, lembrando às religiosas que não a subestimassem. Ainda vale salientar que insistia na escola dominical que ensinava outras coisas do dia a dia além da educação religiosa. Francisca faleceu aos 61 anos, aos 14 dias do mês de abril de 1894, mas deixou seu legado de 27 casas na Europa e 600 religiosas, que foram multiplicadas para que até os dias atuais as pessoas possam desfrutar de sua obra. Sabe-se que, à época, havia muito rigor com as causas relativas à Igreja, principalmente as religiosas.

Mas, ao que parece, ela não estava alheia aos acontecimentos e à necessidade do povo. Alguns relatos sobre Francisca apontam que só quando estava enferma e próxima a seu falecimento se distanciou do mundo e, conseqüentemente, dos problemas do povo.

Sobre esse fato verifica-se que:

A oração constituía ocupação frequente da enferma. Rezava o terço muitas vezes e com profunda devoção. [...] possuía um crucifixo com relíquias [...] Os nomes dos santos, cujas relíquias estavam contidas no crucifixo, Madre Francisca, pediu que os escrevesse num bilhete, a fim de invocá-los com frequência pelo nome, acrescentando as palavras: “Rogai por mim”! Esta ladainha, composta por ela mesma, também pedia que a rezassem todos os dias com ela, enquanto ela respondia com as palavras mencionadas. Pelo que estava acontecendo no mundo, Madre Francisca já não se preocupava mais, já não lhe interessava. (HETZEL; HENDGES 2008, p. 243).

A vida da Madre foi voltada para a caridade, pois seu trabalho era direcionado não apenas para a formação de religiosas que vivessem em clausuras, e sim como ela mesma dizia “viver no mundo”. Os dogmas da Igreja, os medos incutidos não eram poucos, porém encontrou a espiritualidade para sua resignação e das freiras que faziam parte do seu projeto, tendo consciência de que algumas poderiam desviar do caminho que foi trilhado.

Entendia a sociedade a ponto de conviver com ela e nela. Soube conviver com a elite e dela receber ajuda financeira, assim colocou seu projeto em funcionamento, expandindo-o, visto que seu público-alvo aumentava principalmente as trabalhadoras e viúvas desempregadas que enfrentavam a discriminação social e política pertinente à época.

Segundo dados estatísticos, Binder (1948, p. 148), de 27 de novembro de 1868 a 1º de maio de 1873, “passaram pelo nosso Instituto 10600 moças à procura de colocação e destas conseguimos empregar 9.800. Destas 10600 moças, 10150 eram católicas, 373 protestantes e 77 judias.”

Apesar de o número de católicas ser bem superior, há também em menor proporção jovens de outros credos, fato que inviabiliza comentários acerca de que possa ter havido intolerância religiosa. Parece que o foco estava em ajudar as pessoas necessitadas. De acordo com Binder (1948, p. 148), “centenas de órfãos e crianças pobres não

bateram em vão à nossa porta. A todos acolhemos e protegemos, procurando prepará-los para a vida”.

Fazer uma breve discussão do perfil da mulher dessas décadas é salutar em virtude de se tratar de um projeto especificamente voltado para elas e seus filhos. À época, a mulher ainda não havia alcançado sua emancipação, estando ainda acanhada e restrita a alguns lugares.

Cada período da história refletiu também no perfil da mulher no campo, casada, com muitos filhos; na indústria, trabalhando muito e sendo discriminada na força de trabalho, reduzindo a natalidade, optando por ficar solteira, fazer parte de alguma congregação religiosa; e ainda as que estavam refazendo sua vida, pois se encontravam viúvas, desempregadas e com filhos órfãos.

O trabalho feminino sempre existiu, sendo modificado conforme a necessidade da mão de obra vigente. Mas, a questão gira em torno das discriminações sofridas que perduram até os dias atuais principalmente com o público que foi escolhido para as ações das Filhas do Amor Divino, as mulheres pobres. Sobre esse fato, pode-se intensificar, apontando os seguintes dados:

No século XIX, foram, cada vez mais, consideradas aberrações da natureza, a não ser nos níveis sociais mais baixos, onde a pobreza e o rebaixamento geral das “ordens inferiores” impossibilitava considerar assim tão “desnaturadas” as mulheres que perfaziam o grande número das lojistas, das feirantes, das estalajadeiras e das donas de pensão, das comerciantes e das prestamistas. (HOBSBAWM, 2016b, p. 309).

Observa-se que a mulher ainda carecia de um olhar mais aguçado, visto que a economia girava em torno do homem, os direitos não eram dados a ela, inclusive o de votar. Assim também a política era exclusividade para eles, pois esse assunto era discutido em lugares não frequentados pelo sexo oposto.

Há pesquisas que apontam que a Igreja, de um modo geral, principalmente a católica, lutava contra o chamado progresso do século XIX e, de certa forma, incentivava as mulheres a serem submissas aos maridos.

É possível que, em virtude de a Igreja ter observado que seu público era cada vez mais feminino, reconheceu a influência de trabalho e a vida de algumas mulheres que foram canonizadas como: Santa Bernadete de Lourdes e Santa Teresa de Lisieux, no início do século XX, bem como incentivo do culto a Maria (HOBSBAWM, 2016 b).

Sobre esse assunto convém citar que Madre Francisca e cinco irmãs: essas últimas, consideradas mártires do Drina,<sup>7</sup> foram beatificadas em 24 de setembro de 2011, pelo Papa Bento XVI, e encontra-se em processo de canonização.

Muitos foram os feitos da Congregação na Europa e para tanto pode ser comprovado através dos inúmeros relatórios existentes, dos quais se pode citar o que enfatizava as finalidades do Instituto Mariano. Uma das preocupações de Madre Francisca era deixar os benfeitores informados como forma de gratidão:

- 1º Dar asilo às moças que buscam emprego ou que, uma vez despedidas das casas, procuram abrigar-se até nova colocação.
- 2º Educar os órfãos
- 3º Dar abrigo às empregadas inválidas e velhas (BINDER, 1948, p. 147).

Os relatórios deixavam claro que havia preocupação com todas as faixas etárias do sexo feminino, bem como com o alicerce religioso para que “as jovens inexperientes não caíssem nas ciladas” (BINDER,

---

<sup>7</sup>O Drina é o rio que divide a Bósnia da Sérvia, local onde os corpos das irmãs FDC, Maria Jula, Bernadetta, Maria Krizina, Maria Antonija (Mártires do Drina) que moravam em Pale, foram jogados na madrugada de dezembro de 1941, em Gozarde, pequena cidade na Bósnia Oriental. À época, os soldados sérvios estavam invadindo as casas de muçumanos e católicos, para massacrá-los às margens do rio. As FDC, também foram perseguidas e, durante cinco dias e cinco noites, caminharam pelos bosques até chegarem ao quartel do Rei Petar Karadordevic' e, para não serem violentadas se jogaram uma a uma provocando a morte corporal e não a espiritual. Havia uma quinta religiosa, Irmã Berhmana, aos 76 anos era a mais velha do grupo, foi deixada no caminho e depois retornaram para matá-la. As cinco religiosas foram beatificadas.



1948, p. 147). Neste contexto, consta no relatório: “os órfãos procuramos educar para um futuro autônomo e seguro” (idem).

Observa-se que, apesar do cuidado excessivo com as mulheres vinculadas aos dogmas da Igreja, para os órfãos, pensava-se numa educação em que eles fossem autônomos. Essa afirmação pode ser entendida que deveriam ser adultos longe das amarras e pudessem conduzir suas vidas.

A Congregação foi-se expandindo pelo continente europeu desde 1868, atuando em vários países, até chegar aos continentes americano e africano. Mantendo as mesmas ideias da Madre, os últimos dados estatísticos de 1º de janeiro de 2007 apontam para 1133 irmãs com votos perpétuos, 77 junioristas e 18 noviças somando 1228 religiosas, trabalhando com pastoral e educação escolar. Era visível a expansão por vários países da Europa, como Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Polônia e Inglaterra. Foram muitas conquistas, porém nunca estavam livres das perseguições que foram intensificadas na Segunda Guerra Mundial.

Diante dessas situações vividas por Francisca e, posteriormente, pela Congregação, pode-se elaborar um perfil das Filhas do Amor Divino em relação ao contexto sociopolítico do Brasil.

A princípio era um breve relato da região Sul, de 1920 a 1925, enfatizando os trabalhos socioeducacionais com sede em Santa Maria-RS e a Província do Nordeste-PRONEVES, com sede em Emaús, Parnamarim-RN.

A partir de 1925, foi enfatizado o Nordeste brasileiro cujo ponto referencial eram a fundação das escolas, os trabalhos de pastorais e educacionais das irmãs não só com as elites, mas com os menos favorecidos. Esse foi o grande desafio.

A *priori* se faz um questionamento sobre as causas que contribuíram para que as irmãs pensassem em expandir a Congregação além do continente europeu. As condições vividas naquele continente, conforme já foi citado, contribuíram para um grande índice de mulheres desempregadas, viúvas e crianças e jovens

órfãos. Ainda mais, acrescenta-se a condição da mulher, as revoluções e, mais precisamente, a Revolução Industrial.

Há, pois, a certeza de que a Igreja, de certa forma, tenha contribuído para Francisca edificar seu projeto, para melhorar a condição de igualdade da mulher perante o homem na sociedade, apesar das ideias retrógradas que apresenta. Outra situação foi a condição da Áustria católica que só atenuaria o propósito de Francisca com as jovens que optassem pela vida religiosa, celibatária e com votos de pobreza material.

A Alemanha não seria um campo fértil, até porque foi um país que sempre se destacou em diversos aspectos no cenário mundial, seja na economia, no campo político ou no religioso. Como o período da fundação da Congregação tinha sido conturbado por diversas razões, assim também se fez necessário destacar as causas que contribuíram para que as irmãs chegassem ao Brasil. Um país de grandes dimensões territoriais e diversidades culturais formadas por uma composição étnica composta de índios, negros e não índios chamados de brancos.

Há alguns aspectos que também foram destacados, dentre eles o econômico, visto que o fio condutor das ações das Filhas do Amor Divino está diretamente ligado à condição econômica das pessoas que necessitaram dos trabalhos de pastorais ou da educação escolar católica e, assim, terem a possibilidade de serem incluídas na sociedade. Para tanto, foi feita uma breve abordagem da situação da Europa paralela às condições do Brasil que possam ter contribuído para a instalação da Congregação.

A Europa estava em período de guerra. Não se tratava de uma pequena revolução desorganizada, e sim da I Guerra Mundial. Naquele momento, Madre Francisca estava em outra dimensão, estando à frente da Congregação uma de suas filhas espirituais, Irmã Maria Ignatia Egger, que fora designada por ela, em testamento, como sua sucessora, e que, por vezes, foi eleita como Vigária Geral

consecutivamente em vários capítulos<sup>8</sup>. Sabe-se que o período era tenso, característico das consequências dos tempos de guerra, principalmente a insegurança da continuidade, a multiplicação e abrangência da Congregação no continente europeu.

Nesse cenário, destacou-se uma religiosa, Irmã Teresina Werner (FDC), que não era Vigária Geral, não ocupava nenhum cargo, nem foi designada para esses fins, porém dedicou parte de sua vida para a expansão da Congregação além-mar, especificamente no continente americano. Fora um ponto considerado nevrálgico em decorrência do antagonismo de ideias e concepções entre as duas religiosas citadas.

É necessário perceber que o processo de organização da vinda para as Américas coincide com um ano antes do início da I Guerra, que durou de 1914 a 1918, ou seja, esses anos de conflito mundial foram tempo suficiente para causar desgastes em vários setores da sociedade e, em vários países, principalmente da Europa.

Após esse conflito mundial, surgiram muitas indagações e incertezas quanto à continuidade da Congregação das Filhas do Amor Divino naquele continente. As perseguições políticas e religiosas causavam insegurança, fato que pode ter contribuído ou mesmo ser o responsável pela chegada das irmãs no Brasil, em 1920.

A partir do início da I Guerra se pode dizer que:

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve século XX sem ela. [...] Paz significava antes de 1914: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível. (HOBSBAWM, 1995c, p. 30).

Fez-se um breve relato da situação da Europa, visto que, até no momento citado, vê-se que há uma ligação da atuação das irmãs com o contexto político daquele continente, principalmente dos países

---

<sup>8</sup> Nomenclatura atribuída às reuniões mais importantes com a presença de toda hierarquia Provincial.

considerados poderosos. Observa-se que, desde os pequenos conflitos que afetaram a população considerada pobre, principalmente as mulheres, que eram subjugadas, havia uma política das Filhas do Amor Divino com essa clientela, juntamente com seus filhos.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, Hobsbawm (2016b, p. 498) afirma que “após 2014, o mundo sugeria, sem sombra de dúvida, outras e maiores calamidades, até ao mais imune a elas em suas vidas pessoais”. A situação estava muito difícil e foi a partir desse momento que a Irmã Teresina Werner continuou, com mais intensidade, sua luta para fundar outras casas fora daquele espaço geográfico, estando como prioridades a Inglaterra, no continente europeu e, no americano, os Estados Unidos e o Brasil.

Em sua época, a Madre Francisca enfrentou outras situações, também difíceis, principalmente no processo de implantação das casas sendo imprescindível a ajuda dos que acreditavam naquela missão imprescindível.

Assim também, a Irmã Teresina não dispensou nenhuma ajuda que julgava necessária. Contudo, ela sempre esteve disposta a enfrentar os desafios, pois tinha convicção de que todo trabalho que fosse realizado era uma continuação dos anseios de Madre Francisca.

Segundo Oliveira (1998, p. 39), “Irmã Teresina pode ser considerada um marco que determina a 2ª fase de expansão missionária da “Obra Lechneriana”. A primeira fase, naturalmente, refere-se ao período da Madre Francisca Lechner.” As afirmações são embasadas em um dado concreto, ou seja, o número de fundações no período de 32 anos, a partir de 1894, quando Madre Ignátia Egger foi eleita no Capítulo Geral, como Vigária Geral.

Esse espaço de tempo é considerado longo, pois, mesmo conhecendo o espírito empreendedor e desafiador da Madre Francisca, Madre Ignátia não fez muita coisa, o que pode ser atribuído à situação socioeconômica da época, principalmente as causas da I Guerra e suas consequências. Diante dos fatos, até 1912, a Congregação ainda estava nos limites da Áustria. Todos os acontecimentos contribuíam para que

Teresina intensificasse suas justificativas para implantar a Congregação no Brasil.

Pode-se afirmar que até a chegada ao Brasil foi um período conturbado e tardio. Sabe-se que era o sonho de Irmã Teresina Werner implantar a Congregação, mas os obstáculos foram inúmeros, a começar pela aceitação da Madre Geral, que foi responsável pelo retardo na vinda das irmãs. Todas as vezes impunha inúmeros entraves do próprio tempo que estava sendo vivido, o nacionalismo, o liberalismo, o colonialismo, a I Guerra dentre outros, que dificultavam o processo de expansão para as Américas.

Contudo, isso não tirou o entusiasmo de Irmã Teresina, a quem se credita o mérito de ter sido a responsável direta pela presença das Filhas do Amor Divino no Brasil, pois, incansavelmente, solicitava a expansão da Congregação, o que, por várias vezes, ou sempre, não era bem aceito.

O que incomodava Teresina era o silêncio da Madre, que nem sempre respondia às suas cartas enviadas, justificando suas solicitações. O teor de suas cartas não era individualista, pois sempre visava à coletividade e lembrava os propósitos de Francisca que nunca desistia diante dos obstáculos.

Ela geralmente escrevia “Por que querida Revda. Madre nos martiriza com insuportável indecisão?” (WERNER, 1914 *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 40). Outras cartas do período em que Irmã Teresina estava na Inglaterra, apresentam questionamentos à sua Superiora, dentre eles destaca-se:

Os bispos e sacerdotes daqui nos simpatizam e nós não devemos aceitar nada: será que a Áustria vai ao encontro de um tão brilhante futuro? E qual o país ou Nação que vai então receber a nossa Sociedade? Então também não a América, imigraram além dos conventos franceses quase todos os portugueses, agora já seguem os espanhóis, e os italianos se preparam, porque na Itália está entrando uma crise maçônica, a Inglaterra e a América protestante também uma vez dirão basta aos conventos. (WERNER *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 48).

Irmã Teresina estava consciente da situação então vivida na Europa. Por isso, faz acreditar que estava querendo garantir a continuidade da Congregação, pois, se estivessem em outros países fora da Europa, haveria maior probabilidade de continuar a missão da Madre Francisca, “em novos lugares sociais e eclesiais como a África, Inglaterra, América, Canadá e Brasil”. (OLIVEIRA, 1998, p. 51).

Diante das insistentes solicitações e alertas de Teresina à Madre, sobre as necessidades da Congregação desde 1904, apenas no espaço de tempo de 1918 a 1920, teve a oportunidade de um trabalho em Graz (Áustria). Era um lar para meninas órfãs. Desta feita foi enviada correspondência à Madre, pela Baronesa Pala Morsey, que era Presidente da Associação de Senhoras Católicas elogiando o trabalho das irmãs e, conseqüentemente, de Teresina, ficando a Reverenda sem argumento para negar tal pedido.

Na ocasião, alertava à Madre que precisa de outra irmã, e não queria que o lar fosse para as mãos dos socialistas, pois tinha a missão de acolher órfãs e senhoras pensionistas. A permanência no Lar deu oportunidade a Teresina para entrar em contato com algumas pessoas do meio eclesiástico que poderiam ajudá-la na missão de vir para o Brasil, a exemplo do Bispo de Graz.

Ainda de acordo com algumas correspondências enviadas pelos padres que estavam no Rio Grande do Sul à Madre Ignácia Egger, foram várias as tentativas, desde 1913, cujo teor sempre solicitava a vinda das irmãs e apontava a necessidade do trabalho no Brasil, principalmente nas colônias alemãs, deixando claro que não era uma tarefa fácil.

Nas correspondências de (HASTENTEUFEL *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 38) à Madre, consta que deviam levar em consideração que era uma região que apresentava algumas peculiaridades entre as quais se destacavam a existência de índios que, desde o descobrimento do Brasil, estavam lá e, pelo contexto histórico, muitos portugueses e espanhóis.

Além desses, havia outros grupos, como os alemães e brasileiros de outras localidades contribuindo para a diversidade de

identidades, de hábitos e concepções religiosas no mesmo espaço territorial.

Outros fatores podem ser acrescentados a partir da estrutura física da região, visto que não apresentava estradas que facilitassem o acesso para outras áreas vizinhas em virtude de que ainda predominava a floresta praticamente virgem e, sem nenhuma condição de ser habitada.

Mas, quanto a essas dificuldades, as irmãs foram avisadas com antecedência, pelo Padre (SCHIMMÖLER, 1913 *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 85-86) conforme texto da carta enviada para a Madre Geral, Ignácia, datada em 1913 dizendo:[...] Mas, antes de a Senhora aceitar, pondere reze e reflita bem. É difícil campo de ação. Tudo está nos inícios. É preciso coragem apostólica para ir lá. Terão que privar-se de muitas coisas e renunciar a muitas comodidades.

Nota-se que, apesar do desejo de receber as irmãs, fez-se necessário apresentar a situação da região. A situação não era tão difícil para uma Filha do Amor Divino acostumada a enfrentar outros problemas na Europa. Ainda sobre o teor da carta, o padre sugere que “seria bom que falassem um pouco da língua portuguesa”. Essa foi a única sugestão que aparece de forma explícita, não se identificando como sendo uma exigência.

Sobre esse fato, é importante destacar uma correspondência do Bispo de Cracóvia, D. Adam Stephanus Sapieha, datada no dia 16 de agosto de 1913, cujo objetivo foi o de apresentar e recomendar a Congregação ao Bispo de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, Dom Hermeto José Pinheiro, esclarecendo, além de outras coisas, o trabalho realizado por elas, dizendo:

Então com 1.100 religiosas, distribuídas pela Áustria e Hungria em 46 casas, educando a juventude e formando domésticas, cuidando de hospitais, asilos de velhos e orfanatos, merece toda nossa consideração e confiança dos Bispos e atenção dos párocos que as desejam como auxiliares. (SAPIEHA, 1913 *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 78).

A atuação das irmãs já era conhecida e reconhecida na Europa e, naquele momento, estava sendo apresentada ao clero do Brasil, inclusive confirmando a fundação por Madre Francisca, em 1868, e aprovada pela Santa Sé, em 18 de agosto de 1897. Para a oficialização da vinda das irmãs para o Brasil, pode-se destacar dois padres jesuítas e irmãs de outra Congregação que atuavam no Rio Grande do Sul: Joseph von Lassberg e Maximiliano von Lassberg. Podem ser destacados esses padres por seu dinamismo e persistência.

A princípio, Irmã Ignácia recusou a solicitação, mesmo lembrando que seria uma bela missão. Apontou algumas dificuldades por que estavam passando, bem como fez algumas exigências, dentre elas a necessidade de que garantissem casa e sustento. Em outro parágrafo, lembrou ao padre que ele tinha razão para tomar tal decisão, mas era preciso ponderar e utilizou-se da frase citada por ele, na carta já citada, sobre os cuidados antes de tomar uma decisão.

É a partir dessas informações que se pode entender os motivos e a necessidade de implantarem a Congregação no Brasil. Uma das cartas do período de 1912 a 1914, que, segundo Oliveira (1998), não consta data nem local, mas é muito significativa, por fazer referência ao nosso país: “Brasil meu, ansiado campo de trabalho” (WERNER *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 59), mostrando que realmente estava decidida, mas faltava a liberação da Madre.

Teresina escreve dizendo:

Supondo, minha Querida Reverenda Madre, pela situação atual, também é da sua opinião, que o Brasil não é somente útil mas até necessário para o futuro da nossa Congregação, peço insistentemente, não me tornar mal, se eu digo, que agora não há mais tempo a perder (WERNER *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 64).

Diante dessa citação ficam claros os verdadeiros motivos da opção pelo Brasil. Vê-se que, a princípio, não era só uma necessidade no Sul do Brasil, mas da Congregação. Porém, com o apoio de Madre Ludovica Binder, Teresina teve contato com os padres Anton Schimmöller e Joseph von Lassberg que, naquele momento, estavam



na Cracóvia. Foram eles que comunicaram que estavam precisando de ajuda para os imigrantes alemães (colônia alemã), polacos que estavam no Sul do Brasil, em Cerro Largo e outras localidades.

Parece que era o que estava faltando. Mas cabe uma indagação. Qual ou quais os motivos que contribuía para que a Madre não liberasse de imediato a vinda das irmãs para o Brasil? Segundo os escritos de Madre Francisca, a expansão fazia parte do seu projeto, não estavam explícitas quais as nações além do continente europeu, mas, a princípio, nada impedia ser no Brasil.

Apesar de todas as tentativas e solicitações dos padres e da luta constante de Irmã Teresina desde 1913, conforme foram mencionadas, elas só chegaram à região, em Cerro Largo, no Sul do Brasil, em 1920, emancipado da Comuna de São Luís Gonzaga pela Lei nº 2519, de 15 de dezembro de 1954. No ano seguinte, em 28 de fevereiro, foi oficializado o novo município com o nome de Cerro Largo.

Vale salientar que essa conquista aconteceu após a criação da Paróquia de Cerro Azul. Após quase sete anos de resistência da Madre Ignácia Egger, finalmente as irmãs foram liberadas para iniciarem a missão no Brasil, tendo sido escolhida como superiora da casa a Irmã Teresina Werner, segundo trecho de uma carta, datada de 19 de abril de 1920, em Viena.

Vê-se que incentivava Teresina, mas enfatizava a responsabilidade de sua função e a importância das suas ações, que deveriam servir de exemplo para as demais. Além disso, deixava claro que a decisão somente foi tomada após madura reflexão, embora isso seja subentendido pelo longo espaço de tempo. Não são destacados os motivos que teriam contribuído para que a Madre tivesse resolvido o impasse acerca do estabelecimento da missão no Brasil, e redigido o chamado “envio”.

A seguir, alguns trechos da referida carta:

Após madura reflexão em oração diante de Deus cheguei à decisão, de nomear a Sra. minha filha espiritual como superiora para a casa fundada no Brasil. [...] Seja modelo de virtudes para as irmãs e para as pessoas que lhes forem confiadas e lhes seja mãe

no verdadeiro sentido da palavra. Enumerar todas as obrigações que lhe competem nessa missão, não é necessário; a Sra. encontra estas registradas na nossa Santa Regra. Reze diariamente para que Deus a assista com a sua Graça. [...] Caso a Sra. por algum motivo for exonerada, deverá devolver este decreto. Pedindo a Deus a sua proteção e bênção para a Sra., sou sua mãe solícita pelo seu bem estar espiritual e corporal. (EGGER *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 105).

É interessante que a Madre enfatiza as obrigações de Teresina, mas não se sabe o certo se realmente foi uma decisão ou porque se sentiu obrigada em meio a sete anos de solicitações. Não seria por demais achar que foi vencida pelo cansaço, em virtude da insistência da religiosa, ou mesmo, como uma forma de afastá-la para além-mar, bem distante da Europa? Pois, sabendo das circunstâncias e das dificuldades que poderiam enfrentar em solo brasileiro, não é demais imaginar a vinda para o Brasil como uma forma de castigo.

## 1.2 A congregação das filhas do amor divino no Brasil: aspectos históricos, sociais e econômicos

Segundo Oliveira (1999), no dia 29 de abril de 1920, Irmã Teresina e suas companheiras partiram para o Brasil, estabelecendo-se na terra das “Missões,” região também conhecida como “Reduções”, tendo Nossa Senhora Conquistadora como padroeira da Diocese de Uruguaiana, trazida pelos antigos missionários. As irmãs do Amor Divino trouxeram a devoção à Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros desde o Brasil Colônia.

Como foi apresentado, na Europa, as irmãs se dedicavam a vários trabalhos, principalmente à atenção especial às mulheres. Essa educação católica sempre foi uma referência, visto que atendia à juventude feminina e aos idosos que sempre foram incluídos.

No Brasil, como a situação socioeconômica era outra, ou seja, não havia tantas viúvas, nem mesmo crianças órfãs e sim uma sociedade escravocrata com fortes desajustes sociais na qual se podia encontrar negros, índios e portugueses. Segundo Buarque de Holanda

(1995, p. 73): “não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais.” A industrialização e o desenvolvimento ainda não tinham chegado.

Mas, desde o século XVI, a educação católica esteve presente através dos jesuítas no processo de formação do povo brasileiro, pois, além das atividades que eram desenvolvidas, como ensinar a ler, a escrever e contar, nesse contexto era adotada a formação religiosa como fio condutor dessas atividades escolares através da catequese. Contudo, pode ser observado como um grande ganho para a sociedade, porém há muitas críticas acerca da forma como foram conduzidas essas ações, mesmo reconhecendo a importância para o Brasil.

Dessa forma, salienta-se que:

A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite. E foi com esta característica que ela se afirmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil os seus membros e também com essa mesma característica que ela sobreviveu à própria expulsão dos jesuítas, ocorrida no século XVIII. Dela estava excluído o povo e foi graças a ela que o Brasil se “tornou, por muito tempo, um país da Europa”, com os olhos voltados para fora, impregnado de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante. (ROMANELLI, 2014, p. 35).

Desse modo, pode ser entendido o ponto nevrálgico desta pesquisa, visto que, apesar do reconhecimento dos benefícios dos trabalhos realizados pelos jesuítas, há a chamada educação de elite que ficou enraizada. Não havia incentivo para as classes inferiores estudarem, até porque, o que estava valendo era o que tinha retorno a curto espaço de tempo, e, assim, como o estudo, enquanto processo, requer tempo, prazer e entendimento dos seus benefícios, aquela clientela precisava, nas circunstâncias em que vivia, de alimento e casa, e isso só acontecia se trabalhassem muito.

A situação deixava-os desacreditados na educação escolar, fato que contribuía para que seus filhos não estudassem. A educação pública e a privada foram tornando-se excludentes pelo fato de não oferecer condições para todos, principalmente os de baixa renda, geralmente considerados pobres. Porém, após a independência do Brasil, desde a primeira Constituição, a educação passou a ser concebida como direito de todos.

A educação atual, de forma geral, divide-se em sistemática e assistemática, sendo a primeira um “direito de todos e dever do Estado e da família” [...], de acordo com o Capítulo III, Seção I, artigo 205 da Constituição Brasileira (BRASIL,1988,131). E a segunda é a que acontece no seio familiar. Como foi exposta, desde o início de sua história em nosso país, ela foi organizada em uma perspectiva de processo excludente, do qual alguns participavam e, mesmo entre esses, nem todos aprendiam.

Segundo Azevedo:

Na época colonial [...] já não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes (dados pelos colégios) passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres-mestres, juizes e magistrados. (AZEVEDO *apud* ROMANELLI, 2014, p. 36).

Contudo, fica subentendido que as irmãs sabiam a situação do Brasil. Porém, não há registro de que elas tivessem vislumbrado dar seguimento ao modelo de educação católica já existente. Os pesquisados levam a crer que o objetivo, no Brasil, era o de realizar trabalhos que dessem continuidade à missão de Madre Francisca Lechner. Assim, as irmãs Teresina Werner e Constantina Resch, as postulantes Erna Eck, Hedwig Hardegg e Margarida Engel desembarcaram em São Paulo e seguiram em direção a Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, local em que mantiveram contato com o Padre Schimmöller; depois, tomaram destino para Cerro Azul

(Cerro Largo), onde ficaram hospedadas no Colégio Santa Catarina naquela região.

As Filhas do Amor Divino enfrentaram algumas situações delicadas, a partir da demora na decisão da Madre Ignácia, de 1913 a 1920. Ressalta-se, também, a precariedade do sistema de comunicações que só era por meio de cartas, cujas correspondências além de demorarem a chegar, nem sempre eram respondidas a contento.

E, com isso, não se sabia ao certo; as respostas não chegavam porque a Madre não recebia as cartas ou porque preferia ignorar e não respondê-las? Tal aspecto, possivelmente foi agravado pelo desencontro dessas comunicações e fez com que as irmãs, ao chegarem ao Brasil, não encontrassem um local definido para se estabelecerem, mesmo depois de várias solicitações do clero e necessidade da comunidade. Para resolver esse problema, foi necessário que tivessem um encontro com o Bispo, D. Hermeto José Pinheiro.

Após esses trâmites, foram encaminhadas para a Colônia de Cerro Azul, que, fora fundada há 18 anos e era composta de alemães católicos. Para chegarem ao lugar determinado, viajaram por vários dias, de carroça e por estradas de barro. Chegando ao local, foram recebidas com muita alegria pelo povo e por um casal – José e Thereza Gallas – responsável pelo acolhimento das irmãs. Como o clero estava diretamente ligado àquela missão, fora construída uma Escola Paroquial onde elas fixaram residência.

Naquele momento, década de 20 do século XX, o processo educacional brasileiro havia passado por alguns processos na tentativa de melhorar e/ou organizar, mas ainda não existia uma base legal específica para a educação escolar. Era grande a desigualdade social, oriunda da estrutura do Brasil Colônia.

A educação católica havia sido implantada pelos jesuítas, que atuaram no Brasil por mais de dois séculos e tinham sido expulsos a partir de medida tomada pelo então ministro, Marquês de Pombal, em 1759 que, segundo Azevedo (1963, *apud* ARANHA, 2006, p.539 ), só

na colônia a Companhia de Jesus tinha “25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia”. Mas com a expulsão dos jesuítas a educação passou por um período de desorganização e desestruturação.

A continuidade do trabalho iniciado pelos jesuítas aconteceu a partir da chegada de imigrantes europeus, quando a Igreja começou a assumir a responsabilidade pela educação nas colônias.

Naquela época, havia interesse da colônia em manter a sociedade recém-formada no Brasil em eterno atraso intelectual, fato que pode ser constatado com a queima de uma oficina tipográfica, no Rio de Janeiro, de muitos livros e manuscritos pertencentes aos jesuítas, conforme narrativa de Aranha (2006).

Esse fato esclarece algumas dúvidas em relação à situação da escola no Brasil naquela época e nos dias atuais. Apesar dos avanços, a Constituição de 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024/61, 5.692/71 e 9394/96 asseguram que a educação é um direito de todos, ficando contraditória a teoria e a prática, visto que a maioria dos jovens não tinha acesso à escola. É a partir desse pressuposto que se começa a dizer que a educação é um privilégio da minoria e principalmente o acesso às escolas privadas destinadas à elite e também em menor número os alunos de baixa renda.

O que se pode entender é que, diante da situação vivida pelo Brasil durante o período a partir dos jesuítas, período que ainda predominava uma sociedade agrária, havia muitos analfabetos, principalmente as mulheres que se destinavam apenas a aprender a costurar, a bordar dentre outras prendas domésticas, com restrição a ler algumas frases e, mais curioso, é que, segundo Silva (2004, p. 195), nos finais do século XVI “quase a totalidade não sabia assinar seu nome, pois a leitura e escrita não possuíam a mesma dificuldade de aprendizagem”.

A situação das mulheres era, no mínimo, constrangedora devido às restrições impostas, impedindo seu desenvolvimento

intelectual. Eram vistas como cuidadoras do lar. Sobre esse fato destaca (IDEM, p. 196): “elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude”.

A saída para minimizar ou erradicar o analfabetismo feminino acontecia quando os pais das jovens as levavam para os conventos, à época em Portugal ou nas Ilhas Atlânticas. Porém as condições econômicas eram um entrave. E até nessa situação só as famílias abonadas financeiramente podiam levar suas filhas para os mosteiros, visto que teriam que pagar as despesas e um dote.

Somente no final do século XVIII, foram lançados os Estatutos do recolhimento de Nossa Senhora da Glória, do lugar da Boavista, que tratava de um projeto que regulamentava a condição das mulheres quanto à vida nos recolhimentos, pois, nos últimos anos, havia sido registrado um fluxo muito grande indo para os mosteiros.

Foram tantas mulheres que o governador de Minas Gerais ficou bastante preocupado, conforme escreve ao rei: “Se Vossa Majestade não lhe puser toda a proibição, suponho que toda a mulher no Brasil será freira” (SILVA, 2004, p. 196). Essa carta foi responsável pela elaboração dos Estatutos redigidos por D. José Joaquim de Azevedo Coutinho e publicados, em Lisboa, em 1798. Era fácil ser religiosa porque não havia nenhum obstáculo, exceto o dote religioso e as despesas com a viagem. Vê-se que havia dois caminhos: se a mulher não fosse para o convento ser religiosa, seria dona de casa.

A partir do teor desses estatutos, pode-se dizer que começavam a delinear o perfil da mulher no Brasil, cujos planos de estudos estavam de acordo com o papel que ela exercia na sociedade. Não obstante, pode-se afirmar que se tratava de uma dona de casa melhorada, ou seja, que sabia ler e cuidar dos afazeres de casa. Essa atenção às mulheres se deu porque havia preocupação da própria Igreja com a ociosidade delas, pois essa situação podia deixá-las com tempo para especulações, bem como contribuir para a formação de mulheres preguiçosas. Nesse período, ainda não havia nenhuma política voltada para formar mulheres críticas capazes de atuar na

sociedade brasileira, assumindo papéis diferentes de serem donas de casa ou religiosas. Tornava-se incontestável que só os estatutos não iriam resolver a situação das mulheres no país.

Aranha (2006, p. 229), “mas foi com a lei 1827 que pela primeira vez se determinaram aulas regulas para as meninas”. Mesmo assim, além das letras, as meninas deveriam ter aulas que pudessem justificar que a função da escola era prepará-las para as atividades maternas.

No Brasil Império (1808), a vinda da Família Real trouxe algumas mudanças, porém uma das mais importantes foi a implantação das Faculdades (Direito, Medicina e Engenharia), transferência da capital do país, de Salvador para o Rio de Janeiro, fazendo mudanças de ordem físico-estrutural: o palácio, pode ser incluído, as praças, os jardins, destacando-se a biblioteca. Mas a grande luta era tornar o Brasil livre, sem tantas dependências e a Proclamação da República era um dos objetivos que deveria ser alcançado.

Após muitos entraves, o Brasil finalmente comemorou a República. E quais seriam as mudanças a partir desse momento histórico? Para chegarmos ao trabalho das irmãs Filhas do Amor Divino, é interessante entender como foi esse momento no Brasil.

Quanto à entrada dos imigrantes, faz-se um breve comentário: segundo (KREUTZ, 2015 p. 350) a partir de 1819 a 1947, o Brasil recebeu 4.903.991 imigrantes, ficando em segundo lugar na América do Sul, tendo o primeiro grupo de alemães que apresentava a forma mais organizada. Esses ficaram em São Leopoldo, Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir de 1824.

Porém nos dados estatísticos da Secretaria de Agricultura de São Paulo (1908-1932), consta que o grau de alfabetização dos imigrantes alemães que entraram no Porto de Santos era de 91,1%. É uma estatística que podia causar inveja ao restante do Brasil. Ainda sobre os imigrantes alemães, em São Leopoldo, contabilizaram-se 23 escolas da imigração para apenas 03 escolas do Governo e só uma ensinava o português.



A partir dessas informações, torna-se evidente a necessidade da presença das irmãs Filhas do Amor Divino, em território brasileiro: à época, no Rio Grande do Sul, as escolas fundadas pelos imigrantes alemães dividiam-se em católicas e evangélicas em número de 50 e 49 respectivamente, chegando a 308 escolas no início do século XX.

Percebendo a falta de interesse do governo brasileiro com a educação escolar, os imigrantes alemães, localizados no Sul do Brasil, após a virada do século (1900), começaram a produzir seu próprio material didático e a ofertar infraestrutura para o funcionamento das escolas predominantemente confessionais, com algumas interconfessionais. No intuito de organizar a educação, foi introduzida a obrigatoriedade escolar mínima de quatro anos a partir de 1900 e, de cinco, a partir de 1920.

A década de 20 do século XX, ao que parece, apresentava um grande avanço educacional restrito à região Sul do Brasil, ficando o resto do país com um grande índice de analfabetismo, alcançando quase 80%. Esse alto índice de analfabetismo poderia estar atrelado às questões de ingerência política, à omissão religiosa, à herança da escravidão e à própria conjuntura da formação da sociedade brasileira.

Sobre essa década, é importante fazer um breve relato que, passados os anos do Brasil Colônia e Império, a Igreja também ia passando por feitos processuais, entre os quais se pode enfatizar o da reorganização, que foi de 1890 a 1921.

É no espaço de tempo de 1922 a 1960 que se pretende explicitar o trabalho das Filhas do Amor Divino no Sul e, especificamente, no Nordeste brasileiro até os anos 80, com projeto de inserção dos pobres na sociedade, através da educação escolar e da pastoral.

Foi diante dos fatos citados que as irmãs encontraram no Brasil, certamente trabalhos na área da educação e projetos sociais a partir das pastorais e do campo religioso não iriam faltar. O número de freiras era insuficiente para tantos trabalhos, pois, além desses, podem ser acrescentados assistência aos hospitais e catequese para as crianças. Na comunidade de Cerro Largo e adjacências, realizaram

vários trabalhos dentre os quais se destacam as pastorais com as famílias, aulas ministradas e, conforme foi citado, assistência aos enfermos em hospitais.

Mas, apesar de todas aquelas ações que estavam acontecendo, o propósito das Filhas do Amor Divino ainda era expandir a Congregação. Assim, as irmãs se dedicaram na edificação de uma grande obra missionária no Rio Grande do Sul; segundo Oliveira (1998), no período de 1920 a 1925, edificaram o Colégio Maria da Anunciação, hoje Instituto Nossa Senhora da Anunciação, em Cerro Azul, atual Cerro Largo, no dia 09 de outubro de 1923, o colégio Nossa Senhora da Visitação, em Santo Ângelo e, em abril de 1924, outro colégio, em Rosário do Sul.

Foram várias as situações enfrentadas nos anos subsequentes (20 a 25), mas foi nesse patamar que as religiosas iniciaram o processo de implantação do seu projeto de educação e de pastoral baseado nos ensinamentos de Jesus Cristo e da Madre Francisca Lechner, sua fundadora.

A proposta não tinha ligação direta com os jesuítas, mas, naquela região, havia uma influência muito grande das missões fundadas por eles. Desse modo, as irmãs chegaram ao Brasil e seguiram em direção ao interior, basicamente em um período de transformações sociais, políticas e econômicas, como já foi citado, no qual também havia heranças do próprio contexto anteriormente vivido, principalmente os efeitos após Primeira Guerra Mundial. Essa guerra foi responsável por abrir uma lacuna nas relações políticas entre Brasil e Alemanha. O momento coincide com a chegada das irmãs e, conseqüentemente, com um clima de indecisão e de preocupação devido à proibição do idioma alemão, o que também implicava os meios de comunicação, os jornais e as escolas, uma vez que as professoras ficaram impedidas de ministrar aulas em alemão. Para elas era uma situação difícil, pois ainda não dominavam a língua portuguesa, problema que só foi possível solucionar com o passar do tempo.

Com a liderança da Igreja, as escolas católicas contavam com uma situação diferenciada, visto que ambas são instrumentos de massa. Pode-se dizer que aquele foi um período nevrálgico de decisões e transformações que ia de encontro a algumas questões que envolviam o povo e a elite, o público e o privado, a escola laica e a confessional, dentre outros.

Dois acontecimentos em 1922 contribuíram para que a sociedade brasileira tomasse novos rumos nos campos político, cultural e religioso. A Semana de Arte Moderna, que se utilizou da arte e da literatura para explicitar suas reivindicações e a realização do Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro. Azzi (2008, p. 98) ressalta que “o Congresso como parte integrante das comemorações do Centenário da Independência, pode ser considerada um marco inicial de uma nova etapa da vida católica no Brasil”.

Pode-se afirmar que, também foi um período de insatisfações. Era visível que uma camada da população estava dando um grande passo em prol de uma mudanças política, social e administrativa, através das Artes, no sentido amplo da palavra e, portanto, travou uma batalha para quebrar velhos paradigmas.

E foi nesse contexto que também se desenvolveram as discussões acerca das escolas públicas, quando seus defensores argumentavam que, se eram públicas, não deviam ter partido, leia-se também credo religioso. A situação era delicada, pois era a busca desenfreada pela liberdade cultural, artística, literária e religiosa. Essa última, estava atrelada aos dogmas da Igreja e ao ensino religioso católico, ministrado também nas escolas públicas e isso feria diretamente o movimento de liberdade que estava acontecendo no Brasil.

Nesse aspecto, não se pode sucumbir a esses dois movimentos, em virtude de que eles foram o ponto de partida para uma reestruturação em vários aspectos no nosso país. Os anos subsequentes (1923 a 1925) também apresentaram suas especificidades. Foi um período de muita conturbação, pois as greves continuaram juntamente

com a opressão aos trabalhadores, que sofriam influência da Revolução Russa (1917).

Mesmo com a expulsão de vários líderes para fora do Brasil, a luta continuou, principalmente nos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto isso, o Nordeste continuava com alto índice de desemprego e analfabetismo, uma verdadeira exploração estendia até os anos 30 com a era de Vargas, considerado “pai dos pobres”, tentou camuflar a situação com algumas políticas públicas dentre elas, as que estão em pauta nas principais discussões polêmicas do Brasil: a legislação trabalhista e previdenciária. Essa situação continuou a intensificar-se e ficou mais preocupante principalmente nos tempos de ditadura, como será abordado mais adiante.

### 1.3 Do oásis chamado cerro largo (RS) à semiárida Caicó no sertão do Nordeste Brasileiro

Em meio a todas as reivindicações que estavam acontecendo no Brasil e após as realizações das Filhas do Amor Divino na região Sul do Brasil, no período de 1920 a 1925, Teresina resolveu seguir para a Região Nordeste. Não se sabem os motivos de forma minuciosa, mas o que se destaca é que houve um desentendimento com a diocese. Possivelmente, esse foi o principal motivo de irem em busca de outros rumos para expandir o projeto Lechneriano.

Essa nova etapa foi o objeto de estudo desta pesquisa sobre as Filhas do Amor Divino, no Nordeste do Brasil. Para um melhor entendimento, faz-se necessário situar a região e suas peculiaridades, porque retrata o sofrimento do seu povo, que, mesmo forte, sofre em virtude das secas e das ingerências políticas. Euclides da Cunha em “Os Sertões” (2010), grande clássico da literatura, faz muitas menções à situação do sertão em vários aspectos, dentre eles, o fator natural, e sobre isso cita:

Se vai para o norte, salteiam-se transições fortíssimas: a temperatura aumenta; carrega-se o azul dos céus; embaciam-se os

ares: e as ventanias rolam desorientadamente de todos os quadrantes-ante a tiragem intensa dos terrenos desabrigados, que dali por diante se estiram. [...] o termômetro oscila em graus disparatados passando, já em outubro, dos dias em 35° à sombra para as madrugadas frias. [...] a atmosfera junto ao chão vibra num ondular vivíssimo de bocas de fornalha em que se pressente visível, no expandir das colunas aquecidas, a efervescência dos ares; e o dia, incompatível no fulgor, fulmina a natureza silenciosa, em cujo seio se abate, imóvel, na inquietude de um longo espasmo, a galhada sem folhas da flora sucumbida.[...] ]A noite sobrevém em fogo; a terra irradia como um sol escuro, porque se sente uma dolorosa impressão de faúlhas invisíveis; mas toda ardência reflui sobre ela, recambiada pelas nuvens.(CUNHA,2010, p. 38-39).

Foi um grande desafio para as religiosas enfrentar os sertões do Rio Grande do Norte. A climatologia foi de fato um grande entrave, pois, apesar de estarem dispostas a enfrentar situações diversas, como na Europa, uma delas seria o inverso, pois a neve da Europa e o clima temperado da região Sul do Brasil seriam substituídos pelo sol causticante e os ventos quentes, onde a vegetação das araucárias (pinheiros do Sul do Brasil) desaparece e cede lugar para as plantas cactáceas como mandacaru, xique-xique, coroa de frade, juazeiro, dentre outras cactáceas que perdem as folhas e dão lugar aos espinhos e pouca sombra.

A partir da opção por Caicó no alto sertão do Rio Grande do Norte, tinham que deixar os pampas e conseguir enxergar no solo pedregoso, nas plantas de espinhos e de poucas folhas a esperança que quase não falta ao povo nordestino.

Percebe-se que, além do fator natural, elas também teriam que adaptar-se à cultura do povo que apresenta suas especificidades bem diferentes do europeu e do Sul do Brasil, que, em sua maioria, era imigrante. O Nordeste tem a mistura de índios e negros, um povo mais rude, trabalhador e de fé fervorosa nos santos.

Apesar do sofrimento, do analfabetismo, da pobreza e das injustiças sociais, geralmente estão felizes e sempre agradecem a Deus o pouco que recebem. Euclides da Cunha (2010, p.115) diz: “O sertanejo é, antes de tudo, um homem forte. Não tem raquitismo

exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.” Esse é o perfil do povo pelo qual as Filhas do Amor Divino fizeram opção.

Quanto à sociedade, ela é fruto do sistema escravista, que teve a exploração como fio condutor. De acordo com Prado Júnior (2000, p. 365) “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia, dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”. Apesar de ter sido em séculos passados, foi esse Brasil que as irmãs conheceram e tiveram que se adaptar, fazendo aflorar, com eficácia, o projeto de Madre Francisca, visto que o campo de trabalho era ideal.

Segundo o Documento Norteador Geral das Escolas da Província Nossa Senhora das Neves (PRONEVES), o mesmo que Projeto Político Pedagógico 2008-2011 (PPP), quando estavam em Natal, capital do Rio Grande do Norte, após momentos de orações, foi pedida a intercessão do Pai e de Maria Santíssima para que indicassem uma cidade onde elas dessem início à segunda missão no Brasil. Dessa forma, foi realizado um sorteio e a cidade contemplada foi Caicó. Era um município predominantemente rural, pois dos 20.000 habitantes, apenas 4.000 habitavam na cidade, sendo bastante singular o espaço urbano, destacando a Igreja de Sant’ Anna, o Rio Seridó e, ao norte, um prédio construído, em 1842, por Padre Manuel Fernandes. O prédio mais tarde veio a ser o colégio Santa Terezinha (MONTEIRO, 1945 *apud* MORAIS; BARROS; SILVA, 2015, p. 6).

Sobre a singularidade do espaço urbano, há uma explicação de Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 89): “é por ter sido precário e relativo o incremento das nossas cidades durante todo período colonial.” Se predominava o espaço rural, conseqüentemente havia classes econômicas distintas, os donos das terras “ricos” e seus empregados “pobres e analfabetos”.

A cidade já estava escolhida, mas precisava de alguma motivação para dar início aos trabalhos naquela localidade. Nesse contexto, pode ser destacada a ação da Igreja, através de Dom José Pereira Alves, então Bipo de Natal, do Cônego Celso Cicco, responsável por um movimento juntamente com algumas famílias

daquela sociedade, que já haviam assinalado o desejo de implantar uma escola que oferecesse educação integral para as jovens. Esse foi o ápice da situação.

Dessa forma, as irmãs tinham a certeza de que seriam bem-vindas em virtude de que era um anseio não só delas, mas da comunidade apoiada pela Igreja. Mas destacam outro fato que pode ter intensificado e contribuído para o estabelecimento das irmãs: o então Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Exmo. José Augusto de Bezerra Medeiros que era seridoense e não mediu esforços para que as irmãs atuassem naquela região (MORAIS; BARROS; SILVA, 2015, p. 6). Vale destacar que foi um empreendimento que contou com a participação da sociedade, de representação política e religiosa, destacando também o Exmo. Prefeito de Caicó, Cel. Joel Damasceno, que teve sua casa como a primeira sede da escola (1925), que, atualmente, abriga a biblioteca Municipal Olegário Vale.

Enquanto as atividades eram desenvolvidas na residência já citada, os trabalhos para concluir a nova sede não paravam e iniciou o ano letivo em 1º de fevereiro de 1926. Foram matriculadas 72 alunas na primeira escola católica feminina de Caicó, o Ginásio Santa Terezinha, em homenagem à Santa francesa do mesmo nome, canonizada no ano da fundação do Ginásio (1925), e que, há mais de noventa anos, está em plena atividade. Naquela ocasião o Ginásio recém-inaugurado foi destinado a ensinar as Ciências Humanas, além de música, culinária, religião, pintura, desenho e datilografia.

Os primeiros passos foram dados, certamente Teresina Werner estava feliz, com o propósito da Madre Francisca se expandindo pelo Nordeste brasileiro. Alguns problemas precisavam ser resolvidos, e um deles de maior urgência era a falta de domínio da língua portuguesa, sendo necessário contratar de imediato professor de língua portuguesa para as alunas e para as religiosas, principalmente as que chegaram em Caicó vindas da Europa.

Contudo, ainda havia muita coisa a ser feita e elas não podiam desviar a missão deixada pela fundadora, que era “Tudo por Deus, pelos pobres e por nossa Congregação”. Porém, após quatro anos de

trabalho com a infância e a juventude, por ordem da Madre Geral Kostka Bauer, Irmã Teresina deixou o Brasil e foi transferida para a Europa acompanhada por Irmã Constatine Resch. Como os documentos não fazem menção às causas dessa transferência, apenas se pode destacar um trecho da carta que fala sobre a transferência:

Foram sérios problemas que ameaçavam não apenas a Comunidade, mas a própria Congregação. [...] Houve uma ameaça de as irmãs se separarem da Congregação das Filhas do Amor Divino, tendo sido relevante a formação unitiva da Ir. Josefina Gallas (a primeira brasileira Filha do Amor Divino) que foi merecidamente chamada de “ESTEIO DA UNIDADE” da Congregação no Brasil. (MORAIS; BARROS; SILVA, 2015, p. 14).

Sobre esse fato ficou uma interrogação difícil de ser explicada em virtude de que o único meio seria através das Crônicas, mas essas não abordam a temática de forma minuciosa, ficando algumas lacunas a esse respeito. Sabe-se que Teresina era uma mulher de muita coragem. Segundo Oliveira (*apud* PRONEVES, 1999, p. 135) sobre o testemunho de Irmã Maria Karmela Thon, que consta em carta enviada a Irmã Nicolina, em Grotaferrata, em 30 de novembro de 1981 que diz: “era uma religiosa piedosa que tinha uma grande confiança na Divina Providência; era uma grande devota de Nossa Senhora e de São José; amava suas coirmãs como uma boa mãe e ajudava muito aos pobres”.

Mesmo após a transferência de Teresina, em 1941, a escola era destaque e continuava crescendo. Registra-se a criação do curso Técnico de Contabilidade, tendo sido formadas 16 turmas de Contadoras e, no ano seguinte, foi implantado o Curso Comercial.

O que se nota é a falta de algum projeto na área educacional que trabalhasse diretamente com os pobres e, assim, conforme o 1º livro de Crônicas do Educandário Santa Teresinha (1920-1953, p. 114) por iniciativa do primeiro Bispo Diocesano, Dom José de Medeiros Delgado, foi criada a Escola Doméstica Popular “Darcy Vargas” e, em 15 de outubro de 1943, foi inaugurada.



Era sem dúvida uma forma de incluir aquelas pessoas que ainda não tinham tido oportunidade de frequentar a escola, se não fosse para estudar, ao menos desenvolver algum tipo de atividade. Dessa feita, eram cursos anexos: de cozinha e de costura.

Há registro, no 1º livro de Crônicas do Educandário Santa Teresinha (p. 133), sobre o término desses cursos, em 1947: “entregamos diplomas de “Donas de Casa” à primeira turma de alunas da Escola Doméstica Darcy Vargas”, pela época nota-se bem a ligação política, ou seja, o nome da escola é uma homenagem à esposa de Getúlio Vargas, que foi de comum acordo com a diocese, em virtude de a escola ter sido uma solicitação do Bispo. Não há registros acerca dessa afirmação.

Chama a atenção de que era um grande feito, digno de um evento, a entrega do diploma de Dona de Casa, para as mulheres. Diante desse fato, é notória a concepção que se tinha do papel da mulher na sociedade. Apesar de se tratar quase da primeira metade do século XX, ainda era comum esse tipo de diploma. Nos anos consecutivos, ainda é citada a entrega desses diplomas sempre com muita ênfase e com as presenças de autoridades políticas e eclesiásticas.

Nesse momento, vê-se que a condição da mulher ainda não havia evoluído. Permanecia a figura de dona de casa, esposa e de mãe. O diploma, talvez conferisse um *status* diferenciado das demais, podendo a mulher que o recebeu ser vista como prendada. Mesmo não sendo o que ela merecia, vê-se que a sociedade ainda não estava preparada para enfrentar uma situação diferente em relação a elas.

Uma das coisas que pode ser vista como positiva era que os cursos possibilitavam às mulheres saírem de casa, cumprir horário, assistir às aulas, ter oportunidade de conhecer pessoas fora de sua vizinhança e também ouvir ideias diferentes da sua. É possível que esse tipo de atividade oferecida pelas religiosas com o apoio da Igreja, indiretamente servisse para que essas mulheres se percebessem capazes de muitas coisas e não apenas dos afazeres domésticos.

Em 1952, o Educandário Santa Terezinha recebeu os primeiros alunos do sexo masculino, marcando uma trajetória da escola católica no Brasil e, ainda, registra-se a criação do Curso de Preparação e Economia Doméstica Rural sob a orientação de uma conterrânea, Irmã Agostinha Abreu, em 1955. Em 1971, o Ginásio passou a ser Educandário Santa Teresinha.

A partir de 1948, há registros de que as irmãs estavam participando de Congressos voltados para a educação, geralmente destinados às escolas católicas. No mês de outubro do mesmo ano, destacava-se o trabalho pelas missões com a participação das alunas da Juventude Estudantil Católica (JEC); esse movimento era indício de que a Igreja Católica poderia proporcionar discussões e ações contribuindo para a formação de jovens leigos críticos e atentos às situações vigentes.

Sobre o Educandário, “além do ensino regular e da catequese, as irmãs ministram aulas particulares de música e de línguas, atividades culturais, caritativas, que facilitassem o apostolado espiritual.” (OLIVEIRA, 1992, p. 278 *apud* PRONEVES, 2008-2011, p. 23).

Vê-se que havia uma preocupação com os mais necessitados. Quando é citado que realizavam atividades caritativas, percebe-se que já faziam parte dos afazeres cotidianos das irmãs. Mesmo diante de tantas atividades que realizavam, não perdiam o viés que traduzia a existência da Congregação criada por Madre Francisca, “Tudo por Deus e pelos pobres e por nossa Congregação”.

Após a fundação do Educandário Santa Terezinha, 1ª escola das Filhas do Amor Divino, no Nordeste do Brasil, mesmo com a transferência de Teresina Werner para a Europa, aos poucos, a Congregação foi ocupando espaço em vários setores daquela localidade, principalmente o educacional e o pastoral.

A escola praticamente estava equipada com prédio próprio, salas de aulas suficientes para o número de alunos sempre crescente, vários cursos em pleno funcionamento, o internato principalmente para as jovens que moravam na zona rural e, ainda, os trabalhos de

pastoral. Naquela localidade nunca era demais, visto que, em Caicó, apesar de ser uma cidade polo, localizada em um eixo econômico do sertão, havia muitas famílias carentes, pois, naquele solo pedregosos pouco se plantava e quase nada germinava, sendo necessário um trabalho contínuo com as famílias.

Em pouco espaço de tempo, pode-se registrar a fundação de outra escola no Estado do Rio Grande do Norte, desta feita o Educandário Nossa Senhora das Vitórias, em Assú. Para tanto, foram encaminhadas mais irmãs da Europa para o Brasil pela Madre Geral Kostka Bauer, a fim de dar continuidade à obra Lechneriana. A escola citada foi implantada em atendimento à solicitação de Dom José Pereira Alves, inaugurada em 09 de março de 1927, após dois anos de funcionamento da primeira casa em Caicó, e passou a ser sede da Congregação.

A fundação do Educandário Nossa Senhora das Vitórias aconteceu em um período um tanto conturbado, às vésperas da grande crise de 1929 que afetou vários países, inclusive o Brasil. A sociedade predominantemente rural foi afetada pela falta de subsídios do governo, sendo o Brasil produtor e exportador de cana-de-açúcar e de café, produto que estava em destaque econômico.

Não obstante, convém citar que a Igreja também passava por transformações e desde 1922 o projeto era o de ressacralizar a sociedade. Segundo Azzi (2008), desde 1916, com a posse de Dom Sebastião Leme, Arcebispo de Olinda, essa situação tomou rumos diferentes. Leva-se em consideração que foi, após a carta considerada um manifesto, a partir dos anos 20, escrita por ele, que se tornou um programa de pastoral para o Brasil e que perdurou até 1962, antes do Concílio Vaticano II. Era o apelo para que a Igreja olhasse seu povo e percebesse suas necessidades de ordem espiritual, econômica, política e religiosa.

A partir desse propósito, a Igreja tentou de todas as maneiras pôr seu projeto de sacralização da sociedade em prática, utilizando-se do que era possível. Assim sendo, segundo Azzi (2008, p. 19), “a imprensa foi utilizada através de livros, revistas, folhetos, que se

destinavam tanto às pessoas com instrução superior como, até mesmo às crianças que se destinavam à etapa de escolarização primária”.

Foi, sem dúvida, um momento em que a Igreja, metaforicamente falando, lutou com todas as suas armas, não se importando com a classe social ou a faixa etária, pois o propósito era atingir a todos no sentido pleno da palavra, bem como as regiões do Brasil, inclusive o sertão nordestino.

As práticas caritativas aos pobres e marginalizados aconteciam em virtude da falta de políticas públicas que atuassem nessa área de assistência social, sendo esse serviço comumente adotado por associações leigas e institutos religiosos, principalmente as congregações femininas. É salutar apontar para essa questão como ações das Filhas do Amor Divino no Nordeste brasileiro.

Independente da forma como se concebe “o ser pobre” ou “o injustiçado” sem elencar quem e quais são, fica claro que a situação do Brasil, mesmo não sendo de conflitos armados, como os enfrentados na Europa, havia inúmeros conflitos sociais. Dessa feita, o Estado deixou uma lacuna muito grande, pois os cidadãos e cidadãs que, por faixa etária ou outras razões, não se enquadravam como ativos economicamente, estavam sujeitos a serem esquecidos à mercê de qualquer sorte. A partir dessa afirmação, pode-se destacar o trabalho das irmãs:

Assim para os velhos, doentes, crianças abandonadas, leprosos, cegos e acidentados, para toda essa humanidade colocada à margem e esquecida, inútil para a produção capitalista ignorada pelo clássico Estado liberal não intervencionista, desabrochou a solicitude e a misericórdia da alma feminina consagrada. (BEOZZO, 1983 *apud* AZZI; GRIJP, 2008, p. 20).

No entanto, enquanto a Igreja se mobilizava na tentativa de acolher essa clientela esquecida e marginalizada, as Filhas do Amor Divino já acolhiam, pois haviam percebido a necessidade daquele povo que clamava por dias melhores.

Em alguns momentos passaram a ser protagonistas, pois em solo nordestino, enfrentaram situações difíceis, principalmente com a seca de 1932, sendo necessário pedir ajuda ao Bispo de Natal, que, naquela ocasião, era Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas. Após esse encontro, deu-se início a mais uma atuação das Irmãs no Nordeste, com a fundação do Colégio Nossa Senhora das Neves, em Natal.

A princípio, funcionou em uma casa situada na Rua Fonseca e Silva, número 1.088, que se tornou a casa das irmãs e, próximo ao local conseguiram outra casa para funcionar o colégio, que, à época, tinha 92 alunas externas e 14 internas. Com o desenvolvimento das atividades, foi necessário ampliar as instalações.

E, em 17 de janeiro, foi lançada a pedra fundamental, tendo seu funcionamento a partir de 07 de março de 1937, porém o nome da atual sede é atribuído à época em que as irmãs que residiam em Caicó, pediram ajuda e conselhos ao Bispo de Natal em virtude da situação difícil que estavam passando. Após esse encontro com as irmãs, ele enviou um telegrama, datado de 5 de agosto, véspera da festa de Nossa Senhora das Neves, confirmando a fixação delas na capital do Rio Grande do Norte.

Devido à devoção Mariana, o Colégio Nossa Senhora das Neves teve o nome atribuído à data do recebimento do telegrama de Dom Marcolino. Atualmente, é o que tem maior número de alunos e, por muitos anos, ficou como sede da Congregação no Nordeste – Província Nossa Senhora das Neves (PRONEVES).

Em 1939, foi oficializada pela Santa Sé, a sede em Assú, em 1950 foi transferida para o Colégio das Neves, em Natal e, em 10 de fevereiro de 1972, para Emaús, em Parnamirim- RN, com autorização da Madre Geral, Irmã Maria Benigna Costa, da Irmã Fidelis Weninger, Superiora Provincial e do Arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte.

Foi um grande passo das Filhas do Amor Divino ao sair do interior para a capital do Rio Grande do Norte. Mas, em virtude da difícil situação financeira, acentuada pela seca no sertão, foi também

um ganho, pois as alunas da capital, em sua maioria, faziam parte da classe social alta, o que garantia a continuidade das comunidades pobres, principalmente as localizadas no semiárido.

Porém essa mudança não inviabilizava os trabalhos que foram propostos: de evangelização e um cuidado especial aos pobres, ao contrário, os tornavam mais intensos, visto que garantia o sustento das irmãs e conseqüentemente a pastoral com as famílias necessitadas financeira, espiritual e politicamente.

Nessa proposta não podiam deixar de lado o carisma da congregação: Viver o amor ao Pai, e fraternal às pessoas. E, por nossa vida e ação, tornar o amor de Deus visível no mundo. Assim, continuaram essa linha, sem perder a essência da missão e do carisma da Madre Francisca. Para tanto, começaram também, a atuar, em Natal, através de outras obras destinadas à educação e à pastoral com os pobres, principalmente moradores da periferia daquela capital.

Em 1938, pode ser registrada a fundação do Colégio Cristo Rei, de Patos, na Paraíba, não sendo diferente dos demais que teve a participação da Igreja. Mesmo com a ajuda do Bispo, Dom João da Matta Amaral, responsável pela vinda das irmãs, do Padre Fernando Gomes e da sociedade, não foi fácil, pois, segundo as Crônicas (1938) da referida escola, não havia prédio próprio, sendo necessário o então prefeito, Dr. Clovis Sátiro, pagar 4 meses de aluguel para que pudessem dar continuidade aos trabalhos e, a partir do quarto mês, ficaria sob a responsabilidade delas.

O Livro de Crônicas nº 1 (1938, sn) justifica que “a de nomeação de ‘Cristo Rei’ foi dada para o Colégio por ter sido lançada a primeira pedra para a construção do prédio onde hoje funciona o colégio, no dia de “Cristo Rei” no último domingo, 25 de outubro de 1936”. Constata-se que realmente não havia prédio próprio, porém já havia a intenção de construção dois anos antes das irmãs chegarem.

Era de urgência iniciar as obras de um prédio próprio e/ou comprar algum que oferecesse condições para o funcionamento da nova escola. Livro de Crônicas, (1938, sn), faz referência à situação econômica das irmãs “na primeira semana as irmãs receberam muitos

presentes do povo, sendo assim, desnecessária a primeira feira. Para a construção do colégio, foram organizados por elas e as alunas vários movimentos. Mas não renderam o suficiente.

No dia 5 de dezembro de 1938, foi dado início a construção do prédio. Para este trabalho o Revmo. Bispo emprestou 5.000 (cinco mil contos de reis). Foi construído uma cozinha, a despensa, o refeitório das internas e dois apartamentos para as Irmãs que servem hoje, de refeitório dormitórios. (COLÉGIO CRISTO REI, LIVRO DE CRÔNICAS nº 1, 1938, sn).

As matrículas foram abertas e, aos poucos, as jovens começam a aparecer. Porém, conforme o 1º livro de Crônicas da referida escola (1938-1966, p. 6) “um mês depois da fundação já se achavam matriculadas 73 alunas. Era consolador esse número, mas a parte principal para a manutenção de um colégio é o internato. Vazias estavam as camas, vazios os dormitórios e o refeitório”.

Era importante a matrícula das alunas internas, pois, para a manutenção das, era indispensável a presença de algumas alunas que pagassem, ficando subentendido que as mensalidades não eram altas; a classe de poder aquisitivo maior era a das alunas internas.

Sabia-se que era uma obra esperada pela população, portanto, precisavam tempo e muita fé para acreditar que ia dar certo. Aos poucos, foram chegando alunas para o internato. É interessante citar os fatos que motivaram a fundação do Colégio Cristo Rei, em Patos, à época em torno de 10.000 habitantes com jovens precisando de formação cristã.

Sobre esse fato, pode-se dizer que da década de 20 até a de 60 do século XX, foi um período marcante para a Igreja Católica e, que as Filhas do Amor Divino vivenciaram essa fase que coincide com a chegada delas ao Brasil. A Igreja e as irmãs estavam atentas e muito preocupadas com o capitalismo desenfreado e aponta a juventude como alvo o que exige providências, em Patos, conforme trechos da ata da Cúria Diocesana:

Está a reclamar uma providência urgente para salvaguardar a juventude dos perigos da heresia e das atrações de uma civilização materialista que vem invadindo os sertões, trazida pelas estradas de rodagem, pelas passantes usinas sedentas de lucro, pela convergência necessária de todos os fatores do progresso material. (ATA DA CÚRIA DIOCESANA (PB), *apud* PRONEVES, 2008-2011, p. 26).

Pode-se dizer que poderia ser realmente um problema, visto que, diante dessa situação, como aquela tende a haver uma maior discrepância na divisão das classes sociais, fica a maioria à mercê dos poucos poderosos, o que, conseqüentemente, contribui para o aumento do número de pobres injustiçados. É um problema generalizado não só no Nordeste do Brasil. Com tal situação foram necessárias doações, colaboração e coletas de donativos comuns no início das escolas das Filhas do Amor Divino pertencentes à PRONEVES.

Sobre o trabalho de inserção, através da educação e pastoral, pode ser citado, através do Projeto Político Pedagógico (PRONEVES, 2008-2011, p.26): “Eis o significado da convocação da comunidade à gratuidade, além de ser o meio que tornava possível garantir a gratuidade na permanência de algumas internas na instituição, paralelamente com alunas pagantes.” Sobre esse assunto, há algumas críticas quanto ao número de alunas que estudavam sem pagar. Não há registros e, conseqüentemente, a opção é partir para o empirismo: informalmente algumas irmãs relatam que as jovens eram geralmente indicadas pelo Bispo ou pelo padre da paróquia.

Essas meninas ficaram conhecidas como meninas da casa e, ainda hoje, podem ser encontradas algumas. Não pagavam e, em troca, ficavam nos colégios fazendo os trabalhos domésticos com as irmãs, já que, à época não existia empregados nas escolas. Posteriormente esse assunto será tratado, de forma minuciosa, com algumas jovens da casa.

Outras obras foram implantadas, no Nordeste do Brasil, após a fundação do Colégio Cristo Rei. Contudo, surge a necessidade da vinda das irmãs para o interior do Estado de Alagoas, desta feita, em Palmeira dos Índios, por solicitação do Bispo de Penedo, Dom



Fernando Gomes, esse que conhecia o trabalho das irmãs quando então era Cônego, em Patos.

A cidade era cognominada de Princesa do Sertão em virtude de estar localizada em uma região que faz divisa com o baixo sertão de Alagoas e que, geograficamente, está no agreste. Até a década de 60, era considerada uma cidade próspera, considerada Terra da Cultura, por ter tido Graciliano Ramos como prefeito na década de 20, e “Terra do Amor” devido à lenda que conta a história do amor impossível de um casal de índios (Xucuru –Cariri), os quais deram o nome à cidade.

Para o funcionamento da nova escola, foi oferecido um prédio da diocese, sendo o Educandário Cristo Redentor fundado em 27 de fevereiro de 1944, com o apoio da sociedade, das autoridades eclesiásticas e políticas, tendo como referência Monsenhor Macedo, considerado um benfeitor. Nesse contexto, podem ser destacados o Prefeito da época, Sr. José Pinto de Barros e o Padre Luís Cirilo (capelão da comunidade religiosa).

Foi um período de grandes conturbações por que o Brasil e o mundo estavam passando devido à Segunda Guerra Mundial, que, após alguns anos, mostrava sinais de recesso. No ano seguinte (1945), com o término da Guerra, algumas coisas tentavam voltar ao normal. Foi aberto o internato e a escola Normal adotando o mesmo sistema das outras escolas, ou seja, com alunas internas pagantes e outras indicadas por uma autoridade eclesiástica, que tinham gratuidade na escola recém-fundada.

O Cristo Redentor conseguiu prédio próprio onde funciona desde a década de 50, fundando a escola noturna para atender a jovens e adultos, preferencialmente empregadas domésticas, carroceiros, dentre outros que não tinham condições de pagar a uma escola ou estudar nas escolas públicas em cursos diurnos. Em 2002, foi anunciado o fechamento da Escola Noturna Castro Alves, em virtude da pouca procura.

A Congregação já estava com escolas no Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Mas o seleiro da Congregação notadamente é o Rio Grande do Norte, que teve o registro de mais uma escola. Desta feita,

o Educandário Jesus Menino, em Currais Novos, graças à solicitação do Monsenhor Paulo Herôncio de Melo, que, há três anos, estava tentando a vinda das irmãs, dispondo de um prédio construído com a ajuda da comunidade. Após os três anos de espera, chegaram a Currais Novos, onde iniciaram seus trabalhos na área da educação, implantando o Jardim de Infância, o Curso Primário e o Ginásio.

Segundo dados da Diocese de Caicó (CÚRIA DIOCESANA, sd), sobre a fundação do Educandário Jesus Menino, faz-se necessário explicitar o trabalho do Padre que vinha sendo realizado há alguns anos com a criação da Escola de Nossa Senhora, destinada às crianças pobres. Havia, também, um salão que foi transformado em refeitório para que fosse servida comida para as crianças, a qual ele deu o nome de Casa de São José.

Em 1944, fundou o Instituto a que deu o nome de Jesus Menino, em homenagem à Sagrada Família. A princípio, ficou sob os cuidados de leigos e, posteriormente, com as Filhas do Amor Divino, a partir de 1º de março de 1944. Mais tarde, acrescentam-se a essa obra as casas de inserção, destinadas às pessoas realmente carentes.

#### 1.4 Filhas do amor divino diante da historicidade, da missão e dos desafios

Nos anos subsequentes, há vários registros que apontam a fundação de outras escolas, não mais com o perfil de escola privada, e sim escolas públicas que tinham o serviço gratuito das irmãs em várias partes do estado do Rio Grande do Norte. As Congregações apresentam suas missões e, geralmente, têm a preocupação com a inclusão social das pessoas, ou seja, inserção social numa linguagem pós-década de 70 do século XX, que, em períodos anteriores ela; a expressão pode aparecer como direito dos pobres, direito aos menos favorecidos ou menção ao pobre como membro do povo de Deus.

Entende-se a necessidade da igualdade, do reconhecimento do homem e da mulher como cidadão e cidadã respectivamente, sobre os quais a Constituição do Brasil afirma serem detentores de direitos iguais. Todavia não se pode ter uma visão utópica e pensar que

algumas mudanças e a abertura da Igreja iriam acabar com a desigualdade.

Dessa forma, parece que não foi percebido que, mesmo sem políticas públicas, as Congregações Religiosas, através da educação católica, realizaram trabalhos com as classes menos favorecidas, pobres, excluídas e que, possivelmente, contribuíram para algumas quebras de paradigmas, através da educação e da pastoral. Sobre esse fato, Azzi (2008, p. 130) afirma que: “após 1945 outras Congregações femininas passaram também a dar atendimento aos favelados, isso significa que trabalhavam com a elite e com os pobres.”

Passados o período de Guerra e o de Pós-guerra, as Filhas do Amor Divino continuavam em plena atividade no interior e na capital. Na década de 60 do século XX, quando o Brasil atingiu o ápice em busca da industrialização, o sonho do Presidente da República Juscelino Kubitschek (JK), refletia no povo, que também sonhava com trabalho digno, comida farta à mesa, casa própria dentre outros.

A Consequência foi a grande migração dos nordestinos para trabalharem na construção de Brasília, bem como para abrir caminhos, ou seja, estradas que dessem acesso à região central do Brasil. Era algo inusitado, mas a obra foi posta em prática sendo necessária a contratação de muitos homens (peões), principalmente do Nordeste, para o trabalho não qualificado, comumente chamado de “trabalho pesado”.

Então, com essa leva de nordestinos, geralmente sem ou, em alguns casos, com suas famílias, as irmãs deram sua contribuição, principalmente às crianças da Escola Infantil “Príncipezinho,” que, de acordo com o PPP, foi alusão à obra Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry.

Sobre a região Central do Brasil no período da construção de Brasília cita-se:

Em condições precárias famílias inteiras chegavam àquele cenário de precariedade em todos os sentidos. Numa fase de inserção no meio popular, as Filhas do Amor Divino seguiram para servir na

promoção humano-cristã daquele povo. (PRONEVES, 2008- 2011, p. 27).

Sobre esse fato, convém esclarecer que esta pesquisa destina-se às obras das Filhas do Amor Divino, no Nordeste do Brasil, que enfatizam a pastoral e a educação escolar como ações de inserção dos pobres na sociedade.

Porém, fez-se opção em incluir a escola Príncipezinho, em virtude de que o principal objetivo dessa fundação foi servir principalmente aos nordestinos, que, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PRONEVES, 2008- 2011, p. 27) foi “iniciado em 1961, quando as irmãs sentiram-se com a vida dos “candangos” oriundos em sua maioria do Nordeste do Brasil”.

Torna-se incontestável que, realmente, o objetivo maior foi trabalhar com os nordestinos. À época, elas atuavam em várias localidades, adquirindo conhecimento sobre as condições, necessidades e desafios enfrentados por aquela gente. Ainda mais: o texto faz referência aos candangos, nomenclatura atribuída, especificamente, segundo Luft (1991, p. 110), a qualquer nortista ou nordestino que fosse parte da população satélite de Brasília, ou seja, operários que trabalharam nas obras de Brasília. Dessa forma, não há dúvidas de que os nordestinos eram realmente o público-alvo das irmãs.

Após alguns anos, a escola de Brasília recebeu mais alunos e passou a ser Centro de Ensino Mãe Admirável, cujo propósito foi trabalhar com as crianças de famílias pobres, principalmente dos nordestinos. Nesse contexto fica subentendido que, as religiosas trabalhavam com crianças cujas famílias eram de baixo poder aquisitivo e, a maioria de analfabetos.

Em 1946, as alunas da primeira escola de Serviço Social do Rio Grande do Norte, realizavam estágio no primeiro Centro Social do Estado, Cônego Monte, nome dado em homenagem ao assistente eclesialístico do movimento Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal (JFCBN). Destaca-se a participação das alunas da JFCBN, que,

segundo o PPP, “era uma designação para a Juventude Universitária Católica” (JUC) (PRONEVES, 2008- 2011, p. 28).

Sobre esses movimentos de leigos do século XX, percebe-se que foram momentos importantes para a história da Igreja Católica no Brasil, pois culminaram na formação de lideranças leigas através da Ação Católica, que teve Dom Helder como Assessor Nacional. Segundo Newton Cabral:

A experiência da Ação Católica ao proporcionar a formação de lideranças leigas que, sobretudo, através dos seus setores especializados, Juventude Agrária Católica (JAC), Estudantil (JEC), Independente (JIC), Operária (JOC), e Universitária (JUC), autoformavam-se através da ação, inspirando-se na leitura do evangelho e nos desafios da realidade. Surgia, então, no mundo católico, um laicato que buscava corresponder às responsabilidades sociais decorrentes da sua condição cristã. (2008, p. 39).

As Filhas do Amor Divino estavam atentas a esses movimentos, pois sempre abriam suas instituições para que jovens de suas escolas e de outros lugares realizassem os encontros do Movimento acima citado. Conforme o 1º livro de Crônicas (EDUCANDÁRIO SANTA TERESINHA, LIVRO DE CRÔNICAS, 1920-1953), foram realizadas, em julho de 1941, fevereiro e novembro de 1944, respectivamente, as seguintes ações pastorais:

O Colégio hospedou ainda 10 moças da Ação Católica de Currais Novos e as Franciscanas de Natal e de Campina Grande [...]. Nos 3 dias de carnaval os participantes da Ação Católica fizeram seu retiro em nosso colégio [...]. No dia 10, a fundação JEC do Colégio e o Sr. Bispo celebrou a Missa. [...] as meninas passaram o dia no colégio. (EDUCANDÁRIO SANTA TERESINHA-LIVRO DE CRÔNICAS, n 1º, 1920-1953, p.105-116).

Esses fatos mostram que as irmãs estavam atentas às questões da Igreja, bem como abertas às mudanças: os movimentos leigos, mesmo não sendo uma ação constante na Igreja, onde e quando eles aconteciam, os seus resultados eram positivos. Era uma forma de a

mulher jovem perceber a situação dos que eram chamados de irmãos, que moram nas periferias e/ou não tinham onde morar, os excluídos da sociedade.

Nessa perspectiva, o Cônego Monte passou a ser uma referência, pois a população carente de Natal e adjacências, após a II Guerra, sentiu as crises econômica e emocional em decorrência da capital (Natal) e Parnamirim (atual sede) terem servido de base estratégica para os aliados. Situação vivenciada pela Congregação desde as Revoluções que aconteceram no continente Europeu e nas duas Guerras Mundiais.

Ainda sobre a Ação Católica é importante salientar a importância desse movimento de leigos, cujo método era o Ver-Julgar-Agir, responsáveis pelo compromisso cristão, objetivando uma ativa participação cristã na sociedade brasileira, gerando transformação até no âmbito político, tendo como grande exemplo a participação em tempos de ditadura militar de 1964.

No entanto, tem-se preocupação com o entendimento, ou seja, a prática e o significado de incluir/inserir. Ficando uma das tarefas da Igreja e das instituições religiosas por em prática, conforme a *Gaudium et Spes* (apud, DOMEZI, 2014, p. 55) “o Concílio propõe ações concretas, de serviço a todos, especialmente aos mais pobres.” Sobre isso afirma Boff:

Os pobres sempre encontraram um lugar misericordioso dentro da Igreja. Mas nunca chegaram, de forma coletiva, a construir o sujeito histórico principal de realização do projeto do pobre de Nazaré. Agora eles estão emergindo dentro da história a exigir mudanças profundas e irrompendo dentro da Igreja, evangelizando a todos para que assumam o lugar que Deus privilegiou no Antigo Testamento - aquele dos escravos do Egito e dos cativos da Babilônia - e aquele que no NT Jesus de Nazaré definiu quando começou a pregar a sua boa nova, o lugar dos pobres. (BOFF, 1984, p.43).

E, é nesse propósito que as Filhas do Amor Divino embasam suas ações com pessoas pobres através do Evangelho e do carisma da

Madre Francisca, fundadora da Congregação. As ações dessas religiosas iam fluindo e outros enfrentamentos foram aparecendo no campo socioeducativo.

Em 1969, as irmãs assumiram a educação do colégio Cônego Monte, que, no ano seguinte, estabeleceu convênio com o Estado. Em 1999, após o fim do convênio, passou a ser Escola Estadual Cônego Monte; porém, mesmo sendo estadualizada, as Irmãs continuaram assumindo a escola, utilizando os programas do governo, para atender a 500 alunos do 1º ao 5º ano que, em sua maioria, residiam na periferia de Natal.

Em 1966, havia irmãs atuando também, na comunidade de Areia Branca-RN, com trabalho de pastoral na Paróquia. Em virtude dessa presença, foi fundado o Educandário Nossa Senhora dos Navegantes, que ainda continua sob a responsabilidade das Filhas do Amor Divino.

A cada dia, as Filhas do Amor Divino encontravam uma oportunidade para expandir os trabalhos educacionais e pastorais. Em 03 de maio de 1976, foi fundada a escola de Educação Infantil Nossa Senhora da Guia, em Parnamirim, RN. A oportunidade surgiu quando a sede Provincial e a casa de Formação foram transferidas do Colégio das Neves para a referida cidade.

À época, aquela região ainda era zona rural, e a casa de formação recebeu o nome de Emaús, localizada às margens da BR 101. A princípio, os trabalhos da escola eram executados pelas noviças do 2º ano. Nesse contexto, foi marcante a ação de Dom Nivaldo Monte, então Arcebispo de Natal, que sempre esteve presente na trajetória das irmãs, no Nordeste do Brasil, juntamente com seu irmão, o Cônego Monte. Vendo a necessidade de expandir a evangelização e as pastorais, doou um terreno para construir uma capela com o intuito de atender às comunidades daqueles sítios e povoados que ficavam nos arredores.

Mas a situação do povo falou mais alto e o salão, que seria capela, passou a ser sala de aula, pois era grande o número de crianças sem frequentar a escola. Essas crianças eram geralmente oriundas de

famílias em elevado estado de pobreza. A docência foi atribuição dada por Dom Nivaldo às formandas. A partir daquele momento, as missas foram celebradas no convento das Filhas do Amor Divino, que também foi edificado em um terreno doado pela Diocese, com a condição de que será das irmãs enquanto sediar a casa de formação das Filhas do Amor Divino.

Após alguns anos, as irmãs conseguiram comprar uma casa para sediar a escola Nossa Senhora da Guia e o salão foi concluído; nele funciona até os dias atuais a Capela Virgem dos pobres.

Outras escolas foram fundadas e, por razões diversas, foram fechadas. A seguir, será feita uma breve explanação dessas obras, visto que se refere ao período que foi pesquisado e analisado. Em 1989, a Arquidiocese de Natal entregou o Patronato de Ponta Negra às Filhas do Amor Divino, uma obra não muito fácil de ser administrada, em virtude de ser um internato para meninos de 07 aos 16 anos, antes administrado por outra Congregação que veio a entregá-lo sem serem explícitos os motivos nos documentos analisados.

O internato era conveniado com o Estado, oferecendo educação da 1ª à 4ª série (1º ao 4º ano), porém, havia duas opções: privatizar ou estadualizar, prevalecendo a segunda. Mas, não foi suficiente para manter a obra, pois ela continuava em situação precária, deixando para a Dom Heitor de Araújo Sales e as irmãs apenas a opção de fechá-la, em 2001. (PRONEVES, 2008 -2011)

Outros Patronatos também foram fechados a exemplo o da Divina Providência, em Guaiúba – CE, que funcionou de 1960 a 1964, de acordo com o (PRONEVES, 2008- 2011), e foi fechado por incompatibilidade entre o pároco e as irmãs; o de Padre Dionísio Mosca, em Aratuba – CE, que funcionou de 1964 a 1969, sendo fechado sob a alegação de falta de condições de funcionamento. Pode ser destacada, em Alagoas, a Residência João XXIII, que funcionou de 1970 a 1974 na cidade de Batalha, destinada a desenvolver trabalhos pastorais com a comunidade carente, em uma área do alto sertão com alto índice de precariedade e disparidades sociais.



O motivo que consta nas atas é que foi devido à incompatibilidade com o vigário quanto à linha de trabalho que as irmãs queriam desenvolver. Ainda em Alagoas, faz-se referência ao Colégio Imaculada Conceição, em Maceió, recebido pelas Filhas do Amor Divino, em 1945, através de um grupo de senhoras da sociedade, mas o prédio não estava em bom estado, o que dificultou a continuidade do trabalho. O fechamento foi por solicitação das superiores das Filhas do Amor Divino, em 1948.

No Estado do Ceará, as irmãs têm uma longa história na educação e na pastoral. A princípio, evidencia-se o Centro Educacional Padre Antônio Crisóstomo, que se tratava de uma escola comunitária, fundada pelo padre citado, cujo objetivo era a educação formal básica e a preparação para o trabalho. Anteriormente era denominada de Escola Vocacional de Acarape (EVA).

Após a morte do padre, a escola passou por sérios problemas de ordem financeira e trabalhista o que ocasionou 15 anos de fechamento. Um novo vigário, Padre Francisco Bezerra, antes que a escola fosse leiloada, tomou algumas medidas para resolver os antigos problemas citados. Como não conseguiu solucionar todos eles, resolveu oferecê-lo às Filhas do Amor Divino.

O desafio foi lançado, pois as irmãs teriam que assumir os professores com seus recursos. Mesmo que a escola atendesse à filantropia, continuava a carregar uma grande dívida para com os professores e funcionários, e essa teria que ser quitada. A administração ficou sob a responsabilidade de Irmã Maria Olivete Alcântara Brandão, então diretora do Colégio Stella Maris, de Fortaleza. A reabertura deu-se em 2005 para alegria daquela comunidade carente, mas veio a fechar no final do mesmo ano por questões financeiras. As irmãs, não podendo dar continuidade àquela obra, foram transferidas para outras atividades missionárias.

O Colégio Stella Maris teve início em 1952, em um pequeno prédio no bairro Aldeota, em Fortaleza. Foi referência em educação na capital do Ceará e, em 2006, foi considerada pelo Ministério da

Educação e Cultura (MEC) como uma das 10 melhores escolas daquele Estado.

Alguns anos depois, Madre Maria Imaculada Widder percebeu a necessidade de ampliar as instalações e procurou um terreno. Não demorou muito e encontrou em uma favela e de imediato, achou que realmente aquele lugar era propício, pois podia desenvolver suas atividades com os menos favorecidos. Com verbas recebidas da Alemanha, iniciaram e concluíram a construção do prédio, que não era grande, mas era aconchegante.

O novo prédio funcionava nos três horários: à noite, o espaço era destinado para aqueles que trabalhavam durante o dia. Era um trabalho gratificante, voltado para a missão das Filhas do Amor Divino. Sobre o assunto destaca-se que:

Havia sempre uma irmã responsável pela Escola Noturna. Esta, além de assumir a direção do referido curso, proporcionava atividades religiosas, aulas de Religião, formação humana, contatos pessoais com aqueles que precisavam de ajuda espiritual e material, buscando de algum modo minimizar o sofrimento e ouvi-los em seus desabafos. (PRONEVES, 2008-2011, p. 32).

O colégio Stella Maris cresceu não só no aspecto físico, também como escola e adquiriu a credibilidade daquela sociedade. Com o passar dos tempos, acompanhou a ocupação do espaço que antes era favela, e, aos poucos, viram ser erguidos arranha-céus, onde iriam abrigar uma classe social inversa àquela de antes, que habitava em barracos e era carente de tudo.

A escola praticamente ficou ilhada em meios às grandes construções de concreto. Apesar do esforço em modernizar a escola e contratar especialistas da educação, infelizmente essas medidas não surtiram efeito, pois a nova clientela tinha outros anseios. Após 54 anos, o Colégio Stella Maris fechou suas portas e cedeu lugar aos grandes prédios.

Entende-se que a escola talvez não se tenha preparado para receber a nova clientela, que, aos poucos, expulsava seus antigos

alunos carentes e sofridos em decorrência da vida dura a que eram submetidas. O prédio que, em meio à favela, era quase um gigante, tornou-se apenas um prédio como outro qualquer, sem grandes visibilidades, simples e sem espaço para ser ampliado.

Ainda no Estado de Ceará, destaca-se a escola Salomão Bezerra Cavalcante, que também pode ser incluída na caminhada das Filhas do Amor Divino pelas periferias das cidades e zona rural dos municípios.

Na comunidade de Serra Branca, foi fundada a escola citada, conveniada com o Estado em 1978, tendo suas atividades desenvolvidas a partir do ano seguinte, atendendo a alunos até a antiga 4ª série (4º ano). Com o encerramento do convênio, a situação ficou difícil, pois as irmãs não podiam arcar com todas as despesas, sendo obrigadas a registrar mais um fechamento de uma escola da zona rural.

Percebe-se que foi vasta a atuação das irmãs no Nordeste brasileiro, com destaque para os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Desde 1920, no Sul do Brasil, com os imigrantes até os sertões do Nordeste, um longo caminho foi percorrido por essa Congregação.

Algumas situações não eram tão diferentes das que foram enfrentadas na Europa. O grande entrave era o setor financeiro, porque se, no Brasil, não esmolavam, eram obrigadas a pedir ajuda às pessoas que tinham recursos, geralmente aos católicos.

No entanto, por muito tempo, tentaram minimizar a situação do povo. É claro que o assistencialismo e as obras caritativas também estavam no contexto: se, de um lado, havia sempre a presença dos pobres, necessitados, injustiçados e de baixa renda ou extrema pobreza, de outro, próxima a esse quadro, estava a elite, essa que era a garantia para que as irmãs continuassem seus trabalhos escolares e pastorais.

Vê-se que a trajetória das Filhas do Amor Divino do Brasil, com abrangência de Sul a Nordeste não foi fácil. Elas vivenciaram várias etapas da economia e da política da sociedade brasileira, bem como as mudanças da Igreja.

Essas situações, de certa forma, interferiram na caminhada, pois tiveram que se adaptar às novas situações. Além disso, tentavam direcionar e adaptar as atividades por elas desenvolvidas para atender às peculiaridades de cada região em que abriam escola ou trabalhavam com pastoral incluindo as paróquias.

Para se entender melhor aos processos pelos quais se deu a continuidade da trajetória das Filhas do Amor Divino, será destacado no próximo capítulo o contexto educacional vigente no Brasil, nas épocas que foram estudadas, apontando a pastoral e a educação católicas como pilares para a inclusão das pessoas pobres na sociedade, mesmo que trabalhando diretamente com a elite.

## CAPÍTULO 2

# AS FILHAS DO AMOR DIVINO E A EDUCAÇÃO CATÓLICA NOS CONTEXTOS SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO (1925-1980)

---

Em pleno século XXI, o Brasil ainda não adotou um sistema de ensino que proporcione a população de baixa renda entre jovens, adultos e crianças, que seja de qualidade e para todos. É importante que o letramento possa levar, de forma prazerosa, o gosto de aprender o que não se sabe, intensificar e valorizar os saberes aprendidos.

A educação escolar, ou seja, o sistema ao longo dos anos apresentou muitas mudanças e tentativas para minimizar o problema, no entanto, o povo ainda sonha com a escola pública de qualidade para todos. Como isso ainda não aconteceu, neste capítulo, destaca-se a educação escolar católica, que também é para os pobres.

Não é demais imaginar que a educação católica é elitizada, mas é salutar fazer uma breve abordagem acerca das atividades socioeducativas desenvolvidas por essas religiosas entre 1925 e 1980. Espaço de tempo importante para se perceberem ações educativas no período do pré, e do Pós-concílio Vaticano II, destinadas as pessoas pobres.

### 2.1 Nas teias elitizadas, os fios da educação para as pessoas pobres

Situar o trabalho realizado pelas Irmãs Filhas do Amor Divino (FDC) nas escolas e o desenvolvimento do processo educacional no Nordeste brasileiro, no período de 1925 aos anos 80, pode ser considerado longo. Mas a questão em pauta requer uma abordagem acerca dos ensinamentos de Madre Francisca Lechner, no processo de

inclusão social do pobre refletido nas ações das religiosas, que ela chamava de filhas.

Desde 1868, quando a Congregação foi fundada na Áustria, passou por várias situações difíceis, dentre elas, a econômica, o que requeria a evolução dos tempos e as mudanças da Igreja, tendo o cuidado de buscar a renovação nas questões burocráticas e, principalmente, de suas ações no Nordeste do Brasil com o propósito de promover a inclusão social da população de baixa renda e excluída que clamava por justiça, mesmo diante das desigualdades proporcionadas pelo sistema capitalista.

De acordo com as Constituições e com o Diretório Geral da Congregação das Filhas do Amor Divino, o espírito e fim da Congregação sobre a temática em pauta destaca-se:

Como Filhas do Amor Divino, encontramos a fonte de nossas vidas no amor transbordante de Deus, a exemplo de Madre Francisca. Fiéis ao seu carisma, expressamos este amor em nosso apostolado social, educacional e pastoral, orientadas pelas necessidades e mandatos da Igreja local e universal. (CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO, nº 5, 1990, sn).

Deixa em evidência o tripé que embasa esta pesquisa no que se refere às questões sociais, educacionais e pastorais. Sobre a pobreza consagrada das FDC os itens de número 18 e 19, respectivamente, afirmam que:

Pelo dom da pobreza consagrada, cada Filha do Amor Divino coloca seus talentos e habilidades a serviço da Igreja, através da Congregação. Esta pobreza voluntária, num mundo marcado pela fome e pelo materialismo, é um apostolado frutuoso. (CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO, 1990, sn).

O voto de pobreza capacita-nos a ser livres e desprendidas de todas as coisas, por causa de Cristo. Nossa vida no espírito de pobreza, segundo o exemplo de Madre Francisca, implica simplicidade, contentamento, trabalho, interesse especial pelos pobres e testemunho de pobreza individual e coletiva. (Idem)

Tomando por base fragmentos das Constituições e Diretório Geral das FDC, que abordam as temáticas citadas, verifica-se que a Congregação se propõe a viver o carisma da Madre fundadora -“Tudo por Deus, pelos pobres e por nossa Congregação”- de forma efetiva, não esquecendo a Igreja como parceira. Assim sendo, fica subentendido que suas ações devem ser voltadas para as situações que afetam o pobre ou os menos favorecidos nos campos material, social e espiritual.

Contudo, se estão ligadas à Igreja local e à universal, estarão voltadas para atender às mudanças propostas por elas, compatíveis com as necessidades vigentes. Sobre esse fato, pode-se constatar as ações que serão explicitadas e embasadas nas entrevistas, bem como através de documentos já referenciados. Os dados históricos da Congregação afirmam que:

O Capítulo Geral extraordinário, realizado no verão de 1968, foi dedicado à renovação das Constituições, de acordo com o espírito do Vaticano II. Elas foram aprovadas, “*ad experimentum*”, no dia 07 de outubro de 1968, pela, na época, denominada Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares. (IDEM, 1990, sn).

Dessa forma, existe a preocupação de acompanhar e estar atentas às demandas dos mais necessitados, visto que o Concílio Vaticano II foi, sem dúvida, a grande abertura para a Igreja Católica que teve seus reflexos reconhecidos nas ações dos religiosos e leigos. A escola foi um espaço utilizado pela Igreja Católica que dele se beneficiou, pois, também trabalha com o povo. O discurso difundido nas escolas católicas, principalmente a partir de 1960, pode ter utilizado o Ensino Religioso como uma possibilidade multiplicadora dessa proposta.

O papel da escola católica foi evidenciado na Conferência de Medellín (1968) quando se falava ainda do tradicional. Mas seria dicotômico e, para a escola, ficaria inviável frente às mudanças que estavam sendo propostas pela Igreja, continuar com o mesmo perfil,

ou seja, tradicional e com as amarras do passado. Dessa forma, percebeu-se que ela (escola) poderia ser um elo entre Igreja e sociedade, pois, assim, não ficaria alheia às questões que afligem o povo e, dessa forma, assumiria seu papel social.

Nessa perspectiva, foram pesquisadas e discutidas ações que tenham sido realizadas pelas FDC com o objetivo de incluir o pobre na sociedade. Assim, é apresentada, de forma sucinta, a educação católica no Brasil, incluindo o período que antecedeu a vinda dessa Congregação e o desenvolvimento de suas ações.

Segundo Moura (2000), até o final do século XVI, a Igreja de Roma atuava com o Padroado como pessoas civis que eram, sobretudo, administradores que tinham zelo e cuidado com a religião, por isso a difundiam com o objetivo de expandir o credo católico, assumindo também a educação. Percebe-se a presença do credo católico desde a descoberta do Brasil ao desenvolvimento do processo escolar até a contemporaneidade. A educação escolar teve início com os franciscanos, que chegaram antes dos jesuítas, com a proposta de catequizar em torno de vinte mil índios; porém o espaço de tempo que permaneceram no Brasil para executar suas propostas foi exíguo, tendo que ser retomado pelos jesuítas.

De acordo com Aranha (2006, p. 140), após “1549, acontece a chegada dos jesuítas com destaque para o Padre Manoel da Nóbrega”, juntamente com três sacerdotes, mais dois irmãos que, posteriormente, também se ordenaram com a incumbência de catequizar os índios. Um dos irmãos era Anchieta, responsável por vários trabalhos no campo educacional desde as artes à escrita da gramática em tupi-guarani, como também a implementação de hábitos artísticos na cultura indígena. As ações foram desenvolvidas, durante pouco mais de dois séculos (210 anos), nos quais, segundo Moura (2000, p. 23), os jesuítas foram “assentando as bases de uma nova nação, sobretudo por meio da atividade educativa”.

Diante da situação educacional existente, uma das primeiras providências foi a normatização do ensino, sendo adotada a *Ratio Studiorum*, ou seja, o Plano de Estudos da Companhia de Jesus, que



teve seu primeiro esboço elaborado em 1551, por Jerônimo Nadal, reitor do Colégio de Messina. Esse foi enviado a Roma e, posteriormente, foi-se expandindo e sendo utilizado por outras escolas da Companhia de Jesus.

O Plano de Estudos parecia ser uma solução para a educação do Brasil, pois ele, de acordo com o Padre Franca *apud* Moura (2000, p. 26) no “desenvolvimento da educação moderna desempenha um papel cuja importância não é permitido desconhecer ou menosprezar”. Sobre o plano, Moura (2000, p. 26) diz: “talvez aí se encontre parcialmente a explicação da eficácia da atuação de nossas primeiras escolas brasileiras”. Essa afirmação exige uma maior atenção, pois nem todos pensam dessa forma. Por exemplo, para Romanelli (2014, p. 34) “o ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida na colônia”. Sobre o assunto, ele ainda esclarece que:

Não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer no ponto de vista da mão de obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. (AZEVEDO 1953, vol. II *apud* ROMANELLI 2014, p. 34)

São várias as críticas àquele tipo de educação conforme foi apresentado. No entanto, mesmo que as atividades não necessitassem de letramento, pode-se imaginar que alguma mudança deve ter acontecido após esses estudos. Pode ser subentendido que, por mais pobre que tenha sido aquela educação escolar, certamente foi melhor do que deixá-los sem instrução alguma.

A falta de incentivo às pessoas, aliada ao tipo de trabalho que desenvolviam e o autonegativismo podem ter contribuído para que não acreditassem serem os educandos capazes de aprender a ler e

escrever. Esse problema pode ter sido um dos principais obstáculos para não se obter um bom resultado na educação escolar naquela sociedade.

Os objetivos da Companhia de Jesus foram alcançados, ou seja, expandir a fé católica, catequizar os índios através das aulas, como também para os brancos, em geral. As mulheres eram excluídas e a educação não empolgava pelo fato de que, naquele momento, as tarefas que eram executadas não implicavam, necessariamente, saber ler ou escrever, visto que predominava o trabalho escravo nas lavouras, para os homens, e domésticos, para as mulheres. Sobre esse momento da sociedade brasileira, assim se refere Holanda:

O prestígio universal do “talento”, com o timbre particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo, onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata, como são eminentemente as do Nordeste do Brasil, provém sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico. (HOLANDA, 1995, p. 82-83).

Percebe-se que as pessoas cujas atividades exigiam força física estavam marcadas para não realizarem tarefas administrativas, pois essas eram exclusivas dos filhos dos senhores com direito a receber títulos de nobreza e de bacharel. O que se destacava era a classe social a que essas pessoas pertenciam, assim sendo, as escolas que atuavam nas aldeias, vilas e cidades eram intituladas de “ler, escrever e contar”. É explícito que seus propósitos eram reduzidos, sem o interesse de que a classe dos trabalhadores tivesse uma educação que ajudasse a reduzir o analfabetismo e a pobreza política. No entanto, os colégios eram vistos como instituições que atuavam de forma mais abrangente do ponto de vista educacional. Contudo, vale citar que:

É interessante notar que a educação era gratuita. Sendo os colégios e escolas levados por elementos da Igreja financiados pela Coroa, devido ao padroado, podemos dizer que, deste período até a expulsão dos jesuítas, realizou-se no Brasil uma experiência de

educação pública e gratuita, embora não-estatal. (MOURA, 2000, p. 42).

Diante da afirmação, vê-se que a educação jesuítica, sendo gratuita, assumia o perfil de escola pública não estadualizada, em virtude da dependência entre a Igreja e a Coroa. Mas o que se leva em discussão é que, apesar de todo o trabalho realizado pelos jesuítas no Brasil, no campo educacional, Romanelli (2014, p. 35) afirma que “a obra da catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar em importância à educação de elite.” Essa afirmação se expandiu até os dias de hoje e, de certa forma, ofuscou algumas ações de inclusão social para os pobres que tenham sido executadas pelos jesuítas e, posteriormente, por outras Congregações religiosas masculinas e femininas que atuaram e atuam no Brasil, sua educação católica.

De acordo com Holanda (1995, p. 88), “toda ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comparar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho senhorial.” Mesmo com algumas mudanças nos períodos da História do Brasil, não havia interesse em melhorar a estrutura das cidades como em outros países, pois o que predominava eram os senhores detentores de grandes extensões territoriais, o que transformou as fazendas em centros de produção, adotando uma linha inversa de economia, ou seja, a rural superior à urbana. Nesse contexto, homens e mulheres trabalhavam nas fazendas para manter a produção agroexportadora e o sustento da família.

A expulsão dos jesuítas pode ser considerada um marco na História da Educação brasileira, período em que a desorganização na educação imperou e o Estado substituiu o sistema existente por outro com as características de ensino público e laico. Em 1808, aconteceu a vinda da Família Real para o Brasil, fato que proporcionou mudanças significativas no aspecto social. Para Margotto (1997, p. 57), “o aparecimento de uma nova classe média urbana”. No entanto,

as mulheres, os negros, ou seja, os pobres e excluídos não foram contemplados.

Em 1822, era o início do período chamado Império, a economia brasileira continuou predominantemente agrária, e, a educação ainda não era vista como prioridade. Desde a vinda da Família Real, as propostas estavam voltadas para as escolas superiores e a viabilização de meios para que os jovens pudessem ter acesso a esse nível de ensino, principalmente através do ensino secundário. No entanto, a prioridade era para Salvador e Rio de Janeiro (as duas primeiras capitais do Brasil), ficando o plano educacional do restante da colônia sem nenhuma melhoria.

Em 1827, a nossa Primeira Constituição falava em educação pública de forma muito apagada, visto que colocava algumas condições, fato que Aranha (2006, p. 223), diz que “os resultados foram medíocres e artificiais, principalmente porque, além de tudo, esse método se ancorava na atividade de monitores, os próprios colegas de 10 ou 12 anos, incumbidos de repassar o aprendido aos demais”.

É importante entender em que contexto era feita essa afirmação e por que ainda é interessante identificar quem fazia parte da elite e por que era evidenciada. Na tentativa de explicar essa questão, pode-se dizer que era considerada elite a minoria que assumia o controle do país, que, por muitos anos, índios e negros não foram considerados gente, conseqüentemente, não faziam parte do povo brasileiro. Mesmo com os entraves do sistema educacional brasileiro, a falta de organização e responsabilidade do governo para com o povo, havia favorecimento para que as Congregações religiosas assumissem papéis pertencentes ao poder público. Dessa forma, a educação católica, por ser gratuita reduziria a obrigação do Governo perante o povo. Mesmo entendendo-se que essa educação, além do ensino, estava destinada principalmente à catequese e a expansão do credo católico, não se pode negar que foi responsável pelo ensino organizado e de qualidade no que se propunha a fazer.

O entrave também estava na própria conjuntura existente no país, na época na qual a enxada e o facão representavam o trabalho da monocultura agroexportadora, principalmente no Nordeste, que, em sua essência era excludente, injusta e desigual. Naquele período, a Igreja dependia do Estado e calava à situação de abandono do povo.

O início do regime republicano gerou expectativas de melhoria em vários setores, dentre eles o educacional. Porém, em meio à euforia da Proclamação da República, o povo se depara com um sistema educacional falho que não atendia aos seus anseios. Em sua maioria, a população pertencia à sociedade agrária de trabalhadores braçais e, portanto, a ideia era de que não carecia de letramento para desenvolver esse tipo de atividade. Por sua vez, a própria educação não apresentava subsídios para que essa camada social despertasse e entendesse que o processo educacional é gradativo e que, posteriormente, poderia significar um grande avanço. Em virtude dessa situação, principalmente a população que vivia na zona rural, continuava analfabeta.

Com a República, aconteceu a separação entre Estado e Igreja, marcada como um grande passo para a Igreja, pois, a partir daquele momento, Ela poderia assumir sua verdadeira identidade e alcançar autonomia. A Primeira República tentou resolver, de várias maneiras, os problemas da educação, porém sem êxito, pois ainda havia um grande entrave que era a exclusividade da educação de elite destinada ao ensino secundário e superior, sem perspectiva positiva para os ensinos primário e profissional.

O sistema econômico não exigia muito da sociedade, além da força braçal para o trabalho (monocultura) e, conseqüentemente, as pessoas não tinham interesse, pelo fato de não ser requerido o grau de escolaridade ou letramento para trabalhar cortando cana, plantando, colhendo café dentre outras atividades no campo ou na mineração. No entanto, os que moravam na zona urbana ou os que queriam trabalhar nas poucas fábricas existentes apresentavam outra mentalidade, entendiam que era preciso lutar e alcançar seu letramento, pois, dessa forma, poderiam tentar chegar ao *status* desejado na sociedade.

A incapacidade ou a falta de vontade da equipe de governo, em organizar um sistema educacional compatível com as necessidades da sociedade brasileira era explícita. Não havia ações concretas que vislumbrassem o atendimento das prioridades e peculiaridades do povo.

Essa situação era preocupante, pois, mesmo após a República, ainda não haviam sido implementados os ideais propostos para o país, visto que predominava o coronelismo, as eleições eram fraudadas e só votavam os maiores de 21 anos de sexo masculino, ficando uma grande parte da população sem esse direito. As estruturas do poder impediam a classe trabalhadora de prosseguir e de quebrar as amarras existentes.

Dessa forma, chegou-se à década de 20 do século XX, na qual a desigualdade social era refletida na situação sociopolítica e econômica do Brasil, pois, segundo o Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), na população com a faixa etária de 15 anos ou mais, o analfabetismo chegava a 65%; no Nordeste, a situação era pior, pois a taxa de analfabetismo das famílias mais pobres era vinte vezes maior que nas famílias ricas. Pode ser ressaltada, também, a dependência cultural de modelos europeus que causaram revoltas, fato que contribuiu para a eclosão da Semana de Arte Moderna (1922), que apresentava a busca da autenticidade da cultura brasileira, entendida como um passo para o enfrentamento e quebra dos antigos paradigmas.

A monocultura da cana-de-açúcar e a mineração, associadas à sede de poder, a desestruturação política do país e o silêncio da Igreja Católica por um longo período podem ser apontadas como as maiores responsáveis pelas escravidões e desigualdade social. Ainda sobre a monocultura, predominava o café, considerado o ouro negro do Brasil, que utilizou principalmente a mão de obra dos imigrantes italianos e a mão escrava do negro após abolição. Notadamente, foi também um produto agrícola monocultor que provocou desigualdades socioeconômicas, o que, apesar da produção e exportação, tornou o

país dependente, ficando em situação econômica delicada, sobretudo com a crise do café, ocorrida em 1929.

A partir dessas informações, é importante destacar a atuação da educação católica diante de todos esses impasses, e como as religiosas desempenharam seus trabalhos educacionais em uma sociedade na qual apenas um pequeno grupo era pertencente à elite, sinônimo de poder econômico, social e político, enquanto a maioria da população era pobre e analfabeta. Com essa situação, o Brasil tornava-se um campo propício para as entidades religiosas (católicas), principalmente europeias, migrarem em busca de um lugar que pudessem desenvolver as missões sociorreligiosas propostas por seus fundadores longe das perseguições do Velho Continente.

Muitas Ordens e Congregações já possuíam colégios, escolas e institutos antes da Proclamação da República, outras começaram ou deram continuidade ao trabalho de educação então iniciado no Brasil. De acordo com Moura (2000, p. 114), “de 1921 a 1930 inclusive foram criadas 101 escolas católicas [...] Em 1929 existiam 1.090 instituições particulares de ensino secundário, e entre elas as escolas católicas constituíam uma parte importante.”

Mas o momento oportuno para a Igreja Católica defender o direito de manter suas escolas confessionais foi em 1944, por ocasião do I Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino, que aconteceu no Rio de Janeiro. Na ocasião, estabeleceu-se que fosse criada a Associação das Escolas Católicas (AEC), fato que foi oficializado em novembro de 1945.

No período (1938 a 1945), o Brasil e o mundo, enfrentavam uma situação delicada e preocupante em virtude da II Guerra Mundial. Mas os livros de crônicas das Filhas do Amor Divino quase não fazem menção a essa situação. O que consta de forma explícita é que as religiosas que estavam no Brasil rezavam e pediam bênçãos a Deus, principalmente pelas irmãs que estavam nos países europeus sendo perseguidas pelos comunistas em 1961.

Tivemos a feliz oportunidade de escutar a Reverenda Madre Superiora Geral e a Revma. Irmã Secretária nos falando sobre a situação da nossa muito querida Congregação nos países satélites do Partido Comunista. Quantas coisas tristes ouvimos! Quanto sofrem as nossas queridas irmãs e a Santa Igreja! E que amor a Deus nestes sofrimentos! Muito nos impressionam aquelas tristes notícias. E vimos como são abnegadas aquelas nossas Irmãs. Que Deus Nosso Senhor as fortifique e santifique sempre mais. (CENTRO EDUCACIONAL CRISTO REDENTOR, LIVRO DE CRÔNICAS, nº 1, 1944-1967, p. 36).

Nesse sentido, entendem-se os motivos que contribuíram para que as FDC dessem total apoio aos movimentos católicos estudantis que surgiram, a exemplo da Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), dentre outros que, desde décadas anteriores, eram contra o comunismo no Brasil. As irmãs tinham conhecimento da situação das religiosas que estavam na Europa sofrendo perseguição, ocasião em que algumas chegaram a ser assassinadas. Esse fato pode ter sido o ponto de partida para que elas estivessem sempre abertas aos movimentos estudantis citados e, assim, davam uma condição de os alunos entenderem a realidade de forma geral através das discussões travadas naqueles movimentos que, além do comunismo, discutiam outros assuntos pertinentes à época.

O pós-guerra (1945) trouxe várias discussões, dentre elas o combate ao comunismo, que favoreceu para que a Igreja estivesse ao lado do Estado de forma autônoma e mantendo seu perfil diante da sociedade, garantindo prestígio e influência sobre ela. Esse período foi conhecido como “redemocratização”, mas, para isso, muitas coisas tinham que acontecer, dentre outras, a regulamentação da educação brasileira.

Conforme Romanelli (2014), no nível superior, já se registrava o reconhecimento da primeira Universidade Católica particular no Rio de Janeiro, em 1946, após vários trâmites burocráticos no intuito de atender às exigências peculiares da época. Salienta-se que estavam à frente desse processo dois grandes batalhadores do ensino católico, Dom Sebastião Leme, que havia sido um dos fundadores da então



Faculdade e Padre Leonel Franca, SJ, primeiro Reitor da nova Universidade.

Aquele reitor marcou sua posição nesta luta, posicionando-se contra a tentativa de estabelecer, na LDBN, o princípio do monopólio do Estado nas iniciativas educacionais. Sua posição era a defesa radical do direito de serem mantidas as escolas confessionais. Segundo Gandin (1995, p. 78), “como não podia haver uma divisão das verbas para o sistema educativo entre o Estado e a Igreja Católica – no Brasil não existia religião oficial, mas ‘liberdade religiosa’ os católicos acabaram por optar pela estratégia de oposição entre escola pública e particular”.

A partir desse fato, as famílias defendiam as escolas privadas, usando o argumento da liberdade para educar seus filhos, em uma escola que estivesse fundamentada na filosofia cristã e não ateia. Nessa defesa usaram os argumentos da própria Igreja Católica pois, à época, a escola católica era defendida por muitos, principalmente, os de classes média alta e rica, formadas por empresários e donos de escolas.

Diante do exposto, não foi diferente para as FDC que já estavam instaladas em vários países da Europa e, a convite de alguns padres também de origem europeia emigraram para o Brasil. Além da difícil situação que passavam naquele continente, tenham consciência de que havia um povo sedento da Palavra de Deus e estavam certos de que, no país, não seriam perseguidas. Isso oportunizava a continuidade da missão da Madre Francisca Lechner, em continente americano.

A partir dessas informações, é importante destacar a atuação da educação católica diante dos impasses, e como as FDC desempenharam seus trabalhos educacionais junto à desigual sociedade brasileira.

## 2.2 Os caminhos da legislação educacional Brasileira e a educação católica

Quando a referência da temática a ser discutida é a Legislação da educação brasileira é importante destacar alguns momentos da

História do Brasil visando a uma correlação do momento histórico e as propostas educacionais no intuito de se perceber melhor os caminhos geralmente em favor do povo.

A situação não era fácil até pelo número de habitantes crescentes no Brasil após a abertura dos portos para outras nações, concedida por D. João. Esse feito contribuiu para o aumento da população de necessitados que segundo Cardoso (1996) dos 3.817.900 em 1818, mais da metade eram escravos e conseqüentemente as taxas de natalidade e mortalidade eram altas. Ainda pode ser registrado o fato de que, mesmo sendo muitos os homens livres, eles continuavam pobres.

Contudo, só após a Independência do Brasil pôde ser registrada a tentativa de organizar a educação popular, mesmo sem muitas ações concretas: o grande feito pode estar na regulamentação da instrução primária gratuita pela Lei de 15 de outubro de 1827 que, de acordo com Cury (2011, p. 20), “pode ser considerada nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases. Ela regulava carreiras, salários, currículos e métodos para todo Império”. Mesmo acabando ou dizendo que acabavam os privilégios do sistema educacional pelo Estado, ele continuou desorganizado e ineficaz. Como consequência, várias instituições religiosas privadas de ensino passaram a ofertar o curso secundário.

Dermeval Saviani (2011, p. 29): “podemos distinguir três momentos da política educacional do Brasil”, cuja divisão corresponde aos seguintes períodos: o primeiro, de 1890 a 1931, o segundo, de 1931 a 1961, e o terceiro, de 1961 a 2001. Todos enfatizam a responsabilidade que o poder público tem perante a educação nacional, tomando medidas necessárias e aplicáveis.

A Constituição de 1891, em seu artigo 72, 6º diz que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” e, no § 17º, assegurava a plenitude do direito de propriedade.” Esse ponto traz à tona uma discussão e novos posicionamentos quanto à liberdade. A Lei diz que há liberdade de ensino, de religião, de consciência e

igualdade de direitos. Assim, fica entendida a liberdade em seu sentido pleno, inclusive a religiosa, que era um ponto nevrálgico.

Após o período citado, destaca-se a Revisão Constitucional, realizada entre 1925 e 1926, que não explicitava meios que melhorassem a educação, visto que não vislumbrava obrigatoriedade e gratuidade para o primário, situação que foi contemplada após a Revolução de 30. Em meio às inovações do Plano Nacional de Educação, vê-se que o ensino religioso nas escolas públicas foi facultado a partir da matrícula e de oferta obrigatória. Outros questionamentos surgiram e a Igreja Católica saiu em defesa do ensino religioso nas escolas públicas, argumentando que leigo seria sem religião, sem doutrina, irreligioso, ateu. Dessa forma, a Igreja Católica ainda argumentou em sua defesa quando afirmou que não estava defendendo o catecismo das escolas e sim o ensino religioso.

Para minimizar os problemas, foram implantadas leis, cujo objetivo era o de melhorar e organizar o sistema educacional brasileiro, dentre elas: a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, no Governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1911, que facultava total liberdade e autonomia aos estabelecimentos de ensino, fato que causou retrocesso ao que já estava desorganizado.

A Reforma Carlos Maximiliano que reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores, e a Reforma Rocha Vaz, em 1925, que, para Romanelli (2014, p. 44), “foi na verdade, uma tentativa de impor a sistematização sobre a desordem”. As tentativas fracassadas cada vez mais prejudicavam o sistema educacional, pois, acima de tudo, estavam os interesses de um pequeno grupo que não tinha a educação escolar do povo como prioridade.

Um dos momentos marcantes na História do Brasil foi a preparação para o trabalho com a Reforma Francisco Campos, sob o decreto 19.850, de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE), com funcionamento a partir de 1934. Através de decretos, efetivou a organização do ensino secundário e do curso comercial e

regulamentou a profissão de contador. Assim, também, citamos o Decreto de 19.941, de 30 de abril, que instituiu o ensino religioso como disciplina facultativa nas escolas públicas. Os defensores da Escola Nova tinham medo de que, como escola pública, essa ficasse atrelada ao credo católico e isso fosse uma forma de dependência e, conseqüentemente, de falta de liberdade, o que era o ponto crucial e de partida de toda a discussão.

Ainda sobre o Ensino Religioso, o artigo 153 da Constituição de 1934 gerou polêmica em virtude de que, apesar de admiti-lo, deixava-o como ponto facultativo, mesmo sendo matéria do currículo nas escolas públicas, fato que pode ser considerado como uma vitória para a Igreja Católica. Contudo, é obrigatório, porém deve ser ministrado de acordo com o credo de cada família e /ou responsáveis. (BRASIL, 1934).

Em meio às turbulências ocorridas no país, a Constituição de 1967 foi refeita em virtude dos Atos Institucionais e, posteriormente, foi aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 5.692/71. Em seu bojo, propôs algumas mudanças, mas ficou muito clara a distinção entre os ensinos para o rico e para o pobre, ou seja, conforme Saviani (2011, p. 35), trouxe à baila o slogan “ensino secundário para os nossos filhos e profissional para os filhos dos outros”. É um tanto mesquinho, pois deixava explícito que o grupo dos assalariados iria para o ensino profissional e para os jovens que não precisavam trabalhar; em curto prazo, ficava o curso secundário, destinado aos que almejavam ingressar na universidade.

Em 1961, após 13 anos de trâmite no Congresso, deu-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, nº 4.024/61), considerada um marco para o sistema de ensino brasileiro. O Ensino Religioso era o Confessional. Mesmo antes do Concílio, o Brasil viveu momentos de embates e debates sobre ER. Mas até o ano da aprovação da primeira LDBN, havia um grupo que saía em defesa da escola católica e, conseqüente, contra a escola pública. Dessa feita, a Igreja Católica, como afirma Gandin;

Marcou sua posição nesta luta, posicionando-se contra a tentativa de, estabelecer, na LDBN, o princípio do monopólio do Estado nas iniciativas educacionais. Sua posição era a defesa radical do direito de manter suas escolas confessionais. [...] Como não podia haver uma divisão das verbas para o sistema educativo entre o Estado e a Igreja Católica – no Brasil não existia religião oficial, mas “liberdade religiosa” - os católicos acabaram por optar pela estratégia de oposição entre escola pública e particular. (GANDIN, 1995, p. 78)

Dessa forma, vê-se como o sistema de educação brasileira passou por variações conforme a situação e ou necessidade da política do país e não do povo. Assim, também aconteceu com as Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN) e com as Constituições. Em nenhum desses documentos, percebe-se fluidez ou preocupação efetiva com as necessidades das pessoas. É certo afirmar que, ao longo dos anos, aconteceram mudanças, que mesmo renovadas, já estavam obsoletas e não atendiam mais às exigências, em virtude do espaço de tempo que foi utilizado para discutir, modificar, guardar e, posteriormente, aprovar.

Em meio a essa situação, a cada momento aumentava a necessidade da busca de identidade do ER nas escolas, sendo imprescindível nos anos 80, quando aconteceu a Revisão Constitucional. Na Constituição de 1988, o Movimento Nacional em prol do ER ganhou espaço e destaque com 78 mil assinaturas de pessoas que aderiram à discussão. Pela primeira vez, ficou explícito na Constituição que o ensino público seria gratuito em estabelecimentos oficiais (BRASIL, art. 206, inciso IV) e, o mais importante, em qualquer nível de ensino.

Quanto ao Ensino Religioso, em meio a tantos debates e embates, permaneceu sempre carente de um olhar diferenciado, pois de catequético passou a fazer parte do currículo e ser plural. Adquiriu um lugar de destaque, podendo adentrar nas mais específicas situações sociais que afligem a população. A Igreja aparece como Instituição capaz de mudar ou tentar mudar a realidade atual, quer seja nas

escolas católicas ou públicas, através do diálogo plural que atenda ao povo, respeitando sua cultura e suas ideologias.

Não obstante, garantiu presença marcante em todas as Constituições do Brasil e nas LDBN's, sempre como tema de discussões acirradas, tendo a Igreja, as escolas católicas e os seguidores do referido credo como grandes defensores. Porém, mesmo sendo apresentado como ensino voltado às questões sociais das comunidades, ele é dependente das concepções de quem o propaga e busca torná-lo uma referência no combate à alienação e à pobreza política.

Nesse propósito, será apresentado o papel do ER como instrumento de inclusão social do pobre nas escolas católicas pertencentes às FDC, no Nordeste brasileiro, habitualmente, nos horários noturnos ou em trabalhos realizados nas comunidades, às vezes, confundindo-se com a pastoral.

### 2.3 Do Sul ao Nordeste Brasileiro ao encontro da pobreza e da desigualdade social

Na década de 20 do século XX, quando as Filhas do Amor Divino chegaram ao Rio Grande do Sul, o momento era de muita turbulência no país; quando na mesma década, dirigiram-se ao Nordeste brasileiro, certamente sabiam que encontrariam um celeiro de desigualdades. Naquela região, elas não iriam trabalhar com descendentes de europeus (italianos, alemães, poloneses, dentre outros) de olhos claros, de pele branca e, em sua maioria, instruída. Na região Nordeste, a situação era inversa: havia índios, negros, descendentes de escravos, pobres, excluídos e uma minoria de origem europeia.

Sobre essa situação que afetava o restante do Brasil até a República, vê-se que:

A sociedade resultante tem incompatibilidades insanáveis. [...] A distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os

pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros. (RIBEIRO, 2015, p. 165).

Os momentos históricos iam acontecendo e, mesmo assim, pouca coisa mudava. Não obstante, em virtude das dimensões territoriais e sua diversidade sociocultural, o Brasil apresentava, de forma distinta, as disparidades dessas condições entre as regiões. Notadamente, em pleno século XXI, assiste-se em jornais que o Nordeste brasileiro ainda apresenta os maiores índices estatísticos de desigualdades sociais e de analfabetismo.

Em 1925, as Filhas do Amor Divino iniciaram sua experiência educacional em Caicó (RN) e, posteriormente, em outras cidades nordestinas. Nesse período, o sistema educacional brasileiro ainda não tinha uma normatização que atendesse, de forma mais igualitária, às especificidades de cada região do país. Contudo, mesmo com os problemas que o país enfrentava, não se impediu que a educação escolar privada ficasse em evidência e a gratuidade fosse excluída da Constituição, não sendo contemplada na revisão da Constituição de 1925/1926.

Nesse propósito, pode ser citada a influência e importância do trabalho de Dom Leme, que, já em 1916, escreveu, conforme Padre Ascânio Brandão se referia, a conhecida Carta Pastoral. Foi, sem dúvida, de grande importância, em virtude do momento e, principalmente, pela defesa precisa e segura sobre o ensino religioso, com argumentos e muito bem embasada. Contudo, recebeu apoio e elogios a ponto de ser considerada “um clarim de guerra- de guerra santa”, segundo Maria Regina Santo Rosário (1962, p. 61).

Para tanto, se cita trecho da referida carta:

Que se entende por ensino leigo? – Quer dizer: ensino neutro. Ensino neutro quer dizer não confessional, ensino que não professa religião alguma. Ora, se é sem religião alguma é anti-religioso” E mais adiante completava: “Em nossa pátria, mais que em qualquer outra nação, o ensino leigo está em flagrante contradição com os sentimentos do povo. (*Apud AZZI, 2008, p. 13*).

O entrave parecia estar na questão do Ensino Religioso (ER), em virtude dos defensores da Escola Nova saírem para o enfrentamento, objetivando defender uma escola laica e gratuita, que desse oportunidade e liberdade a todos, inclusive religiosa. Era quase sonho uma escola laica para todos sem distinção que favorecesse a aprendizagem de fato. Mas, além da situação do ER, ou seja, como deveria ser ofertado nas escolas públicas, havia o vilão chamado analfabetismo.

A situação do analfabetismo no Brasil continuava gritante e durante o período de (1920-1930) se registra mudança significativa com a promoção de movimentos que viabilizassem a alfabetização da população do país. O problema do Brasil e, principalmente, das Regiões Norte e Nordeste, eram gritantes. A economia sentiu necessidade de fazer exigência à escola e, infelizmente, ela não estava preparada para atender. Era um problema que deveria ser solucionado ou minimizado antes da desorganização ter sido estabelecida.

Porém os governantes ligados ao referido setor não foram capazes de atender à procura, com mais ofertas, bem como entender o que o mercado crescente necessitava. Nesse contexto, quatro pilares podem ser destacados para que as ações acerca da situação do país fossem executadas de forma harmoniosa: economia, política, Igreja e educação. É nesse ponto que o ER poderia ser um elo e nunca um divisor de águas. Sobre o Ensino Religioso, a CNBB (2005, p.27) enfatiza: “Há grande preocupação em estabelecer a identidade do ensino religioso escolar, distinto da catequese, principalmente nas escolas de rede oficial, frente ao pluralismo de crenças dos alunos, das famílias e dos professores.”

É interessante que a Igreja reconhece que o mais importante era estar presente, contudo, teve que se render e entender a complexidade da formação sociopolítica do país, composto por etnias, cuja palavra condutora deveria ser respeito.

Após a Revolução dos anos 30 do século XX, os milhares de adultos analfabetos tiveram seus direitos garantidos à instrução pública obrigatória e gratuita. Porém esses momentos históricos não



deram sustentação de garantir os direitos do povo. Mas, mesmo assim, as mudanças aconteceram no Brasil, que, dentre outros aspectos, se referem à educação brasileira. Naquele momento, Getúlio Vargas (Governo Provisório) criou o Ministério de Negócios da Educação e Saúde Pública e, posteriormente, o Conselho Nacional de Educação (1931), conhecido como o Estatuto das Universidades. Era uma das ações que fazia parte das promessas de melhorar a educação no país.

Pode-se entender que os católicos sempre estavam em evidência na tentativa de deixar a educação com *status* diferenciado das demais. Para tanto, até aquele momento, muita coisa havia sido feita, porém, de forma fragmentada e, dessa forma, contribuía para que a educação católica adquirisse ou permanecesse com a identidade de escola privada. Ainda não havia um órgão que desse sustentáculo administrativo, organizacional e político à educação católica no país. Com isso não se pretende afirmar que era desorganizada. Não é essa a intenção, e sim enfatizar que as escolas católicas, independentes do nível, seguiam as normas vigentes; as orientações da Igreja Católica, no entanto, eram de forma fragmentada, ou seja, cada qual fazia a sua parte.

Mas com todos esses ganhos da escola católica e da Igreja, elas não poderiam continuar ignorando a classe pobre, os mais necessitados. Porém, a partir da década de 60 do século XX, não só a Igreja, como os grupos que dela faziam parte assumiram uma nova postura a esse respeito, sendo que a escola católica ainda não tinha alcançado a maioria dos objetivos propostos. Ela teria que alcançar o núcleo da desigualdade através de dois grandes instrumentos: a educação/ ensino religioso e a Igreja. E essa última era de fundamental importância que saísse do pedestal para assumir seu papel de Igreja mãe, evangelizadora e educadora, como também as escolas católicas.

Sabe-se que seria uma tarefa bastante difícil servir a dois senhores com prioridades diferentes. No entanto, a situação clamava por novos rumos. Após muitos anos servindo basicamente à elite, e para os pobres alguns fios de educação, desta feita as escolas católicas

teriam a Igreja como sua grande aliada, podendo chegar mais próximas dos pobres.

Posteriormente, essa tentativa da Igreja assumir direcionamentos acerca da situação do povo culminou com o Concílio Vaticano II (1962-1965). Aproveitando o ensejo, não podia deixar de lado a necessidade de um redirecionamento do Ensino Religioso (ER), que há muito estava sendo discutido. Segundo Junqueira;Wagner (2011), a partir de 1965, ele já começa a perder sua função catequética e é nesse momento que é obrigado a buscar sua identidade e redefinição, visto que a escola havia percebido sua autonomia e entende que não é mais compatível com a realidade um ensino que doutrine, ou seja, de visão unilateral. Assim, nessa autonomia, destaca seus próprios princípios e objetivos,

[...] na área da cultura, do saber e da educação. A manifestação do pluralismo religioso é explicitada de forma significativa; não é mais compatível compreender um corpo no currículo que doutrine, que não conduza a uma visão ampla do ser humano. (JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 40)

Esse fato exigiu mais estudos e dedicação acerca de como e o que trabalhar nas aulas de Ensino Religioso e essa exigência girava em torno de entender a realidade, a nova concepção de mundo plural. Para tanto, contou com a contribuição dos Encontros de Ensino Religioso (ENER), que aconteceram após uma década, ou seja, a partir de 1974.

A realização do Concílio Vaticano II foi, portanto, uma oportunidade ímpar para as discussões acerca da função da Igreja no enfrentamento dos problemas que afetavam a sociedade, dentre eles, a educação. Talvez se possam destacar duas palavras-chave para traduzir esse evento que são: atualização e diálogo. O Concílio trouxe atualização, verdades ainda não discutidas, propostas de igualdade e abrangência, visto que foram pensados, de forma minuciosa, os principais aspectos do Cristianismo, ligados aos direitos da pessoa humana.

Quanto ao Ensino Religioso, em meio a tantos debates e embates, permaneceu sempre carecendo de um olhar diferenciado, pois de catequético passou a fazer parte do currículo e ser plural. Adquiriu um lugar de destaque, podendo adentrar nas mais específicas situações sociais que afligem a população. A Igreja aparece como Instituição capaz de mudar ou tentar mudar a realidade atual quer seja nas escolas católicas ou públicas, através do diálogo plural que atenda ao povo, respeitando sua cultura e suas ideologias.

Diante dos fatos, percebe-se que o ER adotado pelas Filhas do Amor Divino, assim como o do país, precisava encontrar sua identidade, para que fosse entendido e absorvido por todos e não apenas por católicos. As mudanças propostas às escolas da Província Nossa Senhora das Neves- PRONEVES, das FDC, no Nordeste, também começaram a efetivar, de forma mais concreta, seus objetivos. Nesse intuito, algumas providencias foram tomadas.

Para que todas as escolas das FDC, localizadas no Nordeste-PRONEVES, seguissem um mesmo caminho a partir do ER às ações educativas e socioeconômicas, foram marcados encontros para religiosas e leigos que faziam parte de suas escolas a fim de discutirem um plano de trabalho, que, no final dos anos 70 e no início dos anos 80, foi transformado em Projeto Político Pedagógico (PPP). As discussões do grupo consistiam no que queriam trabalhar através do Marco Referencial que foi subdividido em situação do mundo atual/sociedade que temos (Marco Situacional), o que fazer diante da situação colocada em pauta (Marco Doutrinal) e como fazer para alcançar os objetivos (Marco Operacional). Dessa forma, tiveram um plano elaborado em conjunto.

Foram momentos que proporcionaram discussões de vários temas da atualidade com as diretoras, professoras, funcionárias, pais, mães e alunos. A partir das temáticas trabalhadas, começava-se a perceber que a primeira tarefa era entender em que sociedade estavam inseridos. Para tanto, foi preciso pesquisar e estudar os contextos histórico, social e cultural do Brasil, explicitando as especificidades da Região Nordeste e de cada espaço geográfico onde as escolas estão

localizadas. Através desse estudo, pôde ser percebido que, mesmo estando na mesma região geográfica, há diferenças quanto a localização (bairros), nível econômico das famílias, dos alunos, professores, as peculiaridades das cidades e seus respectivos estados.

Para intensificar as discussões acerca das questões sociopedagógicas que privilegiassem a criticidade, foram utilizadas algumas referências como: Paulo Freire, Luís A. Gandin, João B. Libânio, dentre outros teóricos. Também foram destacados e estudados documentos da Igreja Compêndio do Vaticano II, Documentos da CNBB (47, 102 e 107) e da Congregação como: Constituição e Diretório Geral da Congregação das Filhas do Amor Divino, Projeto Político Pedagógico da PRONEVES (PPP) e as Crônicas das escolas (FDC) do Nordeste.

Em síntese, este estudo favoreceu o despertar de que outras ações poderiam ser realizadas não só pelas religiosas, mas por todos que são considerados Filhos e Filhas do Amor Divino. A busca pela chamada libertação começou a ser evidenciada e colocada na prática. Aparecem algumas palavras que podem ser consideradas chavões: sociedade inclusiva e democrática; articuladora e mobilizadora popularmente; educação crítico-reflexiva, humanizadora; ação evangelizadora não alienante e aberta ao diálogo.

O primeiro esboço para a construção do PPP da PRONEVES foi marcado pela presença de especialistas da área religiosa educacional, leigos e leigas. Foi um grande passo para o enfrentamento das mudanças, a princípio das concepções e, em seguida, das ações. Contudo, nota-se que, a partir desse momento, as ações começaram a acontecer de forma sincronizada nas escolas, tendo à frente um grupo responsável. No entanto, convém destacar que há freiras (FDC), que há muito se sensibilizaram com a necessidade do povo fora dos muros dos colégios, nos orfanatos, nos hospitais, abrigos, no campo, nas favelas com jovens e famílias que sobrevivem aos desmandos políticos, administrativos e econômicos do nosso país antes do Concílio e, conseqüentemente, da Construção do PPP.

Essas afirmações também refletem no ER que aos poucos se estruturou e ganhou grupo de estudo, coordenador geral e específico em cada escola (PRONEVES), bem como acontecem encontros específicos na Casa de Formação em Parnamirim-RN, com os que trabalham diretamente com o ER na Província. Assim, deixou seu perfil catequético e, aos poucos, mantém-se numa visão plural que dá margem para novas discussões acerca da realidade do outro.

Além disso, intensifica a formação de lideranças jovens que também se encontram para discutir os problemas próprios da idade e da sociedade em suas escolas e, anualmente, com todas as lideranças em uma das escolas PRONEVES do Nordeste, sendo denominado de Encontro de Líderes. É a tentativa de apresentar ao jovem uma escola católica e um ER sem rodeios, mais autêntico que ajude na formação pessoal e, assim, apresente novas perspectivas para a sociedade.

Sabe-se que não é nada fácil, mas não é utópico e nem deve ser percebido assim, até porque a própria Igreja abriu suas portas e deixou-se descortinar através do seu representante maior (o Papa) que, perante o mundo, baixou a cabeça e pediu perdão. Esse, talvez tenha sido o grande exemplo de humildade. Mas as FDC, mesmo realizando trabalhos socioeducacionais antes do Concílio II, ainda não tinham alcançado abrangência como os trabalhos que foram realizados por solicitação da Igreja.

Nesse contexto, registra-se que antes cumpriam sua missão, enquanto Congregação e propósitos da sua fundadora. Portanto, eram ações restritas em virtude do número reduzido de religiosas por convento e escola. Mas, após o Concílio, as religiosas participam das ações a convite da Igreja, que conseguiu o engajamento de muitos leigos, fato que facilita a distribuição e divisão das tarefas nas comunidades.

## 2.4 Quando a mão direita recebe do rico e a esquerda dá ao pobre

Diante dos esclarecimentos acerca da Legislação Educacional, Igreja e Ensino Religioso devem apresentar de forma minuciosa, o

trabalho socioeducacional para a inclusão do pobre através das Filhas do Amor Divino. Em meio a essas mudanças e indecisões governamentais, que ao longo dos anos contribuíram para desorganização e o declínio da política educacional no Brasil, percebe-se que, enquanto a instrução pública mantinha-se desorganizada com a normatização tardia, a educação católica, mesmo com algumas ressalvas, aproveitava o tempo para pôr em prática os objetivos propostos, que apesar de nem sempre desenvolver criticidade em seus alunos, era organizada e tinha metas.

As Filhas do Amor Divino (FDC), conforme foi abordado no capítulo anterior, tiveram uma vasta experiência com educação escolar em território austríaco e, mais tarde, em outros países da Europa. *A priori* se pode destacar a experiência da Madre Francisca, fundadora da Congregação, através de sua formação escolar com habilitação para exercer o magistério, e assim, pode ser entendido que o projeto da Congregação está alicerçado nos ensinamentos de Jesus Cristo, embasado na Igreja Católica, na formação escolar e espiritual de sua fundadora.

Contudo, vê-se que o projeto vislumbrava especificamente a fundação de escolas e institutos, apresentando, de forma bem definida, a classe social, o gênero, a situação civil e faixa etária de sua clientela. Dessa forma, seriam beneficiados: os pobres, as mulheres, as viúvas, as crianças e idosos independentes do credo religioso. A educação escolar era destinada às crianças e jovens levando em consideração os reflexos dos rigores da educação que à época eram comuns, pois ficava impossível para as religiosas deixarem seu legado para trás. Esse fato não pode ser entendido como algo negativo, pois contribuiu para a diversidade cultural em nosso país.

A propósito, sobre a lacuna entre ricos e pobres, o Estado, desde o início da História do Brasil, manteve essa situação à tona, e se incumbiu de intensificar esse problema, mesmo que de forma camuflada, ou seja, os projetos, os objetivos, a clientela a que eram destinados e as ajudas financeiras para as escolas privadas. As escolas católicas recebiam ajuda do Estado, mas não se caracterizavam

públicas, sendo assim, não se entendia que também eram destinadas ao povo. Dessa forma, vê-se nas entrelinhas que as Congregações religiosas, apesar de carregarem o estigma de que a educação católica só foi para a elite, preocuparam-se em atender às duas classes sociais e todas as faixas etárias incluindo jovens e adultos em menor proporção.

As instituições educacionais mantidas pelas Filhas do Amor Divino ofereceram educação para as elites femininas em regime de internato, pois era dessa forma que recebiam recursos financeiros das filhas dos latifundiários ou grandes comerciantes que moravam na zona rural. Os pais tinham certeza de que suas filhas iriam receber uma educação diferenciada com aulas de excelência das boas maneiras ministradas pelas religiosas, a caligrafia seria exemplar e aulas de religião (católica) ajudariam a seguir o caminho do bem. Além das prendas domésticas como: culinária, corte, costura e bordado, que as tornavam donas de casa diferenciada das demais. Outro destaque era a música, que dava *status* na sociedade, sendo o acordeão e piano os instrumentos musicais ensinados pelas religiosas.

No espaço de tempo 1870 a 1930, verifica-se que houve sérias mudanças na conjuntura do país ligadas não só às questões sociais, políticas e econômicas, mas também de gênero, étnicas e culturais, conforme foi bem destacada por Gilberto Freyre *apud* Durval Muniz Albuquerque Junior (2003, p.33) sobre a condição da elite do país, já mencionada várias vezes como patriarcal. “O mundo dos patriarcas e paternos estava em ruína; um mundo feminino parecia se avizinhar.”

E esse quadro preocupava as mudanças e a inclusão de outros membros na chamada sociedade que trazia inclusive a mulher que estava deixando a casa dos pais para estudar, podendo ser uma grande ameaça ao poderio masculino. Segundo o autor citado, “a busca do nivelamento social” foi marcada também pelo período em que a abolição havia acontecido pela República que estava proclamada, dentre outras situações vividas que, mesmo sendo de grande importância, não nos interessam ser discutidas no momento, apenas citadas.

Mas, essa evolução não foi suficiente para que, em pouco espaço de tempo, a mulher adquirisse seu *status*. Apesar das lutas de toda trajetória histórica, cultural e política ainda se registram muitas indiferenças que perduram até os dias atuais. Nesse processo, a Igreja tem sua culpabilidade pelo fato de que, por muito tempo, deixou a mulher bitolada em seus direitos de cidadã em nome de seus dogmas e, só no final do século passado e neste século, vê-se que foram dadas posições por merecimento e direito de fato. Não obstante, pode ser lembrada a importância do Concílio Vaticano II que também teve influência nas comunidades religiosas, refletindo na educação que era dada nos internatos femininos.

Para a abertura das escolas das Filhas do Amor Divino, foi imprescindível a participação da Igreja e da sociedade, pois geralmente ambas apontavam como uma necessidade das famílias católicas, essas que tinham o padre ou Bispo como elo para chegar à Superiora Geral. Havia predisposição da sociedade, que se encarregava da manutenção das irmãs nos primeiros meses ou mesmo na adequação da infraestrutura inicial. As casas utilizadas para o internato geralmente eram alugadas ou cedidas pela Diocese. Posteriormente, as irmãs adquiriam prédio próprio com recursos oriundos dos trabalhos executados, bem como de rifas ou doações que recebiam de algumas famílias, políticos ou mesmo da Diocese.

Mas sempre eram muito bem recebidas nos lugares por onde faziam suas campanhas para angariar recursos.

Na primeira experiência no Nordeste do Brasil, em Caicó, foi muito difícil o início do trabalho. As dificuldades foram incalculáveis, pois, além de não dominarem o português, a situação de boa parte da população chamava a atenção. Era uma disparidade sem igual, enquanto encontraram famílias abandonadas, também conviviam com a pobreza peculiar dos que moravam no extremo sertão nordestino, com famílias numerosas morando em casas de taipa (pau a pique), crianças sem escola com pais desempregados e analfabetos.

Segundo Padre Monteiro sobre a fundação do Educandário Santa Teresinha (EST), em Caicó (2012), a mudança de colégio de



meninos para educandário de meninas trazia menos exigência. Dom José Pereira Alves desistiu de lutar achando melhor realizar o convite para as irmãs do Amor Divino, essas que sob a liderança de Madre Teresinha Werner, diretora da primeira escola do Nordeste aceitou o convite e,

Motivos superiores, porém, impediram a realização deste sonho de D. José e em lugar do Ginásio do Seridó, apareceu o Colégio S. Teresinha. Num artigo dos Diários de Natal, publicado, em 28 de outubro de 1925, lê-se o seguinte: As dificuldades trazidas pela reforma do ensino fizeram com que D. José desistisse de fundar o colégio para meninos, como era seu desejo, para convertê-lo em educandário de meninas. (MONTEIRO, 2012, p. 112-113).

No livro de Crônicas, nº 1 do EST (1920 a 1953) vê-se que o credo católico estava sempre presente, os costumes da região foram absorvidos pelas religiosas de origem alemã e houve um grande aprendizado. Apesar de poucos padres, havia missas e retiros espirituais para as religiosas e para as alunas.

Ainda sobre esse fato, pode-se citar que, após a fundação do Educandário Santa Teresinha, as religiosas abriram vagas para o internato e, em outros momentos, foram abrindo novos cursos e modalidades de ensino, caracterizando-se como escola confessional privada. Ofertaram, também, cursos profissionalizantes, dentre eles, o Comercial, leia-se, Técnico em Contabilidade, seguindo o plano do governo para que as escolas de ensino fundamental oferecessem cursos profissionalizantes. Pode ser verificado que as escolas da Congregação acompanhavam a conjuntura política do país e as exigências legais, essas que:

[...] desde muito tempo, se fazia mister, as condições financeiras do colégio eram precaríssimas, porém não se podia adiar devido o Curso Comercial, que requer um prédio que satisfaça as exigências da pedagogia moderna. Foi preciso coletar com a licença a Revma. Madre Provincial e autorização do Revmo. Vigário [...]. (EDUCANDÁRIO SANTA TERESINHA, LIVRO DE CRÔNICAS nº1, 1920 – 1953, p. 95).

Essa coleta pode ser entendida por ajuda financeira que foi realizada das regiões circunvizinhas de Caicó, sob a responsabilidade de Irmã Anita e de uma ex-aluna. Essa passagem mostra duas situações: a condição financeira da escola que não era boa e a dependência da Congregação perante a Igreja, e de certa forma, ao Estado. No que se refere ao campo pedagógico, as reformas já citadas trouxeram algumas exigências que precisavam ser cumpridas e, como na Europa, as irmãs saíram pelas cidades pedindo auxílio.

Contudo, salienta-se a luta para melhorar a estrutura física da escola, a construção de uma capela, pois, enquanto não acontecia, adaptavam uma sala de aula. Também não faltava o catecismo das crianças, a preparação da 1ª Eucaristia dos que estudavam e das crianças de bairros periféricos considerados pobres, ficando bem claro em suas Crônicas: o dia, a hora e o celebrante, sendo considerada uma grande festa, digna das irmãs de outras comunidades e da participação das famílias. Assim, são as citações do Educandário Santa Teresinha, em 1938:

[...] No dia 11 de junho na capela do colégio, realizou-se a tocante cerimônia da 1ª Comunhão das alunas, neste mesmo dia começaram as férias. [...] A 15 de setembro, houve em nossa capela a 1ª Comunhão de 24 crianças, alunas da Escola Paroquial, seguindo-se um café os neo comungantes. [...] No dia 03 de outubro a querida Madre Cristina, Irmã Josefina; seguindo juntas com Irmã Francisca para Patos e no dia 04 após a celebração da Missa da 1ª Comunhão das crianças pobres na Matriz retornaram a Caicó. (LIVRO DE CRÔNICAS, nº 01, 1920 a 1953, p.84-85).

Era realmente considerado um grande evento. O credo religioso foi um fio condutor para que as irmãs tivessem contato com o mais rico e o mais pobre. À época, sabiam claramente o que era riqueza e pobreza, pois sentiam-se integrantes do segundo grupo. No sertão nordestino, foram muitas as dificuldades financeiras que enfrentaram e praticamente sobreviviam de ajuda, pois o que se pode ver é que o que sobrava investiam em mais salas, em escolas maiores, na melhoria das capelas e, dessa forma, não tinham estabilidade ou

vida de fartura. Sobre essa vida simples e de devoção há um trecho da Crônica que enfatiza essa situação:

No dia 1º, a 7 de setembro de 1939 houve o imponente Congresso Eucarístico do Recife. Impossibilitadas de ir, devido às despesas, as Irmãs tomaram parte através de um rádio em que Dr. Gama teve a gentileza de emprestar; foi uma semana de santas e entusiásticas emoções. (IDEM, LIVRO DE CRÔNICAS, nº1, 1920 a 1953, p.93).

É notório que formavam as elites, mas as religiosas (FDC) faziam parte da massa, leia-se povo, que é maioria em número; no entanto, são vencidos pela minoria que detém o poder (ricos). Utilizavam a religião para intensificar a fé de sua comunidade religiosa e das famílias necessitadas. É possível que tenha sido essa fé atrelada aos movimentos religiosos que, mesmo de forma tardia, possam ter contribuído para que os excluídos lutassem por uma vida mais digna em uma sociedade que ainda guardava os rancores do poder.

De acordo com os registros orais (2017) e escritos (2014) do professor Aduino Guerra Filho, sobre o trabalho das irmãs, em Caicó, o “carisma dessa Congregação é educar,<sup>9</sup>” A partir dessa afirmação entende-se que se trata dos fios de inclusão de uma enorme teia. Sobre as Congregações religiosas femininas, pode-se afirmar que:

Tinham na educação uma de suas principais atividades, e esse contexto positivo permitiu o desenvolvimento de uma vasta rede de escolas católicas particulares, sob a direção de religiosas. A educação parece destacar-se como um dos campos privilegiados de atuação das freiras, ainda que estas continuem a desenvolver seu trabalho em hospitais e obras de caráter assistencial. (NUNES, 1985, p.35)

Vê-se que, não só as FDC, mas, de forma geral, as Congregações femininas tinham o foco dos seus trabalhos voltado

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada com o professor Aduino Guerra Filho realizada em 16 de setembro de 2017, em Caicó- RN.

para a educação. Na tentativa de apresentar as ações socioeducacionais, que, durante anos, podem também ter sido direcionadas para os necessitados. Serão apresentadas algumas entrevistas com pessoas que participaram desses momentos os períodos educacional e político brasileiro eram um tanto delicados, mas, com todos os entraves, chega-se a 1930, período cujas reformas educacionais estavam em andamento.

Em síntese, pode-se dizer com Maria José Rosado Nunes:

A Vida Religiosa feminina acompanha o processo de toda a Igreja, tanto no sentido de reforçar os quadros institucionais, quanto na sua relação com as classes sociais. A um triunfalismo institucional da Igreja corresponderá uma atitude ufanista das congregações que colocarão no desenvolvimento da própria instituição uma de suas principais finalidades. (1985, p. 34.)

As Congregações femininas tiveram uma importância muito grande na própria História da Igreja e do país. Em sua maioria, chegaram ao Brasil a partir da Proclamação da República, porém algumas já haviam chegado. Segundo Nunes (1985, p.33), “de 1881 a 1890 ingressaram seis (6) delas no país, de 1891 a 1900 esse número aumenta para dezesseis (16), crescendo para setenta e seis (76), entre 1901 e 1930. Outras dezenove (19) Congregações são fundadas no Brasil, por essa época.” Esse quadro deu um sustentáculo à Igreja católica não só no campo religioso, como na mão de obra que era oferecida através das freiras nos hospitais, asilos, orfanatos e escolas. Com essas atividades, a Igreja colocou seu plano de renovação e libertação em prática enquanto a política cuidava de traçar novos caminhos para a educação.

A cada ano, as irmãs recebiam mais alunas, mesmo com a situação econômica muito difícil. Monteiro (2012, p.112) afirma: “O comércio de Caicó viu-se obrigado, certa vez, a mandar víveres para as freiras porque não viessem a passar fome”. Em outro momento, sobre esse fato (IDEM, p.113): “Sem possuir nem um tostão, as Irmãs começaram, não sei como, a endireitar o Colégio [...]”. Há um

momento que enfatiza uma característica do caicoense: “cuidar do que é seu”. Esse comentário diz respeito à Superiora, Madre Francisca, filha de Caicó, que sempre recebeu apoio da comunidade e, mesmo com as dificuldades, promovia melhorias na escola sem pensar em desistir.

Outra figura de destaque foi Monsenhor Walfredo Gurgel (Vigário Geral) (MONTEIRO, 2012, p. 113), “que conseguiu dos amigos dinheiro emprestado para o término dos trabalhos. O seu já tinha ido todo...”. Para o pagamento dos trabalhadores (IDEM, p.113) “Cada irmã ficou na contingência de sair, no princípio da semana, pelas cidades vizinhas, pedindo esmolas [...]”. Está explícita a condição econômica das irmãs, pois pediam não só para atender às exigências enquanto estrutura física do antigo prédio, como para atender às suas necessidades básicas.

Aos poucos, a escola estava atendendo aos anseios daquela sociedade e da política vigente, conseqüentemente, era necessário melhorar a estrutura, a abertura de outros cursos e mais religiosas para desempenhar as novas atividades. Então, no ano seguinte, chegaram outras irmãs para tomar conta do Jardim de Infância e do Curso Primário (Inocência) e para ensinar pintura, (Madalena). Porém, depois de certo período, só em 1940, foi aberta a primeira turma de Jardim de Infância no Educandário Santa Terezinha (EST), atendendo às famílias caicoenses (LIVRO DE CRÔNICAS, nº1, 1920 a 1953) após 15 anos de funcionamento do colégio.

Um dos entraves encontrados pelas FDC foi quanto às questões educacionais serem resolvidas no Rio de Janeiro (RJ), conforme os registros de Crônica 01 de Caicó, em 27 de fevereiro de 1941, receberam um telegrama do Departamento do Ensino Comercial do Rio de Janeiro, concedendo a verificação prévia do referido curso. Era muito difícil para elas o deslocamento por três fatores: a dificuldade de entender o idioma, a distância e as condições financeiras.

Nos livros de Crônicas, podem-se encontrar relatos de situações inesperadas. Dessa feita, como havia o Curso Comercial

conforme já foi mencionado, foram dadas 48 horas para as religiosas enviarem um valor de Seis Mil e Trezentos Cruzeiros (6.300,00), sendo necessário pedirem emprestados, aos amigos: 1.300 cruzeiros com o professor Felipe de Andrade e 4.800 cruzeiros com o Sr. Dinarte Mariz. A cada situação, tem-se certeza de que as irmãs, em Caicó, não tinham uma situação financeira cômoda, praticamente viviam de donativos e campanhas realizadas com a comunidade, sendo necessária a participação da Igreja e da sociedade em vários aspectos, principalmente o financeiro.

Após a aprovação do curso que já estava em funcionamento, decidiu-se que o curso de admissão para o Comercial seria gratuito e, para aplicar o exame supracitado, foi nomeado o Sr. Daniel Diniz (Coletor Federal), que, em 18 de setembro, foi nomeado como Fiscal do Curso Comercial, o Dr. Jofre Ariston de Araújo pela Divisão do Ensino Comercial do Rio de Janeiro. Apesar de ser uma entidade privada, a escola recebeu em 31 de dezembro de 1941, uma subvenção Federal de Cinco Mil Cruzeiros (5.000,00) (Livro de Crônica, nº 1, EST, 1920-1953, p.109).

Enquanto as religiosas do Educandário Santa Teresinha resolviam as questões burocráticas do Curso Comercial, no Rio de Janeiro, na cidade de Patos, na Paraíba, no dia 29 de novembro de 1942, no Colégio Cristo Rei, estava acontecendo a Colação de Grau da primeira turma de Normalistas, sendo diplomadas 20 professoras. Nesse período, de acordo com 1º livro de Crônica- (1942, sn) do colégio citado, havia 228 alunas matriculadas e 43 internas, superando os primeiros anos que tiveram baixa procura das alunas internas. Fato que na época gerou preocupação quanto às questões financeiras, visto que a manutenção dos colégios dependia dessas alunas, levando-nos a pensar que as mensalidades eram baixas, bem como havia muita gratuidade e, dessa forma, as alunas externas não rendiam lucros.

De acordo com as Crônicas, era frequente a abertura de novas escolas, nas décadas de 20, 30, 40 e 70 com a abertura de pequenas escolas de comunidades que, por motivos superiores, fecharam. No entanto, continuaram com a ampliação das que já existiam e a abertura

de novos cursos como: Ginásio, Primário, Jardim de Infância, Normal, Comercial e Escola Doméstica. Dessa forma, mesmo com os horrores do pós II Guerra Mundial, continuavam ampliando o espaço geográfico, ocupando 5 estados do Nordeste brasileiro (Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Ceará e Bahia) podendo ser incluindo o Distrito Federal que faz parte da PRONEVES.

Em todas as escolas da PRONEVES, era notável a prioridade dada à Igreja através das atividades que envolviam o credo católico. Dentre as que foram citadas anteriormente, ainda aparecem grupos de alunas que faziam parte de movimentos da Igreja como: a Pia União das Filhas de Maria e as Cruzadinhas, que contavam com a presença de Bispos e Padres em visitas ou para realizar pregações.

O movimento da Juventude Estudantil Católica (JEC), estava em evidência desde 10 de novembro de 1944, quando foi fundado em Caicó com solenidade. Sobre a JEC os registros do (EDUCANDÁRIO SANTA TERESINHA, LIVRO DE CRÔNICAS, nº 1, p.118) enfatizam a realização de um grande encontro estudantil que teve início em 29 de setembro de 1949, tendo como assistente irmã Aurora e a cooperação do Ginásio masculino. É possível que realmente tenha sido um grande encontro, pois, além das Jecistas de Caicó, houve a participação das embaixadas de estudantes de Natal, Patos e Assu, bem como do Curso Científico do colégio Estadual de João Pessoa.

Era sem dúvida o que se pode dizer uma verdadeira efervescência dos movimentos estudantis. O questionamento é pertinente quanto à época que esses encontros aconteceram, pois ainda estava bem distante do Concílio. Todavia, convém salientar que, mesmo sem a abertura da Igreja, percebe-se que as FDC já apresentavam um perfil diferenciado para a época. Além de ceder suas escolas para esses encontros, as religiosas coordenavam grupos de jovens nesses referidos movimentos.

Segundo Libânio (2002 b), a Ação Católica no Brasil teve um papel decisivo, que pode ser dividido em três etapas. A primeira, de 1932 a 1935, na linha de organização nacional; a segunda foi estruturada de acordo com o modelo italiano de 1935 a 1945 e a

terceira etapa, de 1950 a 1960, que deixa de lado o modelo italiano e adota o modelo franco-belga. Não apresentava divisões de sexo e idade conforme modelo e etapas anteriores e, sim, jovens e adultos das escolas secundárias de ambos os sexos formavam a JEC que, juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC), passou a desenvolver um papel de grande importância no cenário brasileiro. E vê-se que:

Especialmente a JEC e a JUC, e, em menor proporção a JOC, vão ter papel fundamental no desenvolvimento da Igreja do Brasil dos anos 50 até a supressão canônica da JEC e da JUC em 1966. Os jovens da JEC e da JUC adquirem e desenvolvem uma consciência aguda e lúcida de sua missão e fidelidade aos meios a que pertencem. [...] Assiste-se no final da década de 50 a um deslocamento de setores significativos, ainda que estatisticamente pequenos, para as camadas populares da sociedade numa perspectiva de transformação. (LIBANIO, 2002b, p.115-116).

Esses encontros que aconteciam nas escolas das Filhas do Amor Divino podem ser entendidos como um grande avanço, em virtude de proporcionarem debates acerca de assuntos da atualidade ou ligados às reivindicações dos jovens, sem deixar de lado os momentos de espiritualidade. Era a tão sonhada transformação social que também era extensiva à Igreja no Brasil. É nesse período, através dos caminhos já percorridos da Ação Católica, que surge a figura de D. Helder Câmara com outros Bispos progressistas com o intuito de dar continuidade ao compromisso relativo às questões sociais.

Há, também, registros sobre a participação das irmãs na Semana Rural (1952), que aconteceu, em Natal, cujos resultados foram tão bons que logo marcaram outra Semana Rural, em Caicó. Não há maiores relatos acerca dessas Semanas Rurais nos livros de Crônicas. Porém vê-se que se destinava para quem morava no campo e, conseqüentemente, era uma camada da sociedade muito sofrida e geralmente explorada. Tinha sede de água, de justiça e principalmente no que se refere às questões agrárias.



Nesse contexto, é salutar destacar que, de 1950 a 1960, nas zonas rurais, formou-se o Movimento de Juventude Agrária a JAC. A Igreja e as religiosas (FDC) estavam atentas para manter a organização e os objetivos propostos. Para tanto, contavam com a presença de autoridades governamentais e eclesiásticas. Nessas décadas, as escolas das FDC, no Nordeste, estavam em pleno funcionamento e, pelo que parece, estavam de portas abertas para enfrentar o novo.

O número de alunas aumentava a cada ano nos colégios das Filhas do Amor Divino e a participação da JEC era frequente através dos tríduos, retiros e semana de encontros não só no colégio, mas também em outras cidades do Nordeste brasileiro. Segundo o livro de Crônicas do Colégio Nossa Senhora das Neves, em novembro de 1949, faz-se o registro de que na Festa de Cristo Rei, 41 estagiárias da JEC receberam o distintivo da Ação Católica (A.C.), sendo esse fato considerado um grande progresso para associação das Jecistas.

A Congregação em estudo sempre estava representada por várias religiosas que participavam assiduamente dos encontros promovidos pelo Movimento do Mundo Melhor (MMM), JEC e JAC que, conforme as Crônicas discutiam vários temas e incentivavam para os trabalhos de campo, não ficando limitadas, apenas às leituras, discussões das temáticas e planejamentos. Assim, estavam caminhando para, em breve, assumir um novo papel no cenário nacional.

É importante registrar que o Rio Grande do Norte foi um dos Estados do Nordeste que mais se destacou nessa caminhada da Igreja. É possível que as lideranças Eclesiásticas, como Dom Nivaldo Monte, Monsenhor Walfredo Gurgel, Dom Eugênio Sales, dentre outros, tenham sido como molas propulsoras e pilares de sustentação para as Filhas do Amor Divino, nesse processo de renovação.

A presença dessas lideranças citadas na pregação de retiros, reuniões e encontros espirituais pode ser considerada um grande ganho para as Filhas do Amor Divino. Sabe-se que a figura do líder pode fazer muita diferença, principalmente no que se refere às

questões que envolvem mudanças. Mesmo no momento pré Conciliar, já se percebia a quebra de paradigmas através do que estavam discutindo, ou seja, conteúdos relacionados à realidade daquela região e que, posteriormente, foram implantados sob a luz do Concílio que trazia a tona denúncias sobre as injustiças sociais que proporcionavam o aumento das desigualdades, principalmente no Nordeste.

A grande tarefa das Filhas do Amor Divino consistia em trabalhar com e para os pobres. Mas como isso seria possível se a escola era privada e caracterizada como de elite? A princípio, teriam que administrar a situação, pois precisavam do sustento básico e só seria possível caso recebessem mensalidades das alunas. Dessa forma, paralelamente a esse trabalho, começaram a desenvolver atividades simultâneas para os menos favorecidos. Assim, poderiam reduzir a pobreza no sentido pleno da palavra. Mas isso só podia acontecer através da educação escolar, da pastoral e do letramento, trazendo a dignidade do povo através dessas ações alicerçadas na Igreja católica.

Percebe-se que a palavra pobre começou a ser usada com mais frequência nos livros de Crônicas quando se fazia referência às comunidades da periferia, às crianças que recebiam catecismo para a preparação da Primeira Eucaristia, em relatos de alguma situação de comunidades que estavam passando dificuldades e dos trabalhos das pastorais. Mas o que é ser pobre? De acordo com Demo (1991a, p.10), “Ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter”. Fica claro que nem sempre se tem noção do que é realmente ser pobre e o que está ligado à pobreza no Brasil.

Assim, segundo Demo (1991a), o pobre é o marginalizado, o que trabalha para tornar o outro rico, é o que tem escassez de liberdade, de educação escolar, que sempre é subserviente e discriminado. Dessa forma, é necessário enxergar a dicotomia do ser pobre, ou seja, não é apenas aquele ou aquela que não dispõe de bens materiais e sim de consciência política. É essa consciência que vai fazer com que ele lute para ser o homem político consciente de seus direitos e deveres para solucionar os problemas que o levam a ser um integrante da pobreza, seja política ou material.

Para tanto, era necessário entender a diferença entre ações concretas e as assistencialistas e como vive a maioria da população brasileira. O que poderiam fazer no campo educacional em um país subdesenvolvido com tantos analfabetos e quase inexistente políticas públicas? A lógica do Estado geralmente é distribuir alimentos, roupas dentre outros e, dessa forma, a cada dia, aumenta a dependência, e, muitas vezes, incute na mente do povo que aquilo é o seu direito. Às vezes, de forma camuflada, as estratégias são montadas pelos opressores e o povo se sente o sujeito da situação, no entanto sem direitos e poderes.

As Filhas do Amor Divino conviviam com a forma mais visível de pobreza, ou seja, a falta de bens materiais sustentada pela pobreza política, pois os analfabetos e assalariados eram e continuam sendo presas fáceis para as oligarquias e o Estado. Em Caicó, a situação era muito difícil e as pobreza material, política e espiritual predominavam em meio às poucas famílias ricas da região.

Mesmo entre as FDC, sabendo que a missão é “Tudo por Deus e pelos pobres e por nossa Congregação” não há registro do quantitativo de religiosas realizando esse tipo de trabalho com o povo, alheio ou paralelo à educação escolar. Apesar do reduzido número de irmãs para desempenhar trabalho fora dos muros das escolas, podem ser contabilizadas participações importantes em grandes obras sociais junto aos leigos.

Na Paraíba, desde 1938, o cenário também não era diferente. Em meio a toda situação socioeconômica do Brasil, um fato merece ser destacado sobre a estatística do Colégio Cristo Rei (Patos-PB) que, em 1966, somava um total de 556 alunas. De acordo com 1º livro de Crônicas (1938-1966):

O Curso Primário com 255 alunas, o Ginásial com 220 alunas, o Pedagógico com 81 alunas. Porém, vale ressaltar que o internato contava 52 alunas sendo que três eram pensionistas (gratuitas) e 19 eram alunas que recebiam todo internato gratuito e ajudavam nos trabalhos da casa. (COLÉGIO CRISTO REI, 1966, sn).

Essa realidade foi vivida em todas as escolas das Filhas do Amor Divino no Nordeste brasileiro nas quais havia internato. Esses dados deixam algumas lacunas a serem discutidas, pois não é consenso que essa ajuda era positiva. Nem sempre era vista com bons olhos, pois percebe-se que algumas pessoas não conseguem enxergar que era uma forma de essas meninas serem educadas com disciplina rigorosa e ensino de qualidade. Há críticas pelo fato de terem que realizar trabalhos domésticos com as religiosas. Por mais que se busque, não é possível confirmar se era certo ou errado. Se for caracterizado como troca de favores, o foco continuará sendo o seu custo benefício. Há certa complexidade diante dos fatos,

[...] foram dias de alegria para as irmãs e alunas que nossa boa Madre Provincial ficou conosco. Foram dadas as ordens que as meninas da casa comessem no refeitório das internas e dormissem no dormitório e elas tivessem um recreio comum e oração coletiva na capela sob a vigilância de uma irmã; as refeições fossem dadas após das internas às meninas da casa. (EDUCANDÁRIO SANTA TERESINHA, LIVRO DE CRÔNICAS, nº 2, 1953 a 1982, p.16)

Ao que parece havia, de fato, um tratamento diferenciado em relação às demais alunas internas, e que, naquele momento, no ano de 1962, parecia ter sido uma boa nova anunciada pela Provincial. O que mais interessa é se realmente essas meninas adquiriram novas concepções de mundo, mesmo diante do tratamento desigual. Mas subentende-se que, ao deixar de fazer parte das estatísticas dos analfabetos, surgia uma possibilidade de lutar e entender que eram produto do opressor, resultado da desigualdade social. Se tivessem seus direitos garantidos, enquanto cidadãs, não seria necessário ser “meninas da casa” para ter educação de qualidade.

Um grande problema é que a escola pública não atendia às expectativas e isso ainda é uma realidade. Nesse sentido, espera-se que tenha sido uma grande oportunidade de realização como pessoa, visto que;

O que pode ocorrer, ao exercer-se uma análise crítico-reflexiva sobre a realidade, sobre suas contradições, é que se perceba a impossibilidade imediata de uma forma determinada de ação ou a sua inadequidade ao momento. (FREIRE, 2015a, p.173).

Contudo, o que realmente fica explícito é que foi dada oportunidade, e quem a recebeu pôde desfrutar no momento mais adequado para obter uma vida mais digna, caso realmente tenha ficado convencido que poderia ser um sujeito ativo, livre, nem opressor e nem oprimido e sim um multiplicador. Salienta-se que não se exigia que essas meninas seguissem a vida religiosa, mesmo que algumas tenham seguido por opção e não por imposição. Em conversa informal, religiosas afirmam que, às vezes, os pais ofereciam suas filhas em troca desses serviços, pelo fato de não ter nada a oferecer em casa e seria uma oportunidade para que elas estudassem. Para se entender melhor essa situação das meninas da casa, houve a necessidade de localizar algumas delas. A Senhora Laurinete foi indagada sobre que era ser menina da casa? E respondeu:

No meu entendimento, na minha concepção meninas da casa, era assim: um grupo de moças que tinha vontade de estudar num lugar mais adequado. Mas, não tinha condição de pagar. Não tínhamos mensalidades, mas tínhamos todos os direitos que as alunas internas. O estudo, tudo! Mas pagávamos com o trabalho.<sup>10</sup>

Nota-se que o principal objetivo era estudar e fica claro que eram pessoas que realmente não tinham condição de pagar as mensalidades. E, nessa conversa, veio a curiosidade de como elas entravam, ou seja, havia alguma seleção ou indicação?

Para entrar, não sei as outras, digo por mim. Eu tive uma madrinha que intermediou tudo! Ela tinha muito contato com essas pessoas da igreja e do colégio. Era a mãe do Padre Nascimento, aí vivia engajada nessas coisas. Também tinha uma tia que passou muito tempo trabalhando no seminário e conhecia essas freiras que em

---

<sup>10</sup> Entrevista com Laurinete Maria da Silva Medeiros, ex-menina da casa, realizada em sua residência em Palmeira dos Índios-AL, fevereiro de 2018.

época de férias iam a casa dela para passar o dia e foi conhecendo. Então, minha madrinha Maria, perguntou a uma delas se podia me encaixar. Mas, demorou, entende? Não era só assim, tinha que primeiro elas observarem, se dava certo se não dava, se tinha vaga se não tinha. Para entrar também tive que fazer um teste para saber se ia acompanhar e passei. A época eu já havia feito três anos na mesma série no sítio onde eu morava. Fiquei do terceiro ano primário até o terceiro ano Magistério. Só que muita gente entrava e não demorava muito. Ia embora. Mas eu passei nove anos lá.<sup>11</sup>

Então, de qualquer forma, havia algumas normas. A questão não estava só em ser pobre. No caso de Laurinete foi necessário certo grau de amizade para a indicação acontecer. E, nesse contexto, veio a indagação sobre a situação delas no convento. Elas sabiam que, pelo fato de não pagarem ajudariam as irmãs nas atividades domésticas? Como isso acontecia?

Já sabíamos que iríamos pagar com os trabalhos. Ninguém se iludiu. A gente ficava interna, mesmo! Agora era assim. A irmã que tomava conta da gente dividia o trabalho e ninguém fazia as coisas só, assim não sobrecarregava. Cada sala era varrida por duas meninas e na varanda eram três ou quatro. A gente tinha que ter a hora de estudar.

Começa-se a entender como acontecia. Diante da reposta da entrevistada, apesar de realizarem as tarefas, eram divididas e organizadas com prioridade para a hora dos estudos. Conforme a CNBB (2005, p.44) “A educação, pelo fato de ser gerada pela sociedade, não pode, como tal, escapar certos condicionamentos que a sociedade instaura”. Mas, mesmo assim, como seria o convívio com as internas? A farda era igual? Frequentavam os mesmos espaços dentro do colégio?

Era tudo igual, farda, tudo, tudo! Não forçava ninguém para ser freira. Houve uma época que eram 12. Era assim, como eu já disse: quem não aguentava saía. Muita gente não ficava, porque não tinha vontade de estudar. Essas coisas assim que no meu

---

<sup>11</sup> Entrevista com Laurinete Maria da S. Medeiros.

entendimento tem que ser quem quer realmente estudar. Mas, era organizado! Tudo tinha a horinha certa, principalmente as de banca de estudo como diziam elas. Na hora de alimentação, não comíamos com as internas, porque quando as meninas que pagavam iam almoçar era a gente que levava a comida para ser colocada na janela onde elas se serviam. Na época quando eu entrei era Madre Anunciada a responsável pelo colégio. Ela dizia que quando a gente tivesse qualquer coisa para reclamar podia dizer e continuava dizendo que a gente deveria ser bem alimentada e bem tratada.<sup>12</sup>

Pelo que se observa, o que realmente diferenciava eram as atividades domésticas que as meninas da casa realizavam. Enquanto as internas só estudavam. Havia dúvida porque elas não sentavam à mesa na hora das outras. A explicação mais lógica foi que, nessa hora, elas trabalhavam. Mas, em meio a todas essas indagações, dúvidas, elogios e críticas precisa-se saber o que foi de positivo para a vida de Laurinete?

Como me ajudou! Agora é aquela coisa, mas isso depende de cada um. Eu aproveitei o máximo, tudo que eu aprendi, aproveitei só tenho tristeza porque não tem mais ninguém daquele tempo (as irmãs), lúcidas. Mas, para mim foi uma temporada positiva, teve suas... (frase incompleta seguida de silêncio), mas ninguém é perfeito! Caso eu não tivesse gostado de lá, não havia ficado esse tempo todo. E Quando chegou meu período de sair a Madre Auxiliadora pediu para que eu ficasse mais um mês, era fevereiro para dar um ajuda lá no colégio porque a irmã da cozinha estava cansada. Eu fiquei com todo prazer numa boa. Era uma troca? Era sim, uma troca e muito justa que eu acho, acho! Agora quem é preguiçoso e não quer nada não ficava! Eu entrei em janeiro de 1960 e sai em fevereiro de 1969.<sup>13</sup>

Laurinete era consciente da situação. Há um pequeno momento de saudades, mas não se percebe tentativa de aproximar-se das religiosas atuais. No entanto, deixa muito claro o quanto valeu a pena, bem como certa consciência crítica quando diz que não foi enganada. Era uma troca que, na concepção dela, era legítima e justa. Dessa

---

<sup>12</sup>Idem

<sup>13</sup>Entrevista realizada com Laurinete Maria da S. Medeiros

forma, ainda estava faltando sobre a convivência com as internas (ricas). Elas faziam ou tinham alguma atitude discriminatória?

Fazia nada mulher! Meu Pai Eterno! Fazia nada!! Também ninguém fazia nada com esse povo. Ave Maria, a gente fazia tanta amizade! E depois na turma que eu fiquei de terceiro ano, a professora era Irmã Marieta (risos). De pobre só tinha eu. Era a turma das famílias Carvalho, Simplício, Dantas e outras. Só tinha eu de pobre! Mas eu fazia o possível para tirar as melhores notas. Havia uma cadernetinha que era colocada a classificação. E eu ficava tinha as notas melhores e sempre ficava no 1º ou 2º lugar. E, eu era procurada. Mas estudava, estudava tanto na minha vida! Acordava de madrugada para estudar. Pegava um toco de vela e estudava muito. E eu era solicitada. Quando você sabe de alguma coisa, todo mundo te procura. Como menina da casa no Cristo Redentor foi gratificante porque foi lá que me formei, adquiri jeito de gente, embora porque eu quis. Mas, lá aprendi muitos ensinamentos que na minha casa não ia aprender. E também porque eu era uma pessoa esforçada e queria ser alguma coisa na vida. (Tempo) Adquiri muita coisa boa naquele colégio.<sup>14</sup>

São interessantes os depoimentos da Professora Laurinete que apontam a situação das meninas da casa, enquanto seu exemplo do Cristo Redentor de Palmeira dos Índios. No entanto, mesmo sendo, para a entrevistada, uma inclusão social, pode-se explicitar que essa situação das meninas da casa dependia muito da Madre Superiora e do grupo de alunas internas.

No intuito de entender melhor, fez-se opção em entrevistar também a senhora Maria de Jesus Vieira, que foi menina da casa nos anos 60, durante três anos, e alega que, na sua turma, só havia seis meninas. E as mesmas perguntas foram feitas. Sobre a exigência ou não para que fossem freiras, bem como se sabia como seria a vida a partir daquele momento:

Eu não sabia como ia ser a minha vida no convento. Ainda era no outro prédio. Não havia nenhum tipo de condicionamento para que a gente fosse freira. Apenas diziam que caso alguma aceitasse iria

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada com Maria de Jesus Vieira, Menina da Casa, realizada em sua residência em Palmeira dos Índios-AL- fevereiro de 2018.



morar em Natal na casa de formação. Fui, porque padre Stanislaw que era diretor do colégio Pio XII (escola masculina) passava em frente a minha casa, no sítio, para fazer visitas aos pais de um aluno. O padre falou com meu pai e ele consentiu porque eram muitos filhos e queria que eu estudasse para ser alguma coisa na vida. Então, o padre me trouxe, entregou a irmã Gabriela e fiquei interna. A gente só ia para casa na época das férias. Fiquei ajudando a freira. Ela tinha uma sala porque fazia todo tipo de doce, quebra queixo, cocada, bolo, festa de aniversário e vendia na hora do recreio. A vendinha era dela; de irmã Gabriela. Eu não pagava mensalidades, mas cada uma tinha seu trabalho, suas obrigações. Assim, quem estudava a tarde trabalhava pela manhã. Eu acordava de manhã arrumava a cama aí cada uma ia fazer as atividades. Era tudo dividido por semana. Por exemplo, eu fazia os doces, as cocadas com irmã Gabriela até às 9 h e quando tocava ia para sala estudar. Tínhamos direito a estudar e recebíamos todo material. A partir de 1964 não teve meninas da casa e nem alunas internas.<sup>15</sup>

A ex-menina da casa, mesmo sem ter sido informada, à época, que iria morar no colégio, não externa nenhuma mágoa. Ainda enfatiza o trabalho das meninas afirmando que era dividido. Fala também em direitos para todas e confirma que realmente não havia pressão para que seguissem a vida religiosa.

Maria de Jesus também respondeu à questão que se refere aos pontos positivos e ou negativos, bem como se essa experiência de ter sido menina da casa ajudou em sua vida, proporcionando-lhe a inclusão na sociedade?

Ajudou a todas. A mim mesmo ajudou, pois adquiri formação, soube respeitar mais, soube trabalhar e aprendi muitas coisas. O tratamento era igual, todas éramos amigas. Não tinha essa coisa paga ou não paga. Agora a tinha medo de alguma freira brigar com a gente. Havia a clausura e nós não entrávamos. Na época havia irmãs Gabriela, Auxiliadora, Anunciada, Dolores, Thereza, Marieta, Rogéria, Theodora e depois chegou irmã Armela. Aos domingos nós da casa ajudávamos as irmãs a dar catecismo nas periferias, Cafurma e no Xucurus.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup>Entrevista realizada com Maia de Jesus Vieira, Menina da Casa

<sup>16</sup>Idem

A ex-menina da casa reconhece que suas mensalidades eram pagas com os trabalhos realizados no colégio. Em momento algum deixa passar que sente tristeza, arrependimento ou que tenha ficado alguma aresta a esse respeito. O fato de não serem chamadas de internas, não tirava os direitos básicos como estudar, receber boa formação, fardamento e ter responsabilidade. A única coisa era que, de certa forma, havia uma pequena redução no horário de estudo extrassala em virtude de que as outras só estudavam e elas também trabalhavam. Ainda sobre essa situação: não havia impedimento de conseguir até notas melhores, com destaques em suas respectivas salas.

Na busca dos fios de inclusão, verifica-se que, nesse mesmo espaço de tempo citado, outras atividades estavam sendo colocadas em prática para o bem-estar da população carente. Em Palmeira dos Índios-AL, conforme o 1º livro de Crônicas do Centro Educacional Cristo Redentor (1944-1965, p.39), no dia 14 de abril de 1962, foi realizada uma palestra sobre a instalação do Banco da Providência e do curso de alfabetização para domésticas (empregadas) e deu-se início ao programa radiofônico do Diretório Estudantil. Essas atividades socioeducacionais paralelas à escola de elite é que realmente atendiam aos anseios da Madre fundadora e a Missão das FDC.

A respeito do Banco da Providência, ele foi fundado por Dom Helder Câmara, em 1959, para atender às pessoas que viviam em extrema pobreza no Rio de Janeiro e que se estendeu pelo Nordeste brasileiro, fazendo parte dos projetos das Filhas do Amor Divino. No livro de Crônicas do (CENTRO EDUCACIONAL CRISTO REDENTOR, nº 2, 1966-1986, p.12), vê-se, em 1968 a preocupação com as temáticas do Concílio sendo trabalhadas no primeiro centenário da Congregação, cujas pregações diárias foram feitas por padres Redentoristas que estavam em missão popular, em Palmeira dos Índios, com o tema Espiritualidade Nova da Religiosa na Igreja de Hoje. Esse tema não deixava dúvidas que tratava sobre a preparação das irmãs para as novas propostas da Igreja.

Na mesma escola citada (CECR), em 1969, irmã Maria Tadea Moreira fundou a escola noturna Castro Alves, mas era comumente chamada de Escola de Irmã Tadea, que funcionou durante várias décadas e deu sua contribuição social recebendo alunos do 1º ao 4º ano do ensino fundamental. Sobre as escolas noturnas, destaca-se:

Finalmente, para as classes populares, diversos estabelecimentos católicos abriram cursos noturnos, contando, via de regra, com recursos mais limitados. Essa divisão, evidentemente indicativa, nem sempre havendo limites estritos entre um grupo e outro, e nem necessariamente dentro dos padrões aqui apresentados. O aspecto mais importante a ser enfatizado é que a educação católica se estendia a todos os grupos sociais, embora de forma diversificada. (AZZI, 2008, p. 158)

Vê-se que, segundo o autor, as escolas noturnas foram a realidade de uma determinada época devido à necessidade de boa parte da população trabalhadora a princípio era feminina. Nos fins dos anos 70, a escola noturna tornou-se mista e recebeu alunos e alunas de várias faixas etárias, que trabalhavam durante o dia, e à noite eles estudavam. Esses alunos eram carroceiros, empregadas domésticas, vendedores ambulantes, dentre outros. Para se estabelecer um entendimento acerca dos trabalhos educacionais desenvolvidos por essa escola, optou-se por realizar entrevistas com alguns ex-alunos. A princípio, indagou-se a Josildo Braz sobre a importância da escola noturna e afirmou que:

Para aquela época, foi muito propício e muito útil para as pessoas que tinham uma carência maior, tanto no sentido do horário, trabalho e profissão. Eu acredito que foi um período que o processo de educação implantado era compatível com a realidade da época, principalmente porque havia uma disciplina tanto ética, como moral. O aluno tinha direito a liberdade de estudar sem ser interrompido pela indisciplina ou pela desordem. Então, havia um calendário escolar a ser cumprido e só frequentava quem realmente

queria estudar e estava com a necessidade básica daquele momento.<sup>17</sup>

Nota-se que a disciplina era uma referência para a escola noturna, bem como atendia à necessidade dos alunos, pois o entrevistado deixa claro que, apesar de ser rígida, havia liberdade. Quando se perguntou sobre as pessoas que estudavam, Josildo foi claro e direto e, em um tom nostálgico apresentou o perfil dos alunos que, assim como ele, tiveram oportunidade de um ensino gratuito em escola católica privada.

Os alunos apresentava um perfil o mais humilde possível. Eram aqueles que não tinham oportunidades. Durante o dia lutavam pela sobrevivência e a escola pública não oferecia essa inclusão, pois, as aulas eram diurnas. Então a oportunidade que aquela escola ofereceu foi muito útil. Eu acredito que ela trouxe a sede e a vontade do saber e as pessoas aproveitaram aquela oportunidade para dedicar aquele tempo que lhe era oferecido e sair da classe de descanso ou prazer, para dedicar um horário ao estudo. Tinha que dedicar um horário ao estudo e esse era o de descanso. Mas, era a única oportunidade que tínhamos depois de um dia de trabalho. Ainda era assistir as aulas e aproveitar o tempo naquele momento. A faixa etária era variada, ia dos 13 aos 40 anos ou até mais. Não havia Lei que proibisse o trabalho infantil. Por isso, muitas crianças e jovens como eu trabalhavam ajudando a seus pais e, essa prática não era tida como criminosa, como é nos dias de hoje. É até um absurdo falar isso! Eu tinha 13 anos na época, e posso dizer que aquela escola foi um elo, um alicerce de maturidade para a minha vida! Eu trabalhava o dia todo. A partir das 5 da manhã, vendia pão em um balaio; às 7 horas começava a vender picolé; às 11 horas parava e retornava às 13 ainda vendendo picolé até às 17 horas; pois já era hora de vender pão e às 18h e 30 min tinha que voltar para casa, pois à noite ia estudar. Era muito corrido, pois a escola era exigente e, tínhamos que chegar às 19h 30 min. Algumas vezes cheguei tarde e não consegui entrar.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup>Josildo Braz :Ex-aluno da Escola Noturna Casto Alves em entrevista concedida na Universidade Estadual de Alagoas-AL- UNEAL -Campus III-Palmeira dos Índios-AL, em dezembro de 2017.

<sup>18</sup>*Idem.*

É importante a narrativa do aluno, visto que se percebe que os órgãos governamentais não propagavam os poucos projetos destinados a reduzir o índice de analfabetismo no Brasil. Enquanto os governantes do país pensavam assim, a escola católica, à sua maneira, estava fazendo um grande bem àquela população, especificamente aos que foram excluídos e sobreviviam ao sistema. Sobre esse fato, destaca-se que:

Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição do opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar, construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem-alimentada da máquina. (FREIRE, 2015, p.76)

Esse é o perfil desejado para o aluno que chega à escola para estudar, cujo sonho maior é aprender a ler. Esse propósito era o objetivo a ser alcançado na escola noturna, pois muitos dos seus alunos conseguiram fazer uma leitura diferente de mundo. Nesse momento, se fez necessário entender o papel das professoras na visão do aluno, enquanto agentes multiplicadoras capazes de redirecionar a situação ora vivida através da leitura, da escrita e da oralidade. Nessa perspectiva, ele afirmou:

Foi muito importante, até porque eu não posso falar da formação daquele período, o projeto de irmã Tadea Moreira (FDC), de saudosa memória, nos deixou saudade. O incentivo era muito grande! Por mais dificuldade que tivéssemos, tínhamos que ir estudar. O incentivo era grande! Acredito que, as pessoas que souberam aproveitar essa oportunidade e tiveram um projeto de futuro receberam uma grande base. Venciam o cansaço, tinham responsabilidade e não desperdiçavam o tempo. Mas tudo isso, valeu a pena. Hoje sou acadêmico do curso de Matemática da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL. Posso ser de idade mais avançada da turma, pois tive que parar várias vezes por questões familiares. Dei prioridade aos meus filhos. Mas fiz opção em voltar para a sala de aula. Mas, minhas origens e meus

princípios sempre foram moldados num sonho e que os dias na Terra, eu vivi e vou viver ser útil como pessoa no espaço que ocupo. Sem isso não valeu a pena viver!<sup>19</sup>

É notório que muitos excluídos não tiveram essa oportunidade, porém, apesar de apenas algumas irmãs realizarem esse tipo de trabalho destinado aos menos favorecidos, foi, sem dúvida, uma grande oportunidade de formação socioeducativa. O entrevistado é exemplo das centenas de jovens que passaram por essas escolas sob a responsabilidade das irmãs FDC. Ele é um entre tantos de Palmeira dos Índios, que, mesmo neste século, ainda apresenta um dos índices mais baixos de escolarização e de qualidade de ensino.

Vê-se que, com o passar do tempo, o governo assumiu esse tipo de educação, através da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Ao longo dos anos, foram implantadas políticas públicas que apresentam dados estatísticos satisfatórios, quanto ao número de alunos que ingressam, enquanto os índices de qualidade ainda permanecem negativos não só no Nordeste, mas em quase todo o território nacional.

A escola noturna Castro Alves teve como sua primeira coordenadora Irmã Marieta e posteriormente, Irmã Tadea Moreira, que dedicou boa parte da sua vida aos pobres e, de forma natural, a escola ficou conhecida como Escola de Irmã Tadea. Nesse momento, convém ressaltar a importância dessa religiosa que deixava as obrigações da vida em comunidade e, como um hiato mantinha seu perfil de religiosa com o povo. ensinava Biologia no Colégio Estadual Humberto Mendes e no Cristo Redentor. Tinha uma capacidade de raciocínio invejável e era desprovida de qualquer coisa que fosse sinônimo de poder e elegância.

Irmã Tadea era uma mulher simples, usava sandálias de plástico (tipo havaiana), tinha poucos hábitos (vestes) e, era de uma

---

<sup>19</sup>Josildo Braz :Ex-aluno da Escola Noturna Casto Alves em entrevista concedida na Universidade Estadual de Alagoas-AL- UNEAL -Campus III-Palmeira dos Índios-AL, em dezembro de 2017.

sensibilidade extraordinária. Arranjava ambulância para levar enfermos à capital. Muitas vezes, acompanhava-os, também comprava pequenos terrenos e construía casas para os funcionários do colégio e pessoas necessitadas.

Ainda lhe sobrava tempo para incentivar as empregadas domésticas, carroceiros dentre outros a não deixarem seus estudos. Quando visitava as salas, sempre tinha a curiosidade de perguntar por que o aluno havia faltado. Na escola noturna, não havia mensalidade, ela convidada as melhores alunas do curso Pedagógico oferecido pelo colégio, a fim de preparar jovens para exercer o magistério. Os alunos davam uma pequena contribuição mensal sem nenhuma obrigação para gratificar outras professoras, caso não tivessem, podiam continuar na escola sem nenhum problema.

No livro de Crônica, do Centro Educacional Cristo Redentor (nº 3, 1994, p. 83), há registro de que a referida escola noturna encerrou o ano letivo com 270 alunos. Era, sem dúvida, um número expressivo para uma escola de jovens e adultos. Nos anos 80, o curso Pedagógico havia sido extinto e não era possível ajuda do Governo (Municipal e Estadual). Porém, para não acabar com tão grande projeto, a direção do colégio assumiu o pagamento das professoras da escola noturna de acordo com as Leis Trabalhistas (CLT). Na virada do século, ela foi extinta por falta de alunos, um reflexo da oferta de políticas públicas educacionais principalmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas oferecem curso em menor tempo, tem merenda e, em alguns programas, recebem um pequeno valor no final do mês.

Com o objetivo de apresentar o funcionamento das escolas de forma mais detalhada e as atividades socioeducacionais das FDC, no Nordeste brasileiro, foi necessário entrevistar outros alunos que estudaram nessas escolas noturnas. O Rio Grande do Norte foi, sem dúvida, muito importante para o Movimento de Educação de Base (MEB), que era genuinamente radiofônico e teve a Igreja à frente. Todo esforço estava voltado para reduzir o analfabetismo, principalmente da sociedade campesina e, ao mesmo tempo, conseguir

instruir essa clientela, evitando o domínio desses pelas classes dominantes.

É possível que o medo maior da Igreja fosse a exposição desse povo às ideias do comunismo, que estava adentrando no país. Segundo a CNBB (2005, p. 45), “o que a instituição educativa não pode fazer é assumir uma postura político-partidária que instrumentalize a educação a objetivos e estratégias que ferem sua função e natureza sociais.”

O Educandário Nossa Senhora das Vitórias (ENSV), a segunda escola das FDC, no Nordeste, foi fundado em Assu, em 1927, uma das cidades mais importantes do Rio Grande Norte. Devido à proximidade de Natal e o seu desenvolvimento, passou a ser a abrigar a sede da Congregação (Casa de Formação). Mas, antes dessa data, há registros da existência da Escola dos Pobres São José. Sobre a fundação dessa escola, Amorim assim se refere:

Quando as Filhas do Amor Divino aqui chegaram, já existia aqui a escola acima mencionada. Logo que assumiram a direção do colégio, tomaram conta desta Escola, ficando como professora a Ir. Volkmar Stanhoschek, que com zelo e dedicação, muito contribuiu para a alfabetização de uma parcela vultosa dos deserdados da fortuna. (AMORIM, 1977, p.8)

Após as irmãs terem assumido a coordenação dessa escola, ela passou a ser chamada, com mais frequência, de Escola de São José, ficando quase esquecida a nomenclatura “Escola dos Pobres”. O Professor Roberto<sup>20</sup> não sabe especificamente os motivos, porém pode ser entendido que São José se destaca por ser o padroeiro do bairro, que, à época, era periférico. No entanto, o nome oficial do bairro é Paredões, mas é conhecido popularmente como Bairro São José.

O professor afirma o que é mais importante é que essa escola noturna era destinada aos pobres e ou menos favorecidos, no entanto, era bastante conhecida pela organização e dedicação das irmãs. Não

---

<sup>20</sup>Roberto Dias de Oliveira: Em entrevista concedida em sua residência em Assu-RN, realizada em setembro de 2017.



há referências sobre o trabalho de irmã Volkmara nessa escola, e sim, de sua última coordenadora que foi Irmã Ernestina. Para se obter uma visão melhor do que foi a Escola dos Pobres São José e a importância dela, entrevistou-se um aluno, que relatou:

Estudei na Escola São José em 1973. No ano anterior eu estudava na Escola Estadual e houve um teste para os alunos, dos quais seriam escolhidos os melhores. Esses iam estudar na Escolinha São José. Só que o curso era a noite. Eu fui um dos contemplados com uma boa nota e automaticamente passaria para a 4ª série. Era uma escola de Jovens e Adultos totalmente gratuita. As professoras eram Edilane e Dona Joana. Todos fizeram a prova e fui surpreendido quando me disseram que a minha nota tinha sido boa e eu queria estudar na Escolinha, mas era a noite! Só foram escolhidos cinco alunos, mas só eu e outro colega aceitamos a proposta. Como era à noite nem todos podiam vir. Nós trazíamos o material escolar básico, mas as aulas eram através do rádio. Era uma rádio que transmitia direto de Brasília. Na época esse curso parece que era chamado de 99. E as aulas eram ministradas através do rádio direto de Brasília e depois fazíamos as atividades com a professora nos incentivando.<sup>21</sup>

Atualmente, não são novidades aulas a distância, pois, são comuns até no nível superior (EaD) e estão de acordo com as exigências do Ministério de Educação e Cultura (MEC). No entanto, vê-se que as primeiras tentativas de aulas à distância com o auxílio de um monitor foram radiofônicas. Eram aulas que faziam parte de um programa do Governo Federal e essa experiência foi com aulas noturnas. Pode-se imaginar que, de certa forma, podem ter sido enfadonhas em virtude de não ter imagem, mas a figura do professor/monitor e as aulas eram diárias. Ao ser perguntado como aconteciam as aulas, ele respondeu:

Faz tanto tempo que nem me lembro dos detalhes. Mas, lembro bem e está fixado em minha mente que o rádio chiava muito. Na época, não tinha essa tecnologia, então os rádios chiavam muito,

---

<sup>21</sup>Veridiano Justo de Oliveira: Ex-aluno da Escola Noturna São José, concedida no Educandário Nossa Senhora das Vitórias, em Assu, RN, realizada em 07 de setembro de 2017.

ficando as tarefas a cargo das professoras. Às vezes a professora ligava o rádio, tentava aproveitar o máximo, mas quando o sinal estava ruim ela dava continuidade e ficava tudo a cargo das professoras. Era como se fossem os monitores de hoje. Outra coisa que me veio a mente agora foi que recentemente teve o telecurso. O nosso era como se fosse o telecurso, a diferença era que não tinha imagem. Só era voz e todos os dias. E só era para pessoas pobres. No entanto, quero dizer que a Irmã Ernestina me incentivou muito. Hoje tenho nível superior em Pedagogia e sou funcionário público. Esse curso abriu novos caminhos. Eu não parei e sei que na minha turma quase todos pararam. Na época, para fazer a 5ª série tinha que fazer o curso de admissão. É como se fosse um vestibular. E eu só fiz porque as notas da 4ª série foram aproveitadas e eu passei para a 5ª série. Terminei o científico, fiz o vestibular e hoje sou concursado do Estado do Rio Grande do Norte. Talvez os outros que não terminaram tiveram motivos. Pois, só o incentivo da escola não foi suficiente, faltando um empurrãozinho da família.<sup>22</sup>

Cada entrevistado que conta sua história deixa a certeza de que foi válido o trabalho realizado pelas irmãs no processo de inclusão social. Porém vê-se que a classe trabalhadora tinha que ter muita força de vontade para aproveitar a oportunidade de fazer das estatísticas dos poucos alfabetizados da região. Apesar da boa vontade das professoras, a rádio não tinha qualidade sonora e isso certamente dificultava o trabalho das professoras, que tinham que seguir o programa proposto independente da qualidade do som. É notório que também exigia muito do aluno, já cansado da labuta diária. Quando se falou em incentivo, foi perguntado se havia na escola e como era a prática das professoras.

Há...(silêncio) as professoras tinham total segurança em passar pra gente avançar. Mesmo naquela época, em 1973 geralmente aqui era como se fosse o MOBREAL, você lembra? Aqui era como se fosse para a gente aprender as letras na 1ª e 2ª séries. Na 3ª e 4ª séries nós éramos muito atrasados em relação aos tempos de hoje. Então elas incentivavam muito a ler e escrever e incentivavam para a gente seguir adiante. Falavam também em trabalho. Havia três domésticas, garis e outros. Eu acho que eu era o único que não

---

<sup>22</sup>Veridiano Justo de Oliveira: Ex-aluno da Escola Noturna São José, concedida no Educandário Nossa Senhora das Vitórias, em Assu, RN, realizada em 07 de setembro de 2017.

trabalhava. Mesmo sendo pobres, meus pais davam o sustento de cada dia.<sup>23</sup>

É interessante como o entrevistado se refere ao trabalho das professoras. Dá a entender que tiveram uma grande participação na vida dele pela forma que conduziram suas atividades. É explícito que incentivo não lhes faltava. No entanto, só incentivos e boas aulas não eram suficientes, pois havia necessidade de espaço de tempo para os alunos estudarem.

Mesmo utilizando um rádio que nem sempre transmitia a aula com qualidade de som, não há críticas nem do aluno entrevistado tampouco das professoras. Era projeto do Governo Federal e o público-alvo eram trabalhadores. O nível dos conteúdos não podia ser igual aos cursos diurnos em que os alunos só se dedicam aos estudos. Ao ouvir as professoras sobre o que foi a Escola dos Pobres São José, de imediato um pouco emocionada, olhando para o passado e rebuscando boas lembranças, a Sra. Vera Lúcia Leitão (Verinha) respondeu:

Essa escola fazia um bem enorme aos alunos. A gente tinha da 1ª a 4ª série. Os alunos eram separados pelo nível deles. Às vezes dividia a turma pelo aproveitamento, idade... (silêncio). Havia pouca evasão e eles (alunos) eram assíduos. Não entendo porque acabou esse belíssimo trabalho. Não conheci as outras irmãs que atuavam nessa escola. Daí, toda minha experiência foi com irmã Ernestina. Era uma mulher impecável, muito organizada. Além de administrar a escola ficava com a parte de secretaria. Essa parte era dela! Mas tinha uma pessoa para ajudar numa sala especialmente para ela.<sup>24</sup>

Ainda há certo saudosismo na fala da professora, mas, em meio ao lado afetivo, consegue vislumbrar alguns pontos marcantes, como a organização, a importância para a vida dos alunos e a

---

<sup>23</sup>*Idem.*

<sup>24</sup>Vera Lúcia Pereira de Sá Leitão (Verinha): Ex-professora a Escola Noturna São José em entrevista concedida em sua residência em Assu-RN, realizada em setembro de 2017.

assiduidade que podem ser vistas como características positivas. Em meio à labuta do dia, em virtude do tipo de trabalho que desenvolviam, era relevante priorizar o momento de aprender. Outra pergunta feita para a professora Elcia, que lecionou no mesmo período de Verinha:

Mas como funcionavam as aulas? E o material dos alunos?

As aulas eram presenciais, noturnas e todos os dias. Havia muito rigor quanto à disciplina. Todas as noites antes de começar as aulas os alunos ficavam todos reunidos aguardando a chegada da irmã Ernestina e das professoras. O horário era britânico, ninguém atrasava. A irmã aproveitava aquele momento para dar alguns avisos, fazer alguma observação e era extensivo às professoras. Logo depois, rezavam e seguiam em fila. Era em fila e os alunos tinham o maior respeito. Todas as quintas-feiras pela manhã havia hasteamento da bandeira e nós realizávamos o arreamento. Íamos para as salas dar início as aulas. O material era nosso, fazíamos o que podíamos. Irmã Ernestina arranjava sobras do ENSV e assim não faltava material escolar para eles. Era o básico. Mas, ela não deixava faltar. É por isso que até hoje não entendo como pode ter acabado um trabalho tão bonito? A clientela era de empregadas domésticas e as pessoas que trabalhavam na cerâmica. Para conseguir esses alunos a irmã solicitava de um ex-aluno do ENSV que trabalhava na rádio que divulgasse diariamente o período de matrícula.<sup>25</sup>

Foram essas atitudes que fizeram a diferença na escola São José, em Assu. O valor do gesto, da fala e da forma de agir do professor. A irmã Ernestina e as professoras estavam conscientes de seu papel diante dos alunos. A importância não estava no material escolar ou no conteúdo da aula, mas na forma como era transmitido e aprendido.

Apesar de acontecer no mesmo prédio, eram realidades diferentes em quase todos os sentidos. Os alunos dos cursos diurnos atendiam à faixa etária de cada série e nível de ensino, a única ocupação era estudar, tinham todo material necessário, enquanto os da

---

<sup>25</sup>Elcia Cosme Pereira de Sá Leitão: Ex-professora da Escola Noturna São José, em entrevista concedida em sua residência em Assu, realizada em setembro de 2017.

escola noturna tinham a faixa etária bastante diversificada, variava de 12 e 13 anos até com mais de 40 anos. Precisavam administrar o horário de estudo e de trabalho, bem como suportar e administrar o cansaço. Essa não era só a realidade de Assu, era também das outras escolas noturnas da PRONEVES. Sobre a importância do trabalho dos professores, cita-se:

O grande problema que se coloca ao educador ou à educadora de opção democrática é como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade. Quanto mais criticamente a liberdade assuma o limite necessário tanto mais a autoridade a tem, eticamente falando, para continuar lutando em seu nome. (FREIRE, 2016b, p. 103).

Nesse contexto, não se pode dizer que não foram válidas as escolas noturnas, nas quais as escolas católicas faziam o que era de competência do governo. Ainda perguntei sobre as aulas de religião e a obrigatoriedade? A professora Vera respondeu:

As aulas de religião existiam e aconteciam toda semana. Eram ministradas por irmã Corina e todos assistiam. Mas, se fossem à capela se respeitava as pessoas de outro credo. Por isso, nunca teve problema por causa da religião. É claro que como escola católica havia também o catecismo que preparava as pessoas para o Batismo, Primeira Eucaristia e Crisma e geralmente eram as professoras que eles chamavam para serem madrinhas. Eu tenho vários! Havia até funcionário evangélico.<sup>26</sup>

Apesar da época em que ainda não se falava em liberdade ou intolerância religiosa, segundo a fala das professoras havia cuidado sobre esse assunto. Era uma escola funcionando no prédio da escola privada com características de pública? Poderia ser entendido assim. Mas, o nível dos alunos, a faixa etária e a condição social eram bem diferentes dos alunos da escola diurna, ou seja, do Educandário Nossa

---

<sup>26</sup>Vera Lúcia Pereira de Sá Leitão (Verinha): Ex-professora da Escola Noturna São José em entrevista concedida em sua residência em Assu-RN, realizada em setembro de 2017.

Senhora das Vitórias (ENSV). Mas uma coisa era comum, o credo religioso adotado. Ao ser questionado se havia aulas de Educação Religiosa ou Catecismo e a exigência quanto ao credo, Veridiano respondeu:

Havia aulas de Religião. Tinha, sim! Eu lembro que eram ministradas por uma freira do Amor Divino e ela fez o nosso primeiro passeio (hoje pesquisa de campo). Fomos à praia de Timbau e eu nunca esqueci. Ela levou uma vitrola e foi a maior animação com essa freira, foi lá em uma área, um alpendre. Isso ficou gravado para sempre! As aulas não eram só para rezar. Serviam também para alfabetizar e dizia que devíamos seguir. Não havia nas aulas das irmãs nenhum momento de que, quem não fosse católico ficasse constrangido. Não que eu me lembre. Era aberta a toda credence. Sou professor de História e acho que essas aulas podem direcionar melhor os alunos mesmo que atualmente, tenha uma sala diversificada. Uns acreditam, outros não, mas a maior parte é cristã. Não tenho testemunhas de Jeová e são poucos sem religião. Sinto-me instrumento de inclusão social e por isso estou atento a essas questões e incentivo os meus alunos.<sup>27</sup>

O Ensino Religioso sempre foi tema de discussões quanto à oferta em escola laica. Esse problema tem-se acentuado neste século em virtude da liberdade que foi alcançada nos últimos tempos. Essas aulas utilizavam as palavras do evangelho para literalmente evangelizar, tornar o aluno sujeito e protagonista da sua história. Veridiano diz que não era apenas para rezar e isso foi muito válido para a vida desses alunos.

De acordo com o entrevistado, mesmo sendo uma escola católica, a religiosa responsável pelas aulas não ministrava o catecismo, mas eram aulas que não agrediam pessoas de outro credo. Foi um ponto positivo. A mobilidade religiosa e a diversificação de credos deixam as aulas de Educação Religiosa com uma proposta diferenciada, visto que se propõe atender às diferenças e são voltadas para o pluralismo religioso especificamente nas escolas públicas,

---

<sup>27</sup>Veridiano Justo de Oliveira: Ex-aluno da Escola Noturna São José, concedida no Educandário Nossa Senhora das Vitórias, em Assu, RN, realizada em 07 de setembro de 2017.

consideradas laicas. Assim, fica subentendida a função social do ER naquela escola.

Diante dos fatos, percebe-se que o ER adotado pelas FDC nas escolas noturnas, já vislumbrava algumas mudanças, porém, assim como em todo país, ele precisava encontrar sua identidade para que fosse entendido e absorvido por todos e não apenas pelos católicos. Portanto, torna-se mais claro que o ER nas escolas diurnas era mais voltado para o catecismo, com vista à necessidade de preparar as crianças e jovens para a Primeira Eucaristia e Crisma.

Para as escolas noturnas, as aulas de ER já apareciam menos carregadas de credo católico. As irmãs optavam por temas contidos no Evangelho que poderiam ser trabalhados com todos e, dessa forma, bastante singular e simplista, conseguiam ter um grande alcance acerca dos objetivos propostos pelas aulas.

No entanto, um ponto positivo nas aulas ministradas, além da alfabetização, foi o incentivo à leitura. Não era meramente ilustrativa, percebe-se que apenas mudava o conteúdo e seguiam com a principal proposta, que era alfabetizar. Sobre esse fato, a professora entrevistada, meio eufórica, respondeu. É nesse momento que sentimos o verdadeiro sentido do ato de ensinar e de aprender.

Havia muito incentivo para eles não deixarem. E a irmã e as professoras faziam isso pelo exemplo. Era comum os alunos retornarem à escola após alguns anos, para agradecer a oportunidade que lhe foi dada. Irmã Ernestina os levava a todas as salas para eles darem seu testemunho de caminhada, luta e dizer que valia a pena. Isso era uma coisa comum. Fico emocionada... (tempo /lágrimas). Chegavam pra dizer que estavam na Universidade ou haviam concluído. Os que não foram nossos, que estudaram antes da gente chegavam e ela nos apresentava. Era uma das formas de incentivar os outros.<sup>28</sup>

Os depoimentos são importantes porque essas professoras são protagonistas da história. A emoção ao falar é sinal de que têm

---

<sup>28</sup> Elcia Cosme Pereira de Sá Leitão: Ex-professora da Escola Noturna São José, em entrevista concedida em sua residência em Assu, realizada em setembro de 2017.

orgulho e valorizam o trabalho que, por alguns anos, executaram. A ação e fala do professor são o exemplo pelo exemplo. Mostrar que é possível, através da educação e da leitura de mundo, entender o seu protagonismo na sociedade.

A educação escolar apresentava, em sua estrutura, falhas gritantes que foram sendo empurradas por muitos anos, e essas só contribuíram para o aumento do índice de analfabetos. Há, de fato, a necessidade de se reconhecer o trabalho desempenhado pelas Filhas do Amor Divino e entender que houve tentativas de reduzir o índice de analfabetismo entre crianças, jovens e adultos. De fato, eram tantos analfabetos que parecia, metaforicamente falando, uma gota de água no deserto. Essas pessoas que tiveram oportunidade de estudar nas escolas noturnas ou fazer parte do MEB são oriundas de cidades pequenas do interior, pouco desenvolvidas, localizadas nas áreas do semiárido nordestino ou oriundas do campo.

O aluno Veridiano evidenciou que a evasão era uma constante, devido a vários fatores dentre os quais podem ser citados os trabalhos que realizavam durante o dia, as questões familiares, a falta de incentivo da família e da própria sociedade. Em Natal, há um projeto que funciona até os dias atuais e deu-se início na década de 70 do século XX, em Parnamirim-RN, sob a responsabilidade de Irmã Salomé.

Nesse sentido, convém lembrar que a educação para as crianças por muitos anos ficou esquecida no Brasil. As creches eram quase inexistentes, pois a implantação delas está ligada à condição da mulher no mercado de trabalho, fato que só veio a acontecer a partir do século passado. As primeiras LDB's (4024/61 e 5692/71) só tratavam da obrigatoriedade da educação a partir do Ensino Fundamental deixando as Creches e Educação Infantil sem obrigatoriedade, dificultando a vida das mães que trabalhavam e não tinham onde deixar seus filhos, pois a maioria pertencia à rede privada.

Quando se indagou sobre a escola Mãe Admirável, Irmã Salomé fez um breve relato de sua vida religiosa e das atividades



desenvolvidas na educação da PRONEVES, com o propósito de se entender o trabalho desenvolvido naquela cidade.

A educação em nossos colégios particulares sempre teve um olhar para a pobreza. Não assim, como a grande quantidade de alunos que tinham uma situação de classe média e boa que iam para o colégio pagando-nos. Nos colégios existiam crianças que estudavam com bolsas, crianças de graça, filhos de funcionários e também as que as irmãs acolhiam para que pudessem estudar porque vinham dos sítios, do interior. Isso já acontecia desde o tempo de Madre Francisca, a nossa fundadora. No início ela já deixou o sentido da gente trabalhar com a pobreza. Foi quando ela criou escolas para acolher meninas, jovens que vinham do interior para estudar nas grandes cidades como Viena, na Áustria para que não fossem prejudicadas, menosprezadas e usadas. Ela acolhia essas jovens que estudavam e trabalhavam. Com isso quero dizer que já existia um olhar para essas pessoas desde a fundação. Há 150 anos se acolhe a pobreza.<sup>29</sup>

Dessa forma, Irmã Salomé retratou um pouco a preocupação da Congregação desde o tempo da Madre Francisca quando se refere ao olhar especial aos necessitados, principalmente as mulheres. Depois, continuou sua fala trazendo o seu exemplo para esse contexto.

Em seu testemunho, diz que:

Na minha cidade eu estudava em uma escola pública, porque minha família era numerosa. Mas, fui estudar no colégio Cristo Rei de Patos, sem bolsa e sim pelo colégio, todo curso ginásial e meu pai não pagava nada. Naquela época nem se falava em filantropia. Também não tinha nenhuma referência ao fato de incentivar para eu ser freira. A gente tinha a formação cristã no colégio. Era muito bonito! Elas trabalhavam na área de Educação da fé, Moral e vários outros ensinamentos que eram dados no colégio. E, eu já fui aprendendo aquilo e me empolgando, até porque era de família tradicionalmente cristã. Eu admirava muito o trabalho das irmãs.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup>Irmã Maria Salomé de O. Soares :Entrevista concedida em Parnamirim-RN, na Casa de Formação Emaús, realizada em setembro de 2017.

<sup>30</sup>*Idem.*

Merece destaque a questão da oportunidade de estudar em escola católica e não na pública. A educação católica apresentava um perfil, conforme relatado pela entrevistada, que contribuía para que suas alunas admirassem o trabalho e os ensinamentos que eram dados pelas religiosas. Dando continuidade à conversa, foi necessário perguntar o ponto de partida desta pesquisa no que se refere à inclusão social através das atividades desenvolvidas pelas Filhas do Amor Divino. E, de imediato, ela sorriu dizendo, calmamente, que

Não via exclusão e, eu me envolvia com tudo lá no colégio. Mas, alunas da classe média, alta e efetivamente pobre estudavam juntas, sem nenhum problema. Quando decidi entrar para o convento fui comunicar a superiora do colégio e ela me acolheu muito bem. Logo me encaminhou para a Casa de Formação da Congregação onde estou até hoje. Nunca tive na Congregação como rica e nem fui humilhada por uma questão de classe social, ou seja, se alguém era mais importante que eu. Nunca me senti assim. No colégio, havia alunas internas que pagavam, que só contribuía como podiam e outras não pagavam nada e ajudavam as irmãs.<sup>31</sup>

Nesse contexto, voltam à tona questões em relação as alunas que pagavam as mensalidades (internas ou não), às bolsistas, as meninas da casa que eram internas. Elas moravam e estudavam no colégio, meninas ricas e pobres. De acordo com os relatos de Irmã Salomé, apesar de não ser rica, nunca foi problema para ela conviver com “as meninas ricas”, nem foi e nunca se sentiu excluída. E, deixa claro que não havia nenhum tipo de pressão ou condicionamento para que fossem freiras. Para ela, era algo natural e, sem problemas explícitos. Diz que, na Congregação estudou e teve oportunidade de fazer vários cursos e relata que passou por outras escolas da Província desde 1962, quando entrou na vida religiosa, tendo várias experiências e vivenciado várias realidades.

---

<sup>31</sup>Irmã Maria Salomé de O. Soares :Entrevista concedida em Parnamirim-RN, na Casa de Formação Emaús, realizada em setembro de 2017.

Com o passar do tempo, já no início da década de 80, após ter morado em Palmeira dos Índios, Assu, Patos e Natal, teve a oportunidade de trabalhar com educação de crianças de periferia, em Parnamirim-RN. Seria para ela uma experiência ímpar em virtude de que toda sua vivência até aquele momento havia sido nas escolas privadas da Província, nas quais disciplina, higiene, respeito, qualidade de ensino e condições de trabalho dispensam comentários. Ela iniciou sua fala caracterizando o espaço trabalhado, dizendo:

Emaús, em Parnamirim, à época era uma zona rural onde a gente contava umas 30 casas onde moravam famílias que tinham sua casinha e seu trabalho. Mas a maioria era de fato pé no chão. Havia uma favela, onde os meninos “tadinhos” estavam na rua sem escola, pés descalços de qualquer jeito e os pais não tinham entusiasmo de levar os meninos à escola. Só estavam nas escolas os pequenos e a escola também era muito pequena e tinha o nome de Escola Municipal Nossa Senhora da Guia. Já foram as irmãs que começaram essa escola. Havia um grupo de meninos que até estudavam e outros viviam na rua. Era triste a situação, eles jogavam pedras nos carros que passavam, faziam desordem com baladeiras e havia muita promiscuidade. Então fui trabalhar lá. Vi que não tinha escola. Um galpão era o que chamavam de creche ou pré-escolar. Não tinha água, energia elétrica, sanitários e nem salas de aulas. Havia umas mesas doadas pelo colégio Nossa Senhora das Neves (FDC). Havia duas moças que trabalhavam na então considerada escola, porém, não tinham formação e faziam as coisas conforme achavam que deveria ser. As aulas eram uma espécie de alfabetização e catequese. Era tudo deteriorado e era chamada de escola. As paredes rachadas, madeira comida por cupins e ali era a escola dos pequenos.<sup>32</sup>

Era realmente uma situação difícil, principalmente para quem estava acostumada a trabalhar em outros lugares onde quase nada faltava. Os cursos eram regularizados, os professores qualificados, as crianças recebiam educação dos pais e a família era presença marcante na escola. O desafio estava lançado! Irmã Salomé tinha duas opções: ou ignorar a situação ou enfrentá-la com o propósito de mudá-la e

---

<sup>32</sup>*Idem.*

dizer àquele povo sofrido que era preciso continuar de forma diferente. Então, decidiu que iria enfrentar o desafio:

Minha primeira medida foi melhorar a estrutura, providenciei energia elétrica, água encanada pela Companhia de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte (CAERN), arranjei muitos calçados, meias e roupas. Reuni as mães para ensinar hábitos de higiene. Para tanto recebia doações de sabão, sabonete, toalhas, pente, creme dental, escovas, ou seja, coisas que eles não utilizavam. Ensinei também como tirar bicho de pé que muitos adquiriam como também, sarna e piolho. Para isso foi providenciado remédio. A falta de higiene contribuía.<sup>33</sup>

No início foi um trabalho de base, pois, além da preocupação com a educação escolar, precisava também educar os pais. É interessante que, apesar da precariedade do espaço, há muito vinha funcionando e ainda levava o nome de Escola Municipal. Mas ela ainda não estava satisfeita e sabia que poderia fazer mais pela comunidade. Transformou o galpão em uma escola reconhecida com nota do Diário Oficial. Mas... e aquelas famílias? Ela estabeleceu um plano para obter bons resultados:

Saía caminhando pelo bairro visitando todas as casas, fazendo um relatório da situação daquela comunidade. Das crianças que estavam sem estudar ou haviam parado. Os pais que estavam desempregados cuidei e perguntava o que sabiam fazer e a partir da informação fui arranjando trabalho para eles, e ou mostrando que podiam fazer reparos de uma forma geral. E assim, comecei a ver aqueles homens e mulheres trabalhando como domésticas, sapateiros, encanadores, pintores e, a olho nu, via-se que a comunidade estava melhorando. Consegui deixar a escola sempre limpa através de voluntárias; as mães. E para minha satisfação a melhor nota do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) foi 6,8. O mais notável é que a cada ano aumentava visto que começou com 5,6. Já não estou na coordenação, mas espero que continuem com o trabalho.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup>Irmã Maria Salomé de O. Soares :Entrevista concedida em Parnamirim-RN, na Casa de Formação Emaús, realizada em setembro de 2017.

<sup>34</sup>*Idem.*

É notório que esse trabalho não era assistencialista. A participação da comunidade, a integração das famílias no novo projeto de vida eram o enfrentamento das situações que afligiam aquela comunidade. A educação escolar e os bons hábitos mostraram a diferença. O trabalho de pastoral aliado à educação e o respeito que a Irmã Salomé teve para com aquela comunidade gerou credibilidade e confiança.

Ainda em sua fala, Irmã Salomé disse algumas frases que mostram a preocupação com o outro; “uma das coisas que sempre tive cuidado foi com os direitos iguais.” E sempre dizia a eles “o seu direito é do outro também”. Assim, também ela fazia quando se tratava de religião: “era gente de todas as religiões, cores, classes e até sem religião. A gente tem que trabalhar muito essa questão dos direitos”. Sempre dizia a eles: “se vocês tiverem um bom alicerce podem passar em qualquer vestibular.”<sup>35</sup>

Faz-se necessário um breve relato acerca dos resultados obtidos por esses alunos, já que tiveram uma boa formação: apesar de serem considerados pobres de bens materiais, eles conseguiram superar algumas barreiras, buscando seu lugar enquanto cidadãos através da educação e da pastoral. Quanto aos resultados obtidos, a Irmã Salomé, emocionada, respondeu:

Vários conseguiram concluir o nível superior em Direito, Enfermagem, Pedagogia, Educação Física, nas Licenciaturas em várias Ciências e até um em Medicina. Foram 32 anos com a pobreza, aonde meu trabalho ia da cesta básica à pastoral e a inclusão na sociedade através da educação. Na semana passada fizeram uma homenagem lá na comunidade com a celebração da Missa em Ação de Graças agradecendo a mim. E, eu chorei bastante, até reencontrei o grupo de música formado por rapazes que eu admiro muito (Abdon, Adanailton, César e Fernando). Eles tocam para ninguém botar defeito, além da homilia do Padre que falou sobre a importância de educar e evangelizar pais, alunos e professores. E esse foi o meu trabalho.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup>Irmã Maria Salomé de O. Soares: Entrevista concedida em Parnamirim-RN, na Casa de Formação Emaús, realizada em setembro de 2017.

<sup>36</sup>*Idem.*

Mesmo com a Legislação afirmando que educação escolar é um direito de todo cidadão, não há subsídios que realmente a façam valer e que seja obrigatória. Por isso, torna-se inoperante ou insuficiente diante da situação brasileira, sendo necessário que entidades não governamentais assumam esse compromisso com a sociedade. Nesse propósito de inclusão, as FDC deram contribuições socioeducacionais e pastorais às crianças e às famílias na comunidade em que elas estavam inseridas.

O Rio Grande do Norte pode ser considerado o celeiro das Filhas do Amor Divino, visto que a área de atuação de maior abrangência é naquela região, incluindo a Casa de Formação das religiosas e sede da PRONEVES. Em se tratando de trabalho educacional com as comunidades carentes, é indispensável evidenciar o Colégio Cônego Monte, localizado na periferia de Natal.

O Colégio Cônego Monte tem sua história embasada na História da Igreja Católica, que, a partir de 1940, Dom Nivaldo Monte e Dom Eugênio Sales, juntamente com as lideranças políticas potiguares, idealizaram o Movimento de Natal, período marcado pelo final e pós II Guerra Mundial (1945).

Sobre esse Movimento, pode-se destacar a pesquisa de Ferraro, publicada entre 1964 e 1968, período marcado por turbulências quando desenvolveu sua tese que, segundo o autor foi em momento de muita tensão e pressão política no país. Contudo, reconhece a importância do Movimento de Natal e o trabalho da Igreja contra a Indústria da Seca, que sofreu com a ação dos políticos. Porém, aos poucos, Padre Eugênio Sales conseguiu unir forças, fato que, posteriormente, ocasionou a participação do Estado. Mas, Ferraro destaca que

O Movimento, partindo de atividades marcadamente assistenciais e paternalistas em face de sua situação de emergência no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, que evoluiu primeiro para um programa de desenvolvimento de comunidades rurais e, a seguir, para a luta pela mudança de estruturas e desenvolvimento, extrapolando assim os limites da pequena

comunidade interiorana.[...]Confirmou também o papel decisivo, em tais transformações, dos inúmeros líderes formadores pelo Movimento, particularmente quando seu trabalho se desenvolveu de forma associativa, através de grupos.(FERRARO,2006, p. 200).

Há relevância nas constatações de Ferraro (2006), quando, em um olhar diferenciado, observa que houve crescimento nas ações e nos propósitos, ao mesmo tempo que a importância dos movimentos entre os quais, o de Assistência às Vítimas da Seca (AVS). A grande preocupação do então Padre Eugênio Sales era com as verbas para que não fossem desviadas, pois, sendo bem aproveitadas, amenizariam a situação socioeconômica da Região Nordeste.

Em Natal, muitas ideias foram postas em prática através do Movimento de Natal, cujo objetivo também era dar assistência social às famílias carentes. Nesse projeto, constava a construção de escolas primárias, internatos e centros sociais. Para Ferraro (2006), o Movimento foi a mais bem sucedida obra pastoral em todos os aspectos, realizada no Brasil. Ainda destaca que os fatores que contribuíram para a eficácia do Movimento foram as reuniões mensais do clero, a formação dos líderes e a assistência rural.

Era um projeto notável! Dava-se a entender que a Igreja estava voltada para a necessidade do povo, tendo a educação como um dos seus pilares, em virtude de que, naquela época, o Brasil, e especificamente o Nordeste, estavam com um índice muito alto de analfabetismo, inclusive infantil. Então, no dia 21 de dezembro de 1946, foi fundado o Centro Social Cônego Monte, através da Escola de Serviço Social no Bairro Betânia, atual Lagoa Nova.

Mesmo com a participação de muitas pessoas desde a diretoria, a supervisão ficou sob a responsabilidade das Filhas do Amor Divino até os dias atuais. Foram várias religiosas que assumiram a referida escola que, ao longo do tempo, passou por reformas físicas e administrativas, porém continua cumprindo seu papel social. A situação financeira ficou difícil após o fim do convênio com o Estado e a conseqüente estadualização. Em virtude de o prédio pertencer à Diocese, foi necessário um regime de comodato; no entanto, as irmãs

ainda permanecem mantendo uma escola estadual com perfil de escola católica.

O bairro Betânia deixou de ser periferia. Atualmente, Lagoa Nova apresenta índice de analfabetismo reduzido e o Cônego Monte atende a mais de 400 jovens. Dentre as religiosas que trabalharam no Cônego Monte, podem ser citadas as Irmãs Inês Saraiva, Nain Bezerra Guedes, Judith Vieira de Farias, Antônia Mello, Eliud Nogueira dos Passos, Maria das Neves, dentre outras.

## 2.5 Participação restrita e necessária das filhas do amor divino no movimento de educação de base (MEB)

A experiência do Movimento de Educação de Base (MEB) começa a partir da Carta Encíclica *Rerum Novarum* (1891) já no final do século XIX, através do Papa Leão XIII, período no qual a Igreja deixou de lado a defensiva em relação aos meios de comunicação e tomou novos rumos em relação à educação da classe trabalhadora, adotando os meios de comunicação de massa, desta feita, o rádio, como seu aliado. Assim, essa população iria receber educação e evangelização atendendo ao objetivo principal dessa encíclica.

Segundo Monsenhor João Penha Filho (sd), Capelão do Colégio das Neves, em Natal, pertencente às Filhas do Amor Divino, “devemos à Sua eminência, o Cardeal Eugênio Sales, a criação da Rádio Rural.” O referido Monsenhor ainda descreve em um artigo que, em 1954, ele, seus escoteiros e a Juventude Agrária Católica (JAC) sintonizaram a rádio rural Sutatenza da Colômbia, que tinha a coordenação do Monsenhor Salcedo. A partir daí, Dom Eugênio Sales, ao ser comunicado do referido programa pelo Monsenhor Penha, de imediato recebeu a incumbência de datilografar uma correspondência com o propósito de receber mais detalhes e informações de Salcedo.

Segundo os Resultados dos Encontros dos Bispos do Nordeste (1962, nº2), o programa foi criado pela Igreja Católica, através da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB), que teve seu primeiro encontro em 1956 e o segundo em 1959. Para efetivação e



implementação do referido projeto, foram feitos vários convênios que iriam atender às especificidades do povo sertanejo. O que aconteceu foi a organização de vários trabalhos e setores que já existiam no governo Federal, mas, quando realizavam seus trabalhos, era de forma individualizada sem correlação com os outros. Era uma política que deixava muito a desejar e, assim, não atendia às carências quanto à distribuição de água, à perfuração de poços tubulares, à abertura de estradas, à distribuição de sementes para os pequenos agricultores, dentre outras.

As lideranças eclesiásticas viabilizaram a prática de projetos com órgãos governamentais, que atendessem às especificidades, conforme o que foi debatido nos encontros citados. Mas, dentre as ações articuladas, pode-se enfatizar a alfabetização de milhares de sertanejos através do rádio. Foi um projeto que merece ser destacado porque, sobretudo, foi desafiador e até ousado. Era uma proposta inovadora, radiofônica que trabalhava a realidade daquelas comunidades de camponeses e fazia valer a necessidade de deixarem a condição de analfabetas.

Desde o início desse projeto e durante sua execução, um dos Presidentes que podem ser destacados é Juscelino Kubitschek (JK), que, na solenidade do II Encontro, proferiu as seguintes palavras:

Foi a defesa do bem estar terreno, tendo em vista a necessidade da salvação das almas, o que fez Vossas Excelências Reverendíssimas os insistentes subscritores da Operação Nordeste; [...] Como se executaria o planejamento regional feito pela operação Nordeste, se a força moral da Igreja não tivesse ajudado o Governo a articular e entrosar elementos oficiais e particulares que atuando embora na mesma região, não se prestavam mútuo auxílio, não se completavam, trabalhando fragmentariamente, com grande desperdício de verbas e técnicos? (BRASIL/CNBB, 1962, p. 11-12).

A Igreja, separada do Estado e autônoma, pode ser entendida, nesse momento, como parceira. Ela pode e deve interagir, intervir, sugerir e até executar em causas que sejam para o bem do povo como

nessa situação publicamente reconhecida pelo então Presidente da República, que não mediu palavras para dizer que o projeto dos Bispos do Nordeste estava dando certo. Ressalta-se que, no segundo encontro, outras propostas surgiram e essas foram transformadas em decretos, sendo contemplados 29 novos projetos. A cada encontro, avaliavam e expandiam a proposta; porém, proporcionalmente, as dificuldades e os problemas tendiam a aumentar.

Dentre os vários projetos, o MEB foi uma das propostas que teve a participação das FDC. Observa-se que não havia muitas religiosas fazendo parte, visto que não se encaixava com a proposta da Congregação e, de certa forma, as superiores não conseguiam entender que esse tipo de trabalho poderia ser tão eficaz para as pessoas quanto para a vida religiosa, enquanto proposta de inclusão dos pobres na sociedade. A grande diferença estava nos resultados que seriam alcançados.

Sobre as freiras nos meios populares, assim se refere Nunes:

Não é simples nem fácil a análise do jogo institucional que relaciona, de forma tão singular quanto complexa, Igreja, Ordens religiosas esse grupo de freiras dos meios populares que se vai constituindo com identidade própria, no seio das mesmas Congregações e da Igreja. (NUNES, 1985, p. 237).

Assim, também aconteceu com as FDC, apesar de seu carisma ser “Tudo por Deus e pelos pobres e por Nossa Congregação,” o projeto não recebeu adesão de muitas religiosas, talvez por falta de incentivo das superiores. Nesse contexto, tem-se a proposta de relatar a experiência vivida por Irmã Felícia, que, em suas palavras, deixou claro que, desde muito jovem, tinha vontade de trabalhar com o povo e ser freira.

Mas ela não havia estudado com freiras e até aquele momento não tinha tido experiência com elas. E o grande dilema era encontrar uma Congregação que atendesse às suas perspectivas. “Sou de Areia Branca e a educação escolar foi em Mossoró. Lá é o berço da minha experiência. Dentro de mim já existia isso. Nunca, nunca quis ser

freira de sala de aula, não passava pela minha cabeça. Eu queria ser missionária”.<sup>37</sup>

O princípio foi a partir dessa afirmação, que ela chamou de drama, “onde eu ia me encaixar?” A princípio procurou a Congregação das Missionárias Jesus Crucificado, com a qual, mesmo tendo uma linha missionária, não se identificou. Depois, conheceu as Filhas do Amor Divino, lá em Mossoró, onde havia um grupo de irmãs que trabalham no abrigo e também teve contato com as FDC, que foram a Areia Branca a veraneio.

Nesse encontro, Irmã Felícia relata que,

Fui perguntando, conversando e então elas apresentaram muitas experiências que estavam surgindo na Congregação. Eu sou pós-Concílio. Então já estava havendo aquela abertura das freiras em Paróquias. Elas me apontaram Brasília que já estava tendo experiência com os candangos. Elas também chegaram lá como os candangos. Havia os barracos onde recebiam alimentação e de lá contaram muita coisa. E aquelas pessoas a maioria era do Nordeste e as Filhas do Amor Divino, também.<sup>38</sup>

Percebe-se que surgia um momento novo para a Igreja. Era a abertura para o mundo real, pois ao que parece até então, estava num mundo cuja realidade era bem diferente daquela em que o povo de Deus vivia.

E irmã Felícia continua:

Em Mossoró havia um abrigo de idosos ligado à Paroquia de São José e era administrado pelas FDC como as donas. Eu estava estudando lá e ficou fácil, pois minha tia morava no mesmo bairro onde estava localizado o abrigo e daí ia assistir a missa e via umas freiras. Aquele trabalho me chamou a atenção, não por opção de vida, mas achava muito interessante e visitava sempre.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa: Em entrevista concedida em Ponta Negra-Natal realizada em setembro de 2017.

<sup>38</sup>*Idem.*

<sup>39</sup>*Idem.*

Nota-se que o trabalho no abrigo não era algo novo. Não havia colégio e nem casas de apoio. Era realmente um trabalho ligado à Igreja. Mas, mesmo não sendo na área da educação, estava ligado ao carisma da Madre Francisca, referenciado no início da pesquisa. É claro que, além da preocupação com as mulheres, crianças e jovens, há a preocupação com os idosos. Não se trata de um trabalho que desenvolvesse a criticidade, mas que trazia dignidade humana às pessoas idosas abandonadas ou sem família.

Mas, a entrevistada volta a lembrar-se do abrigo e diz:

Naquela ocasião um padre paulista não lembro o nome estava dando palestras sobre um Movimento Mundo Melhor (MMM) no período do Concílio. Não havia faixa etária, era aberto para as crianças, os jovens e adultos. Naquele momento não havia ação concreta. O intuito era mesmo abrir a cabeça das pessoas com informações de que a Igreja estava se transformando. Ofereciam cursos passageiros. Eram de dois, três até cinco dias no máximo. Esse curso me despertou para a missão. Ele abriu minha cabeça e vi o que deveria fazer na minha vida. É tanto que a Cáritas chegou e fui trabalhar com ela. Mas era um trabalho assistencialista e eu ainda não era freira. Depois gostei porque começamos a sair pelo interior em um trabalho de formação de casa em casa.<sup>40</sup>

A Igreja realmente estava disposta a mudar de posição e ficar com e ao lado do povo. Trazia a proposta do Movimento para Mundo Melhor (MMM), pois sabia que poderia realmente mudar se todos estivessem unidos pela mesma causa, mesmo com algumas divergências. Nesse momento, enfatiza-se a importância do referido Movimento, que não só irmã Felícia, mas especificamente o clero, leigos, leigas e demais religiosos (as) que também participavam durante o pré e pós-Concílio. Mas desempenhou seu papel de preparação da Igreja e do povo de Deus para a grande mudança que estava por vir, merecendo destaque os Padres Ricardo Lombardi (fundador) e José Marins com sua equipe responsável pela implantação no Brasil.

---

<sup>40</sup>Idem.

Segundo Libânio (2002b, p. 117), “entre os anos de 1960 e 1965 foram mais de 1200 cursos dados pelo movimento, envolvendo umas 5 mil pessoas entre bispos, sacerdotes e leigos.” Esses cursos algumas irmãs ministravam e outras participavam. Há registros nos Livros de Crônicas de todas as escolas das FDC, confirmando a participação das mesmas em vários cursos, em 1961, com a participação de 110 religiosas de diferentes Congregações, em Garanhuns-PE. Em 1962, no Colégio Nossa Senhora das Neves, em Natal, foram tratados principalmente “os problemas do Nordeste. As conclusões práticas foram enviadas para as Superiores da nossa Província. Foram 70 irmãs de diversas Congregações” (COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES, LIVRO DE CRÔNICAS, Nº 1, 1932-1969 p. 61).

As religiosas estavam entendendo que precisavam descer para a base, pois só o ápice da pirâmide não era suficiente para formar o chamado povo de Deus. Porém Felícia, com o propósito de trabalhar com o povo, decidiu ser freira e foi falar com a Madre Provincial,

Que era Madre Anunciada uma Santa de Deus. Então eu disse: “Madre eu quero ser freira e quero entrar na sua Congregação”. Agora, só lhe digo, uma coisa, a Senhora não se engane “eu não tenho vocação para convento” (risos). Ela botou as mãos na cabeça e disse: “minha filha, então você não dá para ser freira”. Não, Madre, entenda. Na minha cabeça quando eu entrei pela primeira vez no colégio das Neves, vi aquele mundo, ali dentro aquela coisa recuada, aquele caminho para você chegar lá dentro, aquela dificuldade que você tem para encontrar uma feira para falar (era minha prima Rogéria) aquilo me questionou muito. Eu vi e senti que não dava para aquele estilo de vida. Aí eu dizia: “Não esqueça Madre que eu não venho de experiência de sala de aula. Estou terminando o curso de formação de professores. Mas, não quero ficar nessa experiência parada em uma sala de aula. Minha vida vai muito mais à frente.”<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa: Em entrevista concedida em Ponta Negra-Natal realizada em setembro de 2017.

Após essa fala de irmã Felícia, pode-se entender que realmente era um dilema para as freiras FDC serem também missionárias. A Madre achou que ela não se adequaria, pelo fato de ter sido direta em dizer que não queria ficar no convento, “parada”. Quanto à opção pela vida religiosa, significava que, além dos votos de pobreza, obediência e castidade, a vida seria basicamente dentro dos conventos, asilos, orfanatos e não estava claro para a Madre que a vida nas Comunidades de Base seria uma forma diferente e talvez mais direta de ajudar as pessoas necessitadas. Mesmo diante dessa condição de Irmã Felícia, a Madre disse sim ao seu pedido. E, então, ela recomeçou sua narrativa dizendo:

Entrei para a Congregação aos 20 anos, mas, a minha vida já estava voltada para as coisas do povo. Então já havia o MEB que era um órgão da CNBB havia em outras modalidades e, em cada Diocese sendo o Bispo o responsável. Assim, a CNBB tinha um convênio com o Governo Federal. Naquela época por conta disso ficou visado pelo próprio Governo. Depois chegou a Ditadura, éramos suspeitos, desconfiavam que ali existisse subversão. E devido ao convênio a gente não deixava de ser uma funcionária Federal e era considerado um emprego. A gente tinha coordenador Nacional no Rio de Janeiro e, ainda em Brasília. Na coordenação Nacional também tinha uma religiosa. Considero que foi nessa época que o MEB começou a se redefinir. E para isso começaram a colocar pessoas do Bispo... da Igreja a partir de 1971 a 1977. Então me viram chegar lá em Caicó com essa experiência e não cheguei nem a terminar o ano. Para mim, foi uma verdadeira Universidade, pois foi ali que eu aprendi tudo na minha vida com a experiência através do povo. Foi um trabalho importante. O interessante é que tudo girava em torno do rádio. É tanto, que cada Diocese tinha que ter uma emissora de rádio para educação rural. O Rio Grande do Norte foi o pioneiro e daí Natal, Caicó e Mossoró com escolas radiofônicas.<sup>42</sup>

Diante dessa fala, vê-se que a Igreja começou a mudar suas concepções acerca das atividades então desenvolvidas e a entender que precisa redirecionar, mudar, desafiar e sair da zona de acomodação sem perder o foco quanto aos seus propósitos. Nesse

---

<sup>42</sup>*Idem.*

contexto, entende-se que as pessoas que fizeram parte desse movimento deveriam atender a alguns requisitos e, talvez por isso, observa-se um número reduzido de religiosos (padres e freiras) sendo necessária a presença de leigos. Mas, apesar de só alguns trabalharem, eles fizeram a diferença, conforme a fala de Irmã Felícia:

Nós trabalhávamos tudo em torno do rádio. É muito interessante! Por isso que ele (MEB) é um Movimento de Educação de Base. Minha atividade era a seguinte: fui convidada para um setor que estava sendo criado no MEB por causa da reviravolta ou seja, da redefinição dos objetivos da Igreja em tomar as rédeas que estavam realmente desfalecendo, desviando o objetivo como Igreja. Então, foi criado em todo território Nacional levando para as Dioceses um setor chamado de evangelização. Daí, quando o Bispo me chamou fiquei no setor de evangelização do MEB. Naquele sistema de trabalho de cada Diocese (o MEB era chamado de sistema). E lá encontrei muita dificuldade para trabalhar, para me encaixar. A turma não aceitava bem essa nova experiência. Então no meu trabalho eu fazia tudo! E eu não podia ficar só apenas no setor de evangelização. Então pensei... para eu conhecer a realidade tenho que caminhar com essa equipe, tenho que ir para área de ação também. E fui! Não perdia! Saía de casa às três ou quatro horas da tarde e chegava de madrugada e de manhã no inverno, às vezes a gente ficava no prego. Era preciso atravessar riacho a pé. Na zona rural todo trabalho era desenvolvido nas casas.<sup>43</sup>

Quando o assunto é MEB, parece não ter fim essa experiência. Ao fazer esses relatos, os olhos de Irmã Felícia brilhavam como se estivesse falando de algo muito recente e prazeroso. A riqueza de detalhes é impressionante! E nas entrelinhas vão-se descobrindo as mudanças, as tentativas de reorganização, o funcionamento do que ela esclarece que era chamado de sistema. É nesse momento que se entende o sentido da missão da religiosa. Não fogia do que a Madre Francisca havia proposto como carisma. Percebe-se que era parecido com o trabalho realizado na Europa, porém fugia no que era feito no Brasil. O perfil da freira era diferenciado. E sua comunidade religiosa

---

<sup>43</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa: Em entrevista concedida em Ponta Negra-Natal realizada em setembro de 2017.

deveria entender que nem sempre seria possível ela cumprisse as exigências da vida religiosa comum. Contudo, Irmã Felícia ainda relata, de forma minuciosa, o dia a dia da escola radiofônica.

Era feito um trabalho nas casas e as escolas eram organizadas assim: um monitor, um rádio cativo que vinha do MEB Nacional e só pegava a rádio rural de Caicó. Era cativo mesmo, só pegava a rádio rural de Caicó. Esse rádio ficava na salinha sob à luz de um lampião. Fazíamos a formação dos monitores que eram levados para a sede. Lá, receberiam um cursinho de preparação para orientar o aluno em sala de aula (casa ou barraco). Ele ligava o rádio e lá no estúdio uma pessoa dizia que ia começar a aula. Era como se fosse uma aula normal. A partir das 18h, após o Ângelus, começava a aula de 45 minutos. Primeiro rezava, fazia o sinal da cruz, dava boa noite. Depois mandava abrir a cartilha (essa cartilha orientava tudo). Aí, a pessoa dizia: “Vamos abrir a cartilha de número tal e lá no campo estavam os alunos e monitores sempre com o mesmo material”.<sup>44</sup>

O MEB foi um movimento que estava determinado a fazer o que havia sido proposto e foi nesse processo que a religiosa, consciente do que poderia ser feito, não se contentou em ficar no estúdio, tendo necessidade de ir para onde estava o povo. Vivenciar *in loco* as reações do povo quando recebia esse projeto. De acordo com os depoimentos de irmã Felícia,

O povo gostava de participar. Não havia recusa. Era muita participação e eles acreditavam na gente! E a freira então, foi a maior novidade no MEB de Caicó a freira falando no rádio e indo a sala de aula no campo. Eu aproveitava e falava cinco minutinhos de evangelização. Era uma palavrinha tirada do evangelho, uma parábola. Eu pegava algo que fosse de acordo com aula daquele dia. E assim passávamos o tempo. As aulas eram de segunda a sexta. Muito bem, mas no sábado tinha uma hora de programa recreativo. Porque entrava também a recreação com a equipe do MEB e eu estava lá também. Era um programa muito interessante. Os alunos traziam poesia feita por eles, uma trova, qualquer coisa tá entendendo? E a gente lia. Os aniversariantes a gente tinha a maior preocupação para falar. Nessa hora tinha uma música e mandava os oferecimentos e uma mensagem (risos)...Era tudo

---

<sup>44</sup>*Idem.*



muito bem dividido. Tinha o horário onde a gente dava uma formaçozinha humana, dava evangelização, usava textos do evangelho e assim acontecia esse programa de uma hora de duração. Era a coisa mais gostosa do mundo!<sup>45</sup>

A cada instante, o desafio estava sendo posto em prática e sempre surpreende pela dimensão que tomou. E, nesse relato, aparecem alguns momentos novos como o programa de recreação e a formação humana. A proposta de alfabetizar já era grandiosa e ainda havia preocupação com alguns pontos que merecem ser destacados. Sobre os trabalhos executados, prontamente respondeu:

Na formação humana, havia preocupação com o homem como um todo. O que é o homem? Começava com quem eu sou? Gostava muito de trabalhar esse aspecto que é o homem e quem eu sou. Depois a gente via o que é a pessoa, daí entrava no respeito e na honestidade. Tinha sempre uma palavra geradora. E a cartilha era toda assim. Além de ensinar as letras do alfabeto também alfabetizava a partir da palavra geradora. Assim, por exemplo: casa... aí tudo ia girar em torno dessa palavra. O que é uma casa? Quem faz a casa. Para que serve a casa? Quem são os moradores dessa casa? Quem está dentro dessa casa? E assim ia mostrando o valor de cada pessoa, a função, dos moradores e muito mais.

Talvez a grande diferença dos demais projetos de alfabetização trabalhados no Brasil, tenha sido esse ponto o crucial. A alfabetização não só para aprender a ler e sim para entender o contexto vivido a partir do seu espaço, tomando como fio condutor quem eu sou. Apesar de ser um material elaborado pelo MEC, tinha a revisão da Igreja, que também contava com algumas coisas que eram confeccionadas pela equipe.

Com o passar do tempo e a experiência, as equipes de Natal, Caicó e Mossoró sempre se encontravam e adquiriram autonomia para elaborar o seu material. A cartilha utilizada não era a do MEC. Foi utilizada uma mais específica. Segundo Irmã Felícia, havia uma grande preocupação com a educação política e, para isso, os alunos

---

<sup>45</sup>*Ibid.*

também recebiam orientação. Inclusive, antes de assumir houve momentos difíceis que eram relatos, em suas visitas ao campo.

Foi um tempo muito difícil, enquanto os alunos só estavam na alfabetização não teve problema algum com os latifundiários. Mas, quando começou a entrar na formação dos sindicatos rurais e o desenvolvimento da leitura, começou a questão. O trabalho da gente também entrava em questão. Na educação de base tanto entrava um trabalho de educação política como sindicalista. Você sabe muito bem que a formação dos sindicatos rurais começou aqui em Natal, não é? Natal tem uma História muito rica, foi no tempo de Dom Eugênio. O livro; Movimento de Natal é uma verdadeira riqueza. Ele deixou esse legado na arquidiocese de Natal<sup>46</sup>.

Outro momento interessante de grande importância é esse relato que deixa claro quando o MEB passou a incomodar aos latifundiários. Foi justamente quando os alunos saíram da condição de apenas conhecer as letras e passaram a fazer leituras e, a partir daí, foram criados os sindicatos rurais. Dessa forma, poderiam fazer outras leituras de mundo. Essa é a função da Igreja de fato e de direito, nada vai adiantar para melhorar a situação do povo de Deus se eles forem alfabetizados e alienados. Sabendo ler e escrever o que as pessoas mandam e não as suas próprias necessidades.

Irmã Felícia se mostrou feliz quando se lhe perguntaram se havia algum fruto desse trabalho que ela poderia destacar. E, com grande eloquência, disse que foram vários frutos leigos que deram continuidade a esse projeto à sua maneira. Mas poderia destacar que:

Foram muitos frutos colhidos, mas temos também fruto no Amor Divino. Hoje Irmã Maria Gomes foi aluna, monitora, supervisora e hoje é freira. No momento está no Ceará. Ela foi fruto do meu trabalho! Além de Maria Gomes, irmã Rosa Lídia. Ela era de São Vicente, mas, pegava mais Caicó. Minha área era do Seridó

---

<sup>46</sup>*Idem.*

(Jardins e Cruzeta, tenho a impressão que ela foi aluna também e mora em São Gonçalo).<sup>47</sup>

Mesmo sendo um trabalho abraçado por poucas irmãs, percebe-se que alguns frutos do movimento desafiador e polêmico ainda resistem aos tempos e às complexidades da vida religiosa.

No entanto, ela, em sua singularidade, é quase que uma voz no deserto quanto ao convento, pois apenas algumas se dedicam a esse tipo de trabalho, visto que, quando optavam pela vida religiosa das FDC, já sabiam que as atividades desenvolvidas eram voltadas para o ensino, asilos, casa para menores e não atividades que fossem exercidas diretamente no campo, exceto as pastorais que também necessitam desse contato. No entanto, existem horários e dias definidos, o que não inviabiliza as obrigações no convento. Diante dessa situação, a dúvida era: o que realmente era concebido como uma dificuldade para Irmã Felícia?

A maior dificuldade foi conciliar a minha vida de freira com esse trabalho. E às vezes a minha superiora me acolhia e entendia muito bem (irmã Josefa Ferro). Eu estava no terceiro ano de vida religiosa, era uma vida comunitária e nem todas as irmãs entendiam. Sofri muito dentro de casa. Dom Manoel Tavares me ajudou muito. Ele viu minha dificuldade e a minha formação religiosa dos primeiros anos devo a ele. Quando eu chegava ao convento era difícil. Mas é engraçado; foi só no começo. Depois me dei muito bem. Cheguei até ser coordenadora da equipe (risos). Ainda coordenei dois ou três anos e a responsabilidade desse sistema local era minha. Depois foram saindo alguns elementos de apoio do MEB e os que substituíram eram bem melhores a trabalhar e a gente se encaixou melhor no trabalho, mesmo! Difícil era a experiência em sala de aula (risos). A dificuldade era que era preciso treinar muito, porque ministrar uma aula sem estar vendo ninguém é muito difícil! Imagine, você dentro do estúdio fechado, entende? E nesse momento fazia a comunicação da voz. Mas o contato você não tinha. No início eu senti certa dificuldade. É tanto que pedia muito, aos membros da minha equipe para eu não transmitir a aula. Eu fazia a parte da evangelização... e muito bem!

---

<sup>47</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa: Em entrevista concedida em Ponta Negra-Natal realizada em setembro de 2017.

Mas na hora da aula eu passava para uma professora que ia comigo, pois, tinha certeza que não fazia bem essa tarefa. Ela fazia, eu não!<sup>48</sup>

A desafiadora atuação dela foi como o MEB! É interessante porque, na vida comunitária, é necessário participar dos momentos vividos em comunidade e seguir rigorosamente todos os horários. Fato que não acontecia com Irmã Felícia, pois não era possível atender às duas situações, ou seja, às obrigações religiosas do convento a que ela se refere como casa e ao trabalho, que era a experiência no MEB, em Caicó.

Nesse projeto, a CNBB foi a mola propulsora com alguns pilares humanos, indispensáveis para colocar em prática o projeto da Igreja, que também contou com leigos e religiosas de várias Congregações. Dentre esses, Irmã Felícia que enfrentou os percalços da época e da vida religiosa que lhe fez algumas imposições em virtude de que não era de fato o cotidiano das Filhas do Amor Divino. Mas, com todas as dificuldades, ela conseguiu realizar o trabalho junto à Igreja e, assim, deu sua contribuição para o processo de inclusão de muitas pessoas, conforme diz:

Como é impressionante ler os depoimentos daqueles jovens. Na fala deles deixavam claro que acreditavam no programa. Uns chegaram à faculdade é impressionante! Tem um rapaz que foi nosso aluno e hoje está em Brasília na assessoria de um Ministério. O tiramos como se diz “do grosso”! Há outros testemunhos interessantes. A gente tinha uma casa em Caicó que pertencia à Diocese na Fazenda Soledade. Era próxima, bem pertinho da cidade e até íamos a pé. Nessa casa fazíamos encontros, formação de monitores. Ao lado dessas aulas radiofônicas a gente fundou grupos de jovens, clube de mães que trabalhava na parte de formação dos filhos. Naquela época não havia a Pastoral da Criança e por isso a gente chamava de Educação Sanitária.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup>*Idem.*

<sup>49</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa: Em entrevista concedida em Ponta Negra-Natal realizada em setembro de 2017.

Era notório que estava dando certo! Aos poucos eram percebidos os resultados do trabalho coordenado pela CNBB, que, além de priorizar os trabalhadores rurais contra as oligarquias, através da alfabetização, lutou contra a entrada do comunismo do Brasil. A solução ou a minimização dessa situação está na Igreja e na Escola. A opção enquanto educação seriam as escolas católicas em virtude de que, na América Latina mais especificamente, poderia usar as duas instituições por uma única causa: a busca da igualdade social.

Dessa forma, além dos trabalhos socioeducacionais, outros projetos merecem ser destacados pela importância no processo de inclusão social, dentre eles as Pastorais da Criança, da Saúde, da Juventude, do Acolhimento, da Família e do Idoso que também são ações das Filhas do Amor Divino que estão destacadas no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### AÇÃO PASTORAL NO ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL: UM DESAFIO PARA AS FILHAS DO AMOR DIVINO

---

A partir da abertura de escolas em várias cidades do Nordeste brasileiro, ficaram explícitos outros trabalhos que as Filhas do Amor Divino desenvolviam e ainda desenvolvem, principalmente os socioeducativos.

Através do público das escolas noturnas, era possível imaginar que aquela população estava sedenta de diálogo, orientação e apoio. A presença das religiosas quer seja nas casas daquelas pessoas, nos centros de comunidade, na igreja, nos hospitais, nas maternidades, em outros locais periféricos ou rurais, fortalecia a Igreja católica e a missão das religiosas, “Tudo por Deus, pelos Pobres e nossa Congregação”.

Não obstante, as Filhas do Amor Divino, não esperaram o período de *aggiornamento* proposto pela Igreja que culminou com o Concílio Vaticano II. Elas se anteciparam em algumas decisões e ações. Dessa forma, as pastorais apareceram nesse contexto metaforicamente falando como “o perfume da rosa que tem espinhos”. Esse desafio enfrentado pelas religiosas merece ser evidenciado, pois seu público- alvo estava nas favelas, nas ruas ou nas periferias. Diante disso, trabalharam com as mulheres que sofriam nas maternidades sem atendimento, as que moravam nas favelas, que estavam desempregadas, as crianças de rua oriundas de lares desajustados, provocados pela desigualdade social.

### 3.1 Pastorais: as redes de solidariedade lançadas no mar da pobreza

Na década de 50, o Brasil apresentava uma corrida em busca do tão sonhado desenvolvimento. No entanto, a Igreja da América Latina passava por grandes embates. Eram contraditórias a teoria e a prática. A proposta de cuidar do seu povo, a cada dia se distanciava, pois ignorava problemas que eram constantes e há muito existiam, como a ingerência política, a falta de políticas públicas executáveis que atenuassem a exclusão social, a desorganização espacial, a violência, o desemprego, a mortalidade infantil, a mobilidade religiosa.

A Igreja clamava por atitudes e uma delas foi a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, que foi decisiva na conjuntura social do país. Essa notável participação contribuiu para que, logo depois acontecessem dois grandes momentos, ou seja, a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) com uma repercussão maior, em virtude de ter reunido os bispos do continente.

Nesse contexto, cita-se a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), que, no decorrer da história, ainda é responsável por grandes feitos para a sociedade brasileira. Cada um com a sua função e importância para a América Latina e, conseqüentemente, para o nosso país que, independente do espaço de tempo ocorrido, havia um ponto em comum: a preocupação com o pobre.

Naquela ocasião, a Igreja travava uma busca incessante para atuar de forma que ficasse mais próxima do povo, que, numericamente, ainda é a maioria da população e está classificada economicamente como pobre ou de baixa renda. Essa população subjugada apresenta visíveis carências na educação, na saúde, no campo de trabalho, na forma de vida dos jovens, nos direitos das mulheres, dos idosos e das crianças e uma das mais: a pobreza política, porque a falta dela implica ser dependente e ignorante, sem forças para argumentar na tentativa de promover mudanças.

Foi um grande momento para a Igreja e para o Governo, pois com a CNBB foram realizados encontros dos quais o Nordeste foi o grande beneficiado. O Presidente Juscelino Kubitschek, recém-chegado (1956), estava atento à importância da Igreja nas questões que afligiam os nordestinos das periferias e zona rural. Com a responsabilidade da Igreja, foram postos em prática projetos executáveis e pertinentes. O clero, as religiosas e os leigos tiveram muito trabalho à frente, principalmente com as pastorais: da saúde, da família, da criança, da juventude, da carceragem, do doente, do idoso, do acolhimento, dos surdos e dos deficientes físicos dentre outras que careciam de muita disponibilidade e mão de obra das equipes.

Segundo Moraes (2014), no final da década de 50, pôde-se ver uma crise da Igreja Católica acerca da assistência ou mesmo acompanhamento aos jovens antes do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Por muito tempo, não houve preocupação em atender a essa faixa etária (juventude), até mesmo a forma de falar e as nomenclaturas usadas por padres e leigos seguidores deles não conseguiam transmitir, de forma prazerosa, a fé cristã.

Porém, de acordo com o autor citado (MORAES, 2014, p. 33), “do ponto de vista pastoral, o início do século XX foi marcado pelo entusiasmo causado, principalmente, pelos movimentos litúrgico, bíblico, catequético e ecumênico”. Com essa afirmação não se descarta que havia muitos problemas a serem discutidos e resolvidos.

A Igreja Católica e suas Congregações religiosas, principalmente femininas e os leigos são protagonistas nesse processo de inclusão social com essas atividades pastorais. A questão da exclusão social e a busca incessante pela inclusão em nosso território podem ser datadas a partir do descobrimento, que desde aquela época, há registros sobre seu embasamento histórico, social, cultural e religioso de vários episódios prevalecendo as desigualdades sociais atreladas às injustiças, essas que foram e são contínuas e constantes.

Dessa forma, mesmo neste século, o país carrega, no dia a dia e na memória, as marcas ainda visíveis da escravidão, da discriminação, do preconceito em suas dimensões, do silêncio da



Igreja e das Congregações religiosas que aqui já atuavam. Porém, segundo Aldunate (org.1992, p. 74), “foi o golpe militar de março de 1964, em nome e a serviço das classes dominantes, o fato mais decisivo para o compromisso da Igreja brasileira com a luta em prol dos direitos humanos”. Naquele momento, pode ter sido o ponto crucial, pois, além dos problemas que a população de baixa renda já vinha enfrentando, dessa feita tratava-se de um problema novo. Como Ela deveria agir? Com quem deveria caminhar?

Todavia, era um momento delicado, pois como Instituição tradicional tenderia a seguir o curso político. Mas onde ficaria a luta pelos direitos dos pobres? Não é demais apresentar Dom Helder como um ícone nessa luta, sendo responsável por parte do documento da Comissão Central da CNBB.

Em suma, o documento apresentava os problemas que afligiam os nordestinos e principalmente a falta de respeito à dignidade humana, refletida nas injustiças, na violência e na exploração. Essa tomada de posição de Dom Helder e de outros Bispos dividiu as opiniões internas na Igreja, o que causou o primeiro conflito com o Estado, fato que, posteriormente, levou à exclusão da própria Igreja do bloco do poder. Dessa feita, religiosos e religiosas passaram também a ser perseguidos considerados subversivos e terem suas casas invadidas e a vida de muitos tirada.

No entanto, segundo Aldunate (1992), os bispos continuaram lutando contra as opressões e mantendo uma mesma linha sempre em prol dos direitos humanos, a partir dos pobres que naquele momento estavam sendo violados. Mas, a luta não foi em vão, pois, em 1970, a CNBB teve participação decisiva em seu documento que alertava para o respeito ao “direito fundamental de defesa de todos os homens.” Assim, fez de fato a opção pelos pobres e continuou denunciando as injustiças sociais.

Voltando à questão do pós-Concílio Vaticano II, pode-se enfatizar que um dos problemas era o cuidado com a transmissão das ideias, problema esse que eclode na pastoral, que atuou de forma diferente do que foi abordado acerca da educação, com atuação dos

mesmos grupos. Apesar da euforia e da vontade de trabalhar nas comunidades, fica a dúvida se estavam realmente preparados (as) para tamanha responsabilidade.

Tanto nas escolas como nas pastorais exigia-se uma metodologia adequada, linguagem direta, fácil e que realmente fosse esclarecedora e fizesse a diferença. Era necessário que causasse impacto nas ações e na vida dos pobres, organizando-os politicamente, pois, de acordo com Demo (1991a, p. 23), “a organização política é, na verdade, o primeiro canal de participação, seja em nível da aglutinação de interesses (grupos de interesse), seja em nível da composição localizada (comunidades).”

Não se pode ignorar que, nesse espaço de tempo, aconteceram mudanças significativas na Igreja e no país, não obstante inúmeras tentativas para reduzir o alto índice de pobreza que chamava a atenção do mundo. Para se identificar melhor, pode-se ter como referência o espaço de tempo de 1925 aos anos 80 do século XX. Contudo, é conveniente perceber os processos e retrocessos das ações que estavam sendo desenvolvidas, através das pastorais no propósito de melhorar a situação daquela população.

É necessário entender como aconteceu o crescimento do número de pessoas consideradas pobres pelas estatísticas na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Nesse propósito, há vários fatores, porém a forma desordenada e crescente como se deu o crescimento econômico do Brasil pode ter sido o grande vilão para a proliferação da desigualdade social nas regiões suburbanas, periféricas, encostas, favelas nas grandes cidades e sertão do Nordeste.

O crescimento industrial trouxe o êxodo rural e como uma das conseqüências a desorganização do espaço geográfico, cuja formação das favelas e ocupação desordenada nas periferias foi uma constante. Além da CNBB e da parceria do governo de JK, convém lembrar que, na década de 70, o governo também lançou seu plano para resgatar essa população marginalizada em dois momentos, através do Plano Nacional de Desenvolvimento (BRASIL, PND) I (1972-1974) e II (1974-1979) que apontava a situação de miserabilidade no país. Porém

têm-se críticas porque muita coisa ficou na discussão, outras só postas no papel e as que foram colocadas em prática nem sempre chegaram realmente aos mais necessitados.

Para pequenos agricultores, a perda dos pedaços de terra onde praticavam a agricultura de subsistência eclodiu na falta de alimento, principalmente para as pessoas que foram tentar uma vida mais digna na chamada cidade grande. No entanto, ficaram isolados, em regiões periféricas, nos morros, convivendo com a fome, a miséria e a marginalização. Como a situação estava quase que insustentável e o problema aumentou com a chegada de mais gente em busca de emprego e melhores condições de vida nas cidades, ficavam sem muitas perspectivas de dias melhores. Uma das ações do Governo foi em prol da questão habitacional, que já estava visível, em 1968. Porém, o plano governamental, mesmo apresentando vários projetos que visavam a atender à classe pobre no quesito moradia, verificava-se que:

Na verdade significou um passo corajoso do BNH, ao reconhecer que muitas famílias não conseguiram ir além da aquisição do lote, restando-lhes, em termos de moradia, a construção de uma “favela”. [...] quase esgotou o cabedal de inventividade financeira e jurídica para favorecer a população pobre. [...] apesar do esforço, o favorecimento da população pobre ainda não atingiu níveis satisfatórios. (DEMO, 1981b, p. 99-100).

Foi nesse período que a Igreja foi ao encontro do pobre, já que o governo não dispunha ainda de políticas públicas eficazes que resolvessem a situação em curto prazo. De acordo com Demo (1981b, p. 75) sobre as políticas sociais nas décadas de 60 e 70, “forjaram-se muitos programas interessantes, alguns jamais voltados para a pobreza, embora a totalidade predominante seja o do crescimento acelerado, ao qual a política social deve servir.”

A desigualdade social não é um problema isolado apenas do Brasil. Esse quadro aparece em todos os países da América Latina. É gritante e chega a ser desumano. A ignorância das pessoas e o processo de manipulação por meio das políticas partidárias são até

criminosas. Essa situação chegou a um nível que incomodou a Igreja Católica, que mantinha distância dessa camada social e preferia não sair de sua zona de conforto. Esse descaso talvez tenha sido uma das causas da grande mobilidade religiosa para outros credos, principalmente da católica para a evangélica ou a opção para ficar sem religião.

No propósito de se aproximar do povo e, em especial, evidenciando a opção pelos pobres, a Igreja lança-se em busca de seu rebanho na tentativa de recuperar o tempo perdido e sair do ápice da pirâmide para chegar à base, onde realmente o seu povo estava sofrendo. As estratégias pareciam eficazes, pois envolviam religiosas, religiosos e leigos, através de movimentos que tinham a proposta de tornar a Igreja viva e atenta às questões sociais, principalmente através das pastorais.

Para Libânio (1982, p. 11 *apud* CASTRO 2000, p. 104), “pastoral é a Igreja em marcha”, portanto, ela pode ser responsável pela inserção do povo em espaços públicos, não se constituindo uma ação isolada. Diante dessa afirmação, fica mais nítido que se trata de um processo que não visa à individualidade, e sim à coletividade. Nesse contexto, a pastoral ganha corpo, vida e voz sendo adotada também pelas Filhas do Amor Divino nas periferias, nas comunidades rurais, junto aos favelados, aos sem teto, às crianças, aos idosos, às famílias, aos jovens e demais necessitados.

O Papa João XXIII, que idealizou o Concílio Vaticano II, tinha os objetivos desse projeto explícitos desde 1962, quando foi pronunciado no discurso de abertura da Primeira Sessão do Concílio, sendo reafirmado a partir da fala do Papa Paulo VI, na Segunda Sessão, ocorrida no mesmo ano e acatada pelos Padres Conciliares.

Destacam-se alguns pontos de maior relevância dessa fala como:

Na consciência do Magistério eclesial a convicção de que a doutrina católica não deve ser somente verdade a ser explorada pela razão sob a luz da fé, mas sim palavra geradora de vida e de ação; que a autoridade da Igreja não pode limitar-se a condenar os

erros que a ferem, mas deve proclamar ensinamentos positivos, de interesse vital, que tornem fecunda a fé. Não sendo o papel do Magistério eclesiástico puramente especulativo ou negativo neste Concílio, necessário é que manifeste cada vez mais a força vivificante da mensagem de Cristo, que declarou: “As palavras que eu vos disse são espírito e vida.” (Jo. 6,63 *apud* VIER, 1969, p.9).

Estavam definidos o papel da Igreja e os objetivos do Concílio. Ainda se pode enfatizar que a ideia que estava sendo posta dava margem para ela ser diferente, ativa e que não ficasse apenas no papel, valorizasse as ações, pois seriam elas que possibilitariam a adoção de um perfil diferenciado. Essa Igreja que, até então ditava normas, acusava, julgava e, por algum tempo, ficou distante da prática de ações que pudessem intensificar a vida do povo de Deus, de fato se encontrava diante de um caos e de um grande desafio.

Estava sendo apresentada e explicada, segundo Vier, a ideia de que “um Concílio conscientemente pastoral parte do princípio de que a doutrina nos foi dada para ser vivida, para ser anunciada às almas (e não aos teólogos), para demonstrar sua virtude salvadora na realidade histórica.” (VIER, 1969, p. 9). Dessa forma, tratava-se da reafirmação clara da importância das religiosas fora dos muros dos conventos, falando com e para o povo.

A partir desse pressuposto, afirma-se o objetivo desse estudo, que é discorrer sobre a importância da pastoral como instrumento de inclusão social a partir do trabalho realizado pelas Filhas do Amor Divino, no Nordeste do Brasil.

Conforme fora apresentado no capítulo anterior, a educação escolar parece ser mais visível, pois é contínua, é processual e sistemática. Dessa feita, o propósito é que mesmo que não haja divulgações e não apresentem em suas crônicas todas as ações sociais realizadas com e para os pobres, as Filhas do Amor Divino possam apresentar relevantes trabalhos de pastorais.

Constatamos serem quase inexistentes os trabalhos escritos ou mesmo informações nas crônicas da Congregação em estudo. Elas trazem algumas frases curtas que indicam apenas que determinada

religiosa se ausentou do convento para ir à periferia, a um abrigo ou algo parecido. Esse simplismo textual, que ausenta a riqueza dos detalhes ou fatos importantes, dificulta a realização de um estudo mais rico em detalhes acerca da pastoral realizada pelas FDC, de 1925 aos anos 80, através das crônicas. Diante do exposto, ficam como referências frases e parágrafos curtos conforme foi citado, sendo enriquecido com as entrevistas orais que foram imprescindíveis e alguns recortes dos informativos eletrônicos da Diocese de Natal e da Congregação em pauta.

O espaço de tempo em estudo nos convida a viajar em alguns espaços físicos do país, objetivando entender melhor a problemática apontada e a necessidade da realização da pastoral. Essa pode ser dividida em dois planos a seguir:

O primeiro plano de pastoral global para Igreja do Brasil, chamado Plano de Emergência, surge de contribuições plurais, mostrando a decisão histórica da Igreja no Brasil de optar por uma pastoral de conjunto. Foi aprovado em abril de 1962, um pouco antes de começar o Concílio Vaticano II, na V Assembleia da CNBB, reunida no Rio de Janeiro, com a finalidade de discuti-lo. (LIBANIO b, 2002, p. 118).

O segundo plano de pastoral da Igreja do Brasil é elaborado noutro contexto social bem diferente. Depois dos conturbados anos de efervescência sociopolítica da primeira metade da década de 60, o Brasil entra na experiência dos regimes militares com o golpe de março de 1964. (*Idem. Ibidem*).

Esses dois planos se completam em virtude de que aconteceu em momentos e propósitos diferentes, porém definidos e correlatos. Observa-se que o primeiro tem identidade própria, não importando nada de outros modelos e sim, tem a cara do Brasil, que, segundo Padre Henrique Vaz (1968 *apud* Libânio, 2002b, p. 118), resume esse momento como “uma passagem de uma Igreja reflexo para uma Igreja - fonte”. Enquanto o segundo apresenta um caráter mais técnico e dessa forma a Igreja do Brasil passaria a trabalhar de forma organizada através das assembleias, colegiados, apresentando planejamento e diretrizes gerais da sua ação pastoral.

O Concílio Vaticano II não pode ser excluído de nenhuma discussão acerca dessa problemática que envolve a pastoral. Ele é a referência e o fio condutor em uma dimensão macro nas ações da Igreja. No entanto, quando se trata dos trabalhos realizados pelas Filhas do Amor Divino, constata-se que desde a fundação da Congregação, a pastoral fez parte das ações contidas nos propósitos da Madre Fundadora, mesmo que, na Europa à época, ainda não fosse utilizado o termo em pauta.

Portanto, pode não ser possível encontrar a nomenclatura atual (pastoral) nos escritos mais antigos. Porém entende-se que se trata de um trabalho com a classe popular no intuito de melhorar as condições de vida e esclarecer o que ainda não é entendido, seja nas questões sociais e políticas, na saúde, na educação, na família ou na Igreja. Algumas irmãs FDC se dedicaram aos trabalhos de pastoral na zona rural, periferia urbana ou mesmo na diocese de acordo com o que será abordado.

Serão apresentadas as interfaces da exclusão social que aflige o povo nordestino, os trabalhos de pastoral e evangelização que foram adotados pela FDC como um dos caminhos para a inclusão do pobre na sociedade, não para torná-los ricos de bens materiais, mas conscientes de seu papel enquanto cidadãos. Alguns estudiosos sobre essa temática podem ser destacados como: Pedro Demo, João Batista Libânio, Leonardo Boff, bem como os documentos da Igreja (CNBB), o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, Compêndio do Vaticano II e da Congregação em estudo, dentre outros.

Apesar de as religiosas terem seus trabalhos evidenciados na área educacional, a pastoral também teve seu papel importante como parte de suas atividades, sendo necessário realizar entrevistas com as protagonistas dessas ações. Pois, se dispuseram a sair do convento, das escolas grandes e limpas para trabalharem com crianças, jovens, famílias, idosos, favelados, dar assistência hospitalar etc. Dessa forma, pode-se apresentar uma vasta experiência nas diversas áreas que, ao longo dos anos, não foi propagado o suficiente para ser uma referência dessa entidade religiosa.

Observa-se que algumas palavras que hoje fazem parte do vocabulário da Igreja, órgãos e movimentos afins não eram usadas com frequência em falas, nas pregações, discursos e encontros. Sabe-se que a sociedade brasileira, desde a sua formação, apresenta uma peculiaridade, ou seja, ter sido formada, apresentando uma série de disparidades. Contudo, tinha o conhecimento da Igreja Católica, por ser considerada o alicerce na vida da maioria dos brasileiros, a única e verdadeira do povo de Deus, estava afastada e longe de ser, de fato, a Mãe desse povo.

Com o tempo, essa Igreja perde seu foco, que é o povo, e começa a ruir após séculos ininterruptos de desigualdades, injustiças sociais, atrocidades, o que resultou em uma sociedade sofrida, desigual, analfabeta, com alto índice de mortalidade, natalidade e pobreza. Além das doenças adquiridas pela falta de higiene, alimentação inadequada, e a desnutrição que levou à morte milhares de crianças antes de completarem um ano de vida. Essa situação era destaque principalmente nas periferias e na zona rural como um retrato quase que exclusivo das Regiões Norte e Nordeste.

No entanto, a região Nordeste tornou-se mais evidenciada em virtude de ser mais populosa, estar localizada no polígono das secas, que resulta no conhecido sertão, castigado com altas temperaturas e pouca chuva, além do solo pedregoso, arenoso e a falta de água, que é apontada como um grande problema. Com esses impasses, ainda se aponta a falta de emprego que gera o ócio e, conseqüentemente, altos índices de violência e criminalidade em que não só os delinquentes, mas os conhecidos coronéis e políticos resolvem as coisas pela opressão e pela bala. A condição do sertanejo pode ser retratada através do personagem Fabiano da obra literária “Vidas Secas” de Graciliano Ramos, que assim se refere:

Não queria morrer. Estava escondido no mato como um tatu. Duro, lerdo como um tatu. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. [...] Não, provavelmente não seria um homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda. (RAMOS, 2017, p.24).



A situação socioeconômica do personagem Fabiano reflete o descaso com o pobre e o medo das consequências de um possível enfrentamento com quem detém o poder. Em meio a essa situação, há um fragmento de autoestima seguido de uma fala consciente da realidade. Ele tem certeza que é “governado pelos brancos”, leia-se homens do poder.

O personagem Fabiano, que representa os milhares de sertanejos, é consciente de que precisa mudar, porém, não acha forças suficientes para tal e retorna a sua condição de manipulado. No Nordeste do Brasil, são muitos Fabianos (*IDEM*, p.18) “que chegara aquele estado, com a família morrendo de fome e comendo raízes”, mas, a cada dia, tenta renovar as esperanças e sempre espera a chuva e a falta dela passa a ser vista como se fosse a única culpada e o maior problema.

Diante desses fatos, não se pode imaginar que só a oferta de educação gratuita iria resolver o problema da América Latina, do Brasil e, mais especificamente, do Nordeste brasileiro. O caos estava formado e precisava de uma força tarefa para tomar as rédeas da situação, pois projetos exigem planejamentos e ações. As reflexões sobre o assunto eram pertinentes se realmente fossem seguidas de ações. Para tanto, foi necessário que religiosas, padres e leigos iniciassem simultaneamente vários movimentos nessas áreas geográficas, tendo a Igreja como referência. Quem e como seriam beneficiados? Quem era esse povo que sofria mesmo depois da escravidão do negro e da exploração do índio?

A princípio, verificou-se a quem esses movimentos deveriam atingir: a opção preferencial era pelos pobres. Mas quem foi classificado como pobre ou quem realmente teve seu direito violado?

Segundo Aldunate:

Puebla estabelece certas categorias de pobres: os índios, as grandes massas de camponeses, operários, moradores de favelas; os marginais da vida social e política e a mulher do povo. Entre os marginais da vida social e política poderíamos também contar os oprimidos pela repressão política. Eles também se veem

despojados de seus direitos básicos à vida: quem mais despojado que o torturado, o desaparecido, o exilado, o preso e posto ao arbítrio de um déspota? É também marginalizado da vida o operário injustamente expulso de seu trabalho e o universitário suspenso de seus estudos, o professor que não pode se expressar e o cidadão que deve se fechar trêmulo em sua intimidade para não expor sua segurança. Todos estes são também pobres em sua qualidade de oprimidos. (ALDUNATE, 1992, p. 16).

Essa classificação deixa mais clara quem são esses os quais chamamos de pobres. E infelizmente traz à tona a real situação do continente e, conseqüentemente, do país e do Nordeste brasileiro que, juntamente com a Região Norte, agrega milhões de pessoas com essas características. Mas como dizer a eles que seus direitos precisam ser garantidos? Como retirar dos vários estágios de marginalização jovens e adultos que já não têm perspectivas?

É nessa situação que a Igreja aparece e mostra sua força e compromisso com esse povo. Ela quebra as amarras e se lança nessa batalha de libertação e salvação, tendo a pastoral como um dos trabalhos mais eficazes vez que ela não espera o oprimido vir a seu encontro, sai em busca dele. E como a metáfora explica melhor: sai “garimpendo pessoas”.

A pastoral é diferente do processo educacional que vimos no capítulo anterior, que pode ser a distância ou presencial fato que o torna mais lento e requer mais tempo, pois exige também habilidades e competências que, de certa forma, afloram se forem dadas a essas pessoas condições de vida e não apenas de sobrevivência.

### 3.2 A outra face do MEB: a pastoral da família

Dessa forma, é coerente retornar ao MEB (Movimento de Educação de Base), que consistiu em um projeto audacioso com grande desafio de alfabetizar através do rádio. Pode-se dizer que o MEB e a pastoral formaram uma rede conectada à família e à juventude.

Com esse esclarecimento convém retornar aos relatos de Irmã Felícia na pastoral. Em meio às suas falas, deixa bem claro que, apesar da sua satisfação em fazer parte dos trabalhos radiofônicos, ainda precisava mais alguma coisa para que ela tivesse contato com o povo. Era o ver e o ouvir e isso não era possível através do rádio mesmo sabendo que sua fala ia além da imaginação e os resultados eram garantidos.

Salientou-se que os entraves das aulas radiofônicas do MEB não fazia contato direto com os alunos, exceto os monitores que estavam com eles na zona rural. Porém, segundo a entrevistada, os melhores momentos foram

Nos encontros comunitários. Eram bem diferentes das aulas nos estúdios, os encontros nos sítios e nas comunidades. Fazia isso muito bem! Havia a oração e as palestras. Mas, eles não faziam muitas perguntas. No começo estavam meio desconfiados (tempo e risos). Mas tínhamos que puxar muito deles.<sup>50</sup>

Vê-se que Irmã Felícia enfatiza esses encontros mostrando a eficácia e a importância do contato. Mas sentia falta de perguntas e questionamentos por parte daquelas famílias e, especificamente, dos jovens. Qual seria o motivo? Talvez pelo fato de que não foram preparados para questionar, para perguntar, tirar dúvidas. Contudo, são personagens do mundo da opressão, na qual poucos mandam e todos obedecem.

A pastoral trouxe essa oportunidade para os camponeses entenderem que havia deveres e direitos. Era preciso que entendessem que aquelas experiências davam oportunidades para a formação de cidadãos críticos e líderes. O objetivo da pastoral da família era instigar os membros e ajudá-los a perceber o mundo em que estavam inseridos. O resultado eclodiu na formação de sindicatos, fato que exigia deles mais disponibilidade. Segundo Felícia,

---

<sup>50</sup>Irmã Maria Felícia de Oliveira Costa, FDC: Em entrevista concedida em 28 de agosto de 2017 em Ponta Negra –Natal (RN).

Para eles era tudo! Tinham respeito, deixavam tudo para participar dos encontros. Eles diziam “a gente espera o dia inteiro o momento para encontrar com vocês”. A gente notava que a comunidade se desenvolveu muito, isso era notado! Até porque, se fazia levantamento de área, de escola, de estudo. Era o dia todo no campo fazendo estudo das principais necessidades deles. Era visto quem necessitava mais, quem era menos e o que precisava.<sup>51</sup>

Como foi relatado, não havia problema por parte das pessoas quanto à aceitação do movimento. Isso porque eles percebiam que era um programa sério e tinham a certeza de que os estava ajudando a resolver ou minimizar seus principais problemas. Além disso, um dos motivos pode ser a identidade do grupo que estava à frente do movimento que merecia credibilidade. Esses, que saíram em busca daquele povo (o qual se chamava de Deus) abandonado e excluído. Precisava ser resgatado na verdadeira libertação de forma organizada e consciente. Para esse alcance, as pessoas também deveriam estar preparadas e sobre isso a entrevistada aponta que:

O trabalho do MEB era muito bom, sinceramente (silêncio) tínhamos uma bagagem de orientação e normalmente tínhamos dois ou três encontros. Nós éramos considerados, ou melhor, chamados de supervisores. A equipe do nacional dava toda assistência e apoio. Era com os técnicos e pessoas preparadas. Para se ter uma ideia, o presidente do nacional sempre foi o Bispo.<sup>52</sup>

É notório que a pastoral mencionada dava resultado em virtude de que, além do contato direto com a realidade das comunidades, as pessoas que estavam fazendo parte eram preparadas para desenvolver a atividade proposta. É possível que, além da alfabetização, como foi citado, a pastoral possa ter sido o ponto de culminância do MEB. Quanto à equipe, nota-se que trabalhava em sintonia com o grupo central, como se fosse o estilo guarda-chuva, ou seja, do centro para as bases, extensivo para os demais.

---

<sup>51</sup>Irmã Maria Felícia de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida, em 28 de agosto de 2017, em Ponta Negra-Natal (RN).

<sup>52</sup>*Idem*

Como foi dito, a equipe gestora era composta por religiosos e leigos. No entanto, qual o perfil das pessoas dessas comunidades que os recebiam? Qual era a faixa etária dos que participavam dessas pastorais? Quanto ao gênero, quem participava com mais frequência? São pontos que causam curiosidade. A pastoral da família alcançava todos os membros, ou apenas as mulheres, essas que geralmente estão mais presentes na igreja? Será que chegava até os jovens?

Sobre esses questionamentos, Irmã Felícia diz que, “eram pessoas que viviam da roça, do trabalho braçal e materialmente tinham pouca coisa ou quase nada”. Quanto à frequência era igual entre homens e mulheres. “Mas tínhamos uma boa participação de jovens, até mais que adultos.” (FELÍCIA, 2017).

Irmã Felícia entende que tudo foi bom, uma significativa experiência de vida, mas diz “o que marcou foram as semanas comunitárias onde a palavra-chave era ‘conscientização’”.

Nessas semanas se fazia mutirão de filtros, de fossas e de outras coisas necessárias ao povo. A gente se envolvia e eles se envolviam. O material humano era aquele e trabalhava a realidade. Para você ter uma ideia, eles nunca tinham o mesmo tema trabalhado no ano. Passava até dois ou três dias preparando.<sup>53</sup>

Todos esses momentos eram utilizados para ensinamentos, pois a intenção era que aquele povo questionasse, não desistisse de lutar, fosse crítico, ou seja, partia-se do conhecimento da realidade que estava inserida através da palavra-chave: “conscientização”.

A diferença marcante dos demais projetos era que o MEB/pastoral trabalhava a realidade das comunidades e isso os ajudava a entender o momento que estavam vivendo, como e por que precisavam lutar. Isso parece que tornava a pastoral da família viva e participativa. E, por falar em trabalhar a realidade, convém lembrar Irmã Maria Gomes (FDC religiosa citada e apresentada por Irmã Felícia) como “fruto do MEB”.

---

<sup>53</sup>Irmã Maria Felícia de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida, em 28 de agosto de 2017, em Ponta Negra-Natal (RN).

É importante fazer uma breve referência a essa religiosa que, conforme a Província Nossa Senhora das Neves- PRONEVES (2013) teve sua vida dedicada à Renovação Carismática Católica (RCC), Movimento Católico que surgiu na década de 60 e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), trabalha com Terapia Comunitária e ainda acompanha algumas comunidades. No início da vida religiosa, ainda no noviciado, trabalhou na pastoral e na educação em Emaús (Casa de Formação das FDC), em Parnamirim - RN. Ainda trabalhou como diretora na escola Cônego Monte evidenciada nesta pesquisa e no Patronato, que era um orfanato para meninos, em Ponta Negra-RN. É considerada pela Congregação exemplo de vida para as religiosas mais jovens.

É imprescindível a preparação acadêmica e científica das religiosas, além do alicerce espiritual adquirido na Congregação, atenta às inovações, bem como uma visão crítica de mundo e da realidade local. Cabe salientar que devem estar engajadas em programas que realmente possam trazer esclarecimentos e melhoria ao povo.

A dependência econômica do pobre é muito grande e a Igreja, através das pastorais, não pode ser a única solução que pode acontecer a curto, médio e longo prazos. Porém mesmo sendo explorados, é interessante que essas pessoas estejam conscientizadas e, a partir daí, possam buscar pessoas do grupo que entendam melhor sobre a situação em pauta e, juntos, encontrem as possíveis soluções e ou outras possibilidades de melhoria. Contudo, é indispensável uma liderança para o grupo. Caso isso não aconteça, continuarão dependentes, pois a ganância e a vontade de explorar o outro em prol do poder é uma das máximas do Capitalismo.

Considera-se que, além dos requisitos citados para realizar trabalhos de pastorais nas comunidades, as religiosas devem ter disponibilidade, espontaneidade e entendimento da situação vigente para não correrem o risco de propagar mensagens alienantes. O senso crítico aguçado acerca da situação sociopolítica do país e da região deve ser entendido como uma exigência.

Irmã Felícia, com sua longa experiência, aprendeu que, antes de tudo, deve conhecer a realidade. Afirmo que aprendeu com o MEB e faz um relato quanto à situação que aquele povo explicitava através de elogios e poucos questionamentos. Nesse momento, ela faz um paralelo do MEB/educação e a pastoral da família.

No MEB, a escola era no sítio e às vezes na casa deles. O que os alimentava era o desejo de aprender a ler. Não reclamavam de muita coisa, não! Eu achava o sertanejo do Seridó, o seridoense um pouco acomodado. Ele não tinha muitas reivindicações, não! Agora a gente sentia que o MEB abria a mente. Era tanto que muitos saíram e foram para cidade procurar estudo mais avançado. Enquanto na pastoral da família a dificuldade era o casamento, a traição, separações, não era a submissão das mulheres o pior que eu via, eram as traições.<sup>54</sup>

E mais uma vez o MEB mostra a que veio. O que os deixava entusiasmados era a leitura. Para eles, não só alfabetizava, também descortinava o mundo através das pastorais. Assim, favorecia o desejo de continuar a ler e escrever. Percebeu-se que era um universo grandioso e poderia trazer-lhes mais conhecimento.

O silêncio daquelas pessoas deixava Irmã Felícia inquieta, talvez seja a herança do mundo do opressor. Aquele dito popular, que é quase uma máxima: “o pouco com Deus é muito”, de certa forma faz com que, em certas situações, as pessoas achem que possuir uma casinha e um pouquinho de comida já é suficiente e, se forem lutar, podem perder o que já têm. Eram muitos os problemas relacionados por aquelas famílias. No entanto, no que diz respeito às questões familiares que causavam separações, brigas e desentendimentos, segundo os relatos principalmente das mulheres eram as traições de seus respectivos companheiros. E, diante da situação, elas esqueciam os problemas sociais vividos.

Nesse contexto, esperava-se que os maiores problemas apontados por aquelas mulheres fossem os estruturais, sociais e, no

---

<sup>54</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida, em 28 de agosto de 2017, em Ponta Negra-Natal (RN).

entanto, os problemas familiares recebiam reflexos dos verdadeiros problemas: a falta de emprego, de dinheiro e a violência, provocados pela ingerência política.

### 3.3 Filhas do amor divino em Nova Cruz – RN

Após a experiência do MEB com o programa escolar radiofônico e a pastoral familiar, a depoente recebeu outra tarefa solicitada pela Superiora Provincial. Dessa feita, não seria em Caicó. Seria, de fato, uma nova experiência, em Nova Cruz, pequena cidade do Rio Grande do Norte, que, segundo o IBGE (2010), tem pouco mais de 37 mil habitantes.

Em sinal de obediência, mesmo sendo apaixonada pelo MEB, Irmã Felícia disse sim à nova missão e com outras religiosas foi falar com o padre daquela Diocese.

Segundo Felícia, logo percebeu que era bom! E assim narrou:

Quando cheguei lá vi que era bom! Primeiro o padre perguntou: Tem alguém de vocês que quer trabalhar no Encontro de Casais com Cristo (ECC)? Aí eu disse: eu vou. E fui conhecer. O Padre Lucas está oferecendo uma vaga. Percebi que era um grupo. E parecia bom! O trabalho do ECC foi muito bom e com a grande experiência que eu tinha no MEB que, como já disse foi minha faculdade. Daí, fiz todo trabalho pessoalmente, conheci cada casal, cada família e me inseri muito na vida deles. Eu ia para as comunidades. Nas cidades que não tinha padre as tarefas eram divididas por área. Foi uma dedicação total. A cidadezinha de Nova Cruz atendia a três cidades que eram Lagoa Dantas, São Bento e Passe e Fica. Eram todas próximas e nossa casa era a secretaria. A alimentação era nas casas. Então esse momento que eu participava do meio familiar e à noite tinha a reunião comunitária. Era muito gratificante. A igreja era o local para o encontro. Mas o dia todinho era de casa em casa e sempre encerrava com a celebração da palavra e a reunião da assembleia.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida, em 28 de agosto de 2017, em Ponta Negra-Natal (RN).



Essas experiências só confirmam a importância da tarefa de evangelizar através das pastorais. A Igreja se voltou para a vida do pobre através desses trabalhos. E vê-se que mesmo sendo um trabalho comumente chamado de formiguinha, pode trazer grandes resultados. Os casais têm atendimento individual enquanto grupo familiar e, depois, encontro com a comunidade.

Nesse momento, que análise pode ser feita em relação à situação encontrada? Irmã Felícia, com muita clareza, responde:

Em Nova Cruz, como era na pastoral da família, também tive experiência de andar em cada casa, conhecer cada família e percebia que os problemas eram outros. As famílias eram mais unidas, organizadas, situação econômica relativamente melhor, ou seja, tinha um pedacinho de terra, cultivava a terra, a escola radiofônica foi a grande novidade. Mesmo sendo considerados pobres, eram mais arranjados. Porém, o grande problema era a falta de estudo. O analfabetismo era forte e conseqüentemente a falta de conscientização.<sup>56</sup>

Mesmo sendo uma cidade de interior, com predominância de uma população de baixa renda, de acordo com a entrevistada, não eram tão pobres de bens materiais, mas de conscientização política como um reflexo do analfabetismo. Com essas declarações entende-se a necessidade da escolaridade dessas camadas mais baixas, e um trabalho de conscientização com objetivos definidos.

Ainda sobre a experiência em Nova Cruz, Irmã Felícia diz que o ponto alto foi o Encontro de Casais com Cristo (ECC) e por solicitação do Bispo Dom Matias, que há 37 anos estava naquela localidade, foi trabalhar na Cúria Diocesana, afastando-se totalmente da pastoral em uma função que geralmente é assumida por padres e totalmente burocrática. Ficou lisonjeada por ser a 2ª mulher a receber o título de Chanceler, a 1ª foi do Ceará e a 3ª de João Pessoa e essa era leiga. Mas, ao ser questionada de como ficaria seu trabalho com os pobres, a pastoral e o ECC, respondeu:

---

<sup>56</sup>*Idem*

Acho que a Igreja estava me pedindo. É uma responsabilidade muito grande. A chancelaria é um cartório onde faz os registros. Quando uma Diocese fica sem o Bispo as outras funções ficam vacantes exceto o chanceler. Comumente preferem um padre. Eu já era Secretária de Dom Matias e quando ele saiu os padres acolheram minha função. Senti-me muito acolhida. Mas, eu tinha medo de ficar fria em virtude de trabalhar muito só com papéis. Passei 11 anos (risos). Há ... descobri que tinha ECC. Esse trabalho contribui para outras concepções. Abre a mente das pessoas. Devem lutar pelas coisas que eles querem. Mas é um trabalho que é preciso muito cuidado, porque é muito estruturado e eu tinha muito cuidado para não ficar bitolada ao livrinho amarelo, só naquilo. Então a gente abria, deixava claro que é um trabalho paroquial, puramente pastoral. Tinha muitos casais e isso atrapalha. Mas para alguns tinha que seguir. É importante que tenha gente para dizer que é preciso seguir outros caminhos.<sup>57</sup>

O que mais impressiona é a preocupação da entrevistada em assumir trabalho burocrático, mas por respeito, amizade e obediência à Igreja, o que ela concebe como “chamado”. Porém observa-se que algumas pessoas, assim como Felícia mesmo com toda obediência, não suportam ficar isoladas da realidade do mundo e lançam-se em tarefas paralelas voluntariamente, não para atender aos seus superiores, mas atender à sua vontade.

Em outro momento, o alerta que ela faz quando se refere ao “livrinho amarelo,” entendendo que é preciso ter cuidado para não ficar limitado, ou seja, deve estar atento à realidade dos casais, da região, do momento político vivido no Brasil e, mesmo tendo um plano a seguir, fazem-se necessárias algumas intervenções com convicção e autonomia, mesmo que encontre no caminho pessoas que tenham medo de desafiar, quebrar as amarras para buscar a tão sonhada libertação.

Quando a entrevistada insiste em dizer que “era preciso abrir a mente” que precisava ser crítico e refere-se basicamente à situação que era vivida no Nordeste. No entanto, as vítimas eram aquelas pessoas que acreditavam que toda pobreza decorria da falta de chuva

---

<sup>57</sup>Irmã Maria Felícia Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida, em 28 de agosto de 2017, em Ponta Negra-Natal (RN).

ou era Deus que permitia. Contudo, o trabalho dos religiosos e leigos que estavam envolvidos com as CEBs, segundo Andrighetti, trazia o entendimento de que:

Os fenômenos naturais atuam socialmente com uma clara seletividade e seus efeitos incidem em especial sobre o contingente despossuído - a massa de trabalhadores rurais. São trabalhadores sem terra, sem água, donos apenas de sua força de trabalho. Nos trechos menos férteis e de menores recursos hídricos, trabalhadores pobres tentaram desenvolver a produção de alimentos, em pequenas propriedades familiares que se tornaram as vítimas preferenciais da seca. Assim nasceu a pobreza no Nordeste. (ANDRIGHETTI, 2000, p. 18).

É visível que, nos anos cinquenta e nos subsequentes, sessenta, setenta e oitenta do século XX, a Igreja e as entidades religiosas traçaram caminhos que os levavam às comunidades de base, às cidades do interior, aos bairros periféricos, à zona rural e a outros lugares na intenção de ampliar a participação do povo e encaminhá-lo ao processo de inserção, através das pastorais que promoviam a conscientização e, concomitantemente, a educação escolar.

### 3.4 Pastoralistas do Nordeste para Brasília: religiosas e candangos

É fato que, principalmente nos anos Pós-concílio, as Congregações se depararam com religiosas que estavam vivendo um novo momento da Igreja Católica, que se refletia nas concepções dessas jovens. Todavia, vê-se que, principalmente na Congregação em pauta, FDC, eram algumas irmãs que se lançavam nas comunidades pobres, nas favelas, hospitais localizados nas periferias, nos orfanatos, na catequese e nos trabalhos nas dioceses. Para esse trabalho, destaca Nunes que:

A promoção de um movimento de “renovação”, que se desenvolve na Igreja do Brasil, especialmente após o Vaticano II, necessita da mobilização de amplo contingente de membros da instituição para ter mais eficácia e se expandir. As religiosas são convocadas pela

Igreja, para realizarem essa tarefa, o que vai contribuir para uma significativa mudança da imagem e do papel atribuído às freiras. (NUNES, 1985, p. 86).

Sobre esse deslocamento, foi entrevistada uma das religiosas FDC, que teve sua primeira experiência de pastoral numa área que apesar de ir além do espaço delimitado desta pesquisa (região Nordeste), foi pertinente ser apresentado, em virtude de que a Provincial e o Bispo do Rio Grande do Norte da época, acharam por bem enviar religiosas para o entorno de Brasília-DF, com o objetivo de atender aos nordestinos que chegavam aos milhares, conhecidos como candangos.

Torna-se necessário abrir esse espaço pela importância dessa experiência, visto que o público-alvo foi o migrante nordestino. É evidenciada a preocupação do Bispo de Natal e da Superiora Provincial da Congregação com a grande leva de nordestinos que estava indo em direção às obras da futura capital do país (Brasília).

Não se têm dados estatísticos que apontem a quantidade real de homens que deixaram suas mulheres, filhos e as famílias completas que saíram de vários estados da referida região, em caminhões chamados de pau de arara em busca de trabalho nas obras da futura capital.

Irmã Expedita Andrade conta sua experiência, que aconteceu no final da década 70 e início de 80, do século XX, no entorno de Brasília, mais precisamente na cidade satélite de Samambaia que, naquela época, estava em processo de formação. É salutar lembrar que as cidades satélites, geograficamente falando, são exatamente como os satélites, ou seja, não têm luz própria economicamente e, conseqüentemente, a condição de sua população é o inverso da que mora em Brasília.

Como cidade polo e administrativa, Brasília abriga em sua maioria representantes políticos que têm mordomias, ganham os maiores salários do país e são os que menos trabalham. É uma das formas mais nítidas das desigualdades econômicas e sociais. No

entanto, a situação que será relatada aconteceu no período da formação de Samambaia, cidade que, atualmente tem grande contingente populacional.

A entrevistada lembra-se de fatos com riqueza de detalhes e, por várias vezes, interrompe a fala quando se emociona ao lembrar a situação que vivenciou. Ao mesmo tempo, em meio às lágrimas, sorri ao relatar os resultados que foram alcançados:

O meu trabalho de pastoral foi na fundação de uma cidade que fica no entorno de Brasília chamada Samambaia. Na época o Bispo solicitou à Provincial algumas religiosas para receber e acolher as centenas de nordestinos que estavam chegando, por ocasião da fundação das cidades e abertura de empregos. O povo que chegava era simples, vivia nas favelas em Taguatinga (cidade satélite) e muitos dormiam nas ruas. O Governador Roriz queria tirar aquele povo daquela cidade. Daí começou a dar pequenos pedaços de terra para essas pessoas. Dizem que eram terras dele. E ele começou a colocar todo mundo pobre, em Samambaia. Ele dava um pedacinho quadrado de terra, eram apenas alguns metros de chão. A pessoa recebia, ia pra lá, cercava e ali ele dizia os dias que deveria ser construído o barraco, a casa. Eram uns 20 dias. Acho que um mês no máximo. Mas eles tinham que construir o barraco que podia ser de papelão, de lona, de madeira, de pau a pique... (tempo) era do que a pessoa pudesse ou quisesse. Havia uma predominância dos barracos de papelão e lona. Eram muitos de lona e de madeira também.

Essa situação vivida pelos nordestinos no Brasil Central, narrada por Irmã Expedita, é no mínimo desumana. Sabe-se que milhares de famílias foram para lá em busca de trabalho. Outros acharam melhor ir só o homem da casa, deixando filhos e esposa, levando a saudade e a esperança de um dia voltar. Não se sabem concretamente as estatísticas reais de quantos foram e de quantos voltaram ou permaneceram, nem quantos desapareceram ou morreram. O que foi contabilizado foi o número de cidades planejadas, a beleza da estrutura física da nova capital do Brasil considerada uma das mais belas e modernas do mundo.

No entanto, apesar do sofrimento de tantos, ainda hoje, Brasília continua sendo um cartão postal. Talvez isso tenha sido responsável

por tentarem manter os pobres afastados dos locais mais visitados. Dessa forma, esconderia a situação dos nordestinos e de outros que estavam lá, alimentando o sonho de dias melhores. A situação era tão avassaladora que a Igreja se voltou para aqueles pobres, no intuito de com eles trabalhar as pastorais a partir da sua chegada. Seria de forma bem singela, ou seja, a pastoral do acolhimento àquelas famílias, pois eram muito pobres e, entre tantas coisas, de bens materiais. Irmã Expedita continua narrando sua experiência:

Nós fomos pra lá. Era irmã Iaponira e eu. Fomos realmente para receber o povo, daí o Bispo deu uma casa pra gente ficar. Havia umas casas populares e ele deu uma dessas casas e a gente ficou. No início nossa missão todos os dias era receber aquele povo. A gente saía e ia para o terreno que as famílias estavam chegando. Elas traziam tudo que possuíam em cima de um caminhão e toda a família. Geralmente tinham um cachorro e um gato. Sim, os moveis eram um tamborete, um armário velho, umas panelas e era tudo que tinham e já vinham para ficar. Essas famílias eram nordestinas; eram quase todos. Do sul tinha alguns, mas a predominância era do Nordeste. A gente ia pra lá para dar apoio a eles e as máquinas não paravam de construir as estradas, as rodovias que davam acesso àquela região.<sup>58</sup>

Percebe-se que eram dezenas de famílias e apenas duas religiosas para trabalhar a pastoral partindo do nada. É interessante a atitude da Igreja em solicitar religiosas para receber aquelas pessoas, porém, com esse número tão reduzido, talvez não tivesse a abrangência desejada, mesmo com o esforço e a força de vontade das duas religiosas. Portanto, justifica-se a importância e a necessidade da participação dos leigos. Era o desenvolvimento sonhado do Brasil e evidenciado desde JK, que, em sua política, prometia que o país deixaria de ser rural, agrário e torna-se-ia urbano e voltado para a industrialização. Diante dessa política, reflete Andrighetti:

---

<sup>58</sup> Irmã Expedita Andrade, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação das Filhas do Amor Divino em Emaús –Parnamirim- (RN).

Até os anos 50, com mais da metade da população brasileira vivendo no campo, as cidades eram tranquilas [...] O marco da violência não se deu com a chegada do nordestino, o verdadeiro marco está no pretense “desenvolvimento” brasileiro. Dizia Juscelino Kubitschek em seu Plano de Meta: “Cinquenta Anos em Cinco”. [...] as cidades passaram a atrair migrantes [...]. Nas duas décadas seguintes a indústria brasileira continuou a crescer a passos largos, e a população das cidades, a miséria e o caos urbano também. Até os anos 70 a favela e o cortiço, a maneira mais econômica de se morar [...], no entanto após essa época a favela e o cortiço deixaram de ser uma transição para tornarem-se residência fixa de um elevado número de trabalhadores. (2000, p. 136-137).

Essa citação faz referência à situação vivida no país, principalmente pelos nordestinos, em que o espaço geográfico citado é a Região Sudeste, mas é também extensivo a outras regiões em menor escala pelo fato de não apresentarem o desenvolvimento da grande São Paulo. O então Presidente da República (JK), dentre tantas qualidades, era um sonhador de muita audácia. No entanto, proporcionou a industrialização e o crescimento desordenado do país, e grande número de analfabetos, pobres e despreparados para enfrentar as mudanças. Sobre as estatísticas dos migrantes, a religiosa Irmã Expedita, diz que:

Todos os dias anunciavam na televisão e na rádio o número de famílias que chegava para morar em Samambaia e a cidade foi ficando cheia. Mas era gente desse tipo. A gente participava de umas reuniões do Plano Piloto que era para as religiosas. E as outras irmãs diziam assim: “E vocês moram a onde?” E nós respondíamos. “Vocês têm coragem?” Temos. Eles nunca fizeram nada com a gente. Era porque naquele meio tinha ladrões, moradores de rua e outros. A gente vivia nas mãos deles. Todos os dias passava um ônibus e nós levávamos uma toalhinha para passar na cadeira que era cheia de pó, poeira vermelha de Brasília! Samambaia era vizinha a Taguatinga e tinha dois ou três ônibus fazendo essa linha. Nessa época tinha um salão que as pessoas da comunidade se reuniam. Era clube de mães dentre outras. Mas depois esse salão virou igreja. Aí apareceu um padre, era Monsenhor Melo que celebrava missa uma vez por mês e durante a semana nós religiosas fazíamos a celebração com o povo. Era gente de todo tipo. A nossa casa foi assaltada duas vezes e os

vizinhos viam. Eles levavam nossas sandálias, liquidificador e era assim. Levavam o que queriam<sup>59</sup>.

Aos poucos, o trabalho das irmãs foi adquirindo forma. Não se resumiu apenas em receber as pessoas. Foi um trabalho difícil pela situação das famílias que, a cada dia, iam chegando. Era o que se pode dizer extrema pobreza. Não pagavam pela terra, mas, com certeza, iam ficar devendo para o resto da vida, visto que o dono era político e candidato a reeleição. Notadamente, ao receberem o terreno, enfrentavam mais um problema: não havia uma política para que recebessem o material e pudessem construir sua casa em regime de mutirão. Assim, restavam-lhes lona, madeira ou papelão.

Nesse contexto, cabia principalmente à Igreja a tarefa de evangelizar. A pastoral teria que agir para minimizar aquela realidade. Dessa forma, segundo a entrevistada, foi organizado o primeiro grupo de Encontro de Casais com Cristo (ECC). “Foi o primeiro de Samambaia, o Monsenhor Melo, as famílias e nós.” Mas ainda que:

Depois foram surgindo as pastorais. Por exemplo, a gente fundou a catequese que não existia. Lembro-me muito bem que Monsenhor Melo dizia: “Vamos, Vamos...quem quiser ser catequista dê o nome a Irmã Expedita. Se quiser ser catequista não precisa muita coisa, basta fazer o sinal da cruz. Se souber fazer já pode ser catequista”.<sup>60</sup>

As pastorais começaram a assumir seus lugares naquela sociedade. Mas, em meio ao trabalho das irmãs, a preocupação da Igreja e a atuação do Monsenhor que, por falta de pessoas qualificadas, convidava voluntários da comunidade para a catequese, deixava claro que a exigência era saber fazer o sinal da cruz e isso constituía um grande problema. Era muito pouca a exigência para essa nova proposta da Igreja Libertadora, trabalhando as pastorais, vendo

---

<sup>59</sup> Irmã Expedita Andrade, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação das Filhas do Amor Divino em Emaús – Parnamirim-(RN).

<sup>60</sup> Irmã Expedita Andrade, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação das Filhas do Amor Divino em Emaús – Parnamirim-(RN).



prioritariamente a necessidade do pobre naquele momento. Para ele, o importante era a participação do leigo, mesmo não tendo grau de instrução e ou formação.

Mas Irmã Expedita diz que se preocupava e via que era necessário ter um breve conhecimento da proposta dessa Igreja, bem como ser sensível e crítico à situação vigente. Sobre essa situação e a luta contra a pobreza, busca-se explicação através das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, que:

Favoreceram a participação do leigo, simples, pobre, até mesmo analfabeto. Ele descobre sua importância dentro da Igreja. Alguns se tornam verdadeiros agentes de pastoral, animadores de comunidade, dirigentes de círculo bíblico. E essa participação do leigo implica também um maior compromisso com a vida do povo. E como esse povo vive na pobreza, e, algumas vezes, na miséria, segue-se necessariamente um processo de conscientização e organização do povo para lutar pela melhoria de sua vida. (LIBÂNIO, 2002b, p. 134).

Percebe-se que a preocupação maior era realizar, de imediato, os trabalhos propostos e, ao que parece, o Monsenhor seguiu a risca, visto que havia as CEBs. Destaca-se que em virtude dessa política, “as CEBs estavam iniciando sua vida em 1966 e, na década de 90, já são mais de 100 mil, envolvendo milhões de fiéis.” (LIBÂNIO, 2002b, p. 135). Sobre esse fato Irmã Expedita se coloca:

Diante desse fato eu fui trabalhando com os jovens, o padre e a Irmã Iaponira. Mas, a gente começou com aquele povo tão simples que muitas vezes eram analfabetos. Mas, fomos dar o nosso curso de iniciantes para catequistas com coisas bem simples, preliminares de uma catequese. Com o tempo o grupo de catequistas foi crescendo muito e, sendo necessário ministrar aulas em salas de aulas de uma escola.<sup>61</sup>

A proposta foi lançada e as religiosas logo pensaram em preparar o pessoal, mesmo que de forma simples e isso fez com que

---

<sup>61</sup>Irmã Expedita Andrade, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação das Filhas do Amor Divino em Emaús – Parnamirim-(RN).

outras pessoas fossem incentivadas a participarem também. Outros trabalhos foram surgindo através das FDC. Pois, além da catequese, a entrevistada ainda diz que:

Formamos grupos de casais e esses começaram a ajudar na Igreja, na parte liturgia. Formamos também o grupo de jovens, pastoral da criança era muito bom. E lá em Samambaia era aquele de pesar as crianças, fazer multimistura e, assim foram dois anos. Quando saí de lá estava quase uma cidade. Tenho até algumas fotografias da construção da Igreja, (risos) eu usando boné, mexendo com a terra e até hoje está lá.<sup>62</sup>

Vê-se que a equipe que representava a Igreja era muito pequena. Resumia-se em três, levando em consideração que o padre passava uma vez por mês ou quando participava das reuniões. Apesar de serem apenas duas irmãs FDC, com a ajuda de um padre, com a comunidade realizavam muitas ações. Conversavam com os casais, ajudavam a reconciliar, formaram grupos, desenvolveram as pastorais e ouviam as reclamações. Davam orientações e isso favorecia para que eles se sentissem sujeitos ativos. E, diante desse quadro, surge uma curiosidade acerca do comportamento dessa comunidade em relação à politicagem. E, de imediato, a entrevistada respondeu:

A politicagem não era feita por muitos, pois se resumia apenas em um. Era o Roris. Esse sim, era considerado o Deus deles. É o que havia dito antes, foi ele quem deu o pedaço de terra para construir o barraco. E Roris estava se candidatando para governador e ganhou. Lá, ninguém podia falar dele nem a gente, se não apanhava. Era mesmo um Deus para eles e quando ganhou foi a época que saí de lá. Hoje, Samambaia é uma cidade imensa. Tenho amigos que ainda me correspondo com eles.<sup>63</sup>

É triste constatar que, mesmo com a presença das religiosas, morando na comunidade, ainda vivenciavam a influência forte do poder que torna o pobre massa de manobra. As religiosas estavam

---

<sup>62</sup>*Idem*

<sup>63</sup>*Idem. Ibidem*

com eles, no meio deles. Contudo, com a ignorância e a dependência econômica, não foi possível uma conscientização política a curto prazo, em virtude de que a gratidão por terem recebido gratuitamente um pedaço de terra, por menor que fosse, era a certeza de que não seriam moradores de rua, sem teto ou sem casa. O barraco de lona ou de papelão, não importava o material, alimentava a esperança de um dia na próxima campanha política, receber material para construir uma casa de alvenaria.

Sobre essa pobreza, o Pontifício Conselho Justiça e Paz afirma:

A pobreza põe um dramático problema de justiça: a pobreza, nas suas diferentes formas e consequências, caracteriza-se por um crescimento desigual e não reconhece a cada povo “igual direito a ‘sentar-se à mesa do banquete comum’”. Tal pobreza torna impossível a realização daquele humanismo pleno que a Igreja almeja e persegue, para que as pessoas e os povos possam “ser mais” e viver em “condições mais humanas.” (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p. 253).

A presença das irmãs era uma ajuda à Igreja para melhorar a vida e as concepções daquelas famílias, para que se sentissem úteis e, assim, ajudassem no projeto da Igreja, reduzindo a ignorância, fortalecendo-se através dos grupos de jovens e de casais. Porém dois anos não foram suficientes para que as religiosas, Expedita e Iaponira, presenciassem o alcance dos objetivos, ou boa parte deles naquela comunidade. Foram transferidas, cedendo lugar para outras religiosas da mesma Congregação.

Mesmo em tão pouco tempo, Irmã Expedita faz uma breve análise daquela situação. Seu trabalho não se resumia em fazer visitas às casas. E lembrou que sua casa era de alvenaria, “muito pequena e simples, no meio deles. Eram nossos vizinhos”.

No espaço de tempo de dois anos percebeu que:

Um dos problemas sérios de lá eram as brigas de casais, ou seja, brigas seguidas de separação entre marido e mulher. Eles vinham pra mim! Como não tinha padres e eu era responsável pela pastoral de casais, geralmente me procuravam para conversar. Daí eles

contavam os motivos das brigas, pediam para eu ir até lá a casa deles porque estavam brigados. Infelizmente a maioria deles não tinha trabalho, literalmente desempregados e alguns viviam assaltando, esses faziam um barracinho de papelão ou de lona. Mas outros trabalhavam em Taguatinga, geralmente de pedreiro ou servente de pedreiro. Era por isso que tinha ônibus para que esses que trabalhavam se deslocarem. Nessas conversas a grande reclamação era o desemprego, a questão de saneamento básico que não tinha e demorou muito a fazerem. Então a gente morava dentro daquele pó vermelho, poeira mesmo! Brasília já estava lá, pronta! O problema estava em Samambaia que foi construída depois para os mais pobres. Mesmo com toda essa situação eles tinham perspectivas, esperanças de uma vida onde tivesse mais trabalho, emprego, estudo para seus filhos e na época ainda foi criada uma escola. Era onde eu dava catequese. Mas era muito difícil! Mas nem tudo estava perdido. Eu penso assim! Parte da minha vida (silêncio e emoção) pessoas que se doavam à Igreja, participavam dos encontros eu ajudava não em bens materiais, mas com conversa, conscientização. Acompanhei de perto a evolução de casais que ainda hoje vivem felizes.<sup>64</sup>

Essa análise, que Irmã Expedita faz, leva a entender como é fácil manipular o pobre. “A luta contra a pobreza encontra uma forte motivação na opção, ou amor preferencial, da Igreja pelos pobres.” (COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA, 2014, p. 253). A Igreja fazia a sua parte na questão dos casais, vista por ela como um dos grandes problemas, atrelado à falta de trabalho, cuja consequência era a delinquência e o mundo da marginalização. Ainda é uma situação atual, pois ainda estamos vivendo os reflexos dessa desigualdade social.

Chamam atenção as perspectivas daquelas pessoas que, segundo Irmã Expedita, em meio a tanta pobreza, reclamavam do saneamento básico e da falta de trabalho, mas era muito pouco para aquele estado de miséria. Não se visualiza que eles conseguiam correlacionar à situação que estavam vivendo em virtude da má distribuição de renda, ou seja, quem deu a terra a eles tem muito e ainda quer mais. Mesmo assim, são fiéis e gratos ao político e não o

---

<sup>64</sup>Irmã Expedita Andrade, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação das Filhas do Amor Divino, em Emaús – Parnamirim -(RN).

veem como parte do grupo opressor. A ignorância e esse tipo de fidelidade tornam-se fatores cruciais. Constituem verdadeiros obstáculos para os grupos de pastorais.

Diante desse contexto, convém citar um fato que aconteceu na década de 60 em uma fazenda de Minas Gerais com um grupo de estudantes politizados que, de acordo com Libânio (1995a):

Esses estudantes tentaram mostrar aos trabalhadores rurais que a situação de pobreza e miséria, na qual viviam, não se originava das condições naturais da terra ou clima, mas da exploração do fazendeiro. O povo os expulsou a pedradas, profundamente magoado por eles terem ofendido o seu patrão, homem tão bom e generoso. (*Idem*, p. 20).

Essa situação é apenas um fragmento diante das inúmeras que acontecem iguais ou piores no Brasil. Verifica-se que Libânio (1995a) também cita outro exemplo que aconteceu em um engenho, localizado em Pernambuco, onde a situação do povo era a mesma. No entanto, eram camponeses organizados e já tinham uma consciência política diferente, o que contribuiu para que eles, liderados por Zezé da Galileia, exigissem a desapropriação das terras pelo governo. Sabe-se que, numa situação dessas, as lideranças sofrem e, às vezes, são assassinados.

Diante dos fatos, pode-se citar, a título apenas de informação, o assassinato de Irmã Adelaide Molinari (2015), uma das Filhas do Amor Divino que ocorreu na década de 80, na Rodoviária de El Dourado do Carajás, quando aguardava o ônibus para voltar à casa das religiosas, em Curionópolis-PA. No momento, ela conversava com o delegado sindical dos trabalhadores rurais de Marabá, que foi assassinado posteriormente.

É uma realidade camuflada em virtude de que os donos das terras são homens de poder vestidos de sua Lei e Justiça. Os que têm coragem sabem que podem morrer, e em muitos casos preferem ficar calados. Irmã Adelaide é considerada Mártir dos Pobres da Terra, pois sua missão era organizar encontros com as mães, dar assistência às

crianças, às famílias e conscientizar aquele povo necessitado, sofrido e injustiçado.

### 3.5 Nem um pobre sem auxílio

Outras religiosas devem ser citadas, pois, independente do chamado direto da Igreja, dedicaram a vida ao trabalho com os pobres. Uma delas foi Irmã Crescência Valle, natural de Caicó que entrou para a Congregação das Filhas do Amor Divino, em 1943.

Como toda religiosa, foi transferida para várias cidades. Faleceu aos 81 anos, tendo prestado relevantes trabalhos para os mais necessitados, principalmente na sua terra natal (Caicó) onde morou por mais tempo. Em entrevista, o professor Aduino Guerra Filho (2017), sobrinho da religiosa, diz ter acompanhado sua tia para as periferias quando ainda era criança. Destaca que era um trabalho contínuo naquelas regiões de Caicó e arredores onde a pobreza era algo que chamava a atenção. Em seu livro, Aduino relata:

Sua vida foi totalmente devotada à pobreza e tinha uma inigualável capacidade de trabalho e organização. Na periferia das cidades, onde ela morou, catequizava e profissionalizava crianças, bem como organizava o clube de Mães. Era a Tereza de Calcutá do Nordeste. Seu Quartel General, em Caicó, era o Bairro João XXIII, numa localidade chamada Nova Jerusalém, vulgarmente conhecida como Baixa da Cachorra. Ali, ela coordenava os trabalhos de Catequese, Artesanato, no Centro Comunitário Dom Heitor de Araújo Sales, pertencente à Associação Cristã de Promoção Humana. Também, em Caicó, atuou nos Bairros: Nova Descoberta, Boa Passagem e Paulo VI. (GUERRA FILHO, 2016, p. 125).

Além dos trabalhos, com as pastorais citadas, outras religiosas trabalharam na pastoral da saúde e na de idosos. Essas fizeram opção para trabalhar diretamente em hospitais, destinados aos pobres, localizados geralmente nas periferias que só atendiam pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Sabe-se que algumas FDC também atuaram nas Santas Casas, mas a ênfase está para as atividades realizadas nos

postos de saúde, maternidade e hospitais localizados nas periferias de que elas participavam desde a reforma, construção, atuando como técnicas de enfermagem e enfermeiras. As irmãs que não tinham formação específica para atuar na saúde, estavam presentes nesses locais através das pastorais.

Um grande exemplo é Irmã Adelina, que atualmente está morando em Emaús, na Vila Santa Maria<sup>65</sup>. Ela não está executando nenhum trabalho em virtude da idade avançada e da saúde abalada, mas tem guardada, na memória, com muita lucidez, sua trajetória nos hospitais com a pastoral da saúde. E assim começou a Irmã Adelina a relatar:

Eu estava em Salvador fazendo um curso. Mas a Irmã Nivalda Montenegro que era a Provincial da época pediu para eu trabalhar em um hospital em São Gonçalo do Amarante-RN. Era 1973 e fiquei até 2008. Em São Gonçalo, minha antecessora havia feito um hospital, mas ainda faltava o acabamento. Eu tinha quase um lema: “Vocês sabem que a minha meta, a prioridade é os mais pobres. Dizia e fazia”. Percebi que era necessário fazer algumas benfeitorias no hospital. Então, foi construído um centro cirúrgico. Eu sofria muito, ficava angustiada quando aquelas mães ficavam chorando, sofrendo. Estavam para parir e às vezes sofriam demais. Nesse sentido comecei a interferir. Falava com os médicos e mostrava a eles que se não podia nascer normal deveria ser realizada a cesariana. Tinha que pensar dessa forma! Eu fazia isso porque alguns ficavam protelando. Você sabe? Era uma entidade filantrópica.<sup>66</sup>

A situação narrada por irmã Adelina, em São Gonçalo do Amarante, é real e bastante comum em nossos dias. O menos favorecido sofre com o descaso das autoridades governamentais e também com alguns profissionais que fizeram um juramento e, por

---

<sup>65</sup>Vila Santa Maria é um pequeno hospital que foi construído em Emaús, na Casa de Formação, localizada, em Parnamirim-(RN), destinado as religiosas FDC, que já estão em idade avançada ou com a saúde abalada sem condições de executar as atividades que lhe formam propostas por suas Superiores.

<sup>66</sup>Irmã Adelina do Santos-FDC: Entrevista concedida, em 27 de agosto 2017 na Vila Maria /Emaús – Parnamirim –(RN).

algum motivo ignoram e não cumprem. Nesse caso, eram os médicos. Diante dos fatos, Irmã Adelina resolveu pôr em prática seu plano de construir um centro cirúrgico. Como não tinha dinheiro e nem verbas para tal, saiu em busca de ajuda e começou uma campanha que ela afirma ter começado assim:

Fui pedir primeiro a minha família que não se negou e ajudou muito. Recebi também das pessoas de boa vontade e construí o centro cirúrgico. Não achei exagerado, não! Caprichei! Foi um centro cirúrgico de verdade, muito bom! Espelhei-me no de Salvador que eu havia trabalhado durante três anos. Mas, quando foi um dia chegou um médico para conhecer o espaço construído e fui mostrar. No entanto, ele disse: “Irmã, parabéns, viu? Mas quando a senhora foi construir acho que esqueceu que esse centro cirúrgico a população que mais vai utilizar é essa pobre com um centro deste?” Aí eu respondi com ênfase apurada: “Dr. foi por isso que eu caprichei, é para essa população mesmo! Na capital eles esperam muito tempo para se submeterem a uma cirurgia e esse é dos pobres, é deles!” Apesar de tudo foi concluído e então resolvi abrir as portas por um dia para aquela população conhecer e saber que podia utilizar.<sup>67</sup>

É comum no nosso país ver o descaso nos hospitais, postos de saúde quanto à estrutura física que é oferecida aos pacientes, bem como a quantidade de médicos para o atendimento de um grande público.

Outro grande problema é a forma de atendimento de alguns médicos que não têm a menor afinidade com essa clientela. Não é novidade serem divulgadas nos jornais, no rádio e na televisão notícias de médicos que não vão trabalhar, não atendem bem e, às vezes, que estão com salários atrasados. É um conjunto de problemas que a cada ano se agrava e, graças a essas pontes (religiosas), abre-se uma possibilidade de humanização. De acordo com Irmã Adelina, sua obra para os pobres ainda não estava pronta e para tanto continua dizendo que:

---

<sup>67</sup>Irmã Adelina dos Santos-FDC: Entrevista concedida, em 27 de agosto de 2017 na Vila Maria /Emaús–Parnamirim – (RN).



Depois dessa parte estrutural, comecei a verificar como era o atendimento dos funcionários com as pessoas. Não gostei de alguns e resolvi demitir. Tinha que ser. Aquele povo precisava ser bem atendido. Disso nunca me arrependi de ter feito! Meu trabalho era voluntário, pois, só recebia a alimentação. Mas tudo que precisávamos, recebíamos da Congregação, de nossa família e dos amigos. O hospital era muito pobre, mas nós pensamos em fazer e fizemos mesmo sendo uma comunidade pobre, paupérrima. Só recebíamos a verba do SUS, porém pelo que era feito foi elogiado até pelas autoridades governamentais, prefeitos e a governadora do Rio Grande do Norte quando proferiu discurso, dentre outras. Após 35 anos na administração e trabalho direto com aquelas pessoas da comunidade, principalmente os doentes e famílias, tive que ser humilde e reconhecer que precisava sair, visto que a saúde não permitia realizar aquele trabalho. Pois, entendia que administrar não era ficar numa sala. Como religiosa era também dar assistência aos doentes.<sup>68</sup>

É notável a abnegação dessa e de outras religiosas que trabalharam e ainda trabalham nesse hospital. Um fato que nos chama a atenção é que só com a verba que vem do Sistema Único de Saúde (SUS) e algumas ajudas, Irmã Adelina, como administradora, conseguiu fazer muitas coisas, sendo até elogiada pelos políticos da região, inclusive pela governadora da época. Considera-se que esses elogios, além de serem pelo resultado do trabalho que é executado, são também pela boa administração do dinheiro público, coisa que quase não acontece nos últimos anos. É um grande exemplo não só para o Rio Grande do Norte.

As FDC também enveredaram pela pastoral da saúde familiar com plantas da região. A princípio, ao observarem que aquelas pessoas que moram na zona rural, com pouca água e comida, comumente estavam desnutridas com problemas pulmonares além de verminose. À época, eram comuns tratamentos feitos à base de ervas, herança adquirida pelo povo brasileiro dos índios e dos negros.

Atualmente, o mundo se volta para esse tipo de tratamento fitoterápico que, apesar de ser mais demorado, é eficaz. Dessa forma,

---

<sup>68</sup>*Idem*

algumas religiosas fizeram cursos de manuseio desses produtos facilmente encontrados na feira e até mesmo cultivados por elas.

Para dar um verdadeiro testemunho da necessidade do pobre ter esse atendimento em casa, através das pastorais, da criança e da família, Irmã Emília Segunda, em entrevista, relatou parte da sua experiência em comunidades de base e a importância da fabricação de remédios fitoterápicos. E assim começou ela a relatar:

Fui morar em Serra Branca que era uma comunidade muito pobre e já havia outras irmãs do Amor Divino que moravam na Casa dos Pobres. Irmã Penha, Irmã Raquel, Irmã Luzia Gurgel e eu chegamos, digo Irmã Paulina e eu. A partir daquele dia, me lancei em trabalho de Pastoral da Criança. Não me contive ficar apenas naquele trabalho em Serra Branca, então me lancei para os lados de Campo Redondo, Lagoa do Meio na entrada de Campo Redondo (pausa) há... Serra Verde e todo mundo me deu apoio. Depois, ainda consegui realizar trabalho na Serra do Doutor, Malhada Vermelha e Serra Branca que foi minha primeira comunidade. Era um trabalho só com pobres.<sup>69</sup>

Esse depoimento de irmã Emília é notável. Como religiosa se dedicou inteiramente ao trabalho com os pobres. Ainda se salienta que, por sua conta ampliou o espaço geográfico de atuação nas pastorais não por imposição ou determinação de suas superiores da área a ser trabalhada e sim, uma escolha dela. Ela enfatiza que era jovem, com saúde, força de vontade e uma visão aguçada das necessidades daquela população.

Diante dos relatos, pergunta-se: o que contribuiu para que desenvolvesse esse tipo de trabalho? Com alegria e muita emoção refletida em seu semblante, respondeu:

Eu tinha uma experiência linda e profunda da região onde nasci e me criei. Lá trabalhava com pobres; com pobres mesmo! Era uma comunidade rural que desde os 11 anos de idade eu preparava as crianças para a Eucaristia. A cada dia, ia aumentando a quantidade

---

<sup>69</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação em Emaús-Parnamirim-(RN).

de crianças e as pessoas me convidavam, então ia. E assim fui entrando no terreno dos pobres.

As experiências de pastoral das FDC, na vida de Irmã Emília serviu para dar continuidade, o que havia feito quando jovem. Foi uma realidade absorvida quando era criança. Devido a sua experiência de vida foi solicitado que dissesse quem ou como era a vida pobre. Sem demora respondeu:

Os pobres não têm muitos meios para se aproximar das pessoas de posse, de poder. Elas são luxuosas e não vão chegar com a palavra de Deus para eles. Deus é reconhecido ali, na figura daquelas mãezinhas simples. É na figura do pobre!<sup>70</sup>

Ainda sobre a experiência de Irmã Emília com os pobres, ela diz:

Preparei uns meninos da zona rural para a Eucaristia! Eram tão pobres de bens materiais que nem bancos tinham para sentar em suas casas. Então como eu não tinha espaço para abrigá-los arranjava pedras e eles me ajudavam a colocar debaixo dos pereiros<sup>71</sup>. Assim a gente ficava na sombra.<sup>72</sup>

Vê-se que Irmã Emília iniciou sua caminhada com o povo pobre através da catequese. Quando alcançou a maioridade, já tinha tido experiências além da catequese: havia trabalhado em pastorais, era membro da Legião de Maria e presidente do grupo juvenil. Segundo ela, essa foi a preparação para ser religiosa. Sobre a escolha da Congregação, afirma que teve opção para escolher, pois teve o cuidado de ler sobre outras. Mas, a partir do nome Amor Divino, entendeu que esse amor era de Deus e realmente era essa a Congregação que queria. Após sua decisão disse: “Se eu quero viver o

---

<sup>70</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação em Emaús-Parnamirim-(RN).

<sup>71</sup>Árvore que faz parte da flora do Estado do Rio Grande do Norte

<sup>72</sup>*Idem*

amor de Deus, não preciso buscar em outra Congregação, eu me sinto muito fiel e seguirei na vida religiosa como Filha do Amor Divino”.

Ao chegar à Congregação, continuou fazendo leituras, principalmente do carisma da Madre Francisca. “Fui sempre voltada para a história dela, pois trabalhava com os ricos para dar aos pobres. Ela ia enchendo o coração deles de Deus na tentativa de que dessem aos pobres”. E ainda sobre a Madre fundadora afirma: “Com o tempo foram vendo que ela tinha contato com os ricos, sim! Não tinha meios para auxiliar os pobres e, assim continuava enchendo o coração deles de Deus!” E ela continua:

Foi por isso que eu me lancei na pastoral da criança e pensava nessa beleza da Madre em sempre trabalhar para os pobres. Eu nem sempre procurei o rico para me ajudar e os poucos que procurei nem sempre me ajudaram, ou seja, ajudaram o pobre. Enriqueci-me muito nesse trabalho, foram 13 anos na pastoral da criança. Lembro-me que Dom Heitor de Araújo Sales era o Bispo de Natal e me deu muito apoio. Todo trabalho de pastoral das crianças eu ia, me dediquei demais! Tinha época que ficava fora da comunidade religiosa durante uma semana inteira para poder acompanhar as famílias.<sup>73</sup>

Fica evidente que Irmã Emília, além da experiência vivida desde a infância, espelhou-se na Madre Francisca. Em momento nenhum se viu enveredando para outra ocupação em colégios ou outro trabalho longe das comunidades pobres. Constata-se também que o apoio de Dom Heitor foi fundamental para que as religiosas FDC trabalhassem na pastoral, dando apoio e incentivo, pois até solicitava às Provinciais que liberassem as religiosas para atuar nas comunidades de base.

À época, era muito sacrífico para as religiosas que trabalhavam nas zonas rurais ou nas periferias. Sobre esse fato, Irmã Emília lembra com certo saudosismo e alívio de missão cumprida:

---

<sup>73</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação em Emaús-Parnamirim-(RN).

Houve uma época que eu coordenava uma creche e não queria deixar meu trabalho de pastoral que havia começado. Para tanto, era preciso que arrumasse o horário. Então eu fazia os trabalhos de pastoral nos finais de semana a partir das sextas-feiras e retorna às segundas-feiras por conta do meu trabalho. Para chegar na hora eu aproveitava a carona de um carro que transportava as crianças. E dessa forma conciliava as atividades.<sup>74</sup>

Nota-se que não queria deixar o trabalho de pastoral mesmo tendo outra atividade para executar durante a semana, fato que podia justificar seu afastamento momentâneo das pastorais. Porém, mesmo com um horário corrido, não se afastou do que realmente a identificava como religiosa. Diante do exposto, ainda explica que:

Na época da pastoral morava na Fazenda Serra Branca, em Campo Redondo-RN. Era um povoado pequeno que foi fundado por Irmã Penha que já estava doente e Irmã Luzia Gurgel era Diretora tendo um braço forte que era Irmã Maura Gonzaga (Irmã Gonzaga) presidente da comunidade. Era interessante! Ela conseguiu construir uma casa para ela e mais 12 casas para famílias que não tinham onde morar. Eram seis casas de um lado e seis casas do outro lado para as 12 famílias. Elas viviam do que arrecadavam e só. Mas era um trabalho muito bonito. As irmãs davam assistência àquele povo que tinha atendimento, acompanhamento bem sério, reuniões sobre saúde, a vida e era de tudo, de tudo e até com as crianças.<sup>75</sup>

O trabalho das irmãs era realmente em situação de pobreza material, mas de muito boa vontade. Com a pastoral era possível acompanhar aquelas famílias, não só de assistência religiosa. Mesmo tendo uma pequena vila fundada por elas, também andavam em outras regiões vizinhas que apresentavam a mesma situação social, conforme já foi citado. Vale destacar que essa comunidade não existe mais. Pelo fato de terem sido vendidas, em 2010, as casas foram derrubadas e o terreno aproveitado para a criação de gado. Irmã Emília não sabe o paradeiro dessas famílias, visto que, à época, havia sido transferida.

---

<sup>74</sup>*Idem*

<sup>75</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017 na Casa de Formação, em Emaús-Parnamirim-(RN).

No intuito de saber mais detalhes sobre essa experiência, indagou-se qual o ponto forte nesses relatos? E ela responde que:

Eles passavam muita fome, necessitavam de alimentos. Não existia dinheiro para comprar medicação e foi por isso que me dediquei mais na fabricação de remédios de plantas e me candidatei para ser também agente de saúde. Fiz isso, porque só assim iria conseguir entregar remédios para eles que vinham da prefeitura. Essa foi a motivação além dos xaropes e lambedores que eu fabricava garantia em alguns casos a medicação da prefeitura. Havia caso que toda família precisam ser medicada. Dessa forma eu acompanhava, dava a comunhão aos domingos, dava assistência espiritual e Monsenhor Raimundo Barbosa ia celebrar uma missa mensal em Santa Cruz.

A pobreza material e política fazia com que a situação não melhorasse em curto prazo. Para que isso acontecesse muita coisa tinha que ser feita, mas não estava ao alcance das religiosas. Nota-se que tentavam de várias maneiras, mas, diante de uma situação extrema, não era fácil. Uma opção imediata foi a fabricação de remédios com ervas medicinais. Afirma a Irmã Emília que aprendeu com a mãe ainda quando criança. Depois, percebeu que poderia pôr em prática esse aprendizado utilizando ervas da região. Na maioria dos casos, era para doenças de útero e ovário, gripe, infecção e, segundo ela, houve casos em que foi constatada, cientificamente, a cura das pessoas. Sobre essa atividade que ainda hoje desenvolve, ela diz:

Onde eu me criei, as mães eram tratadas com esses remédios: mastruz, malva, hortelã da folha grande e pequena dentre outros e ainda se curavam também com as garrafadas. Minha mãe fazia muito! Então, no convento quando eu estava em Serra Branca, comecei a fabricar lambedor para as gripes das crianças e até servia para os pais. Alguns tinham até sinal de tuberculose. Em Campo Redondo, consegui uma cura, essa eu acompanhei a família inteira do princípio ao fim. Eles me disseram: “irmã não tem mais remédio de médicos que a gente não tenha tomado e não serve”. Foram seis meses de tratamento, quando acabava eu trazia

outro. Mas com seis meses estavam curados. Eu fiquei muito feliz! Curados e sem gastar nem um tostão!<sup>76</sup>

Essa atividade desenvolvida por Irmã Emília é importante, no entanto é quase inexistente. Não há uma política eficaz que torne esse tipo de pastoral um trabalho efetivo. Para tanto, seria necessário um acompanhamento intensivo dos envolvidos, local para o plantio e preservação das ervas, bem como pessoas com o conhecimento científico sobre o assunto e não só empírico. Apesar de ser um tratamento mais demorado, ele pode alcançar bons resultados.

Enquanto isso, a saúde pública continua sem atender às necessidades da população e, neste século, ainda há registros de mortes de crianças e adultos por problemas de saúde que aparentemente são simples, mas podem causar a morte quando não recebem tratamento adequado. A entrevistada e algumas religiosas continuam dedicando algumas horas do dia para o fabrico de remédios, a partir das ervas medicinais cultivadas por elas.

Dando continuidade à entrevista com Irmã Emília, também foi questionado sobre a presença dos políticos (e ou candidatos) na região anteriormente citada por ela. Essa preocupação é pertinente, tendo em vista ser a clientela que geralmente é visitada em tempos de campanha. É uma situação comum pelo fato de a população pobre ser considerada presa fácil para a compra de votos. Os excluídos comumente ficam alheios aos direitos que lhes são garantidos na Constituição do país enquanto cidadãos. Sobre essa situação a Irmã Emília respondeu:

O trabalho das irmãs enquanto Igreja era muito sério. Orientava-os também para que eles não vendessem o direito do voto. Eles precisavam saber escolher o seu candidato. Lembrava também, que favores todos eles fizeram e continuarão fazendo para aquelas comunidades. Então deveríamos votar em quem a gente achasse que deveria, sem vendas. E os candidatos iam e faziam palestra com o povo. Sim, mas nós também orientávamos os candidatos.

---

<sup>76</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação, em Emaús -Parnamirim-(RN).

Eles respeitavam as irmãs, o nosso trabalho e então eu não havia politicagem. A gente rezava com o povo e até com os candidatos pedindo a Deus para orientá-los. Nós deixávamos todos conscientizados! Só se fossem comprar escondidos!<sup>77</sup>

É de grande importância a inclusão do pobre por meio do esclarecimento, da formação de lideranças, do incentivo ao estudo; bons resultados são obtidos. Nesse sentido há, de fato, uma desproporcionalidade, ou seja, relativamente poucos acordam e saem do processo de acomodação. É difícil resolver porque as lideranças governamentais do país são muito espertas, e se preparam para enganar essas pessoas através de pequenas coisas materiais, como dinheiro ou promessas. No entanto, é o que naquele momento eles precisam. Então, por necessidade e alienação, rendem-se. Esse problema é bem retratado quando se percebe que,

Por incrível que pareça, o abuso de poder pode chegar a constituir uma cultura consolidada, quando traços culturais específicos se tornam instrumentos de manutenção de oligarquias e privilégios, como a reverência religiosa e mística, a gratidão ao assistencialismo do Estado, o apreço à autoridade forte, e assim por diante. É cotidiana a manipulação da consciência dos outros, e esta manipulação pode ser tão bem praticada, que o manipulado a torna conteúdo normal de sua rotina. [...] A vítima sequer chega à consciência de que é vítima. (DEMO, 1998c, p. 26).

É notável a participação da Igreja por meio das religiosas, nas pastorais. Dessa forma, há mais eficácia em relação ao processo de conscientização do povo do que nos sermões por vezes enfadonhos, proferidos nas igrejas. Essa questão de ser vítima sem perceber é uma constante como fruto do assistencialismo e da gratidão, principalmente quando se trata de saúde e alimentação.

É nesse momento que se tem de agir com rapidez. Todavia, conscientizar exige tempo. É um processo, enquanto o assistencialismo é imediato e, momentaneamente, atende ao

---

<sup>77</sup>*Idem*



necessitado. Esse atendimento torna-se dívida pela ambulância, por remédios, por cesta básica dentre outros.

Esse trabalho desenvolvido atende a todas as faixas etárias e proporciona um futuro melhor para as crianças e jovens.

A confirmação da eficácia aparece quando Irmã Emília diz:

As nossas orientações também eram extensivas às crianças. No caso delas eram orientadas para não deixarem os estudos. Era difícil porque tinha que subir e descer a serra todos os dias e isso era nada fácil. Mas, serviu! Tenho exemplo de mulheres que chegaram a ser professoras, estudaram em Natal, há outra que foi agente de saúde. Para aquela realidade isso é uma vitória!<sup>78</sup>

Conforme foi explicitado, há registros de bons resultados, mas pode ser melhor com um número maior de religiosas, bem como as condições necessárias para a realização dessas ações. Outro problema que foi verificado são as transferências das freiras, porém são normas e fazem parte da vida religiosa. Contudo, de certa forma, inviabiliza a continuidade de alguns trabalhos, pelo fato de que nem todas estão predispostas ao sacrifício extremo ou mesmo não têm saúde suficiente e idade adequada para a realização deles. Com Irmã Emília não foi diferente. Recebeu algumas transferências em sua caminhada religiosa e sobre esses trabalhos fragmentados ela diz:

Sempre me dediquei aos pobres em todas as casas que trabalhei. Ainda quando era noviça de segundo ano, trabalhei em Patos-PB. Era um bairro chamado Lagoa Salgada muito pobre e eram muitas crianças que precisavam estudar. Até desejei fundar uma escola, ia ser voluntária no contra turno. Mas infelizmente irmã Elza ficou com medo de não termos condições de dar continuidade ao projeto. Irmã Sophia também trabalhou lá. Ainda lembro que na Bahia trabalhei na periferia com crianças na catequese, eram vinte (20). Mas também me envolvi com as famílias dessas crianças e foi tão proveitoso que recebi mais vinte (20) delas. Então

---

<sup>78</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação em Emaús-Parnamirim-(RN).

trabalhava com elas aos sábados e domingos. Sentia-me feliz, mas só foi um ano!<sup>79</sup>

É possível que esse pequeno espaço de tempo em que as irmãs ficam nas comunidades a exemplo da entrevistada, possa prejudicar nos resultados, bem como a introdução de outros projetos. Mas, esse aparente problema não foi empecilho para ela, que ainda lembra:

Há...(pausa) passei um ano em Parnamirim. Em Caicó, com Dom Wagner em um centro que Dom Heitor tinha para trabalhar pastoral e para realizar encontros da Igreja. (Risos) Lá eu fazia a comida. No sábado eu ia com Irmã Cassiana a umas aldeias chamadas SOS. Era um local em que se dava assistência aos pobres. Exemplo: um casal adota dez crianças e vai dar assistência a eles com o apoio da Igreja. Então, às quartas-feiras íamos com professores do colégio (EST) e dividíamos em grupos de nove ou dez crianças. Eu ensinava muito que deveria estudar e trabalhar, pois o estudo sem trabalho e sem Deus não há felicidade, pois eles dignificam a pessoa humana.<sup>80</sup>

São muitas as experiências vivenciadas pela entrevistada e por outras citadas em sua fala algumas porque já faleceram ou não estão em condições de saúde para fazer parte desse estudo. Mas, nota-se claramente que são trabalhos importantes e alguns foram desenvolvidos por pouco tempo, tendo que começar ou dar continuidade em outra localidade.

Porém, por vezes, sem acompanhar os resultados do que foi feito anteriormente, apenas começam ou continuam em outra cidade ou estado. E, então, Irmã Emília diz que já está acabando suas experiências com os pobres, mas precisa relatar que ela acha que foi a mais importante: a comunidade mais pobre e sofrida onde trabalhou.

---

<sup>79</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Casa de Formação, em Emaús-Parnamirim-(RN).

<sup>80</sup>*Idem*

## Foi lá em Areia Branca-RN:

Morei em Areia Branca - RN, com Irmã Maria Helena Guimarães. Lá eu chorava todos os dias, por causa das pessoas que moravam à beira da lagoa. Todo mundo sentia o mau cheiro. A gente não podia nem visitar as pessoas, pois dava vontade até de vomitar. Todos nós sofriamos pelo desprezo que aquelas pessoas tinham e as lagoas também. Desprezo dos ricos para com os pobres! Eles só pensavam em dinheiro e esqueciam aquelas pessoas. Eu só passei um ano lá. Foi um trabalho, muito, muito cruciante. No ano seguinte fui trabalhar no Colégio Cônego Monte. Era também só periferia e só pobreza! À noite passava entre os maconheiros e nem sabia que eles estavam fumando a maconha, só depois é que soube já na metade do ano (risos), levava uma vasilha grande para distribuir comidas com os pobres. Saía do Cônego Monte e ia para um bairro chamado Areinha e daí eu passava distribuindo sopa nas casas que havia visitado durante o dia. Isso fazia sempre e os maconheiros nunca fizeram nada comigo! Quando eu passava, dizia “boa noite meus santos” e eles respondiam: “boa noite irmãzinha” (risos). Sempre falei muito no meio dos pobres e sempre me senti feliz!<sup>81</sup>

Nesse depoimento, o que chama a atenção é a situação vivida em Areia Branca, cidade bastante visitada por turistas pela grande produção de sal onde, a miséria é uma realidade. Em sua fala, a irmã mostra que havia preocupação com as pessoas e as lagoas também. No entanto, deixa clara a situação de miséria que é provocada pela falta de assistência àquelas pessoas.

Entende-se que há um pequeno grupo declarado rico que toma conta da situação exposta e nada faz. Dessa forma, vê-se a pobreza dos que vivem em área de risco de vida. Ao concluir, irmã Emília agradece e faz um breve relato de sua vida religiosa, dizendo:

Os meus trinta e cinco anos (35) de vida religiosa, sempre dediquei aos pobres. Quando estava distante fisicamente o sentido estava neles. Mas posso dizer que de todas as miserabilidades que eu vi e enfrentei diante do pobre foi em Areia Branca, a pior! E nós não podíamos fazer nada! Todas nós pretendíamos mudar! Mas não

---

<sup>81</sup>Irmã Maria Emília Segunda, FDC: Entrevista concedida em agosto de 2017, na Casa de Formação em Emaús-Parnamirim-(RN).

conseguíamos. Não posso mais fazer parte da pastoral da Criança em virtude da minha idade, pois exige muito, isso sei que não posso mais. Desejo ainda muito! Mas não tenho mais saúde. Não tenho mais!<sup>82</sup>

É triste ouvir de uma religiosa que passou 35 anos de sua vida dedicando-se aos pobres, relatar que a situação de Areia Branca foi impossível mudar naquele período até a década de 80, por ingerência política. Humildemente, rende-se e consciente diz que as condições de saúde aliadas à idade não contribuem para continuar. Diz que é hora de parar, mas ainda é uma voz que não cala diante das injustiças sociais.

Diante dos fatos, é notório que a pastoral da saúde é de extrema necessidade no Nordeste brasileiro. Sabe-se que, mesmo com todas as políticas públicas, é necessário que ela seja uma pastoral atuante. Nessa perspectiva, mais uma religiosa relata sua experiência com as pastorais. Desta feita a entrevistada é Irmã Ercília Ferreira Rodrigues que, aos oitenta e nove anos e com muita lucidez, também participa dando seu testemunho de vida dedicada aos trabalhos com os pobres.

A vida dessa religiosa foi um pouco diferente das demais e, por isso, deve ser destacada. Irmã Ercília, desde a sua Primeira Eucaristia, sentiu o chamado de Deus para ser freira. A partir do dez anos (10), foi morar no interior do Maranhão com seus pais, em um lugar em que não havia escola e ela ensinava as crianças mesmo sem saber muito. Observava as Irmãs de Caridade que trabalhavam no Hospital e aquele trabalho chamava sua atenção.

Como seus pais não aceitaram que ela fosse para o convento, alegando que era muito jovem, deixou passar algum tempo e, para não magoá-los, foi tentando de outras formas. Um delas foi falar com um padre que foi seu confessor e depois, pediu à Provincial para trabalhar no convento. Infelizmente, a resposta foi que não havia trabalho, só se

---

<sup>82</sup>*Idem*

ela quisesse ajudar a arrumar o ambiente das alunas internas. Era uma chance e ela aceitou!

Ainda considerada jovem, dedicou-se à vida religiosa. Fez parte da Congregação de Santa Catarina de Sena e estudou para o noviciado, no Recife-PE. Nessa Congregação também cursou o ensino médio, o técnico de Enfermagem e exerceu função de Técnica em Enfermagem nos hospitais: Ilhéus/BA, Itabuna/BA (duas vezes em Hospitais diferentes), Vitória da Conquista/BA, Tupã/SP, Herculândia/SP e Rinópolis/SP.

Mas não estava satisfeita, pois ainda procurava uma Congregação que tivesse um carisma que tocasse ainda mais seu coração. Em Salvador, trabalhando na catequese, conheceu Irmã Elza-FDC, que morava no Bairro Pirajá. A partir daquele momento, decidiu ser Filha do Amor Divino. E, em 1978, passou a desenvolver atividades com os pobres. É evidenciada pelos inúmeros trabalhos realizados a seguir:

Trabalhou no serviço de Evangelização com o povo em Pirajá, Parnamirim-RN, Tacima- PB, Sete Lagoas/MG (onde estudou Teologia), Araçá-MG (Trabalhou em Serviço Social pelo Município e atendia na Clínica de Tratamento Natural organizada por ela. Dessa forma conquistou a amizade do povo especialmente os pobres cuidando da saúde como Terapeuta em Fisioterapia e Terapia Corporal (CRT 36396). (PRONEVES,2013).

Foi sem dúvida uma grande experiência de vida que teve sequência na Congregação das Filhas do Amor Divino. Irmã Ercília apresenta uma diferença pelo fato de que sempre buscou o conhecimento, especializando-se no que pretendia desenvolver. Isso proporcionou que realizasse o trabalho de forma mais técnica, porém, humanizada.

Além dos hospitais, trabalhou com a pastoral da juventude, da família, da criança e do adolescente nas paróquias. Diante dessas informações, ela também relata algumas experiências com os pobres nas periferias:

Toda experiência da minha vida foi com os pobres. Embora uma grande parte em hospitais. Trabalhei muito com as mulheres. Eu sei que elas sofrem com seus maridos e também sei o que é a vida do pobre. Mas a mulher sofre muito mais. O homem sofre de ver a necessidade. A gente aprende demais com os pobres (risos) a gente por qualquer coisinha já faz um boi de fogo. Acostumaram a gente ter as coisas na hora. Aí a gente aprende a sofrer e vi o que realmente é sofrimento. Eu não sabia sofrer. Aí meu Deus! Vi o sofrimento e aprendi a viver de forma mais solidária. Você não sabe o lugar para ter mais pobreza e solidariedade. É no meio do povo pobre.<sup>83</sup>

Em Irmã Ercília, há uma grande diferença entre a intensidade da preocupação do homem e da mulher que sofre muito mais. Ela aponta a mulher como uma liderança e, assim, tem preocupação com o todo, desde a administração da casa, a formação dos filhos e o marido, ou seja, o homem é o dono da casa, o responsável pela família. Destaca o sofrimento do pobre como um exemplo de vida para outras pessoas. E dá a entender que a nossa sociedade, dita de classe média baixa ou alta, não sofre, relativamente falando.

Enfatiza, também, que, em meio à pobreza, existe solidariedade. E sobre essa solidariedade ela lembra um fato que certa vez,

Fazendo visitas sempre vi que a vida do pobre é uma vida de luta. Numa dessas visitas olhei a cozinha e as panelas estavam emborcadas. Quando eu perguntei a mulher, ela disse que não tinha nada, nada mesmo! Aí disse “a única coisa é esse cafezinho. Foi porque minha vizinha não tinha nada e eu dividi com ela o que eu tinha.” Então fiquei pensando na solidariedade e, é isso! Nós que temos muito mais, talvez não dividissemos. Eu não sei se eu tinha coragem para dar, se eu só tivesse duas colheres de café.<sup>84</sup>

Nesse exemplo, a depoente esclarece o que entende por solidariedade e enaltece que o pobre é de fato solidário. Ele se

---

<sup>83</sup>Irmã Ercília Ferreira Rodrigues, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Vila Maria, em Emaús - Parnamirim-(RN).

<sup>84</sup>Irmã Ercília Ferreira Rodrigues, FDC: Entrevista concedida, em agosto de 2017, na Vila Maria, em Emaús - Parnamirim-(RN).

sensibiliza com o sofrimento do outro que é igual ao seu. Dividir o pouco que se tem parece trechos da Bíblia e ou hinos que são cantados na igreja, sendo um dos mais conhecidos “as mãos mais pobres são as que mais se abrem para tudo dar”.

Nesse sentido é a visão teológica do pobre que é muito bem retratada em Lucas (21,1-4) em, O óbolo da viúva.

Levantando Jesus os olhos, viu vários ricos que lançavam as suas oferendas no gazofilácio. Viu também uma viúva pobrezinha, que lançava duas pequenas moedas. E disse: Na verdade vos digo que essa pobre viúva lançou mais que todos os outros. Porque todos esses fizeram oferta a Deus do que lhes sobejava; ela, porém, deu da sua mesma indigência tudo o que tinha para viver.

Essa é uma das formas que os textos bíblicos apresentam sobre a figura do pobre como uma pessoa não ambiciosa. Fazendo uma correlação com o cotidiano, ora apresentado, testemunha-se essa partilha que é peculiar na pessoa pobre, pois a riqueza está nas suas ações. Porém, não pode; por isso, lhe serem negados seus direitos. Nesse contexto, a Igreja tem uma função ímpar de apresentar a figura do pobre com força para lutar, sem desistir e sem ser manipulado.

Essa situação de pobreza no país, na América e no mundo causado pela má distribuição de rendas, desemprego e desigualdade social, dentre outros fatores, a cada dia contribui para aumentar o número de pobres nas estatísticas e dá mais empoderamento aos ricos, fato que reflete no crescimento da exclusão social. Dessa forma, não é por demais citar alguns pontos que merecem destaque como enfatiza Demo:

A carência material é casca externa da desigualdade social, cujo cerne está na “pobreza política”; tal reconhecimento seria suficiente para perceber que o combate à pobreza não passa em primeiro lugar pela assistência, mas pela reinvenção da cidadania do excluído; a hipostasia da assistência está na base da expectativa saudosista de um novo Estado Protetor e que não passa de reação apavorada diante de um problema que nos acabrunha em todos os sentidos; novos termos (novo Estado Protetor, nova questão social, exclusão social, pobreza desqualificante) ajudam a pelo menos

insinuar que estamos conceituando melhor o mesmo problema, mas que não estamos conseguindo dominar.(DEMO,1998c, p. 34-35).

A questão da exclusão social não se esgota apenas com a discussão dos fatos citados. Ela vai muito além, é ampla e essa dimensão tem efeitos explícitos e implícitos que só tendem a dificultar o cerne do problema e todos os envolvidos. Sabe-se que é a dinâmica apresentar várias faces, ou seja, perspectivas que tendem a mudar conforme a própria situação vigente e as concepções.

Diante dessas questões, o trabalho de pastoral parece ser de grande valia. Através dele, vê-se a participação dos leigos junto às religiosas nas comunidades e nas igrejas com a certeza de que as propostas do Concílio Vaticano II poderão ser postas em prática de forma intensiva. Essa abertura para a participação dos leigos pode garantir a continuidade e a expansão dos trabalhos de pastorais nas paróquias, principalmente nas áreas periféricas, dando uma condição diferenciada, em virtude das novas ideias e concepções de mundo.

Nesse sentido, faz-se referência às paróquias junto aos religiosos que têm uma grande responsabilidade sobre essas questões em pauta. A Igreja do povo que se propôs libertar não pode contribuir com a dependência política e econômica que existe no país. O problema da moradia e do desemprego é crucial e, após os anos 70, são relatados por Celso Furtado em entrevista ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando, responde sobre o referido assunto.

A partir dos anos 70 do século passado, o viés tecnológico assumido pelo setor industrial, submetido à crescente concorrência internacional, traduziu-se em forte declínio na criação de emprego. Este é um dos motivos pelos quais o Brasil enfrenta atualmente um problema social de gravidade excepcional. [...]Tem sérias repercussões negativas, especialmente no perfil social, porque o Brasil cresceu muito mas, no essencial, não se transformou. Por exemplo, é crescente, em números absolutos, a massa de população subempregada ou desempregada. [...]. O Brasil é um caso à parte e os problemas sociais se agravam a cada dia. Esse é o



problema a ser enfrentado, a ser discutido pelos governantes. O governo que não enfrentá-lo de verdade terá falhado na política de desenvolvimento. Desenvolvimento no Brasil, hoje em dia, é essencialmente solucionar o problema social. O subdesenvolvimento cria um sistema de distribuição de renda perverso, que sacrifica os grupos de renda baixa. [...] O processo competitivo da economia de mercado exige a seleção dos mais fortes, e os que vão passando na frente concentram a renda. Essa tendência pode ser corrigida pela ação das forças sociais organizadas, que levam o Estado capitalista a adotar uma política social. (FURTADO *apud* BRASIL, 2006, p. 16).

A situação é real, antiga e ainda atual. Essa análise de Furtado apenas afirma o que se está apresentando quanto às questões que afligem o povo brasileiro. Contudo, há um órgão de grande abrangência, que é a Igreja, que também pode atuar como a voz do povo junto ao governo. Ela tem dois grandes pilares: a fé e a razão.

Nesse contexto, ressalta Silva (2015, p. 18 - 19) que tomou por base o Compêndio da Doutrina Social da Igreja e afirma que “tem as funções de anunciar a visão integral da pessoa humana e da sociedade. Cobrando e orientando a formação das consciências, e de denunciar o pecado da injustiça, da violência e as grandes questões sociais.” Dessa forma, entende-se que deve assumir esse papel social, visto que todo ser humano, independente de classe, raça, sexo ou etnia, é um ser social por natureza, carecendo esse olhar não só pela fé e pelo amor a Deus, mas também pela razão.

A pastoral, como foi citada no início deste capítulo, é a “Igreja em marcha”, pois deve estar sempre caminhando ladeada do povo, contando com religiosos e leigos, nas pastorais, nas escolas católicas, na diocese e nas comunidades, praticando a “doutrina social”. Esse propósito não é algo novo, visto que, segundo Alves (2014, p. 16), o termo “caridade social” foi introduzido no vocabulário da Doutrina Social da Igreja em 1931, pelo Papa Pio XI, na Encíclica *Quadragesimo Anno* (n. 88) “e assim sucessivamente mesmo que em algumas situações mudou-se o termo por outro similar ou de melhor compreensão e maior abrangência.

“Caridade social”, “solidariedade” e “justiça social” foram termos que deram margem a várias discussões e entendimentos, pois era necessário discutir as questões sociais e econômicas, temas que envolvem a sociedade e a justiça. E nesse contexto foi constatada a atuação das pastorais através dos documentos do Conselho Episcopal Latino Americano - (CELAM).

No intuito de ilustrar as afirmações citadas, convém apresentar fragmentos das crônicas das FDC, que bem apresentam esses trabalhos na década de 60 do século XX. Em 1965, há afirmações de que as irmãs do colégio de Patos, na Paraíba, realizavam pastorais, inclusive a carcerária, que é pouco referenciada em suas crônicas.

Durante todo o ano foi dada assistência aos presos da penitenciária local por Irmã Maria Alice Gomes. Além do apoio moral, foi organizado o movimento da Páscoa Coletiva e Natal, havendo na cadeia missa e distribuição de presentes. Foi também durante o ano distribuído víveres e roupas para os pobres, mediante ficha de inscrição no então reorganizado “Banco da Providência”. Este trabalho foi entregue à Irmã Maria Geórgia Furtado. (COLÉGIO CRISTO REI, Livro de Crônicas nº 01, 1965, sn).

Havia, portanto, trabalhos realizados antes da conclusão do Concílio. Percebe-se que as religiosas que estavam morando nos conventos e também se dedicavam às pastorais, mesmo entendendo que as atenções estavam voltadas para as atividades educacionais. No entanto, só algumas irmãs eram designadas para esse tipo de atividade. Ao que parece, havia organização e acompanhamento das famílias, visto que, na citação, foi evidenciado que havia ficha de inscrição do Banco da Providência.

O 1º Livro de Crônicas do Colégio Nossa Senhora das Neves (1932-1969) faz referência à preparação das irmãs para atuarem na pastoral.

Em Ponta Negra, houve um curso de Teologia Moral do qual participaram 7 irmãs nossas que atuam em paróquias. [...] fizeram o curso no Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC): Irmã Clemens, Irmã Cristófora, Irmã Rosalina, Irmã

Miquelina, Irmã Dionísia e irmã Hildeberta. Fizeram curso de Teologia em Fortaleza: Irmã Cândida, Irmã Rogéria e Irmã Ligória. [...] iniciou um curso sobre “Renovação” no Colégio das Neves, do qual participaram as comunidade de São Gonçalo, Aratuba e das Neves. 1968, p.76).

Esses cursos e encontros citados, certamente não aconteceram apenas por iniciativa das religiosas. É possível, que tenham sido reflexo da conjuntura social, política e religiosa que estavam vivendo. Para intensificar a opção pelos pobres, através das pastorais, eram, de fato, necessários estudos específicos. A preparação para ser religiosa e a vivência em comunidades não davam subsídios suficientes para que elas atuassem nas comunidades pobres.

Vale ressaltar que as CEBs foram sem, referência para tal ação, pois trabalhavam de forma prática as ações concretas com o público-alvo. Não obstante, os cursos de Teologia e Pastoral Catequética intensificavam, de forma teológica e científica, os conteúdos abordados. De acordo com algumas irmãs, que foram entrevistadas ou em conversa informal, não mediram esforços para enaltecer algumas religiosas que se dedicaram às pastorais como: Irmã Clemens e Irmã Áquila, consideradas por Irmã Expedita e Irmã Fátima, as pioneiras, bem como o trabalho de Irmã Marcília Magalhaes Sales, em Pirpirituba que chama atenção das demais religiosas, e seria melhor detalhado no próximo capítulo.

Nas Crônicas do então Colégio Cristo Redentor, de Palmeira dos Índios, em Alagoas, em 1967, consta uma informação solta, sem minúcias, sobre a pastoral (p. 49): “por iniciativa da Diocese, realizou-se nesta cidade, uma jornada Catequética Pastoral, dirigida pelo Pe. Ramon Garcia e da qual participou a maioria da comunidade.” Essa afirmação aponta que as religiosas estavam participando dos encontros ofertados pela Congregação ou pelas Dioceses das quais faziam parte.

Em 1969, há referências nas Crônicas do Colégio Nossa Senhora das Neves acerca de uma experiência no Centro Social Cônego Monte (Natal) e em Itapoã (Salvador), porém, não se

esclarece do que se trata, nem qual era a experiência nessas residências que trabalhavam com pastorais.

Ainda neste mesmo ano

De 16 a 17 de maio houve um encontro das coordenadoras das paróquias de Areia Branca, São Gonçalo e Mossoró, nesta cidade. Foi feita uma apresentação dos trabalhos nas diversas atividades, como sobre a Pastoral das Massas, Evangelização, Liturgia, Serviço Hospitalar, Catequese, etc. (COLÉGIO NOSSA SENHORA AS NEVES. Livro de Crônicas, nº 1, p. 76).

Ao fazer uma breve análise sobre a citação, nota-se que houve várias atividades em curto espaço de tempo para as religiosas da Congregação em estudo, cujo objetivo era o de intensificar e aprofundar as diversas formas de conduzirem suas atividades com o povo, fora dos muros dos conventos. Não é demais citar que, nesses escritos, há muitas referências à presença, além da Superiora Provincial, de autoridades eclesiais de grande importância naquele contexto, ministrando encontros, retiros, palestras e cursos, a exemplo, do Bispo Dom Manoel Tavares, do Arcebispo Dom Nivaldo Monte, do Padre Heitor de Araújo Sales e de Dom Aloísio Lorscheider, então eleito Secretário da CNBB.

Outras religiosas que não foram entrevistadas, também desenvolveram grandes trabalhos pastorais nas comunidades, a exemplo da Irmã Maria do Socorro Medeiros Dantas, que fez vários cursos na formação das áreas de família e direitos humanos, temáticas em que ainda continuam atuando. Atualmente, ela está concluindo Mestrado em Sistemas Alternativos de Resolução de Conflitos e ministrando cursos na respectiva área, principalmente em Perdão e Práticas Restaurativas para Lideranças Comunitárias de Família, dentre outros.<sup>85</sup>

Cabe também citar os trabalhos de irmã Francisca Canindé Câmara de Melo que é pedagoga, trabalha na pastoral dos surdos, geralmente na paróquia em que sua escola está inserida, além de

---

<sup>85</sup>Dados da autobiografia de Irmã Socorro Dantas, publicado no site da PRONEVES.

outras atividades relativas, como Ensino Religioso, Catequese e trabalhos em outras paróquias, quando solicitada.<sup>86</sup>

Nesse contexto, tem evidência o trabalho de irmã Hermenegilda Wanderley de Sousa, hoje com 85 anos, que se dedicou à educação, ministrando aulas. Mas, deixava um pouco do seu tempo para trabalhar a pastoral com as irmãs Maria Augusta Vieira e Maria Bernadete Medeiros, com as crianças do Cônego Monte e Paróquia Nossa Senhora da Guia.<sup>87</sup> Outra religiosa é Irmã Maria Gilvanete dos Santos que estudou Teologia e, segundo os dados autobiográficos diz que o curso “contribui com o processo de agentes pastorais e outros, consolidando a formação espiritual e doutrinária do Povo de Deus.”<sup>88</sup>

Uma religiosa que, apesar da idade avançada, continua em plena atividade é Irmã Maria Judith Vieira de Farias, com qualidades ímpares, muito estudiosa, conectada às redes, que após várias atividades, inclusive pastorais, recebeu a incumbência, em 2009, de ir aos Estados Unidos, onde as FDC têm casa (província de São José), para apresentar sua experiência com a pastoral da juventude e a pastoral vocacional. Convém ressaltar que ela também é fundadora da Associação dos Filhos e Filhas do Amor Divino que é formada por religiosas e leigos, movimento que também realiza várias pastorais até os dias atuais.<sup>89</sup>

Ainda pode ser destacada a Irmã Maria Amália Carlos de Moraes, que faleceu em 2012, aos 90 anos e teve sua vida dedicada aos pobres. Na década de 1940, já se dedicava aos órfãos do Educandário Oswaldo Cruz. Na mesma década, foi transferida para o Rio de Janeiro, onde trabalhou com várias pastorais, retornando ao

---

<sup>86</sup>Dados da autobiografia de Irmã Francisca Canindé Câmara de Melo, publicado no site da PRONEVES(2013)

<sup>87</sup>Dados da autobiografia de Irmã Hermenegilda Wanderley, publicado no site da PRONEVES(2013)

<sup>88</sup>Dados da autobiografia de Irmã Maria Gilvanete dos Santos, publicados no site da PRONEVES (2013)

<sup>89</sup>Dados obtidos pela autobiografia de Irmã Maria Judith Vieira de Farias, escrita em 2013, publicada no site da PRONEVES no mesmo ano.

Nordeste. De 1966 a 1973, trabalhou com a pastoral da saúde, em São Gonçalo do Amarante-RN, onde construiu o Hospital e Maternidade Belarmina Monte.

Quando não havia ainda o Hospital, as pessoas eram atendidas na Casa Paroquial e ela conseguia os médicos para o atendimento e a doação de remédios. Ainda nos anos de 70 a 74 e 78, dedicou-se à população pobre de Areia Branca, principalmente os que moravam no bairro Baixa Maré, que pelo nome se pode notar que era região onde os moradores sofriam com alagamentos constantes.

Apesar da situação, através da pastoral, fez mutirões para a construção de casas em lugares seguros, dando uma condição de vida mais digna aos que há muito sofriam. Para tanto, contava com apoio de senhoras (leigas) que também evangelizavam e a ajudavam nessa missão. A prefeitura doou o terreno, carros com barro e areia para que os tijolos fossem feitos pelos moradores. Nesse propósito, a Diocese de Mossoró também deu sua contribuição. Irmã Amália, retornou a São Gonçalo e continuou o trabalho de mutirão de residências naquela localidade sem esquecer a pastoral da saúde e o hospital.

Nos anos 80, a irmã Maria Amália foi transferida para Areia Branca e continuou a construção de mais residências. Sempre muito ativa, apesar da idade um pouco avançada, até seus 90 anos manteve-se em plena atividade em favor dos pobres. Entre 1986 e 1990, coordenou várias pastorais: em Pedro Velho- RN; em Parnamirim, em 1991 e 1992, seguindo para Nova Cruz até 1994, ficou à frente do Centro Bíblico e na pastoral dos doentes. Logo depois foi morar em Emaús, na Vila Santa Maria onde, posteriormente, faleceu.<sup>90</sup>

De acordo com a autobiografia de Irmã Áquila Vieira de Lucena, o Concílio Vaticano II contribuiu para despertar em seu íntimo alguns sentimentos e inquietações. Com isso, afirma que era necessário “romper com tudo o que me prendia em uma Vida religiosa

---

<sup>90</sup>Dados da biografia de Irmã Maria Amália Carlos de Moraes escrita por Irmã Adelita Ferreira, Secretária das FDC, publicada no site da PRONEVES(2013)

que clamava por “RENOVAÇÃO”<sup>91</sup>. Mais uma vez a palavra renovação aparece como se fosse o sinônimo da inquietação que, diante da situação peculiar à década de 60, contribuiu para a participação em encontros do Movimento por um Mundo Melhor, dando ação aos seus anseios.

Pode-se notar que é uma mulher de muita capacidade de interpretação, pois logo compreendeu que “a Igreja começava a acionar essa força viva que eram as religiosas, colocando-as a serviço do povo de Deus”. Porém como professora que era e coordenadora do curso científico do Colégio Nossa Senhora das Neves (CNSN), em Natal, não foi liberada para se dedicar ao trabalho de campo, nas paróquias e nas pastorais, naquele momento que a Igreja clamava.

No entanto, continuava inquieta e atenta a alguma oportunidade que, por ventura, aparecesse e pudesse participar sem atrapalhar suas atividades educacionais. Dessa forma, continuava acreditando que poderia fazer algo pelos que clamavam por justiça. E, assim, contando com suas alunas surge uma oportunidade, que

Foi a mobilização de todas elas, como voluntárias, para um trabalho de final de semana em São Gonçalo do Amarante-RN, partindo para a evangelização nas ruas, quase sempre à noite, realização de Lucernários ou Oração da Noite, Estudos Bíblicos, enfermagem domiciliar, visitas aos doentes e atendimento ambulatorial num postinho improvisado, ajudados que fomos pelos acadêmicos de medicina, alguns deles namorados das minhas alunas. No campo educacional, dispuseram-se elas a se tornar Monitoras da Escola Noturna para empregadas domésticas no CNSN, à noite, a fim de que “no mesmo banco em que elas, as alunas, se sentavam, pudessem também sentar-se a sua empregada...”, para que fossem alfabetizadas, preparadas para os sacramentos... Era tudo o que pude conseguir para não ficar presa ao trabalho escolar, para dedicar-me ao apostolado direto, preparando assim a minha libertação total para a evangelização.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup>Termo destacado pela depoente

<sup>92</sup>Depoimento de Irmã Áquila Vieira de Lucena (FDC), contido em sua autobiografia, publicada no site da PRONEVES(2013).

Foi de fato opção de trabalhar pelos pobres, atendendo às propostas da Igreja, oriundas do Concílio. Naquele momento, mesmo com boa vontade de renovar, era quase impossível ter dedicação exclusiva, visto que como excelente professora a prioridade estava em suas aulas no curso científico. Sua opção poderia significar quebrar as barreiras e ir a campo. Porém, mesmo diante das dificuldades, decidiu ir ao encontro dos pobres, mesmo que de forma parcial, ou seja, nos finais de semana.

Dessa forma, ia conhecendo melhor a comunidade, entendendo suas necessidades e seus anseios, pois sabia que podia contar com suas alunas. A participação delas foi uma forma de fazer com que aquelas jovens de classe média e alta percebessem o outro e, de forma simples, ajudá-los principalmente na educação e na saúde.

Enquanto a superiora não atendia seu pedido, continuou por um período realizando os encontros nos finais de semana. Mas, na proposta de expansão da Igreja em regiões suburbanas que deixava as religiosas responsáveis por paróquias, surgia uma chance de poder realizar seus desejos. Havia um grande projeto para a região de Salvador. À época, Dom Eugênio de Araújo Sales era o administrador que logo fez um convite para que as irmãs FDC assumissem uma paróquia da periferia daquela capital. Era em Pirajá e o projeto constava de evangelização e animação pastoral da área suburbana até Simões Filho-BA. Dessa forma poderiam ser desenvolvidas as CEBs.

O pedido foi aceito. Em Pirajá, encontrou-se com Irmã Clemens, que já estava à frente das atividades. Os resultados foram positivos, a paróquia cresceu servindo de exemplo para outras. Diante dos fatos, foi aberto como campo de estágio para alunos do Instituto de Pastoral Catequética (ISPAC). Atualmente, Irmã Áquila encontra-se no Colégio Cristo Rei, em Patos-PB. Ainda, em Salvador, pode ser registrada a presença de Irmã Zélia Batista de Araújo, que, em uma breve entrevista, destacou a importância do Centro de Treinamento de Líderes de Salvador. Irmã Zélia explicou que o Centro de Treinamento de Líderes foi fundado pela Arquidiocese de Salvador, através de Dom Eugênio de Araújo Sales que, como norte-



riograndense e conhecedor dos trabalhos já executados ao longo dos anos, escolheu as Filhas do Amor Divino para ficar com a administração e tiveram oportunidade de desenvolver a pastoral do acolhimento, que funciona até os dias atuais.

Quanto à Irmã Clemens, citada no parágrafo anterior, encontra-se na Vila Maria, em Emaús, ainda realizando algumas atividades básicas. Convém enfatizar que deu grandes contribuições nos trabalhos pastorais para as Filhas do Amor Divino.

Todas essas décadas citadas foram marcadas por mudanças internas, em virtude de que aconteceu o Capítulo Geral Extraordinário das FDC (1968), encontro que sempre traz reflexões, estudos e atualizações necessárias. Esse Capítulo, especificamente, teve como objetivo renovar as Constituições, de acordo com o espírito do Vaticano II. Nesse contexto, além de estudos e discussões específicas da Congregação, há também atualizações, propostas pela Igreja, essa que é responsável pela atualização do mundo de suas religiosas. Para tanto, o estudo, a criticidade e a atualização podem contribuir para que a missão e o carisma de sua Madre fundadora, confiados às suas filhas religiosas, possam ser postos em prática, atendendo ao ponto crucial: “a opção pelos pobres”.

No entanto, não é tão simples, em virtude de que as religiosas deveriam estar a serviço das comunidades. Mas, como isso poderia acontecer? Geralmente, iam ao encontro dos pobres alguns dias na semana, fato que podia gerar algum desconforto no convento em virtude de horários e da intensidade da assistência requeridas por comunidades. Diante da situação, era necessário estarem no meio dos pobres.

Dessa forma, as Filhas do Amor Divino, objetivando aproximar-se das comunidades assistidas, começaram a fundar residências, afastadas do centro onde estavam localizados os grandes colégios e até mesmo em outras cidades do interior, atendendo às solicitações do Bispo ou de um padre que apontava uma situação de risco para aquela população carente que logo era apresentado à Provincial, solicitando as providências.

Após ter discorrido sobre as pastorais, entendendo como uma grande ação para as Filhas do Amor Divino e para a Igreja serão abordadas, no próximo capítulo, as pequenas comunidades de inserção, alimentadas pela solidariedade. Para um melhor entendimento acerca dessas comunidades, serão destacados a criação, o funcionamento, o objetivo e as situações vividas pelas irmãs que, para elas, foram designadas. Essas comunidades foram fundadas na tentativa de deixar as religiosas mais próximas das áreas de risco e ter uma margem melhor de alcance com a presença diária, no propósito de inserir aquelas pessoas na sociedade, reduzir a discriminação, as desigualdades sociais, tornando-as cidadãs e cidadãos críticos e atentos aos seus direitos e deveres.

## CAPÍTULO 4

### A REALIDADE DAS PEQUENAS COMUNIDADES DE INSERÇÃO DE SEGUNDA CATEGORIA DAS FILHAS DO AMOR DIVINO NO NORDESTE BRASILEIRO

---

As pequenas comunidades de inserção fizeram parte do projeto de abertura da Igreja e, no Rio Grande do Norte, tiveram a participação de lideranças eclesásticas que foram destaques no cenário brasileiro. Este capítulo apresenta dois momentos os quais podem ser considerados históricos para as religiosas da pesquisa em pauta.

O primeiro momento se deu com a abertura da Igreja, quando a Congregação fundou pequenas comunidades de inserção em áreas de risco, e, nessas comunidades, algumas Filhas do Amor Divino assumiram a condição de vigárias. Foi um marco para essas mulheres, visto que, até então, a rigidez e hierarquia da Igreja não permitiam uma liderança feminina no altar.

As religiosas foram inseridas nesse processo de abertura e o trabalho que desenvolveram foi de inserção social. Os depoimentos que relatam as experiências vividas tornam explícita a importância da mulher (religiosa) nesse cenário.

4.1 Inclusão social: um ponto de partida na promoção da dignidade e da solidariedade humana

A inclusão social proporcionada pelas comunidades de inserção foi um marco e, ao mesmo tempo, trouxe preocupações que nos convidam a fazer algumas análises. A pobreza precisa ser entendida que não é só a falta de bens materiais. Quem são as pessoas

pobres, homem ou mulher, as causas dessa pobreza, e o que é feito para a redução desse grave problema que afeta o Nordeste brasileiro? É só uma questão do governo ou é também uma questão de falta de dignidade e de solidariedade humana?

A Igreja é uma referência no combate a esse mal, e o Papa Francisco, na Exortação apostólica, sobre a inclusão social dos pobres (EVANGELLI GAUDIUM, 2013, n.186), diz que “deriva da nossa fé em Cristo, que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade”.

O problema é eminente e traz outras sérias consequências. Levando em consideração essas informações, é prudente citar que para a Igreja (IDEM, n. 198), “a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Mas atualmente, há um apelo, um chamado para que cristãos e cristãs percebam a importância e a existência dessas pessoas. O apelo é extensivo para que sejam sensíveis e estejam atentos para entenderem o recado de Deus a partir deles: “as pessoas empobrecidas”.

As Filhas do Amor Divino, desde a fundação da Congregação, entenderam essa mensagem, a partir de sua fundadora. Apesar de ter vivido no outro século, hoje se entende o que ela dizia e por que fazia. À época, sua grande preocupação era com as mulheres e já como afirmam as Irmãs Hetzel e Hendges (2008, p.18): “quanto perigo estavam expostas as empregadas domésticas, e como as mesmas, enquanto desempregadas, facilmente poderiam padecer na alma e no corpo”. E ainda diziam que: “deveriam se ocupar com trabalhos úteis que lhes proporcionassem oportunidades para adquirir conhecimentos sólidos para seu estado de vida” (IDEM, IBIDEM).

As pessoas pobres são aquelas que não tiveram ou não lhes foram dadas condições para viver; é necessário que tenham trabalho digno, moradia e educação. Mesmo com a disparidade de classe social, a Madre Francisca Lechner não se escondia dos ricos, ao contrário, tinha contato com as mais altas autoridades, (GOTAY, 1985, *apud* BARBOSA, 2007, p. 182), pois a questão é “na

perspectiva de amor cristão ao próximo, de ir a favor dos oprimidos e, ao mesmo tempo, contra o opressor numa luta de classes onde a destruição de um é necessária para a libertação do outro.” Ela não eliminava o rico, ao contrário, segundo Irmã Emília “ela enchia o coração deles das coisas de Deus”, com isso subentende-se que acreditava que mesmo os ricos poderiam ser melhores como pessoas sendo sensíveis diante dos mais necessitados.

O mundo ideal é aquele em que todos têm seus direitos garantidos e há igualdade. No entanto, é fato que poucos têm muito e, por isso, a pobreza aumenta juntamente com a violência e a marginalização. Mas a busca é por um homem novo.” (GOTAY, 1985 *apud* BARBOSA, 2007, p. 182). As pastorais, as CEB’s e o MEB dentre outros foram capazes ao longo dos anos de instruir, debater, enfrentar e dar empoderamento a essas pessoas, principalmente às mulheres.

Os depoimentos das Irmãs FDC, que trabalharam no Nordeste do Brasil nas pequenas comunidades de inserção e nas pastorais, trazem situações que, por causa da ganância, inocentes perderam a vida na a luta pela terra, que é constante em um país de grandes dimensões territoriais.

Com visão futurista, parece que a fundadora, Francisca Lechner, enxergava os problemas dos dias atuais. Na década de 70, do século XIX, a Europa via o aumento da pobreza, da discriminação da mulher, da violência (física e psicológica) sofrida por elas e a necessidade de um olhar mais atento a essas causas.

Sabia que as pessoas pobres contribuía para que as religiosas FDC desenvolvessem trabalhos diferenciados, porque precisavam não só de cesta básica ou uma esmolinha e, sim de condições dignas de trabalho e pudessem sentir-se sujeitos de sua história, capazes de desafiar e tomar atitudes.

Dessa forma, é possível encontrar explicitada, nos escritos da Congregação o compromisso com os pobres que, segundo irmã Judith Vieira de Farias (FDC), sobre essas ações desafiadoras (1987, p. 62) “eram uma audácia”. E assim continua dando o exemplo de Moisés,

que “era de família pobre e oprimida e que, mais tarde, foi chamado por Deus e assumiu a liderança, sendo essa liderança evidenciada como ‘ação libertadora’. Para ela, o embasamento de todas as ações está no Evangelho.

Em outro momento, a referida religiosa (IDEM,1987, p. 64) afirma que:

As Filhas do Amor Divino no seu trabalho de inserção têm presente a cada momento o “Tudo por Deus, pelos pobres e pela Congregação”. Com um grito de alerta, na denuncia pela própria vida à “corrida desenfreada ao lucro e seus derivados funestos”. É uma opção que pode assustar a quem a faz e à própria Congregação que se decide para isso, mas é sem dúvida, a opção nos dias de hoje em que o seguimento de Jesus Cristo até a morte e morte de Cruz se torna mais transparente: “se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens dá-o aos pobres, depois vem, toma a tua cruz e segue-me”.

Independente da religiosa Filha do Amor Divino procurar engajar-se ou não nas atividades pastorais ou em comunidades de inserção, ela já havia feito a opção pelos pobres ao entrar na vida religiosa. Dessa forma, a passagem bíblica citada se refere à situação vivida por elas quando deixam sua casa, seus bens e recomeçam do nada, tendo a fé e a espiritualidade como riquezas imateriais na vida consagrada em comunidade.

A opção pelos pobres trouxe mudanças significativas na vida das Filhas do Amor Divino, pois, conforme verificado anteriormente, elas, que eram majoritariamente engajadas nos trabalhos docentes, principalmente nas escolas onde serviam à elite, ficando alguns fios da teia educacional para os pobres.

Devido a essa situação, algumas religiosas, em seus horários ou dias de folga das salas de aula, iam para as pastorais nas periferias das Paróquia ou nas Dioceses. Em virtude das situações social, econômica e religiosa da maioria dos nordestinos, as irmãs passaram a apresentar um novo perfil. Nesse propósito, pode ser considerado como grande desafio o deslocamento do convento para morar nas

periferias como os pobres que ali viviam, nas recém-fundadas pequenas comunidades de inserção.

Sobre esse fato, destaca Libânio:

Nesse movimento, as freiras e alguns leigos engajados mostram enorme coragem. Abandonaram seus antigos postos de conforto e segurança e lançaram-se na aventura de trabalhar com os pobres. As vocações começaram a vir mais das camadas populares. As liturgias e catequeses assumem expressões populares. Publicam-se infinitos subsídios populares para animar essas pastorais. Em íntima ligação com a opção pelos pobres está o incentivo às comunidades eclesiais de base. (2002b, p. 135).

Enquanto se fala sobre a fundação das pequenas comunidades religiosas de inserção e a mudança de vida das religiosas (*aggiornamento*), surge uma questão que é pouco visualizada. Trata-se de que, após essas mudanças começarem a surgir, jovens oriundas das comunidades populares, candidatas à vida religiosa, o que antes era exclusiva das moças da elite nem sempre por escolha, mas por obediência à família. Esse fato é destacado, visto que há alguns momentos do decorrer das entrevistas que tratam de forma mais direta sobre essa questão.

Um desses momentos pode ser destacado na entrevista de Irmã Celma (FDC), que faz parte da pequena comunidade de inserção, em Nova Cruz- RN. Ela afirma que se sente bem em trabalhar com os pobres. E ainda continua dizendo que os problemas deles ela já conhece, porque também os enfrentou, pelo fato de ser pobre. A partir dessa situação, percebe-se que os pobres começaram a ter suas representantes no meio religioso, dentro dos conventos, ou com eles nas periferias.

Não é por demais citar ainda nesse contexto a Irmã Emília, que também afirma ser de família pobre e que sua experiência muito ajudou em seus trabalhos como religiosa. Como exemplo dessa afirmação, tem-se Irmã Maria Gomes (FDC), citada por Irmã Felícia como fruto do MEB, que continua trabalhando em prol dos pobres em diversas atividades, conforme já foi citado.

No entanto, não se pretende afirmar que só essas religiosas pobres realizaram ou realizam atividades com os excluídos. Apresenta-se um novo perfil das Filhas do Amor Divino, ou seja, jovens que não eram de famílias ricas ou de classe média optando pela vida religiosa que, ao ingressarem, não ficaram na zona de conforto, mas, basicamente, dedicaram parte da sua vida ao trabalho de inserção dos menos favorecidos.

Talvez, não se esperasse que, em curto espaço de tempo, acontecesse o afloramento dessas jovens das regiões periféricas ou zona rural que, geralmente, chegavam ao convento, com deficiente formação escolar decorrente da situação e da pouca idade. Porém iriam ser vozes a mais em favor dos que necessitavam de apoio e acolhimento. Contudo, entende-se que havia religiosas de classe média e alta que também fizeram opção em trabalhar diretamente com essa classe composta por pessoas esquecidas e injustiçadas.

Essas religiosas foram, sem dúvida, uma referência nas comunidades de inserção e nas pastorais. Um grande exemplo é o de Irmã Ananília Gomes de Assis que, em entrevista oral, diz ser de uma família de poder aquisitivo privilegiado, de políticos, destacando que seu pai foi prefeito duas vezes, além de ser fazendeiro. Entre irmãos e primos, há engenheiros, médicos e advogados e donos de minas. Porém, aos 87 anos, em entrevista oral, afirma que, na infância e na adolescência não ouvia falar em pobre. “Eu fui uma pessoa que gostava muito de teatro e de tudo que era bom! Não convivi com a pobreza. Os pobres que eu conhecia eram os da fazenda de lá de casa e esses não eram pobres.”

De acordo com seu depoimento, mesmo noviça, ainda gostava de tudo que era bom! Para ela, pobre era algo que desconhecia, visto que não fazia parte do vocabulário de sua família. Mas, como era muito danada e inquieta, mesmo tendo professora particular na fazenda, desobedecia e nada aprendia. Depois foi estudar em Currais Novos e ficou na casa de uma tia, mas teve que sair porque não



obedecia à professora no grupo escolar<sup>93</sup>. No entanto, aos 15 anos, resolveu ser freira e, pela pouca idade, seu pai a levou para o Colégio das Neves (FDC), na condição de aluna interna. Quando alcançou a idade estabelecida, entrou para o convento. Mas não tinha muita dedicação às orações da comunidade religiosa. Afirma que só “gostava de rezar nas madrugadas, sozinha, preferencialmente diante do Santíssimo: Ele é meu alimento”.

Mas um questionamento logo aparece. Como uma pessoa assim se dedicou aos pobres e às suas necessidades? Ela fez curso em Buenos Aires (Argentina) e diz que seu pai deu dinheiro para as despesas. Lá encontrou uma moça de Natal-RN, que também ia fazer o mesmo curso, porém, pelas condições financeiras, ia ficar em pensão, tipo república. Então, ela levou a moça para o hotel e deu assistência durante o curso, (risos) “eu acho que eu já estava ficando uma pessoa melhor”.

Na congregação, foi professora de Ginástica<sup>94</sup>. Recebeu transferência umas três vezes, Palmeira dos Índios-AL, Caicó-RN e Currais Novos-RN onde ainda está. Ela acha que o que realmente tocou seu coração foi quando resolveu comunicar à superiora que iria deixar de ser professora de Ginástica, visto que estava se sentia cansada. Logo depois da decisão diz que:

Saí às ruas e fui caminhando para me aliviar. Passei por uma marquise do mercado onde estava uma senhora com o filho no colo pedindo ajuda. Olhei para ela e disse: Mulher como estás? Ela respondeu: “Irmã como posso estar bem, se meu filho está doente e não tenho para onde ir”? Naquele momento meu coração estourou e perguntei: Quer ir para minha casa (convento)? Ela disse que não. Então andei um pouco e me deu arrependimento. Aí voltei e disse a ela: Mulher, quando você voltar aqui terá uma casa para ficar. A partir dali endoideci (risos). Eu queria fundar uma casa para os pobres. Disse a provincial e a resposta foi que não dava certo alegando até que minha família não ia querer.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup>Grupo Escolar era o nome atribuído às escolas públicas de nível fundamental.

<sup>94</sup>Nome atribuído a disciplina Educação Física.

<sup>95</sup>Irmã Ananília Gomes de Assis, FDC: Em entrevista concedida em Emaús, Parnamirim-RN em setembro de 2017.

Com muita dificuldade, principalmente para a época, realizava encontros com os drogados, que ela chamava de meninos (e diz baixinho “os maconheiros”), mas não parava de pensar em seu projeto.

Irmã Ananília não estava atenta para o que diziam a Igreja, a Madre Fundadora ou o Concílio Vaticano II; era o que ela pensava e sentia. Foi uma necessidade própria. Afirma que pode ter sido instrumento de Deus. Mesmo a superiora e a provincial não aceitando, diz que não parava de pensar. Segundo ela:

A partir daquele momento minha vida tomou outros rumos depois de muitas lutas. Tudo eu perguntava a Deus. Sofri bastante! Pedi muita esmola para dar aos pobres. Até zombavam de mim. Mas eu sempre dizia que ia fundar uma casa. Um dia a Superiora Geral estava lá e aperreei muito para que ela fizesse a casa. Então ela disse: “Se você quiser essa casa vá para rua e consiga a chave de uma casa até às 12 horas (meio dia). Se você conseguir é Deus que quer.” Eu disse a ela: Madre é a mesma coisa de pedir para plantar uma planta com a raiz para cima. Acho que fui indelicada (risos). Mas fui. Caminhei bastante procurando e perguntando as pessoas até encontrar um rapaz que me indicou uma casa com um salão vazio. Chegando lá, eu disse :Ô de casa, ô de casa! O senhor, dono da casa (que morreu há dois anos) respondeu: “Menina o que você está fazendo aqui? Percebi logo, tem alguma coisa haver comigo (risos). Era um antigo morador da fazenda do meu pai. Então expliquei o que eu queria e ele mandou a esposa ir buscar a chave. Olhe aqui a chave! Quando eu peguei, fiquei, fiquei numa emoção muito grande. E quanto vai ser o aluguel? Não vai ser nada! Agradei e fui embora! Era quase 12 horas. Voltei para o convento e disse: Olha Madre, Deus está querendo! Ela subiu as escadas e pensei que ia me mandar embora. Mas, não! Ela trouxe medalhinhas de Nossa Senhora das Graças dizendo que era para abençoar a casa.<sup>96</sup>

A Madre estava diante de uma pessoa que até então não estava voltada para os problemas que envolviam a vida das pessoas pobres. E de repente se voltar só para esse problema? Mas, com todos os percalços conseguiu. No entanto como os necessitados iriam saber?

---

<sup>96</sup>Irmã Ananília Gomes de Assis, FDC: Entrevista concedida em Emaús, Parnamirim-RN, em setembro de 2017.

Assim responde a Irmã Ananília à questão:

Pensei em divulgar na rádio e disse: Alô, alô se você tiver necessidade venha para minha casa. Caso encontre animais na rua sem dono eu também cuidarei. E assim, o primeiro que chegou foi um senhor com um burro. Perguntou se podia deixar lá para depois vir buscar. Chegou um homem oferecendo um pote para armazenar água. Depois foram chegando outros e outros. A casa ficou cheia. Abrigava quem estava de passagem e quem não tinha onde ficar. Providenciava as primeiras necessidades. Recebi crianças pequenas, ensinava e a casa não cabia mais ninguém.<sup>97</sup>

A Casa do Pobre, mais tarde após a visita da Provincial, foi chamada de Casa do Pobre Francisca Lechner, situada em Currais Novos-RN, continua funcionando há vários anos. Em virtude da grande procura por pessoas de várias faixas etárias, incluindo jovens e crianças para adoção, há pouco mais de 20 anos foi aberta uma segunda casa também com o mesmo propósito: servir ao pobre.

Durante a entrevista, alega que recebeu pouca ajuda da comunidade religiosa. Talvez por perceberem que até então não era centrada na vida religiosa e nem nos problemas da vida do pobre.

No entanto, da sociedade ainda recebe muita coisa. Nos primeiros anos, só vivia de doações dos donos de mercados, feirantes, dentre outros. Mas acolheu muitos jovens, principalmente os que além de pobres tinham o lar desajustado. As irmãs reclamam porque anda sozinha, mas diz não ter medo deles. Conforme já foi citado, eram muitos problemas a serem resolvidos e a Casa do Pobre estava pequena para tanta gente.

Sobre essa situação, relata a Irmã Ananília:

Uma vez, pensei em desistir. Estava triste e olhando para uma janela quando uma das crianças chegou e disse: “Vozinha, um dia essa casa vai ser grande!” Os pequenos me chamam de vozinha e as pessoas pobres adultas me chamam de mãe. Eu acreditava que Deus ia providenciar. Chegou a ter 200 pessoas almoçando. Tinha umas 40 crianças morando. Os pobres me ensinaram amar mais a

---

<sup>97</sup>*Idem*

Deus! Algumas pessoas da cidade fizeram um filme da minha vida e tem uma frase assim: O amor vale tudo! Levaram para o mundo inteiro! Eu achei ruim porque sei que não fui uma pessoa boa.<sup>98</sup>

Vê-se que não foi uma tarefa fácil em virtude de que, além de escutar e acolher, era necessário alimento para os que só passavam por ali e os que moravam, principalmente crianças e jovens. Era preciso uma infraestrutura adequada, havia voluntários e outras eram funcionários. Mas ainda era pouco. Afirma que as crianças foram abandonadas pelos pais e os jovens presenciavam agressões em casa, bem como alguns eram usuários de drogas. Mas, em meio a todas essas questões, ela conseguiu uma solução como relata a seguir:

Graças ao padre Talvaci Salustiano Soares, que tinha uma parte numa mina que era da família, fez doação de 40 lotes e eu vendi. Comprei uma casa maior e ficamos com duas casas. Fui me apresentar para as autoridades da cidade. O homem do banco me deu um livro bem grande para anotar tudo, isso se espalhou. Falei com minha família (risos), acho que eu era doida, não? Hoje são duas casas funcionando. A primeira é a Casa do Pobre Francisca Lechner e a outra é Casa Lar com as Crianças. Há 16 crianças que estão na fila para adoção. O almoço ainda é aberto para quem chegar (risos). São 5 quilos de feijão por dia (risos). Fiquei conhecida por juízes, promotores e outras autoridades. Eu sempre pergunto: Ai meu Deus porque eu sou assim? Ele me diz: É para você fazer. Muitos que passaram por lá foram direcionados para o bem. Ainda não sei por que Deus fez isso comigo. Mas rezo muito. Na comunidade nunca consegui ser como as outras irmãs. Gosto de rezar nas madrugadas. Você precisa saber que eu amo muito! Tem gente que diz que eu sou santa. Eu tenho raiva disso! Não sou santa. A Providência é quem manda tudo!<sup>99</sup>

Não foi fácil administrar a Casa do Pobre Francisca Lechner. Nota-se que foi uma obra diferenciada das demais. É um pouco de tudo! Mesmo sem ter uma palavra exata que defina a Casa do Pobre, sabe-se que foi uma forma de a religiosa mostrar para ela e para o

---

<sup>98</sup>Irmã Ananília Gomes de Assis, FDC: Em entrevista concedida em Emaús, Parnamirim-RN em setembro de 2017.

<sup>99</sup>*Idem*

mundo que via os problemas por eles enfrentados, e assim dedicou-se inteiramente à causa numa perspectiva de reduzir o número de excluídos naquela localidade. Sabia que isso não podia ficar apenas em doar esmolas ou mesmo nas pastorais, carecia de atividades intensivas e que os tornassem pessoas ativas e protagonistas da história.

Mas, em virtude da idade avançada de irmã Ananília, há pouco tempo, a Casa do Pobre passou a ser instituição filantrópica e trabalha com o Conselho Tutelar, Promotoria, Ministério Público dentre outros, voltando-se para as prioridades e exigências da contemporaneidade sem deixar a sua essência: cuidar do pobre.

A inserção é, pois, uma necessidade da humanidade neste século e tornou-se uma verdadeira bandeira de guerra para a Igreja, para as Congregações religiosas e vários grupos de leigos e leigas. Há muito, vem-se contabilizando o número de pobres, de desempregados, dos sem teto, dos moradores de rua e vê-se que a cada dia aumenta. Essa contabilidade só soma e parece que não diminui. O Nordeste foi castigado pelo coronelismo, marajás, senhores de engenho, usineiros e os latifundiários fazendo com que, principalmente essa Região tivesse poucos ricos e muitos pobres apresentando quantitativamente a maior desproporcionalidade social e econômica do país.

Todos os fatores citados se refletem na situação que era vivida nas décadas em estudo e se estende até os dias atuais. Entretanto, no Nordeste, um grande trunfo é a seca, pois a falta de água vinda da escassez das chuvas esconde o descaso do governo e a ignorância política da maioria de seus habitantes, contribuindo para que os políticos, em todas as campanhas, renovem suas promessas, garantindo que tudo será diferente.

Diante desses fatos, a Igreja, a partir das décadas de 50 e 60, começou uma busca incessante para aproximar-se desse povo com propostas dinâmicas que os tornassem protagonistas e entendessem o objetivo do assistencialismo. Com o desenvolvimento desordenado, a população nordestina foi vitimada, visto que vendeu o pequeno pedaço de terra para praticar o êxodo rural e acomodou-se em lugares

inóspitos para o bem-estar humano. Sobre esse fato convém ser apresentado um fragmento da História.

No final da década de 20, a crise do café trouxe momentos preocupantes para a economia, além dos anos marcados pela Revolução de 30 e pela era Vargas, que também foi marcada pela promessa do desenvolvimento brasileiro. Enquanto isso acontecia, as religiosas dedicavam seus esforços, principalmente em hospitais, orfanatos e asilos. Nas décadas seguintes, 40 e 50, há outros registros de trabalhos com os pobres e vê-se que o Nordeste adquiriu reforços para atuar na redução da desigualdade social principalmente com a fundação da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em 1952.

Nos anos subsequentes, a CNBB, com o então secretário-geral Dom Helder Câmara e outros bispos, operou grandes feitos, através dos projetos do Governo Federal, que foram colocados em prática de forma organizada e, assim, viabilizavam ações e fundações de órgãos que atendiam às necessidades básicas da classe menos favorecida do Nordeste com o alcance dos resultados de forma total ou parcial. O grande problema residia na melhoria da situação econômica do país que também via aumentada a disparidade entre os pobres e os ricos, não sendo um problema exclusivo do Nordeste.

Apesar da luta pela inserção, o que estava em evidência era reflexo do capitalismo, que não avisava quem seria excluído. E é nesse mundo capitalista que a maioria da população brasileira ainda vive. A Igreja, durante muito tempo, ficou acomodada e, com isso, só contribuiu para que essa exclusão afetasse a população pobre do país. A princípio, parecia que o assistencialismo, algumas visitas e a hegemonia da religião católica resolveriam. Porém, ao que parece, apenas camuflou o problema. As religiosas precisavam agir, visto que o povo de Deus, pobre e excluído, carecia de lideranças que, sem se distanciarem do Evangelho de Jesus Cristo, estivessem atentas à exclusão desse povo à escola, à terra para trabalhar, à moradia, dentre outras.

Mas, a Modernidade chegou juntamente com a industrialização e os presidentes Vargas e Juscelino Kubitschek são dois dos mais

visíveis nessa trajetória de desenvolvimento do Brasil, no espaço de tempo que está sendo evidenciado. Dessa forma, as pessoas passaram a trocar a zona rural pela urbana. Já não havia escravos negros, mas eram visíveis outras formas de escravidão, visto que as pessoas trabalhavam por qualquer coisa, ou melhor, até um prato de comida, e assim a desigualdade crescia a cada dia. As frentes de trabalhos que o Governo Federal oferecia eram uma ocupação passageira. E aos poucos, sem que fosse percebida, a inclusão social ficou silenciosa e ausente. Na prática, a exclusão adquiriu espaço, principalmente entre os negros, índios, mulheres e, em sequência, foram afetados os homens, os idosos, os jovens e as crianças.

Alguma coisa deveria ser feita de forma mais intensiva do que as pastorais adotadas por alguns grupos de religiosas e leigos e leigos. No entanto, não se podia, em pouco tempo, absorver os problemas e encontrar a solução para reduzi-los ou minimizá-los. Dessa feita, surge a necessidade das pequenas comunidades de inserção. Essas que aparecem com um objetivo mais direto, porque era assim a sua proposta.

A Igreja, juntamente com as Congregações religiosas, dispôs-se a enfrentar essa problemática, que afetava, principalmente e de forma avassaladora, a Região Nordeste. Nesse processo, convém destacar Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Sales, esse último direcionava seus projetos para o Rio Grande do Norte, ainda na década de 40, antes mesmo da fundação da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB).

A Igreja se mostra mais preocupada em aproximar-se dos pobres, pois percebia-se que o Brasil crescia e simultaneamente aumentava a pobreza, sendo de forma visível o poder concentrado nas mãos de poucos. A maioria da população carecia não só de comida, casa, trabalho e, sim de dignidade, pois tinha e tem direito a uma vida sem tantas opressões, e com sem respeito aos outros.

As pequenas comunidades foram surgindo no Nordeste, e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) Regional Recife, começava um trabalho de diálogo sobre essa abertura e mesmo em

época de ditadura militar essas comunidades começaram a se expandir em Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. As irmãs se sentiam convocadas a dar um novo direcionamento em sua vida religiosa. Acredita-se que as pastorais foram importantes nesse processo, pois, já estavam apontando como seria o trabalho posteriormente proposto pelas pequenas comunidades de inserção.

Era a Igreja tomando novos rumos reforçados pela Conferência de Medellín, (1968) que explicitou o pobre como referência. Propôs novas diretrizes sem ignorar as ações pastorais e a força dos Movimentos de Educação de Base (MEB), para que essa classe realmente fosse vista como gente que precisa ter seu direito garantido. Contudo, para alcançar a igualdade das mulheres, negros e índios, ainda havia um longo caminho a ser percorrido.

Para que as pequenas comunidades de inserção das Filhas do Amor Divino pudessem existir, vê-se que houve um trabalho de preparação da própria Igreja, mostrando que estava ciente que precisaria mudar. Entendeu que era preciso abrir as portas para o mundo e ir ao encontro dos excluídos, os quais eram chamados de irmãos.

Para tanto, foi traçada a abrangência da inserção desejada e que muitas Congregações começaram a pôr em prática. Sobre a abrangência das comunidades de inserção, Irmã Farias, FDC (1987 p.43) diz que, “é um novo sinal de compromisso e vivência ao lado dos pobres e simples, uma verdadeira opção em direção ao povo. Mesmo nas escolas, há sempre uma irmã liberada para um trabalho junto ao povo”.

De acordo com Boff (1984), o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um ponto de partida e não de chegada. Pois, diante dessa visão, nota-se que Boff alerta para a importância do Concílio como partida para que outras discussões acerca dos problemas e possíveis resoluções fossem de fato discutidas e postas em prática.

No entanto, não é o objetivo discutir aqui a referida Teologia, visto que há um direcionamento da pesquisa voltada para as atividades das Filhas do Amor Divino nas pequenas comunidades de inserção.



Com essa afirmação não se quer deixar desconhecido o direito e a possibilidade da liberdade de homens e mulheres que vivem em prisões que não têm selas e nem grades de ferro, mas afetam o psicológico humano e deixam essas pessoas reféns de poucos.

A liberdade de que se trata refere-se ao fato de a humanidade ter e ser consciente dos seus direitos e deveres. É importante saber lutar, enquanto grupo, sem individualismo; que realmente todos sejam livres para ir e vir conforme diz a Constituição do Brasil.

Irmã Judith Farias, FDC (1987) alerta que só pode descrever esse novo momento através de um conjunto de fatores. E numa visão teológica esclarece que a mudança de espaço físico, ou seja, quando as irmãs se deslocam para fazer parte da periferia, é vislumbrando o Deus dos pobres. Pois esse é um trabalho também dedicado a Deus.

As pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) contribuem para que o pobre possa entender que não pode calar, que junto a tantos outros pobres eles podem alcançar o lugar que é seu ou aproximar-se dele. As comunidades de inserção aparecem capazes de assumir esse perfil diferenciado, que vai além das pastorais costumeiras. Elas estarão com os pobres nas periferias, nas favelas e nos subúrbios, vendo e ouvindo as necessidades e, a partir da vivência, tornar-se uma força capaz de mobilizar e conduzir, de forma que a mensagem seja entendida.

As CEBs eram como que o alicerce de sustentação para as comunidades de inserção, as pastorais, a catequese, entre outros. Sobre essa relevância destaca-se que:

As CEBs, numa atmosfera de controle de toda a vida pública, ganham enorme relevância social e política. Elas constituíam o único espaço livre, sob o respaldo da Hierarquia, onde o povo se pode reunir. Ele se reúne ao redor da palavra de Deus; mas à luz dessa palavra discute seus problemas; faz uma denúncia profética, humilde, mas corajosa, ao sistema de dominação. (BOFF, 1984, p. 35).

Assim, as Filhas do Amor Divino (FDC) tinham grande responsabilidade perante esse povo, que, em sua maioria, acreditava

que, a partir de suas ações, encontraria fios de inclusão que estariam seguros, ou melhor, menos vulneráveis às injustiças sociais, uma vez que as ações das irmãs estavam embasadas pelo Evangelho. Mas, para acompanhar a situação descrita foram principalmente os padres que saíram de seus conventos, literalmente da zona de conforto para não só visitar as comunidades pobres como também morar na mesma área daquelas pessoas, pois poderiam acompanhá-las no dia a dia e ajudá-las em vários aspectos.

Para que isso fosse possível, à época, a Provincial (FDC), por seu entendimento e leitura de mundo, entendeu a proposta de mudança sugerida pela Igreja. E, assim, atendeu aos bispos e padres, designando algumas religiosas para morar em localidades fora do convento e até em outras cidades do interior.

Devido a esse apelo, as Filhas do Amor Divino, paralelamente aos trabalhos pastorais em escolas noturnas gratuitas, começaram a fundar as pequenas comunidades de inserção nas regiões periféricas, como em Pirajá-BA, Serrinha – RN, São Gonçalo do Amarante-RN, Nova Cruz-RN, Pirpirituba-PB, Batalha-AL, Tacima-PB, Taguatinga-DF, Samambaia-DF, dentre outras.

Foram várias as religiosas atuando nessas comunidades e, em outras atividades similares como abrigos exclusivos para os filhos dos leprosos, no abrigo para idosos Amantino Câmara, na cidade de Mossoró-RN e se estenderam até o Rio de Janeiro com a Pequena Cruzada Santa Terezinha do Menino Jesus, destinada a crianças órfãs.

Para melhor entendimento acerca de como as irmãs eram liberadas para atender aos apelos da Igreja e da hierarquia da Província, convém citar alguns itens das Constituições e do Diretório Geral da Congregação das Filhas do Divino, sobre a liberação de religiosas para atuarem nas periferias, favelas ou em bairros pobres de várias cidades nordestinas, a exemplo das comunidades de inserção.

Nessas localidades, elas vivenciaram uma situação até então ímpar, ou seja, estar no meio dos pobres e para os pobres. Não seria tanto uma vida regrada e planejada. As FDC não enfrentaram tantos morros e encostas, pois, em sua maioria, atuavam na periferia de Natal

e no sertão nordestino. No decorrer do tempo, algumas comunidades fecharam ou saíram de determinada área e estabeleceram-se em outros lugares. Algumas ainda estão em pleno funcionamento.

Sobre as competências de sua Superiora Geral, especificamente quanto ao assunto em pauta, cabe a ela, de acordo com as Constituições e com o Diretório Geral das Filhas do Amor Divino (1990, 87. sn) que dizem : “Sustentadas pela vida de amor de Cristo, nossa Congregação é governada de acordo com o Evangelho, o Carisma de Nossa Fundadora, nossa Lei Própria e a Lei da Igreja.” Ora, se é governada pelo Evangelho e pelo carisma da Madre, nada impede que a religiosa atue em favor dos pobres. Ainda se salienta que a Igreja estava à frente da situação, pois ela, naquele momento, era a mais interessada, bem como encarregada de tornar ação o que havia sido proposto.

Nas comunidades religiosas, sobretudo as hierarquias devem ser respeitadas, bem como as normas devem ser obedecidas (IDEM,1990, m. sn) “prorrogar a permissão para uma irmã viver fora da comunidade por razões de apostolado designado pela Congregação, de estudos aprovados pela Congregação.” Nesse propósito, algumas irmãs não esperavam a convocação da Superiora e antecipavam-se solicitando a indicação para participar da nova experiência. Convém lembrar que alguns fatores podem ter contribuído para que essas decisões tenham sido ou não aceitas.

Como exemplo, cita-se a liberação das religiosas para participarem do Movimento Para um Mundo Melhor, que, através de inúmeros encontros, tratava de temáticas diversas e pertinentes para o momento, bem como as falas das autoridades eclesiais que, assim como o Concílio Vaticano II, clamavam por atitudes concretas. No entanto, mesmo entendendo que fazia parte das novas propostas da Igreja, as religiosas dependiam do entendimento das Superiores, Geral, Provinciais e Locais.

A Provincial da PRONEVES (Província do Nordeste, que inclui o Distrito Federal) reside na sede em Natal-RN e a Superiora Geral tem residência em Grottaferrata, na Itália. Quanto às

competências da Superiora Provincial, a ela cabe “designar irmãs para uma Comunidade Local e para um apostolado específico, consultando o seu Conselho; Determinar as doações dos recursos da Província a serem destinados às necessidades dos pobres (1990, 139.d; 140.1, sn).”

Sobre a missão das Filhas do Amor Divino, de acordo com as Constituições (58.1. 1990, sn), consta: “em nosso serviço ao povo de Deus desafiamos a nós mesmas para sermos fermento de amor no mundo. Em nossa Congregação, desempenhamos nosso serviço de acordo com a nossa missão e com os ensinamentos da Igreja”.

Foram elencadas as seguintes prioridades estabelecidas no documento Diretório Provincial (1.990, sn):

- a- Trabalho para os pobres por quem tem um amor preferencial, promovendo seu desenvolvimento integral e partilhando livremente de suas vidas.
- b- Educação, especialmente da juventude necessitada, preparando-a para trabalhar para o bem comum e o crescimento do Reino de Deus.
- c- Cuidado de crianças, doentes e idosos.
- d- Serviços às jovens e mulheres.
- e- Paróquia e outros serviços pastorais. (Detalhes no Diretório Provincial)

Ao fazer a análise das Constituições e Diretório das FDC, fica explícita a missão e o carisma da Madre para a Congregação. A opção preferencial, sem dúvida, foi pelos pobres, desde a fundação, em 1868, completando 150 anos, não necessariamente aponta um grupo por faixa etária específica ou religião, visto que contempla jovens, crianças e idosos. Porém há um olhar mais aguçado para as mulheres. Esse fato possivelmente se deu em virtude dos reflexos da situação vivida (a partir de 1868) na Europa e quando chegaram ao Brasil na década de 20 do século passado.

Nessa década, apesar de alguns fatos que ocorreram no Brasil, como a Semana de Arte Moderna (1922), dentre outros, a mulher era

mais excluída que hoje. Era também período no qual as escolas das irmãs eram para as meninas e as dos padres para os meninos e isso distanciava os homens das mulheres. Essas, quando de elite, tinham duas opções: ir para o convento ser freiras ou tornarem-se donas casa letradas, preparadas pelas escolas domésticas. Também poderiam ser alunas internas, geralmente quando moravam afastadas do colégio. Diante dessa afirmação, pode-se entender por que um olhar diferenciado pelos problemas enfrentados pelas mulheres. Porém, com isso não se quer dizer que em seus projetos os homens não estivessem incluídos.

Há, também, clareza quando aborda os trabalhos pastorais e paroquiais. Dessa forma, embasa as decisões das religiosas que optaram ou foram convidadas para trabalhar nas periferias. Fica subentendido que, possivelmente nas comunidades de inserção, não enfrentaram problemas quanto às obrigações do convento, principalmente horários estabelecidos para a vida em comunidade, pois a proposta era outra, ou seja, de uma vida mais ativa, com afazeres domésticos e trabalhos no campo e com o povo. Fatos que eram diferentes da vida no convento.

Sobre a Comunidade Local, as Constituições (IDEM,1990, 153. 2, sn) estabelecem que as residências com apenas duas irmãs são designadas membros de uma Comunidade maior, ou seja, outras religiosas devem fazer parte e não apenas duas. Sobre o Conselho Local, as Constituições (IDEM, IBIDEM, 158.3) dizem que, “nas casas com menos de seis irmãs, a Comunidade Local serve como o Conselho Local. A superiora designa uma das irmãs para agir em sua ausência.”

Para esclarecer essas questões hierárquicas, em entrevista, a Irmã Felícia de Oliveira Costa, que atuou como coordenadora das pequenas comunidades inseridas, explica a diferença entre as pequenas comunidades de inserção e as residências, deixando claro que:

A Igreja também chama de pequenas comunidades. Elas são mais conhecidas ou relacionadas com aquelas em que hoje a gente usa mais, a palavra inserção, ou seja, são as que vivem nas comunidades, que moram naquela realidade. Há uma diferença. Quando somos três irmãs formamos uma pequena comunidade porque só somos três, como aqui em Ponta Negra, mas não somos de inserção. Daí existe as pequenas comunidades de inserção diferente das pequenas comunidades em números de freiras. Então nós temos experiência nas pequenas comunidades de inserção. Tínhamos um projeto (silêncio), mas, ele acabou (silêncio), não foi para frente. Ele começou em 79 para 80 e foi intensificado nos três primeiros anos da década de 80, foi nessa fase. O nome era Projeto de Residências. (Silêncio). Ele não deu certo! É muito difícil a gente dizer como freira. Quando a gente está num Governo Provincial que muda, infelizmente, as coisas, muitas vezes não dão continuidade, quer dizer, não é prioridade. Então aquele projeto vai morrendo. Eu me lembro de que quando coloquei esse projeto de residência a gente tinha objetivos, propostas e tinha como funcionar. Era uma proposta de residência. Nós já tivemos na pastoral de duas maneiras. Uma de pequenas comunidades de inserção e a outra como esse, era apenas residência. Qual era o nosso objetivo? Era residências! Era muito bom para o trabalho da Igreja, da pastoral e para o trabalho de inserção. A residência é diferente da comunidade, não tem na nossa estrutura religiosa a ereção canônica. E a partir de três religiosas é preciso ter uma ereção canônica. Nosso plano era esse (risos) nossa tática era essa, não fundar comunidade eram residências com duas religiosas. O nosso objetivo era não permanecer muito tempo naquele lugar. Era um pouco itinerante, a gente atendia as necessidades, formava as lideranças, preparava o povo para a pastoral, e depois íamos para outro lugar. Ainda fizemos duas experiências e na terceira foi de águas abaixo. Não tenho como explicar.<sup>100</sup>

É visível a obediência das religiosas às suas Superiores quer seja Local, Provincial ou Geral. Fica claro que as FDC trabalham com as pequenas comunidades podendo não ser de inserção, visto que nelas as religiosas trabalham diariamente com os pobres. As pequenas comunidades indicam apenas o número reduzido de religiosas. Enquanto as comunidades de inserção têm objetivo definido desde quando são fundadas, ou seja, as irmãs que dela fazem parte sabem

---

<sup>100</sup>Irmã Felícia Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida em setembro de 2017, na pequena comunidade de Ponta de Negra em Natal –(RN).

que deverão morar naquela determinada área para servir aos pobres. Sabem que aquelas pessoas precisam de seus trabalhos enquanto pastoral, vivência e aconselhamento no propósito de torná-los agentes ativos do processo e não meros receptores.

As comunidades de inserção, mesmo fazendo opção pelos pobres, proporcionalmente aparecem em número reduzido. Não se sabem os motivos, talvez pela quantidade de religiosas que era insuficiente, como também as que apresentavam um perfil para a referida atividade, pois as que se dispuseram a tamanha responsabilidade poderiam enfrentar questões de ordens interna e externas, o que poderia dificultar o trabalho. No entanto, não se tem resposta por falta de informações e registros.

Pode ser evidenciada a falta de prioridade dada ao projeto de inserção que tinha proposta de trabalhar de forma itinerante através de residências. Tal proposta foi iniciada e não teve continuidade. Não foi possível saber de forma concreta quais as causas, pois um dos maiores obstáculos pode ser que não estivesse na composição, já que de acordo com as normas da Província, só podem funcionar como comunidade a partir de três religiosas.

No entanto, a resistência por parte das Superiores FDC não devem ter continuado por dois motivos: em virtude de não ser essa a opção das religiosas enquanto vivem em comunidade e devido a não estar na estrutura da Congregação, visto que não passaria pelo direito canônico. Para a autora do projeto (Irmã Felícia), observa-se que o interesse maior não eram as questões burocráticas, e sim, a realização do projeto.

Mas, se havia tanto interesse em desenvolver o referido projeto, subentende-se que Irmã Felícia tinha suas justificativas, até porque tem uma vasta experiência nessa área. E, ao ser questionada sobre qual seria a real necessidade que apontaria para justificar a viabilização daquele projeto, mesmo indo de encontro às questões já citadas, a resposta veio de imediato quando disse:

As necessidades! Nós chegávamos a lugares onde o padre não atuava. Tinha lugar que ele atuava de dois em dois meses ou uma vez por mês, está entendendo? Então aquele povo ficava sem nenhuma assistência religiosa e pastoral. Então a gente não se preocupava com a assistência sacramental não, que inclusive nem todos os sacramentos a gente não tinha condições de oferecer. Podíamos o batismo. Batizar sim! Mas a nossa preocupação era formar aquele povo para que ele assumisse. A nossa intenção era essa. A gente permanecia naquele lugar. Às vezes tinha lugares que era até sem condição, que a gente chegava e a Congregação não podia manter você daquele jeito. Para a gente trabalhar não tinha lugar. Trabalhar na paróquia é muito difícil porque ela tem que assumir a gente, a nossa manutenção. Quando não assume a gente não vai porque a Congregação não aceita, ela não tem condições de nos manter e, eu também acho que não tem obrigação. Tem lugar que era tão precário que a gente nem morava, só íamos final de semana, não tinha como. A residência não, a gente permanecia e ficava no prazo de um ano, dois anos, três anos, ficávamos o tempo que precisasse ficar. Só que era residência e tinha que ser duas irmãs não podia ser três se não teria que ter ereção canônica.<sup>101</sup>

Existem algumas variáveis. Era notória a necessidade de essas comunidades terem algum grupo que as orientasse. No entanto, a situação era delicada, principalmente em virtude da questão financeira que era um dos entraves. As irmãs precisavam ser mantidas naqueles lugares. Para a Congregação, ficava mais difícil quando elas trabalhavam nas pequenas residências, em virtude de que precisavam ser sustentadas pela paróquia ou por grupos de leigos católicos. Era um obstáculo, visto que tratava-se de uma das condições para que as FDC ficassem naquelas localidades.

Nas pequenas comunidades de inserção, havia objetivo e o público-alvo para as pastorais. Sobre esses trabalhos, a entrevistada evidencia que:

A gente realizava os encontros. Na igreja, nos centros pastorais que às vezes tinha no salão. O povo participava e tinha mais mulheres. Sempre tinha lugar para a gente atuar. A primeira coisa

---

<sup>101</sup>Irmã Felícia Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida em setembro de 2017, na pequena comunidade de Ponta de Negra em Natal –(RN).



era formar catequistas para a catequese das crianças. Era o primeiro trabalho. Muito poucos rapazes, mas realmente o público é mais feminino principalmente no interior.<sup>102</sup>

Tendo em vista essa fala de irmã Felícia, é importante apresentar parte da justificativa do projeto Pastoral de Residências citado pela entrevistada:

Nossas pequenas comunidades estão contando sua história de cinco, dez, e até vinte anos de existência. Entre o entusiasmo, o desanimo, a dificuldade, a alegria, vão essas comunidades abrindo espaço para uma Igreja inserida no meio do povo”. (FARIAS - FDC,1987, p,57).

Aí está a confirmação de que, desde os anos 60, existiam comunidades de inserção FDC. É evidenciada a necessidade e importância através de parte da justificativa do referido projeto a seguir:

Nessa caminhada estamos passando por uma fase de questionamentos, reflexão e avaliação, na tentativa de reestruturar a metodologia do trabalho pastoral, partindo do VER- JULGAR-AGIR, quantos aos grupos, pessoas e agentes de Pastoral que as religiosas Filhas do Amor Divino do Nordeste do Brasil estão atingindo, no trabalho de assessoria, coordenação e formação de animadores. (IDEM).

A eficácia dessa trilogia depende da forma como acontecerá a ação. Há de fato consistência na proposta das ações que foram bastante trabalhadas e se encaixam com a pastoral e as comunidades de inserção. O VER é o olhar atento àquelas comunidades acompanhando a vida diária de onde estão inseridas. O segundo momento, que é o JULGAR, acontece pelo fato de que é necessário analisar e organizar quais são os meios que devem ser utilizados para AGIR, que já é ação concreta. Como não há receita pronta para acabar ou reduzir os problemas, as religiosas devem ser coerentes e perceber

---

<sup>102</sup>Irmã Felícia Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida em setembro de 2017, na pequena comunidade de Ponta de Negra em Natal –(RN).

que cada comunidade tem sua realidade, ainda que com problemas semelhantes.

Nessa perspectiva, leva-se em consideração o nível de entendimento sobre essas questões. Observa-se que, mesmo com predominância de analfabetos, há comunidades que têm uma consciência diferenciada. Principalmente as que têm experiência de acompanhamento das CEBs, das pastorais e o apoio das comunidades inseridas há mais tempo. Quando isso é percebido carece de uma nova dinâmica dos trabalhos de inserção, mais comprometida, com as especificidades. Para tanto, foram traçados três objetivos apresentados a seguir:

Aprofundar ação pastoral onde as irmãs já atuam, uma vez que os finais de semana não estão atendendo as suas necessidades; dar passos de inserção mais comprometida com a vida de comunidade; criar condições para o surgimento das Comunidade Eclesiais de Base que é prioridade da Igreja no Brasil. (*Idem. Ibidem*, p. 57-58)

Esses três objetivos são diretos e precisos, pois viabilizavam ações mais coerentes, consistentes e intensivas naquelas localidades, apontado que, apenas nos finais de semana, não eram suficientes. No entanto, não dizem que o trabalho estava ruim, e sim, que precisava ser intensificado e ter mais abrangência. Então Irmã Felícia continua:

A gente também fazia esse papel de assessoria nas paróquias não para dar catecismo, mas para assessorar as catequistas. Nosso trabalho não era reunir as crianças para dar o catecismo. Nosso primeiro trabalho era fazer a catequista de lá, organizar o grupo e dar a formação para ela ir para o catecismo com as crianças.<sup>103</sup>

A partir das crianças, o catecismo pode ter sido o ponto de partida, sobretudo quando não fosse meramente teológico e dogmático. Ele pode assumir um papel importante e, por isso, há preocupação de formar essas catequistas que, em sua maioria, são

---

<sup>103</sup>Irmã Felícia Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida em setembro de 2017, na pequena comunidade de Ponta de Negra em Natal –(RN).

mulheres. É necessário esse trabalho de assessoria para essas formadoras, visto que há uma linha a seguir, ou seja, uma linha crítica e libertadora que fale em direitos, deveres e possibilidades de quebrar as amarras do povo do subúrbio, da zona rural e da favela.

O projeto de residências não teve continuidade por alguns motivos. Contudo, ele inviabilizou a sequência das pastorais em vários lugares. As dificuldades apontadas por irmã Felícia são poucas, porém o suficiente para impedir que o projeto de residências tivesse continuidade.

Assim, é importante apresentar os principais problemas enfrentados nas residências de inserção:

Justamente as dificuldades que a gente tinha de ficar no lugar, era aceitar quem quisesse ficar fazendo parte dessa experiência, pois as religiosas não foram formadas para viver só duas, e sim em comunidade. Isso gerava muita dificuldade, muito problema de convivência, de relacionamento, porque tinha que topa a parada quem tivesse no mesmo barco. A dificuldade talvez estivesse na própria estrutura da Congregação e da Província. E a maior delas foi o Governo Geral, que não aceitava. A Madre Geral daquela época e até nos dias atuais, elas não aceitam este sistema de residência, porque não fomos formadas para viver a duas. A vida comunitária não pode ser resumida em duas pessoas, nunca dá certo. Mas o propósito era a inserção no meio do povo, era mais fácil, o caminho era esse. Quando foi derrubado sofreu horrivelmente. Caso o projeto tivesse seguido não sei em que ponto ele estaria. Hoje todas as Congregações fazem itinerantes e nós paramos. Isso aconteceu em 1979. Nós paramos na História. Hoje as Congregações estão fazendo isso! Naquele tempo já estávamos fazendo! Éramos muito bem intencionadas, sempre colocar nessas áreas, residências perto de uma comunidade para que sempre voltássemos para fazer retiro. Nova Cruz era o centro e nós já tínhamos aquelas áreas todinhas. Aqui era o nosso centro de avaliação, de espiritualidade, de reabastecer. Era o ponto de apoio em todos os sentidos, tanto humano como espiritual. Onde você tinha mais gente, íamos recrear, contar nossas experiências e rezar. Nós recebíamos apoio principalmente do padre onde estávamos em Nova Cruz. Ele fazia visitas, também dava acompanhamento espiritual, passava o dia, fazia confissões e nos dava assistência. Teria visitas periódicas da coordenação da Província e visitas

mensais da Superiora da casa central, visto que a residência depende da comunidade.<sup>104</sup>

Irmã Felícia, é uma referência na Congregação quando se trata de trabalhos pastorais, comunidades de inserção e MEB. Como não se têm documentos que confirmem, provavelmente deve ter sido a primeira FDC no enfrentamento da própria comunidade religiosa à época em que não era costume uma irmã se ausentar do convento e principalmente com o MEB, que exigia mais do que as pastorais as quais elas estavam acostumadas.

Apesar de ser um projeto inovador, fugia das questões legais e hierárquicas da Província, que teria de administrar a condição de apenas duas religiosas em cada residência de inserção, situação que inviabilizava a condição de comunidade, que exigia três religiosas. O fato de serem apenas duas possibilitava maior número de duplas inseridas nas periferias. Contudo, além dos entraves apontados, a questão financeira também fez repensar a execução do projeto.

Mas, apesar da situação apresentada, as FDC da PRONEVES deram continuidade aos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos nas pequenas comunidades de inserção com o propósito de denunciar e combater as injustiças sociais. Algumas freiras mais jovens também se engajaram nesses movimentos para que as FDC dessem suas contribuições acerca da inserção do homem e da mulher na sociedade, no mercado de trabalho, na formação escolar de seus filhos, conhecessem e usufríssem de alguns direitos a curto e médio prazo.

#### 4.2 Pequenas comunidades de inserção: oásis no Sertão Nordestino

Conforme já apresentado, as pequenas comunidades foram fundadas por solicitação dos padres ou bispos, bem como por iniciativa das religiosas ao perceberem que em determinados locais havia situação de risco para determinada parcela da população. Serão

---

<sup>104</sup>Entrevista concedida em setembro de 2017, por Irmã Felícia Oliveira Costa, na pequena comunidade de Ponta Negra em Natal –(RN)

apresentadas as pequenas comunidades de inserção que funcionavam em casas alugadas, cedidas por alguém, pelo governo ou pela Igreja.

A ausência do padre na paróquia deixava as FDC com uma grande responsabilidade a exemplo da cidade de Nísia Floresta - RN e Taipu, onde as irmãs de outra Congregação assumiram o papel do padre, sendo conhecidas como “Irmãs Vigárias”. Segundo Farias-FDC (1987), “Dom Nivaldo Monte, Arcebispo de Natal, pretendia dar a São Gonçalo a mesma linha de Pastoral, entregando às Filhas do Amor Divino a coordenação dos trabalhos apostólicos e sociais que ali se faziam necessários. Lá, as Irmãs assumiram as tarefas de vigárias”.

As “Irmãs Vigárias” tiveram papel importante naquele momento da Igreja. Elas representavam uma quebra de paradigmas, pois a figura do padre, o homem, ainda é referência na Igreja Católica. Essa barreira de submissão da mulher religiosa ainda é uma realidade. Foi difícil para Ela admitir que, pelo número reduzido de padres e as novas propostas da Igreja, era necessário buscar ajuda das religiosas nos trabalhos das paróquias sem padres residentes. Com isso, é necessária uma rápida análise de que as irmãs foram chamadas não em reconhecimento da sua capacidade e dedicação. É possível que tenha sido apenas por falta de opção e o desejo de o clero apresentar uma Igreja com novas concepções, dentre elas a aberta ao diálogo e às necessidades do povo.

A partir da primeira experiência de inserção em São Gonçalo do Amarante, Comunidade Nossa Senhora Rainha do Mundo, outras foram sendo organizadas por necessidades diversas. No entanto, o que realmente era semelhante entre as regiões era a condição de vida da população carente de políticas sociais, de formação escolar, impregnada de ignorância política e a falta de perspectivas.

A primeira comunidade de inserção das Filhas do Amor Divino, criada em 1966, no Rio Grande do Norte, foi a de São Gonçalo do Amarante. No entanto, é importante destacar uma experiência que, apesar de não ser no espaço geográfico delimitado para esta pesquisa, acredita-se que as pastorais já apresentadas naquela área eram de grande valor, em virtude de terem sido destinadas aos

nordestinos. Foi citada, no capítulo anterior, a comunidade inserida de Samambaia – DF, evidenciando as pastorais e que, por isso, não deixou de ser uma residência de inserção pelo fato de ter apenas Irmã Expedita e irmã Iaponira.

A comunidade de Taguatinga – DF foi fundada em 1961, podendo ser considerada, de fato, a primeira na região central do Brasil e a primeira das Filhas do Amor Divino da Província do Nordeste. A região do Distrito Federal, mesmo geograficamente localizada na Região Centro Oeste do Brasil, enquanto divisão de Província FDC, faz parte da Província do Nordeste, ou seja, da PRONEVES que abrange do Estado do Ceará a Brasília.

A atenção dada a Taguatinga foi uma exceção devido ao período em que aconteceu, pelo fato de ser destinada aos nordestinos chamados de candangos. De acordo com Farias-FDC (1987), as irmãs receberam do governo uma residência no mesmo local onde estavam os trabalhadores, no Conjunto Hospedaria dos Imigrantes. O trabalho designado para elas foi o acolhimento dos desempregados para encaminhá-los aos setores de construção civil que absorvia muitos homens, bem como os incentivavam a organizarem mutirões. Há um ponto específico quanto às mulheres:

Acolher as jovens vindas de diversas regiões carentes do nosso Brasil, principalmente do Nordeste e Minas Gerais, desorientadas, sem rumo e expostas a todo tipo de perigos que as circunstâncias ofereciam. Sob a orientação das irmãs, elas se preparavam profissionalmente, bem como recebiam orientação espiritual e moral, além de uma adequada e possível orientação intelectual. Eram moças pobres que as irmãs recebiam para trabalhar. Buscavam em Brasília um meio melhor de subsistência. As pessoas que as recebiam para trabalhar procuravam as irmãs. Quando as pessoas, por acaso, não estavam mais satisfeitas com o trabalho delas, não despediam simplesmente, mas devolviam às irmãs que continuavam a ajudá-las até que conseguissem novo emprego. (FARIAS, 1987, p. 41).

Mesmo não sendo na área destinada da pesquisa, é importante fazer referência a essa comunidade inserida, pois foi a primeira, da

PRONEVES, fora do Rio Grande do Norte, que, pela data, foi fundada antes da comunidade de São Gonçalo do Amarante (1966). As irmãs foram recebidas por Dom José Newton de Almeida Batista, que, após apresentadas à região, receberam tarefas para começarem os trabalhos que não eram poucos. Essa pequena comunidade, além da inserção dos homens no mercado de trabalho e na vida, dava assistência especial às jovens conforme citado.

Retornando o foco ao Nordeste do Brasil, relataremos outra experiência vivida por Irmã Felícia quando recebeu proposta para trabalhar em Serrinha, pequena cidade localizada no agreste do Rio Grande do Norte, onde não existia colégio das FDC. Porém o convite vinha carregado de justificativas que ajudaram as irmãs e a Provincial a aceitá-lo. Serrinha, apresentava problemas sociais diversos, bem como a falta de tempo do padre, que só podia dar assistência uma vez por mês, quando ia celebrar a missa. Ainda mais, acontece algo diferente, pois, dessa feita, o prefeito da referida cidade dizia que eram bem-vindas e que seria dado todo apoio necessário para que fundassem uma pequena comunidade de inserção.

Em entrevista, Irmã Felícia disse que o “objetivo principal era trabalhar pastoral da família”. Mas, como havia tido uma experiência com o MEB, em Caicó, e outra, em Salvador, estava atenta aos perigos que afligem o povo. A Provincial também convocou as irmãs: Zoé de Sales, Valeriana e Expedita Andrade para fazerem parte dessa comunidade. Segundo os relatos da entrevistada, só passaram nove meses em virtude de algumas questões que ela relata a seguir:

Com a experiência que adquiri em Caicó, quando cheguei pensei logo em conhecer a realidade do local e vi que era uma cidade muito pequena. O prefeito era o grande latifundiário e, de acordo com o povo era proprietário de 63 fazendas na região. Era um senhor de engenho onde todos os moradores eram seus escravos que viviam à custa e com os cabrestos dele. Eu não sabia! Não me disseram nada e só recebi a ordem para coordenar essa casa. E quando cheguei (tempo)... inventei não, segui o que era o caminho certo. Então, comecei a observar e conhecer a realidade do local. E por isso ele não gostou e levei nome até de comunista. E fui vendo

que todas as pessoas dependiam dele, pois quando não é pelo pedaço de chão se prendiam à construção da casinha. A cidade era muito pobre e tudo girava em prol da candidatura dele. Era prefeito pela segunda vez e ia ser candidato a deputado.<sup>105</sup>

Essa situação vivida pela religiosa não é coisa rara. Isso é comum até nos dias atuais e não fica restrito aos antigos latifundiários conhecidos como coronéis. Atualmente são mais disfarçados e aparecem como benfeitores donos de determinadas fortunas e montante de dinheiro destinado para compra de votos. A busca pelo poder político é como uma doença que vira metástase e toma conta do corpo, da mente e da alma. Fato que os leva a cometer as mais injustas atitudes.

No entanto, as coisas giravam em torno desse falso poder que afetava diretamente o povo, principalmente o pobre político, que é alheio às situações vigentes e se deixa dominar, manipular, até mesmo pela situação econômica de dependência. O trabalho de inserção faz diferença neste contexto, pois consegue mostrar os direitos, os deveres e a luta com eles. Essa aproximação faz com que se sintam mais conscientes e entendam que unidos são mais fortes.

O interessante é que politiquinhos conseguem ou tentam manobrar até quem é instruído. Desde que chegaram à cidade, Irmã Felícia percebeu que alguma coisa estava errada e aquele projeto não ia dar certo. E sobre esse fato é importante saber que as irmãs não perceberam que estavam nas mãos do prefeito:

Para que isso acontecesse, ele nos deu uma casa e daria um valor todo mês para o sustento das irmãs. No dia da posse foi uma coisa estrondosa! Ele chamou uma banda de música, mandou celebrar uma missa campal e foi uma festa! Eu sempre senti que não ia morar ali. Tinha tudo para dar certo, era tomar conta da Igreja e da pastoral da cidade. O padre morava em outra cidade e só celebrava uma vez por mês, geralmente o 3º domingo. Era uma missa

---

<sup>105</sup>Irmã Felícia de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade Ponta Negra-Natal, em setembro de 2017.



corrida! Depois o padre ia para outros lugares. E nós ficávamos à frente da Igreja.<sup>106</sup>

Através da experiência relatada, percebe-se que ela estava atenta quanto ao grau de bondade do prefeito, pois conseguia enxergar que havia má intenção. Não estava assustada com o trabalho a ser desenvolvido e sim, com o que poderia acontecer. Ao receberem o convite para comparecer à prefeitura, logo cuidaram em atendê-lo:

Quando cheguei lá, ele chamou a secretária dele que veio com um papel escrito para eu assinar. Falei; licença seu Manoel, eu posso levar para casa esse papel que eu vou assinar e ler para minha comunidade? Depois eu volto aqui. Ele respondeu: pois não irmã, pode levar! Sorte dele e a minha que eu li e vi que se tratava de um contrato dizendo que eu era Secretária de Educação da Prefeitura. Isso era para poder dar aquela migalha, aquela esmola para poder sustentar a gente. Naquela época era tão difícil chegar a Natal, mas fui. Peguei um ônibus e fui levar o papel para Emaús e lá apresentei a Provincial que era irmã Clemens, que após eu relatar, fez a leitura e também não concordou. Tive que retornar para entregar o documento e dizer que não ia assinar. Depois disso ele disse que não ia nos sustentar.<sup>107</sup>

Essa situação não é apenas um registro na memória. Para tomar uma decisão, é preciso estar disponível às mudanças de planos sendo forte o suficiente para suportar alguma adversidade. Nem sempre as pessoas têm coragem de falar pelo medo que sentem do opressor. E esse opressor é capaz de muitas coisas: intrigas, perseguições e até encomenda de crime.

Não foi diferente com as irmãs. Elas eram responsáveis pela pastoral da família, da juventude e da saúde, além dos trabalhos paroquiais. Assim como muitas pessoas que são ameaçadas e perdem o emprego, entre outras situações, as religiosas também foram perseguidas e tiveram a ajuda financeira suspensa. Mesmo assim,

---

<sup>106</sup>Irmã Felícia de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade Ponta Negra-Natal, em setembro de 2017.

<sup>107</sup>Irmã Felícia de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade Ponta Negra-Natal, em setembro de 2017.

continuaram. Após nove meses, tiveram que sair da cidade, pois não havia condição de continuar, não só por questões financeiras mas pelo que vinham sofrendo.

O então prefeito de Serrinha utilizou-se do momento, vivido no país de combate ao comunismo. A busca era incessante pelos considerados subversivos, fato que amedrontava o povo; em discursos feitos, afirmava-se que as irmãs eram comunistas. Em encontros que elas estavam, ele não desperdiçava o tempo, e alertava o povo para ficar atento aos comunistas. Naquela época, ser comunista era algo do outro mundo e, isso podia excluir as irmãs daquela localidade. Sem a confiança do povo, não era possível ficar naquele lugar. E por isso a experiência em Serrinha só durou nove meses. Entre risos, Irmã Felícia diz: “foi uma gestação”.

Mesmo havendo explicitado que, em 1961, as irmãs iniciaram a inserção em Taguatinga-DF, Farias- FDC (1987), afirma que São Gonçalo do Amarante foi a primeira pequena comunidade de inserção das Filhas do Amor Divino. A cidade apresentava um quadro de pobreza muito grande e, na década de 60, as irmãs foram convidadas a se instalarem naquela região. De acordo com a PRONEVES (2013), chegaram, em 13 de fevereiro de 1966, três religiosas: Irmã Amália, Istanisláva e Corina com o objetivo de coordenar os serviços apostólicos e sociais de que a população necessitava. Na mesma época, em 27 de março, foi reinstalada a paróquia da cidade com a nomeação do padre Agostinho Serrano.

Essa comunidade foi muito atuante, pois, além da pastoral da saúde, desenvolvida no hospital, desenvolveram-se outras pastorais em virtude de que as religiosas moravam na comunidade. As irmãs, que foram pioneiras, faleceram e as que estão vivas e são contemporâneas não têm condição de relatar os fatos. Porém essa pequena comunidade, teve Irmã Fátima Oliveira Costa como Superiora dentre outras que assumiram antes ou depois desse período. O trabalho executado pela entrevistada era o de administrar a casa e ficar diretamente voltada aos problemas daquele entorno.

É necessário viver com o povo. Você vai ver a necessidade convivendo com eles, entendeu? Onde eu trabalhava em São Gonçalo do Amarante, não havia padres e eu recebi do Bispo Auxiliar, Dom Costa, já falecido, uma incumbência. Ele me delegou para assistir batizados e casamentos. E eu ia, sim! Saia da minha casa, eu dirigia nessa época e ia realizar esses casamentos. Eram tantos casamentos!<sup>108</sup>

A Igreja percebia que não tinha condições de suprir a necessidade do povo e abre mão dessa incumbência sacerdotal, chamando as religiosas para também executarem esses trabalhos. Verifica-se, porém, que foi devido à falta de padres e não necessariamente por reconhecimento ao trabalho das religiosas. A situação vigente e o fato de que a Igreja não podia naquele momento perder sua hegemonia contribuiu para que fossem tomadas novas atitudes. Dessa forma, optou por religiosas de várias Congregações e, dentre elas, confiou às Filhas do Amor Divino a responsabilidade de assumir aquelas tarefas.

As irmãs não desenvolviam apenas os trabalhos da Igreja, pois, realizavam os trabalhos pastorais, atendiam às famílias e ficavam à disposição de quem chegasse. Depois iam à casa do povo e, nessas visitas, identificavam as necessidades conforme Irmã Fátima explica:

Quando faltava alimento a gente providenciava na Cáritas. Quando chegava um que não tinha condições de jeito nenhum de viver, a gente procurava um trabalho seja lá onde fosse. Eu trabalhava com Irmã Celma e Irmã Adelina no Hospital, era superiora delas. Então elas me ajudavam muito nesse sentido. Eu pedia: deixe essa menina ajudar, varrer aqui nessa maternidade para ver se ajudava a quem estava passando necessidade. Então a gente sentia a necessidade do outro nesse sentido. Depois até chegaram pra mim para dizer que eu fazia melhor do que o padre porque explicava melhor. Assim também era o batizado. Eu era uma irmã vigária. Eu tinha direito para fazer o que eu quisesse nesse sentido.

---

<sup>108</sup>Irmã Maria de Fátima de Oliveira, FDC: Entrevista concedida na comunidade do Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios –Al, dezembro de 2017.

Fazíamos reuniões na comunidade e depois prestávamos conta à Cúria.<sup>109</sup>

Não obstante, a Igreja percebeu que precisava de ajuda e convidou religiosas para executarem os trabalhos dos então vigários, recebendo a nomenclatura de “Irmãs Vigárias”. Irmã Fátima foi uma das protagonistas dessa época. Por ser uma comunidade de inserção, realizava várias pastorais e trabalhava conforme a necessidade do povo. Mesmo estando implícita na fala, entende-se que a palavra-chave era esclarecimento. A partir dos esclarecimentos, das novas concepções e da visão de mundo pode acontecer a emancipação do homem.

Elas estavam no meio deles e para eles, essa era a grande diferença do trabalho das pequenas comunidades de inserção. Outro fato importante, sendo irmã Fátima a então Superiora da comunidade, ela fazia parte das. Nota-se que não havia empecilho acerca desses trabalhos executados pelas irmãs, bem como nenhuma preocupação da Superiora em relação aos horários estabelecidos para oração, recolhimento, alimentação e descanso comuns na vida regrada dos conventos.

O que estava explícito era a prioridade em atender a todos sem preocupação com o horário ou dia. Por não estar isolada no convento e fazer parte assiduamente das pastorais, a Superiora da comunidade entendia perfeitamente como era a vida de quem se dedicava aos trabalhos na periferia.

Sobre esse assunto, Irmã Fátima esclarece:

Eu deixava mesmo, elas saíam pelas casas para todos os tipos de pastoral. Lá só era o hospital e casa das irmãs. Nosso trabalho era visitar as casas e por isso as irmãs não paravam. Eu ficava muito só. As mais novas chamadas junioristas<sup>110</sup>, às vezes tinha dificuldade em recomendar um corpo. Quando eu saía a Natal para resolver problemas financeiros ou outros, deixava uma delas em

---

<sup>109</sup>*Idem*

casa. Pois, meu objetivo era sempre que a casa tivesse alguém para atender a quem chegasse.<sup>111</sup>

Esse entendimento da Superiora pode dar condição de refletirmos quanto à importância das irmãs estarem fora dos conventos. Por não estarem fazendo parte do cotidiano da vida em comunidade, observa-se que não há preocupação em seguir as regras e horários estabelecidos, visto que, a prioridade é atender à comunidade externa onde estão inseridas. Com isso não deixavam de rezar, descansar e cumprir com suas obrigações enquanto religiosas.

Nesse tipo de trabalho realizado por pequenas comunidades de inserção-FDC, observa-se que o pobre era a referência. Pelas ações realizadas é possível que haja um entendimento de que estão a serviço de Deus e daquelas pessoas pobres que carecem de ajuda. A então Superiora da comunidade de São Gonçalo do Amarante entende que é um trabalho de inclusão social e destaca em entrevista o que achava mais importante.

Olha é o seguinte. Quando a gente conversa com eles percebe que se sentem diminuídos, entendeu? Eles se sentem um nada. Como nós somos freiras, temos jeito de conversar se abrem mais para nós, entendeu? Já com o padre é diferente não têm muita coragem. E, por isso, não sentiam falta do vigário naquela comunidade. Eu convidava o padre para realizar uma confissão, para celebrar uma vez por mês, porque não podíamos ficar sem missa. Mas eles não sentiam a falta não, do vigário! Tudo que queriam, diziam pra gente. E a gente... (tempo) era bem de dentro da casa deles!<sup>112</sup>

Ao ouvir atentamente a fala da religiosa, percebe-se que pode ser nesse tipo de ação que esteja a grande diferença, não deixando o mérito de outras, mas evidenciando a importância da ação pastoral por

---

<sup>111</sup>Irmã Maria de Fátima de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida na comunidade do Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios – AL, em dezembro de 2017.

<sup>112</sup>Irmã Maria de Fátima de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida na comunidade do Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios-AL, em dezembro de 2017.

religiosas que vivem na comunidade e que, também por falta de padres, assumem os ritos da Igreja. Sobre essa situação cita-se:

No pós-Concílio, muitos sacerdotes ficaram perplexos com a questão da própria identidade. Ao apontar para uma eclesiologia abrangente, expressa no conceito de povo de Deus, o Concílio não aboliu o papel do padre, mas, para muitos, pareceu que não havia deixado claro qual seria ele dali em diante. (CABRAL, 2008, p.54).

E dessa forma, aumenta a necessidade de explicitar detalhes dessas ações realizadas. A entrevistada encerra a fala anterior dizendo que “era bem de dentro da casa deles” e continuou:

Nós andávamos na casa deles. Mesmo enfrentado sujeiras tomávamos café. Fazíamos esforço e tomávamos o café. Olhe você tomar café com um pobre, é a coisa mais importante para ele! Você entrou na minha casa! E eu ia. Era um feijãozinho, mas eu ia almoçar com ele. Irmã Fátima na minha casa? Era uma coisa extraordinária! Coisa que os padres não têm tempo para fazer. Isso faz um bem enorme! Talvez não tenha essa sensibilidade feminina, ou seja, sentir-se irmãos deles e deixá-los à vontade. Ao final do dia, eu ia dormir muito tranquila, porque fiz algo por alguém!<sup>113</sup>

É imprescindível o entendimento de que é próximo ao outro que se adquire a confiança, sente-se um deles e a sensibilidade de que ele fica feliz com a sua presença “você entrou na minha casa”. Há uma importância imensurável. É a Igreja que deve ir ao encontro do outro, principalmente dos necessitados. Através dessas visitas, as religiosas entendiam o sofrimento daquelas pessoas, sabiam as necessidades e as dificuldades enfrentadas. Assim, poderiam intervir para esclarecer, ajudar e conduzir às situações vividas.

Em meio a tantos desmandos, como elas poderiam elencar os problemas pela ordem de prioridade? Não só as conversas e visitas resolveriam os problemas. Era identificar o principal, pois, a partir

---

<sup>113</sup>*Idem*

dele, poderiam ser desencadeadas soluções para os demais. Dentre tantos, Irmã Fátima afirma:

O que a gente sente, é a falta de condição. Um dos principais era a falta das coisas básicas. A outra coisa é o egoísmo, ou seja, cada um na sua casa. Ninguém visita ninguém. Umas caras feias. A insatisfação de ser pobre. Mas, depois do nosso trabalho de pastoral de conscientização se ia conseguindo muita coisa! A conscientização era muito importante. Eram problemas em todos os aspectos, todos os aspectos, mesmo! Mas eles não tinham vivência religiosa. Eles nunca tinham tido alguém assim. (Tempo). Uma religiosa que desse assistência. E começaram a ver a nossa vida e ter essa assistência. Nossa casa era aberta e eles iam a hora que queriam ou precisassem. Era qualquer hora, mesmo! Caso estivéssemos descansado podiam chamar. Então essa abertura fazia bem a eles. Eles viam na gente essa fraternidade, essa alegria, essa abertura que ajudava muito na vida deles. Os fazia felizes! Quando a gente tinha, repartia. Mesmo não tendo quase nada, eles nos davam presentes (risos) como: batata, girimum... era a retribuição por tudo que fazíamos por eles! Não é bonito isso?<sup>114</sup>

Ao fazer a análise dessa fala de Irmã Fátima, verifica-se que a falta dos bens materiais básicos é apontado como um grande problema, seguido de outros que sequenciam o primeiro. O que precisavam de imediato era de trabalho. A falta dos bens básicos gerava insatisfação e isso foi uma constante conforme Irmã Fátima aponta. Outro problema sério era o individualismo, que também imperava de forma diferente da experiência da Irmã Ercília Ferreira Rodrigues, que apontou a partilha como uma característica do pobre onde ela trabalhava, fato que contribui para entender a importância das especificidades de cada área atendida. Porém a palavra que resume as pastorais da família, da juventude, da saúde e todos os trabalhos de inserção é a conscientização. Nota-se que ela pode ser o ponto de partida para minimizar a dependência em sua dimensão macro.

---

<sup>114</sup>Irmã Maria de Fátima de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida na comunidade do Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios – AL, em dezembro de 2017.

É nesse contexto que a política partidária (politicagem), toma o espaço no meio dos pobres e aparece com cara de inclusão, de justiça, de bondade e de esperança de dias melhores. Dessa forma, também requeria um olhar minucioso das irmãs no intuito de ajudar a esclarecer o papel do cidadão politizado e não alienado. Sobre esse problema, a entrevistada expressa:

Quanto à questão política sempre fazíamos esclarecimentos. Havia muita orientação. Eles precisavam de ajuda, mesmo! Mas, sempre os conscientizávamos que precisavam deles, mas tivessem cuidado. Recebam, mas nem por isso é preciso se envolver. Eles participavam muito. A Igreja era cheia, era cheia. Levávamos terço para distribuir, rezar com eles e levarem para casa. A Igreja ainda tem muito que fazer. Nunca é demais. Nunca é suficiente, pois, há muita coisa a fazer.<sup>115</sup>

O papel das religiosas, da Igreja e dos leigos aparece como um fio condutor para que essa população excluída não fosse manipulada. Conforme foi citado, a falta dos bens materiais desencadeia uma série de outros. E, a partir dessa certeza, a população da periferia, favelados e ou desempregados são os alvos. Com isso, em pouco espaço de tempo, podem ter o sustento básico e, em troca, aparentemente, pouca coisa, ou seja, fidelidade ao candidato. É de certa forma muito simples, pois, caso seja uma comunidade esclarecida e se não tiverem assistência contínua, poderão continuar pobres dependentes e alheios aos seus direitos.

As comunidades de inserção representam um grande avanço para as FDC da PRONEVES, no Nordeste brasileiro, visto que tomam consciência da situação vigente, que Farias-FDC (1987, p. 60) diz: “assumem a pobreza em dois sentidos: diante do mundo e diante de Deus”. Essa pobreza está relacionada à grandeza de Deus para a humanidade, bem como a impotência diante da economia mundial vigente: injusta e desigual.

---

<sup>115</sup>Irmã Maria de Fátima de Oliveira Costa, FDC: Entrevista concedida na comunidade do Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios –AL, em dezembro de 2017.



Vários trabalhos merecem ser citados e evidenciados entre os que foram realizados pelas FDC. Apesar das dificuldades apontadas, conseguiram somar e serem vozes que defenderam, orientaram e lutaram com e pelo pobre. Dentre eles, a pequena comunidade de inserção de Nova Cruz-RN, desde 1978, por solicitação do padre Patrício Matias de Macedo, se fez presente. Porém, em 27 de dezembro de 1992, por motivos superiores, a comunidade saiu de Nova Cruz e retornou em 11 de fevereiro de 1995, após a solicitação do padre Bianor de Lima Júnior e aprovação do então Arcebispo Dom Heitor de Araújo Sales.

Irmã Celma Maria do Nascimento falou sobre as ações naquela cidade. Na década de 70, já trabalhava com jovens e catequese. A experiência a ser narrada é da década de 80, mesmo que a comunidade há alguns anos já existisse.

No início, quando era noviça de 2º ano, teve a primeira transferência para São Gonçalo do Amarante onde trabalhava com as comunidades rurais e todas as sextas-feiras e sábados passava o final de semana por lá. “Não era fácil. Eu ia aos sítios e viajava no transporte que aparecesse na estrada. Lá visitava as famílias e fazia a celebração da palavra”<sup>116</sup>.

Em Nova Cruz, trabalhava mais com as CEBs, organização através da qual, segundo Farias – FDC (1987, p. 37) “inaugura-se um jeito novo de ser missionário na Igreja dos pobres do Nordeste. Numa Igreja que está nascendo no meio do povo sofredor. E as Filhas do Amor Divino são presença na gestão das CEBs.”

E irmã Celma continua:

Ficamos com as Comunidades Eclesiais de Base e eu acompanhava uns evangelizadores, porque aqui, em Nova Cruz, havia um grupo de pessoas que evangelizavam nas comunidades e todos os meses me reuniam com eles. Sim, viajava também para Lagoa D’anta que hoje é uma cidadezinha e faz parte da paróquia daqui. Aí lá em Lagoa D’anta eu acompanhava todos os grupos de

---

<sup>116</sup> Irmã Celma Maria do Nascimento, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade de inserção de em Nova Cruz –RN, em 21 de setembro de 2017.

pastorais, era a catequese, juventude (tempo). Além de acompanhar as famílias, acompanhava os grupos e estava lá na vida do povo. Sempre quando perguntavam o que a gente fazia. Eu começando a experiência como freira dizia que ficava junto com o povo. Em um curso que a gente fez de formação pastoral quando o assessor perguntava o que você faz lá em Lagoa D'anta, na verdade eu achava que não fazia nada. Então dizia: Só sinto que o povo me ama e eu amo o povo e esse era o trabalho que a gente fazia. Lá passei quatro anos e depois fui transferida para Santa Cruz onde tudo era um pouco diferente porque só trabalhava num bairro. Eu só trabalhei um ano e não me encaixei muito. Aí foi nesse tempo que parei um pouco e vim para Natal estudar, ocasião em que fiz um curso.<sup>117</sup>

Vê-se a trajetória das ações de irmã Celma e confirma-se que sua vida religiosa está ligada à vida e à necessidade dos pobres. Mas, quando ela disse que algo fez com que não se encaixasse em uma das experiências, explica:

Na verdade eu saía daqui e cada final de semana ia ao conjunto onde a gente morava. Nós éramos quatro freiras. Uma ficava na cidade e as outras no município. Ficava na casa do povo e fazíamos reuniões com os jovens e lá em Santa Cruz o trabalho foi reduzido. Não nos envolvemos com pastoral nenhuma e todo nosso trabalho era para dar atendimento naquele conjunto. Era um trabalho do mesmo jeito da pastoral, mas somente naquele local. Por isso não me identifiquei com a metodologia que foi adotada pelo padre. Fui para Emaús e fiz um curso de Ciências Religiosas onde fiquei por dois anos. Quando saí de lá, fui para Cajazeiras, na Paraíba. O Bispo era Dom Matias que tinha sido padre daqui de Nova Cruz (risos). Quando saí da primeira vez o padre que era daqui também foi ser Bispo lá em Cajazeiras e a irmãs que estavam aqui foram trabalhar com ele na Cúria. Ele ainda pediu uma freira para trabalhar na catequese e outra para trabalhar a pastoral do menor. Segundo ele tinha muitas crianças de rua em situação de risco. Então me chamou e eu fui para isso. Muita apreçada porque nunca tinha trabalhado com essa pastoral. Mas fui e ainda fiquei dois anos lá em Cajazeiras.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup>*Idem*

<sup>118</sup>*Idem. ibidem*

As irmãs eram convidadas para atuar em algum lugar na condição de pequena comunidade de inserção. Nas entrelinhas, é observado que havia alguns problemas, esses que não chegaram a impedir a atuação delas.

Na verdade quando eu cheguei a Cajazeiras, foi um pouco difícil porque lá as crianças eram violentas e viviam nas ruas. Dom Matias queria começar o trabalho e não tinha gente disponível para ir comigo. Mas, tinha um pouco de estrutura financeira que o Bispo havia dado. Era para começar algum trabalho de imediato com algumas crianças. E eu não sabia o que fazer! Não tinha um espaço para juntar e trabalhar com aqueles meninos. Tinha que procurá-los. A realidade da cidade era assim mesmo! Muitas crianças morando na rua, dormindo pelas calçadas e pelas praças. O Bispo queria fazer um trabalho e com isso pensava como era que eu ia fazer? Como vou começar? Foi realmente um tempo muito difícil. Dom Matias ficava cobrando a todo tempo no meu pé e dizia: “vá pra rua, vá pra rua. Procure os meninos na rua. Vá embora pra rua”. Então eu comecei a ir pra rua. E a gente começou. Depois um abrigo de idosos nos cedeu um espaço. Então começamos a reunir essas crianças convidando para que fosse tal dia. E a gente conseguiu juntar conversando, animando e até fizemos uma sopa. Mas eram muito violentos! No primeiro dia de sopa quando os pequenos receberam a sopa só era botando fora. Os maiores tinham colocado pimenta. Era uma turma da pesada (de 7 a 12 anos) e gente ficou se reunindo uma vez por semana.<sup>119</sup>

Como se tratava de um trabalho muito difícil, era primordial o planejamento, as reuniões, divisão de tarefas, a equipe organizada e consciente daquela realidade. Assim, Irmã Celma explica como foi o início daquela atividade dizendo,

Começamos o trabalho e para ocupá-los pensamos em trabalhar com reciclagem de papel. Mas quando estava começando fui transferida para Nova Cruz para ser Superiora da Casa. Participei de vários cursos em João Pessoa sobre a pastoral das massas. Então vim embora para Nova Cruz para fazer o que eu gostava. O que eu não esperava é que quando chegasse aqui, o padre daqui era o que estava quando eu comecei um trabalho com meninos

---

<sup>119</sup>Irmã Celma Maria do Nascimento – FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade de inserção de em Nova Cruz-RN, em 21 de setembro de 2017.

carentes. Ele havia recebido um casal da Alemanha que viu este local (uma área ao lado da Igreja com galpão, espaço para plantar, sala de aula, a igreja e a casa das irmãs) e achou que poderia ser feito um trabalho com as crianças, meninos pobres.<sup>120</sup>

Seria mais um trabalho destinado às crianças carentes, inclusive algumas de rua. Era comum a ajuda de pessoas que visitavam o Nordeste do Brasil e se inquietavam com os índices estatísticos e, por isso, ofereciam ajuda para que fosse desenvolvido algum projeto. As crianças eram a maioria sem escola, pediam esmolas nas ruas juntamente com seus pais. Apesar da situação difícil, gerava-se um vício, já que não estudavam, não trabalhavam e, mesmo assim, tinham a comida todos os dias.

De acordo com Irmã Celma, sobre o casal que era amigo do padre “quando estiveram aqui (Nova Cruz) e viram o espaço, aí ela (Ingrid) disse: “este espaço é muito bom para fazer um trabalho com as crianças pobres, padre”! Logo de imediato o padre chamou irmã Celma e disse: “Olha Celma, Leo e Ingrid querem que a gente faça um trabalho com os meninos e meninas de rua, já deram até cheque para construir e fazer alguma coisa.”<sup>121</sup>

Então, a irmã e o padre começaram. Nesse trabalho, ela passou oito anos. Segundo a entrevistada, foi um trabalho muito difícil com as crianças. Era semelhante ao que hoje chamamos de educação integral, porém o intuito não era escola. Mesmo existindo uma sala de aula, só funcionava para intensificar o que foi estudado na escola. As famílias eram visitadas e o momento era destinado a identificar os problemas que, posteriormente, seriam trabalhados e direcionados nas pastorais.

Houve a redução de meninos e meninas de rua, aumento de alunos na escola, conseqüentemente redução de repetência, a evasão deixou de existir e, com isso, a responsabilidade aumentava. Sorrindo, Irmã Celma disse: “ficávamos com os meninos e meninas todos os

---

<sup>120</sup>*Idem*

<sup>121</sup>Fala do padre citada por Irmã Celma Maria do Nascimento

dias e se dissesse vão herdar o céu eu acho que era pelos oito anos que eu trabalhei com esses meninos de rua”<sup>122</sup>.

Diante desses relatos, vê-se que as pequenas comunidades de inserção realizavam trabalhos diversos, e nem sempre estavam preparadas para o tamanho do problema. No entanto, como as Congregações em sua maioria eram europeias, era comum receberem visitas de amigos que ajudavam financeiramente na execução de projetos com as crianças e as famílias.

Irmã Celma se sentia gratificada com o que fazia em Nova Cruz, e, por isso, faz uma análise acerca da situação de Cajazeiras-PB, apontando as causas de não ter ficado e diz:

Em Cajazeiras um dos problemas era a minha falta de conhecimento sobre o assunto. Eu ainda não tinha trabalhado com aquela realidade. Mas, só que, eu não sabia que Deus estava me preparando para cá. Aquilo lá, (silêncio) aqueles dois anos eram a preparação pra trabalhar aqui. É tanto que eu participei de várias formações de pastoral do menor. E lá o difícil foi isso. Sim, a gente ainda tinha que olhar nas bermudinhas, nas bolsas e, eles geralmente tinham faca ou canivete (tempo) e tinham de tudo! Aqui (Nova Cruz) já foi mais fácil nesse sentido. Havia muitos meninos carentes e a situação naquela época era muito difícil. Não havia bolsa família, bolsa escola, nada! Hoje, a gente já sabe que é mais fácil essa situação. Os pobres já não passam tanta fome como antigamente e naquele tempo muitas crianças ficavam nas ruas (risos) e eu tive que de novo ir para as ruas pegar o nome dos meninos. Mas foi mais fácil! Aqui tinha espaço e eu já tinha experiência. O padre disse que esse casal da Alemanha estava disposto a ajudar. Então, tive que arranjar uma pessoa. Era uma senhora. A ideia deles era fazer uma horta. Então eu também precisava de um senhor que coordenasse essa parte da horta e a senhora para fazer comida e ficar com as meninas.<sup>123</sup>

A nova atividade em outra cidade apresentava uma situação um pouco diferente. Porém se faz uma breve análise acerca da

---

<sup>122</sup>Irmã Celma Maria do Nascimento, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade de inserção em Nova Cruz-RN, em 21 de setembro de 2017.

<sup>123</sup>Irmã Celma Maria do Nascimento, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade de inserção de em Nova Cruz-RN, em 21 de setembro de 2017.

situação das crianças que foram assistidas independente de uma cidade ou outra. Havia muitas crianças na rua, que apresentam dois aspectos. Um grupo que vivia na rua, mesmo tendo família, como é o caso de Cajazeiras. O outro grupo é aquele que passa o dia na rua e à noite volta para casa. No entanto, o segundo grupo pode ser considerado mais fácil de realizar as atividades propostas na tentativa de reduzir a exclusão.

Faz-se a observação acerca da importância da família, independente do grau de instrução e a necessidade das atividades que atendem para o foco do problema conforme será apresentado a seguir:

A sugestão foi começar com 20 crianças. Eu disse: “Pelo amor de Deus, não”! Vamos começar com 12 crianças, (risos) os doze apóstolos entre 10 meninos e 2 meninas. Lançamos a horta e lá plantamos coentro, cebolinha e alface. Isso porque as crianças que estavam nas ruas pedindo dinheiro diferente das de Cajazeiras que dormiam na rua, só ficavam pedindo dinheiro. Aqui nós tínhamos a maioria que tinha casa e apenas 2 ou 3 já tinha dormido na rua. E para essas crianças saírem daquela situação tínhamos que fazer algo para que eles recebessem dinheiro pelo trabalho e não pedindo. Não estudavam, saíram da escola e naquele tempo não tinha incentivo como tem hoje. Se não estudar perde a ajuda do governo. Eram crianças de 12 a 17 anos que ainda não sabiam ler e não iam para a escola. Então o 1º trabalho foi alfabetizá-los. A mesma que fazia comida, tinha formação e junto com as freiras também ajudava. Éramos para tudo! Só existia a capelinha e com o dinheiro que o casal deu construímos uma varanda, uma cozinha, uma sala para o reforço e um banheiro para as meninas. O banho dos meninos era na bica (foi feito uma plataforma de cimento e um chuveirão ao ar livre (tipo feito próximo a piscina em meio às plantas). O incentivo era esse. Mesmo atenta ao Estatuto da Criança. Então eles chegavam logo cedo, tomavam café e depois iam para essa atividade da horta. Ficavam até às 9 horas. Só os maiores, nesse espaço. Depois às 10 horas era a aula de reforço de alfabetização, depois tomavam banho, almoçavam e iam para a escola. Nós conseguimos matriculá-los numa escola aqui perto. Eles tinham que ir para a escola se não saia do projeto. À tarde, iam todos juntos para a escola. Eu achava muito bacana quando eles saíam e diziam: “Tchau tia Celma, a bênção tia Cida (era a outra freira).” Ai foi aumentando o número de meninos. Mas, continuamos. Dois dias na semana eles saíam com a bacia de verdura para vender. Eu comprei uma bacia para cada um e eles

saiam vendendo. Eles chegavam com 5 reais, então 2 reais e 50 centavos eram deles e a outra metade era para o projeto. O nome do projeto era “Acolher e Alegrar Meninos e Meninas de Rua”. Eu misturei com a máxima da Madre Francisca (Fundadora) “Alegrar, Tornar Feliz e Conduzir ao Céu”. Eles não precisavam estar nas portas dos mercados pedindo. Depois disso, foi aumentando o número de meninos e a gente fez uma equipe para ajudar na pastoral do menor. O povo da Alemanha continuava ajudando, todo ano mandava um contêiner cheio de roupa, brinquedo e vinha de tudo, tudo o que você pode imaginar... eram bicicletas e a gente vendia com um preço de bazar para manter o projeto. Depois de dois ou três anos eles vieram e assistiram um casamento aqui. A noiva era muito pobre e eles se interessaram e perguntaram. “Como é que a moça é pobre e se casa com uma roupa tão bonita? Eu respondi: “É que eles alugam! Ingrid, é bem barato, não gasta tanto”! Aí ela disse: “Nós podemos ter uma loja de aluguel?” (Risos) Pode mandar uns cinco vestidos da Alemanha e agente aluga mais barato para as noivas. Aí eu pensei: pode dar certo! Aqui nós só tínhamos uma loja de noiva.<sup>124</sup>

O projeto era muito bom, mas não estava isento de problemas. É explícito que em virtude da situação caótica que o Brasil estava enfrentando, principalmente nas periferias e cidades do interior, a ideia era que as coisas comessem em curto prazo, sem muito tempo para planejar ou escolher na comunidade quem tinha experiência com aquela situação. Não era tão fácil encontrar religiosas com muita experiência em virtude de que se tratava de uma situação nova vivida pela igreja e por elas. Foram muitos anos trabalhando, vendo o pobre carente precisando de tudo. E, portanto, havia muita coisa a fazer.

O Nordeste brasileiro estava com milhares de crianças sem estudar e entre os adultos aumentava o índice de analfabetismo. Sem emprego, as famílias achavam que era bom ou mesmo por falta de opção, expor as crianças nas ruas. Contudo, as consequências eram gritantes e quase que irreversíveis. No final dessa entrevista, Irmã Celma diz que a loja de vestido de noiva funcionou até os anos 90 e acabou com a transferência do então vigário e as interferências de

---

<sup>124</sup>Irmã Celma Maria do Nascimento, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade de inserção de em Nova Cruz –RN, em 21 de setembro de 2017.

outras pessoas alheias ao projeto. A comunidade de inserção em Nova Cruz ainda está em pleno funcionamento, com Irmã Celma e outras religiosas.

Sobre o sentido da inserção Farias-FDC, diz:

Compreendo o verdadeiro significado da inserção, as Irmãs foram pouco a pouco assumindo uma caridade libertadora e organizativa, isto deixa de lado os outros tipos de caridade (assistencial e promocional), que também são necessárias em determinado momentos e não podem ser deixadas de lado, porém conscientes de que a caridade libertadora dá ênfase ao apoio aos movimentos populares de todos os tipos e em todas as circunstâncias para que o povo organizadamente lute pela superação das estruturas de pecado, pois uma realidade estrutural só poderá ser mudada dentro e através duma ação organizada, com a convicção cada vez maior de que é imprescindível que os valores evangélicos impregnem as estruturas dessa nova sociedade. (1987, p.42).

Nessas ações, percebe-se que, aos poucos, as irmãs FDC atendiam em especial ao público-alvo, que, desde a fundação da Congregação, era explicitado por Madre Francisca: os jovens e as crianças. Nesse momento, as mulheres já não eram as viúvas de soldados da guerra, e sim eram esposas e companheiras de homens, por vezes, trabalhadores e desempregados, geralmente analfabetos, dependentes do alcoolismo ou das drogas. Associado a esses fatos, a violência doméstica crescia.

Para tanto, foram criados os patronatos, que eram casas de inserção para os menores sob a administração de religiosas em alguns lugares do Nordeste. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da PRONEVES (2008-2011, p. 30), foram fundados o Patronato da Divina Providência em Guaiúba - CE; era um externato para atividades apostólicas (1960-1964), foi fechado por causa da incompatibilidade entre o pároco e as irmãs. O Patronato Padre Dionísio Mosca, em Aratuba - CE, para menores (1964-1969), foi extinto por falta de condição de trabalho. As FDC abraçaram essa causa sendo destaque o Patronato de Ponta Negra- RN. No intuito de



saber mais um pouco sobre ele, foi necessário ouvir Irmã Maria Zilda de França que o assumiu em 1977.

Assim se expressa a Irmã Maria Zilda:

Passei cinco anos e para mim foi um trabalho muito útil, tanto para mim como para as crianças. Era um trabalho voluntário, nós tínhamos já no final do ensino 450 crianças e todas elas eram dos bairros pobres, muito carentes, principalmente aquelas dos lares desajustados. Nós não tínhamos como cuidar melhor das crianças porque financeiramente não tínhamos nada, e precisa ir buscar. Eu corria muito para adquirir as coisas para elas. Chegou o momento que o Estado fez o convênio com o patronato e melhorou a situação e então passou a receber 13 centavos para o lanche de cada criança. Mas o montante não era suficiente. Então ia buscar o complemento e adquiria para eles e para as mães alimentos para que pudessem cuidar de seus filhos em casa. Acredito que foi uma experiência muito grande. Nunca havia trabalhado num orfanato com crianças tão carentes de tudo e de afeto materno e paterno. Eles eram soltos. Mas, por mim se não tivesse fechado, ainda estaria lá até hoje.<sup>125</sup>

O patronato de Ponta Negra-RN era destinado aos meninos de rua e da periferia. Além das tarefas da escola, as religiosas realizavam o trabalho de pastoral com eles e com suas famílias, bem como faziam visitas às casas e alguns eram recebidos como internos. Pode ser entendido como casa de inserção, visto que as irmãs trabalhavam com eles onde estivesse edificado o patronato, além da assistência às famílias em suas residências.

Há uma diferença do trabalho apresentado por Irmã Zilda. Observa-se que eram muitas crianças pelo fato de que não havia limite, ou seja, sempre atendiam a quem chegasse. Portanto, carecia da presença diária naquela localidade. O patronato em pauta foi demolido durante uma madrugada em consonância com algumas autoridades competentes e os empresários que também sabiam da sensação de pertença daquela sociedade que dela fazia parte e da comunidade

---

<sup>125</sup>Irmã Maria Zilda de França, FDC: Entrevista concedida no Colégio Nossa Senhora das Vitórias, Assu-RN em setembro de 2017.

religiosa. E foi dessa forma, temendo algum movimento contrário, que aconteceu a demolição.

O patronato ficou apenas na memória de quem passou por lá para ser acolhido ou para trabalhar, pois o seu espaço foi ocupado por um hotel cujos proprietários são italianos. Contudo, não há nada que identifique que, durante várias décadas, acolheu jovens pobres, que sonhavam com dias melhores, cuja maioria das mães lutava para que seus filhos saíssem da delinquência. Irmã Zilda, em entrevista, ainda afirma que:

Não havia seleção para que os meninos fossem para lá. Havia um órgão que ajudava e indicava crianças para o patronato. Em casos gritantes de crianças muito complicadas era a justiça que resolvia. Mas, no tempo que eu estava lá só foram dois casos. Essas crianças eram altamente desajustadas. O patronato recebia crianças com faixa etária de 6 anos até os 13 ou 14 anos, mas poderia ficar até mais, quando não tinha para onde ir, no máximo 18. Os que moravam perto iam para casa, os que não tinham para onde ir e os que moram distante ficavam no patronato. Eram 50 meninos internos que dormiam. Era uma loucura! Era uma loucura! (Risos). Sem contar que só tínhamos um monitor. A gente ficava totalmente à disposição deles, só no final da semana íamos à Emaús, porque precisávamos de um lazer. Era um trabalho exclusivamente para eles! Aprendi muito!<sup>126</sup>

As religiosas, em meio às suas limitações, tentaram. Geralmente, nas periferias, há muitas crianças, jovens e adolescentes, que, por falta de incentivo da família e da ajuda da própria conjuntura sociopolítica do país, eles preferem ficar nas ruas. E, nesse processo, as coisas vão-se modificando ao passo que eles crescem. Enquanto crianças pedem dinheiro nas portas dos bancos, igrejas, praças, comida na porta dos restaurantes, supermercados e restaurantes. Enquanto o próximo passo, por não se sentirem satisfeitos com o que recebe e por influência de outros, optam pelas drogas e pela marginalização.

---

<sup>126</sup>Irmã Maria Zilda de França, FDC: Entrevista concedida no Colégio Nossa Senhora das Vitórias, Assu-RN, em setembro de 2017.

Era, de fato, uma tentativa de inserção para aqueles 50 meninos internos e os outros que só passavam o dia. A situação também não era fácil nem para as irmãs e nem para eles. À época, as políticas públicas eram inexistentes; órgãos governamentais como Conselho Tutelar, Ministério Público alguns que já existiam, mas não atuavam ou eram acanhados, sem muita expressão. Isso confirma quando Irmã Zilda diz:

A vida deles era difícil! No patronato, fazíamos o papel de diretora, assistente social, psicóloga e procurava ver o que poderia fazer por aquelas crianças. Éramos quatro irmãs: Vera, Clemes, Lucenete e eu. No final só irmã Vera e eu porque as outras foram transferidas. Era pouca coisa para tantos! Já o material escolar melhorou depois do convênio.<sup>127</sup>

Havia a certeza de que muita coisa deveria ser feita, mas os problemas diversos inviabilizavam a realização de um trabalho melhor. É nessa situação que vale citar os órgãos públicos que não assumem a responsabilidade e, sendo assim, não garantem o mínimo dos direitos que estão contidos na Constituição.

Apesar de ser um verdadeiro cartão postal, na praia de Ponta Negra, uma das mais bonitas do Nordeste e do Brasil, há muitos trabalhadores que constroem suas casas no entorno formando uma grande área de periferia. Geralmente, o número de filhos, a falta de condições financeiras e os vícios comprometem a vida deles aumentando os desajustes. A título de informação, Irmã Zilda lembra que a fundação do patronato teve o propósito de trabalhar com prostitutas, sendo, pois, ação de outra Congregação que chegou primeiro àquela localidade. Quando essa saiu, foi implantado o patronato e desta feita com as Filhas do Amor Divino. A entrevistada fala sobre a situação, os problemas, o ensino religioso e o carinho que aquele povo tinha às FDC:

---

<sup>127</sup>Irmã Maria Zilda de França, FDC: Entrevista no Colégio Nossa Senhora das Vitórias, Assu-RN em setembro de 2017.

A gente tinha acompanhamento familiar. No acompanhamento familiar observava-se que o maior problema era o desajuste. Era também a pobreza, mais não era o maior problema. O ensino religioso era ministrado por irmã Vera, a gente dava muito apoio para eles, e, às vezes, quando eu tinha tempo, ia também. Não havia explícito que eles seguiam um credo religioso diferente, nunca percebi. Acho que eram tão pobres de um jeito (tempo) da palavra de Deus, que para eles era uma coisa só. Não demonstravam que tinham uma religião diferente. Nunca disseram que tinham outra religião. A presença das irmãs muito ajudava no desenvolvimento dos trabalhos. As Filhas do Amor Divino eram muito queridas por eles. Quanto às questões de comportamento, principalmente os internos era um pouco complicado. Eram os mais desajustados que ficavam com a gente e esses davam mais trabalhos. Não foi feito registro de drogas, e sim apenas desajustes familiares era o lado afetivo que pesava. As mães nos procuravam muito e diziam como era a vida delas. O foco maior era o desemprego. Acredito que mesmo sendo doméstica ajudava, mas quando não trabalhavam e não tinham o que comer o desespero chegava. Por isso, que eu fazia um máximo para trazer para elas o que eu arranjava. Ganhava dos supermercados produtos que estavam próximo ao vencimento bem como as verduras e legumes.<sup>128</sup>

Esse tipo de atividade exigia muito das religiosas. Além de saírem do convento para morar em pequenas comunidades sem boa infraestrutura, enfrentavam todo tipo de situação. A responsabilidade era ímpar, bem como os propósitos. Mesmo tendo a parceria da Igreja, a entrevistada ressalta que a presença do padre era quase inexistente. Fazia-se presente quando era convidado a celebrar missa em momentos festivos para o calendário litúrgico. A pobreza estava ali e era difícil de ser extinta. Contudo, faz-se necessário saber o que as irmãs entendem por pobreza.

Assim, Irmã Zilda respondeu:

Pelo trabalho que eu realizei lá, tive uma visão mais ampla da pobreza. A pobreza tem dois aspectos. A pobreza de espírito que a gente deve chegar mais perto e a financeira que é mais fácil de arranjar. Só é ter conhecimento e ir buscar. Pelo trabalho que fiz

---

<sup>128</sup>Idem

tenho uma visão mais ampla da pobreza. É tanto que quando eu posso, ajudo.

Essa pobreza material a que irmã Zilda se refere acontece pela negação dos direitos, principalmente pela falta de trabalho e então ela aumenta e se alastra nos morros, nas encostas, nas periferias, nas calçadas, nos prédios abandonados e prolifera gerando inúmeras consequências. A tarefa de alertar, conduzir, denunciar e ensinar fez com que muitos começassem a enxergar novos caminhos e outras formas de viver melhor.

O problema é que ajudam aos filhos, mas têm que, paralelamente, estar também fazendo um trabalho com as famílias, e os desajustes das crianças são também reflexos do seio familiar. Hoje, próximo ao extinto patronato de Ponta Negra, ainda existe uma pequena comunidade das irmãs, não mais de inserção, onde reside Irmã Felícia.

Sobre essa situação, convém lembrar o que Irmã Celma, que trabalha em Nova Cruz, percebe sobre o trabalho com o pobre:

O povo ensina muita coisa a gente! Trabalhando com o povo a gente aprende muita coisa principalmente exemplo de humildade e como perdoar (segundos de silêncio) e a simplicidade deles. Aquilo que se tem como carisma se aprende com o povo porque ele acolhe demais. Foi muito aprendizado! E os oito anos com as crianças carentes! Olhar para eles é dizer: “É coisa de Deus mesmo! Estou fazendo por causa de Jesus”! Meninos rebeldes! Para mim foi um grande ganho!<sup>129</sup>

Os resultados são vistos a médio e longo prazo. As irmãs entrevistadas afirmam que foi também aprendizado para a vida delas aquelas experiências. Irmã Celma lembra com saudosismo a primeira experiência, em Nova Cruz e com muito prazer diz: “Os da primeira turma estão casados e ainda hoje me chamam de tia Celma. Uns são

---

<sup>129</sup>Irmã Celma Maria do Nascimento, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade de inserção de em Nova Cruz-RN, em 21 de setembro de 2017.

professores e professoras da prefeitura. Eles estão empregados! A gente aprendeu muito coisa, principalmente saber acolher!”

É esse aprendizado do acolhimento que os faz sentir-se fortalecidos. Há reciprocidade dos que recebem e dos que se doam. Contudo, a entrevistada ainda completa:

O que me ajudou muito é porque eu sou pobre. Na verdade eu não fiz voto de pobreza eu já havia feito o voto. Cresci numa família pobre. Eu compreendo tudo! Ser pobre é faltar o café da manhã quando o dia amanhece. É o pai olhar para a mesa e não ter o que comer. Há a carência material das pessoas. Ser pobre é também ver a necessidade do outro! Trabalhar com o pobre de carência espiritual é mais difícil, tem que bater muitas vezes à porta.<sup>130</sup>

Nessa análise das dificuldades apontadas em trabalhar pobrezas diferentes, verifica-se que, mesmo as duas entrevistadas estando em locais distintos, têm respostas semelhantes. A pobreza material e a espiritual. A primeira é apontada como mais fácil de conduzir, pois com força de vontade, fé, perseverança, coragem e oportunidades conseguem. Porém, mesmo tendo todos os requisitos citados, se não tiver coragem de reagir, não irá escutar os apelos, não entenderá as denúncias e será um forte candidato para a alienação. E ainda poderá apontar Deus como culpado, ou seja, a velha frase “é porque Deus quer”.<sup>131</sup>

É perigoso alimentar essa afirmação. A outra é uma nomenclatura moderna que é a exclusão. Não se pode deixar ficar no dito antigo e nem tampouco mudar o discurso e continuar com as mesmas ações e concepções. A exclusão também é pobreza. No mundo moderno, algumas palavras estão sendo pronunciadas com mais frequência, enquanto podem estar camuflando as antigas e perdendo seu verdadeiro sentido. Nesse caso específico, trata-se da

---

<sup>130</sup>Irmã Celma Maria do Nascimento, FDC: Entrevista concedida na pequena comunidade de inserção de em Nova Cruz-RN, em 21 de setembro de 2017.

<sup>131</sup>Dito popular

pobreza e da exclusão, ou seja, as duas têm seus significados na sociedade.

Seria mais conveniente apresentar a exclusão como uma consequência da pobreza, essa que tem variações e significados dentro do contexto em pauta. É evidente a disparidade social do Brasil, desde a sua formação. Fato que não deve servir como justificativa para a continuidade da desigualdade social. As FDC acompanharam essas situações e, assim como Madre Francisca, fizeram opção pelos pobres e um desses grupos eram as empregadas domésticas. Nesse intuito foi aberta uma pequena comunidade de inserção para o acolhimento de empregadas domésticas.

Sobre essa casa não foi possível pesquisar nos arquivos das FDC, porém foram encontrados alguns dados fragmentados na Coleção Potiguariana Digital (2012) que aborda a Biografia de Dom Nivaldo Monte. Nesse documento, fala-se da doação do terreno, chamado Granja Emaús, pela família de Dom Nivaldo, então capelão das Filhas do Amor Divino, onde seria construída a casa de formação das Filhas do Amor Divino em Parnamirin–RN.

Dentre várias ações destinadas ao pobre sob a responsabilidade de Dom Nivaldo Monte (2008) na tentativa de minimizar a situação de miséria naquela região, em 1966, ele também fortaleceu o Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Serviço de Ação Urbana (SAUR) no Rio Grande do Norte, criado por Dom Eugênio de Araújo Sales. Dessa forma, quem morava no campo ou na periferia teria oportunidade de ser assistido pelos referidos projetos.

Dom Nivaldo e Dom Eugênio ainda não estavam satisfeitos com os trabalhos nas zonas rural e urbana, percebiam que ainda faltava atender a algumas especificidades consideradas de extrema necessidade. A intenção não era reduzir e sim acrescentar assistência direta ao combate da prostituição, indo atuar com as pastorais nas áreas populares que apresentassem esse risco. Em 1947, fundaram a Casa da Empregada Santa Zita, que, na religiosidade popular, foi empregada doméstica e, por isso, tornou-se protetora das empregadas. Segundo sua história com o pouco que tinha fazia muito pelos pobres.

A fundação da referida Casa teve o intuito de realizar trabalhos que favorecessem a formação das empregadas domésticas, bem como em outras áreas de atuação pastoral da Terra, do Trabalho, Operária, Carcerária, da Mulher Marginalizada e Frente de Alfabetização Popular (FAP).

Nesse espaço de tempo, Dom Nivaldo Monte (2008) acompanhava as reuniões com religiosas de diversas Congregações, dando assistência através de retiros, palestras, celebrações, ministrando o Curso de Ascética e Mística<sup>132</sup>, e instalando casas de formação para as religiosas. Essas casas se expandiram para o interior culminando na experiência das pequenas comunidades inseridas, sendo, pois, criado um Vicariato Episcopal<sup>133</sup> para as religiosas. Então, várias irmãs Filhas do Amor Divino, ao longo do tempo passaram por lá, realizando trabalhos diversos para e com as domésticas.

Para melhor entendimento acerca da referida casa, convém fazer uma leitura do depoimento de Irmã Ângela Bezerra, que hoje se encontra na casa de repouso Santa Maria, de propriedade da Congregação, em Emaús, em Parnamirim. Segundo ela,<sup>134</sup> chegou à Congregação nos anos 60 do século passado. Quando se lhe perguntou sobre essa casa de inserção, afirmou:

Não sei o certo como foi fundada. Mas, o nosso trabalho era com as domésticas. Elas nos procuravam para que arranjássemos emprego nas casas e aí ficávamos com o nome e contato. Procurávamos informações delas das últimas três casas que haviam trabalhado. E assim, eu ou outras irmãs que tivessem trabalhando lá fazia a indicação. À noite elas tinham aulas na Santa Zita e eram grátis. Havia duas turmas, irmã Eufrásia era diretora e professora. Além das aulas, Irmã Eufrásia ensinava

---

<sup>132</sup>Ascética e Mística eram cursos que enfatizavam a Teologia e a espiritualidade. Preparavam as religiosas para enfrentar, os trabalhos com os pobres.

<sup>133</sup> Vicariato Episcopal é um instrumento evangelizador mais descentralizado, propõe abrangências de acordo com as necessidades e foi criado após o Concílio Ecumênico Vaticano II.

<sup>134</sup>Irmã Ângela Bezerra, FDC: Entrevista concedida na Vila Maria em Emaús, Parnamim-RN.



trabalhos manuais e algumas coisas da culinária como bolos, tortas e outros. Geralmente eram meninas jovens que apareciam, mas, não pagavam mensalidades. E a opção para manter a casa foi com o regime de pensionistas e um restaurante que era bastante movimentado. Éramos três: Maria Dalva (coordenadora e professora) Eufrásia e eu. Lembro que Maria Dalva dava aulas de religião. (tempo). Mas, foi um trabalho muito bonito! Não tinha restrição às questões religiosas só de sexo porque só podia mulheres. Um dia teve que fechar porque precisava de reformas e era muito dinheiro. Então, não recebíamos verbas para isso e a Congregação não tinha condições. Depois, a casa foi vendida para uma construtora e hoje no local só tem apartamentos. As pessoas faziam propagandas das nossas refeições e isso ajudava na manutenção da casa com a mensalidade das pensionistas. Mas para reformar não deu.

A casa de Santa Zita foi fechada já neste século. Porém não foram encontrados registros sobre o fato. No entanto, pode-se deduzir o período pelo fato de que irmã Celma, em entrevista afirmou ter trabalhado lá até 2003. Essa pequena comunidade era diferente das demais, não estava localizada em periferia.

Não foi possível pesquisar, em documentos das FDC, a fundação da Santa Zita e dados mais detalhados de como funcionava. No entanto, era mais uma casa de inserção que, apesar de estar localizada em uma área privilegiada, na cidade alta de Natal, quando foi fundada ainda era um bairro pouco povoado. Mais tarde foi sendo ocupado por casas de famílias nobres e, nos fins do século XX, por grandes prédios. Contudo, tinha o objetivo de ajudar aos necessitados, mesmo tendo que, para o sustento, obtivessem recursos oriundos do restaurante e das jovens pensionistas.

Nesse contexto, retoma-se a educação escolar como ponto referencial. Não obstante, mesmo recebendo indicações de trabalho e aulas de culinária, o que realmente foi um grande bem, sem dúvida foi a educação escolar que era oferecida à noite. Apesar de não ter localizado domésticas que passaram pela Santa Zita, subentende-se que para uma desempregada e analfabeta encontrar pessoas que arranjem emprego e deem educação escolar gratuita.

Por falta de mais informações documentais, têm-se algumas dúvidas quanto às minúcias do funcionamento. Porém foi um trabalho que merece ser destacado, visto que atendeu a uma classe trabalhadora discriminada, com predominância feminina, e que só teve seus direitos reconhecidos neste século e nem todos postos em prática.

Sabe-se que, no século passado, as empregadas domésticas, em sua maioria, eram tratadas como escravas: algumas recebiam um pequeno salário e outras trabalhavam apenas para ter a comida garantida. A condição não era das melhores e nessa discussão entram as questões étnico-raciais.

Atualmente, não só as negras, pois a situação econômica do país traz melhorias para essa classe, proporcionando a algumas a oportunidade de estudar e, a duras penas, cursar o nível superior.

Educação e conhecimento aparecem como o componente mais matricial, porquanto desempenham a função de dinamizador globalizante das inovações e do progresso, bem como da humanização do desenvolvimento, além de manter relação correta de meios (conhecimento) e fins (educação). (DEMO, 1997d, p. 30)

Utilizando a metáfora “é uma estrada de mão dupla”, tenta-se deixar mais claro que aluno e professor são responsáveis pelo êxito do processo. Para isso, precisam estar atentos para que seus alunos percebam que se trata de uma oportunidade de emancipação. A educação escolar, independente do nível, deve trazer à tona a necessidade da participação dos menos favorecidos através das discussões dos problemas locais, soluções e suas perspectivas.

Por ser atributo humano, qualidade é função precipuamente da educação, já que educação é o caminho crucial da competência histórica. Para o ser humano ter oportunidade e, sobretudo, ser oportunidade, necessita construir a competência mais radical que existe, que é a de fazer-se sujeito. (IDEM, 1997d, p.56).

A educação que foi ministrada na Santa Zita pode não ter adquirido o perfil das CEBs, MEB e pastorais praticadas pelas Filhas

do Amor Divino nas periferias. Porém o trabalho que foi realizado estava em consonância com as ações de Madre Francisca há mais de um século.

Sobre isso, afirma Irmã Judith Farias:

Madre Francisca Lechner preparou sua Congregação para este período da História da América Latina quando se preocupou em “instruir gratuitamente moças pobres que procuravam emprego, crianças órfãs, encaminhando-as na vida profissional”. Ela se preocupou em manter a Congregação sempre pobre, por isso, tudo o que recebia era logo aplicado em trabalhos de promoção humana. (1987, p. 70).

A pequena comunidade de Santa Zita, independente da localização, estava a serviço das empregadas domésticas oferecendo trabalhos que proporcionassem a dignidade humana, através do acolhimento e da educação escolar.

De acordo com a PRONEVES (2013), outro destaque é Irmã Maria Elza de Araújo, que foi muito atuante na JEC, durante o período militar, quando morava em Currais Novos–RN. Como superiora da comunidade de Santa Zita, ministrou vários cursos para as empregadas domésticas, que muito ajudaram na qualidade de seus trabalhos. Também pintava quadros, que eram vendidos para ajudar nas despesas da casa. Mais tarde, assumiu a coordenação das comunidades inseridas das FDC do Nordeste. Atualmente, reside na Comunidade Vila Maria, por conta da fragilidade da saúde e da idade avançada.

#### 4.3 O difícil enfrentamento pela igualdade nas muitas terras de poucos

Na busca incessante de trabalhos de inserção que as FDC tenham executado, pode-se enfatizar a importância da luta pela terra, que ainda é um grande entrave no nosso Brasil. É até paradoxal um país de tamanha extensão territorial apresentar esse problema por falta de uma política séria que, realmente, faça acontecer a reforma agrária. A desigualdade dificulta a divisão, visto que poucos detêm grandes quantidades de terra e milhares ficam sem terra e sem teto.

A Igreja também teve sua participação com a pastoral agrária. Mas a realidade é que a posse da terra, sinônimo de poder e riqueza, contribuiu para que haja muita violência no campo. Fazendeiros pagam aos grileiros e esses fazem qualquer coisa para expulsar os chamados invasores (sem terra), bem como as lideranças dos movimentos, que são ameaçadas e até mortas. É um jogo de poder, a polícia recebe ordens para atacar, fere, mata e também morre. Padres e freiras que enveredaram por esse caminho também foram mortos como Irmã Adelaide-FDC, citada no capítulo anterior.

Com esse mesmo propósito de trabalhar as questões da terra, é interessante citar Irmã Marcília Magalhaes Salles (FDC), natural do Recife, pedagoga, atualmente com 80 anos, que dedicou sua vida aos pobres. Deixa claro que a maior parte de sua vida religiosa viveu em pequenas comunidades de inserção. Não sendo possível realizar entrevista com a religiosa citada, foram adquiridas algumas informações em conversas informais em Palmeira dos Índios e nas Casas de formação, em Emaús, com as irmãs Fátima Costa e Expedita Andrade respectivamente.

Irmã Marcília adotou uma vida de renúncia de bens materiais. Até hoje vive junto aos pobres e não consegue viver em outra comunidade em virtude do perfil adotado, pois seus costumes são peculiares aos dos pobres de bens materiais que não têm fartura à mesa, ou seja, sem carne, feijão com farinha como parte da alimentação comum na mesa do pobre. Em sua trajetória, enfrentou fazendeiros, lutou pelos direitos dos pobres e, por várias vezes, foi orientada pela Superiora a ter mais cautela para preservar a sua vida.

Segundo PRONEVES (2013), Irmã Marcília iniciou sua vida religiosa em janeiro de 1.958, cursou Pedagogia em Natal, vindo a assumir disciplinas em sala de aula em Patos, no Colégio Cristo Rei e em Palmeira dos Índios-AL. Mas desde aquela época era voltada a trabalhar com os mais necessitados. Em virtude do seu dinamismo e, vontade de trabalhar com e para os pobres, esteve em várias comunidades religiosas com escolas e posteriormente, ia para pequenas comunidades de inserção.

Assim, aconteceu quando foi transferida para Batalha – AL, com o objetivo de trabalhar em uma pequena comunidade de inserção sustentada pela Igreja, ou melhor, pela Diocese. A cidade é pequena, localizada no sertão, mas há predominância dos latifundiários, visto que ainda é uma área destinada à produção de leite, uma bacia leiteira. Foi difícil, pois, além da incompatibilidade com as ideias do padre, enfrentava os coronéis, donos das terras, de muito dinheiro e considerados valentes, ou seja, matavam ou mandavam matar. Isso era comum.

Mas, preocupada com as injustiças sociais que assolavam a região, fazia um trabalho de esclarecimento, de conscientização, formação de sindicatos, assumindo o papel de uma líder. Em virtude da situação naquela localidade, não foi poupada das ameaças. Então, o Bispo e dois padres solicitaram à Provincial que a transferisse antes que o pior acontecesse. Por obediência e com muita tristeza deixou a comunidade de Batalha-AL e foi trabalhar na comunidade de São Gonçalo do Amarante-RN na mesma atividade junto aos agricultores.

Porém, em virtude da sua liderança e coragem, aconteceu o mesmo problema e o Bispo da Arquidiocese de Natal solicitou a transferência da religiosa, poupando-lhe a vida. Depois dessas duas experiências, foi transferida para a Paraíba, fazendo parte da Arquidiocese de João Pessoa, cujo Arcebispo era Dom José Maria Pires.

Nesse contexto, convém citar um fragmento da longa Carta Pastoral quando o referido Dom José Maria Pires se despedia da Diocese (PIRES *apud* CABRAL, 2008, p. 52) “A crise do clero se abateu sobre a Igreja do Brasil, tem, a meu ver, diversas explicações que se completam. Uma delas é o Vaticano II, projetando uma nova imagem da Igreja, criou, por isso mesmo, um novo modelo de padre.” Mesmo fazendo referência ao novo modelo de padre, é evidente que também a Igreja criou um novo modelo de freira. Era a religiosa que estava buscando novas definições para sua vida.

Era necessária essa mudança, no entanto, nem todas estavam preparadas para ser uma discípula de Deus no meio dos pobres. Ser

uma voz que ecoasse o direito à liberdade, à justiça e à igualdade. E, em outro momento da carta, afirma (IDEM, p.53): “Igreja não é sociedade estática, é comunhão dinâmica dos discípulos e discípulas de Jesus.”

Irmã Marcília assumiu a postura de uma discípula que iria mais uma vez trabalhar com quem ela gostava: os pobres agricultores excluídos. Mas sua vida não foi fácil. Na Paraíba, trabalhou em vários lugares: Belém<sup>135</sup>, Arara, Pirpirituba<sup>136</sup>, Tacima e Mogeiro.

Em Tacima-PB, desenvolveu ações voltadas para a luta sindical, que se tornaria um dos caminhos para que os agricultores tivessem seus representantes legais, políticas públicas, medicina natural, dentre outras. Em Pirpirituba, onde ainda hoje está e há vários anos trabalha com irmã Thereza Marinho Silva-FDC<sup>137</sup>, é também professora do Centro de Formação, trabalha na formação missionária para rapazes agricultores e geralmente é convidada para essa atividade em Mogeiro.

A condição do latifundiário sempre é cômoda, pois para quem está morrendo de fome e sede “qualquer coisa serve”. Nesse sentido, vê-se, na obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, que Sinhá Vitória não era analfabeta, sabia fazer suas contas, mas essas não eram iguais às do patrão. Fabiano, o outro personagem, não era preguiçoso, era trabalhador, no entanto, calava para não perder o pouco que poderia receber. Sobre essa situação, refere-se Graciliano Ramos:

Sinhá Vitória fazia as contas direito: sentava-se na cozinha, consultava os montes de sementes de várias espécies, correspondentes a mil-réis, tostões e vinténs. E acertava. As contas do patrão eram diferentes, arranjadas e tinta e contra o vaqueiro,

---

<sup>135</sup>Em Belém-PB, Irmã Marcília Magalhães Salles ainda trabalhou com uma religiosa de outra congregação e seu irmão João Batista também religioso.

<sup>136</sup>Em Pirpirituba-PB, nos anos 90 foi fundado o Centro Difusor de Práticas Alternativas “Bom Samaritano” para trabalhar com os sem: teto, casa, terra, comida dentre outras.

<sup>137</sup>Irmã Thereza Marinho Silva se encontra doente, cansada pela idade e pela vida marcada por tantas lutas em favor dos pobres agricultores e por isso está afastada das atividades.

mas Fabiano sabia que elas estavam erradas e o patrão queria enganá-lo. Enganava. Que remédio? Fabiano, um desgraçado, um cabra, dormia na cadeia e aguentava zinco no lombo. Podia reagir? Não podia. Um cabra. Mas, as contas de Sinhá Vitoria deviam ser exatas (RAMOS, 2017, p.114).

A situação vivida pelos personagens Fabiano e Sinhá Vitória, em “Vidas Secas,” retrata a situação do nordestino que não tem terra, é agricultor, trabalha como vaqueiro para os grandes latifundiários e vive submisso. A pouca leitura e a dependência econômica contribuem para que sejam reféns dessa situação que não revela a realidade e aumenta a reponsabilidade da Igreja em relação a esses filhos de Deus.

Irmã Marcília foi quase um hiato na Congregação nesse tipo de luta, mas não calou e, juntamente com algumas religiosas FDC, deu sua contribuição para o letramento dessas pessoas, formação específica acerca das necessidades e problemas peculiares a essa classe trabalhadora, tendo os centros de formação para jovens agricultores como uma referência para a eficácia do trabalho.

Esses centros de formação têm uma clientela específica definida, os jovens agricultores que recebem a palavra de Deus voltada para a libertação do pobre. O trabalhador da terra com essas formações passaram a ser protagonistas da sua história. A história da luta pela terra que ganhou novas atitudes, argumentações e informações. Nesse contexto, destaca-se também o teólogo Padre José Comblin, defensor da Teologia da Libertação (TdL), assessor direto dos referidos centros de formação. Em uma de suas falas sobre a figura do pobre diz:

O pobre não é uma categoria sociológica. É muito difícil definir em categorias sociológicas um pobre, porque é difícil dar atributos concretos à pobreza. Quais os limites da pobreza? No entanto, na América Latina todos sabem o que é pobre, e os próprios pobres se definem assim. Esta noção não lhes vem da ciência e sim da cultura cristã, isto é, da Teologia que está na base desta cultura. (COMBLIN, 1996, p. 138-139).

É como se fossem sustentados pela palavra de Deus no catolicismo popular. Essa cultura, principalmente no campo, serve como mola propulsora para continuarem lutando e acreditando que vai melhorar. O trabalho realizado nessas comunidades rurais consiste, também, em respeitar essa cultura, trazendo uma fala mais direta, substituindo a alienação por uma consciência de que Deus não quer que seus filhos sejam injustiçados, porque Deus é justa.

Diante dessa trajetória, vê-se como é difícil o trabalho com os agricultores pobres na luta em prol de uma política igualitária. É notável que, apesar de ser um trabalho essencial, dentre outros, pode ser considerado um dos principais gargalos da desigualdade, da dependência e do regime de escravidão disfarçada. Contudo, infelizmente não se tem um número considerável das FDC que abraçaram essa causa.

Não foi possível explicitar os motivos. Porém fica subentendido que seja porque é difícil, pois a pobreza e o poder caminham juntos. Além disso, exige das irmãs o trabalho braçal no campo, bem como um perfil diferenciado em virtude de que travam uma verdadeira batalha com algumas exigências enquanto pessoa, dentre as quais, espiritualidade, coragem, criticidade e conhecimento de causa.

Leva-se a crer que essa comunidade em breve será extinta em virtude da idade avançada das irmãs que fazem parte dela e a dificuldade de outras irmãs mais jovens que não se submetem ao enfrentamento dessas ações.

As Superiores Provinciais<sup>138</sup> podem ter dado ou não o apoio necessário para a abertura e funcionamento das comunidades de inserção, sendo irmã Maria Fidelis Weninger, superiora na década de 60, destacada por Irmã Judith Farias, sobre a inauguração da comunidade de São Gonçalo do Amarante que escreveu dizendo:

---

<sup>138</sup>Irmã Maria Nivalda Vasconcelos Montenegro optou pela reabertura de Nova Cruz-RN.



Sei que nem tudo será róseo no caminho de vocês, se querem trabalhar para Deus e sua glória e, nunca se esqueçam de que o maior e mais fecundo apostolado que podemos fazer em São Gonçalo é, sem dúvida, o equilíbrio nas atitudes. O povo julgará a Igreja de hoje que lhes envia religiosos segundo as atitudes desses religiosos. É uma grande honra, mas também uma grande responsabilidade. (WENINGER *apud* FARIAS, 1987, p. 42-43).

Vê-se que há vários entraves para as FDC multiplicarem as pequenas comunidades de inserção no Nordeste do Brasil, pois as irmãs que hoje estão na Vila Maria eram mais disponíveis. Não se pode afirmar que as comunidades de inserção fazem parte do passado da História da Igreja e das Congregações religiosas femininas, especificamente das Filhas do Amor Divino.

Elas poderiam estar em pleno funcionamento, é fato, pois os problemas aumentaram nos últimos anos, principalmente os das áreas suburbanas, as questões ligadas à terra e à saúde. Observa-se que o índice de analfabetismo diminuiu e as políticas públicas foram positivas, pois, mesmo não atendendo em sua totalidade, funcionam. Nesse trabalho importante para a inserção dos pobres, muitas irmãs<sup>139</sup> ficaram no anonimato por falta de registros da Congregação e informações.

As Filhas do Amor Divino realizaram inúmeras ações no Nordeste brasileiro, através das pequenas comunidades de inserção espalhadas pelos estados de Alagoas, Paraíba e, a maioria no Rio grande do Norte. Não foi possível acabar a exclusão, as injustiças, as desigualdades, porém há décadas essas religiosas dedicam sua vida ao combate à pobreza e à exclusão social.

---

<sup>139</sup>Irmã Maria Aparecida da Silva, Irmã Ana Regina, Irmã Flaviana Rolin, Irmã Maria José, Irmã Naim Bezerra Guedes, Irmã Maria da Penha Bezerra Cavalcanti, Irmã Maura Morais, Irmã Miquelina Medeiros e irmã Anselma Lima.

## CONCLUSÃO

Levando em consideração o processo histórico da Congregação das Filhas do Amor Divino (FDC), fundada em 1868, na Áustria, ora completando 150 anos, nascida com o propósito de cuidar dos pobres, principalmente das mulheres, que, à época sofriam as consequências das revoluções e guerras que aconteciam na Europa, momento em que ficaram viúvas. Nesse contexto, foram incluídos os jovens, as crianças e, posteriormente, os idosos. Esses eram excluídos pela idade, pelo sexo (feminino) ou por serem pobres.

Madre Francisca Lechner, fundadora da Congregação estudada, enfrentou os desafios relacionados à exclusão social, que negava o direito à vida digna como reflexo da situação sociopolítica do continente europeu e, principalmente da Alemanha, sua terra natal. Ela traçou seu plano de vida, traduzido a partir do carisma “Tudo por Deus, pelos Pobres e por Nossa Congregação.” Apesar da complexidade da afirmação, havia clareza na formação do tripé que iria sustentar seus propósitos, ou seja, Deus, a Congregação e os pobres.

É comprovado que, desde a essência, a Congregação era muito pobre de bens materiais, carente de recursos humanos (religiosas), porém de muita riqueza espiritual, pois, assim como Madre Francisca, outras jovens se submeteram aos sacrifícios físicos e espirituais em prol dos que não tinham quase nada. O projeto escolhido para sua Congregação era grandioso e atenderia a uma clientela numerosa. Logo no início da Congregação, as jovens religiosas esmolavam e o desgaste era muito grande.

A situação descrita, atrelada à intolerância religiosa, ameaçava a continuidade da Congregação na Europa, e acentuava a necessidade de expansão fora daquele continente, ficando as opções para os Estados Unidos, na América do Norte, ou Brasil, na América do Sul. Esse último era mais favorável, por se tratar de um país com predominância católica. Para tanto, Irmã Teresina Werner, aparece nesse cenário como uma religiosa audaciosa que, apesar de não

assumir nenhum cargo, estava preocupada com a expansão e a continuidade do projeto de Madre Francisca.

O fato de Irmã Teresina Werner ter externado sua preocupação diante de uma situação que exigia decisões, foi mal entendido por sua Superiora, que estava adaptada ao regime fechado da época, como também à sociedade em que as religiosas estavam inseridas, cujo cenário não exigia pensar muito, inovar ou desafiar. Esses motivos atrasaram a vinda das irmãs para o Brasil, país que já havia recebido várias Congregações religiosas femininas. Foram situações delicadas e constantes entre Teresina e a Superiora Geral, essa que demorou a entender o processo então vivido temeu as possíveis mudanças que poderiam acontecer na vida religiosa em Continente Americano.

*A priori*, como a ideia de vir para o Novo Continente não foi acatada pela Madre Geral, exigiu que irmã Teresina Werner buscasse ajuda de alguns padres que estavam no Brasil. Após alguns anos, finalmente conseguiu a aprovação e, em 1920, ela com outra religiosa e três postulantes chegaram ao solo brasileiro.

Realmente encontraram um campo fértil para desenvolver várias atividades e, em meio aos trabalhos, enfrentaram problemas quanto à adaptação, idioma, dentre alguns desencontros de ideias. Porém esses não afetaram o andamento dos trabalhos que estavam realizando nas Santas Casas, nas paróquias e em escolas. Era muito trabalho para poucas religiosas.

Teresina, com sua persistência, nem sempre aceitava as decisões de sua Superiora, tendo que lutar por mais de uma década para que fosse liberada a fazer a viagem para o Brasil. Não ficou constatado se era uma liderança unilateral, de temperamento difícil. Na Região Sul, as evidências apontam para a incompatibilidade com as ideias do padre, o que proporcionou sua vinda para o Nordeste brasileiro, em 1925.

A partir da experiência no Nordeste, deu-se início à pesquisa para esta tese e à análise do processo de inclusão social dos pobres por parte da educação e pastoral católicas, no período de 1925 a 1980, através das Filhas do Amor Divino (FDC). Constata-se que já sabiam

da difícil situação econômica refletida nas questões sociais da região, que se constituía em um patamar de desigualdades econômicas, sociais, étnicas e raciais. Era o lugar propício para a realização de trabalhos de inserção para e com os pobres, a partir da educação e do trabalho pastoral.

No propósito de analisar essas atividades, faz-se necessário explicitar que na História da Educação brasileira se afirma categoricamente que as Congregações religiosas foram responsáveis pela educação elitizada. Foram analisadas as atividades desenvolvidas para os pobres, pelas Filhas do Amor Divino, cujo carisma é “Tudo por Deus, pelos pobres e por Nossa Congregação”.

É um tanto complexo e difícil de explicar, visto que o “tudo” do carisma, não deixa espaço para imaginar outras atividades que não sejam para os pobres. Mas não poderiam ajudar o pobre sem ao menos a garantia do sustento básico da comunidade religiosa. Não seria a Igreja que teria essa obrigação e nem as irmãs deveriam viver esmolando no Brasil como faziam na Europa.

A fundação das escolas, consideradas elitizadas, e dos internatos femininos foram imprescindíveis para garantir a presença das religiosas no Nordeste brasileiro. Assim como Madre Francisca, recebiam dos ricos e realizavam ações com e para os pobres. Nessa afirmação, não caberia imaginar assistencialismo, mesmo que esse tenha aparecido em alguns momentos. No entanto, as escolas católicas das Filhas do Amor Divino também deram oportunidades em seus suntuosos prédios para a educação dos mais necessitados que frequentavam suas escolas noturnas.

Essas escolas foram instaladas em todas as cidades onde as Filhas do Amor Divino estavam. Paralelamente às escolas diurnas, fundaram as noturnas, destinadas às empregadas domésticas, aos carroceiros, aos feirantes, aos desempregados dentre outros da classe popular.

As escolas noturnas eram gratuitas e não poderiam funcionar no horário diurno, visto que os alunos, em sua maioria, eram trabalhadores. Por entender o contexto, acatam-se as críticas acerca da

educação católica no Brasil, que foi elaborada para a elite, pois era assim desenhada a sociedade brasileira. Porém pode ser constatado que, no decorrer da História, foram lançados fios de inclusão social para os menos favorecidos a partir dos trabalhos desenvolvidos nessas escolas e por essas religiosas.

A educação, por ser um direito de todos, contido na Constituição do Brasil, deveria ser obrigação do governo. Como esse não foi capaz de criar uma escola de qualidade que fosse realmente para todos, vê-se que, mesmo antes das mudanças propostas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), as Filhas do Amor Divino já atuavam em atividades escolares como a Escola dos Pobres São José, em Assu - RN (1944) e a Escola Noturna Castro Alves, em Palmeira dos Índios-AL (1950). Há registros de outras escolas noturnas, também destinadas à inclusão dos menos favorecidos através do processo escolar. No entanto, o quadro de miséria na Região Nordeste era tão grande naquela época que o número de religiosas responsáveis por essas atividades se tornava insignificante.

Para a realização de um trabalho mais profícuo, foi necessário não só apoio como também mudanças decisivas na Igreja enquanto Instituição, que, à época, era hegemônica. Até acontecerem as mudanças estruturais, as Filhas do Amor Divino realizavam ações para os pobres de forma isolada, através das pastorais e das escolas, visto que, em todos os conventos das FDC, havia freiras destinadas para esses trabalhos que, estatisticamente, era em número reduzido, carecendo de leigas para ministrar aulas.

Havia um sério problema camuflado nas escolas destinadas à elite, em virtude de que nas primeiras décadas do século passado, constata-se, através dos Livros de Crônicas da PRONEVES, que a situação financeira das escolas era muito precária e, frequentemente, as religiosas careciam de ajuda para suprir necessidades básicas de suas comunidades. As crônicas deixam claro que os recursos para o sustento das religiosas eram oriundos das mensalidades das alunas internas, essas que representavam de fato a elite, não sendo, pois, a mensalidade das externas que trazia renda satisfatória, até porque foi

verificado que havia muitas bolsistas antes da filantropia. Ainda sobre esse fato, vê-se que algumas escolas funcionavam em prédios que já existiam ou foram adquiridos com ajuda da comunidade ou da Diocese, mas careciam de adequações estruturais e organizacionais que demandavam recursos financeiros vultosos.

Há alguns questionamentos quanto às alunas internas que não tinham mensalidades pelo fato de ajudarem as religiosas nas tarefas domésticas do convento. A análise das entrevistas mostra que, pela condição econômica de suas famílias, estudar no colégio das irmãs era quase impossível. Essas eram conhecidas como meninas da casa, o que ficou subentendido é que houve a inclusão social através da educação. Não se tem embasamento teórico que dê sustentáculo para argumentar de forma positiva ou negativa esse fato. Porém, o que se tem certeza é que havia duas diferenças, ou seja, a primeira era a de classe socioeconômica entre as meninas da casa e as alunas internas e a outra é que essas últimas realizavam trabalhos domésticos com as religiosas e estudavam gratuitamente.

Por isso, essas meninas são gratas, não ficando explícita qualquer mágoa, mas dizem com eloquência que foi uma grande oportunidade. Nesse processo, adquiriram aprendizagem livresca e para a vida, como a importância de trabalhar em grupo, da igualdade na divisão das tarefas, o enfrentamento das dificuldades de viver em comunidade e aceitação das individualidades.

A propósito, os trabalhos eram divididos entre as meninas da casa e as religiosas. As aulas normais e as atividades escolares eram comuns com as internas, que as tratavam muito bem. Não havia nenhuma exigência para que seguissem o credo católico ou fossem freiras.

Contudo, não se propõe fazer julgamentos infundados, portanto, independente das concepções da sociedade ou atitudes isoladas de algumas religiosas, as meninas da casa conquistaram seus lugares na sociedade, pois estudar e frequentar as aulas assiduamente era uma obrigação. Foram jovens que, sendo vítimas da má distribuição de renda, entraram nas estatísticas como pobres, mas

tiveram a oportunidade de enfrentar o desafio de estudar e ingressar no mercado de trabalho. A maioria conquistou o nível superior e se sentem lisonjeadas pelo enfrentamento daqueles obstáculos.

Quanto aos resultados das escolas noturnas, pôde ser constatado que foram de grande relevância, pois atenderam à clientela de baixa renda, considerada pobre e normalmente excluída do mercado de trabalho, pois, além da condição econômica, eram analfabetos.

Mesmo não tendo uma estatística da quantidade de alunos assistidos no espaço de tempo pesquisado, pode-se afirmar que boa parte concluiu os níveis fundamental e médio e outros o nível superior, estando formados em diversas áreas de estudos. No mercado de trabalho, atuam como funcionários públicos concursados, trabalhadores autônomos, líderes sindicais, professores, Pastor de Igreja Evangélica e outros no Nordeste e, em outras regiões do Brasil.

A formação noturna ofertada pelas Filhas do Amor Divino, mesmo apresentando alguns pontos negativos como o horário, a falta da total eficácia da qualidade da educação radiofônica, o material escolar escasso, a falta de autoestima e o cansaço de alguns alunos em virtude da labuta diária, conseguiu atingir seu objetivo. Mesmo sendo um processo lento e paulatino mostrou aos alunos que eles eram capazes e, portanto, não poderiam aceitar a condição de subserviência. Todo trabalho estava voltado para, além do letramento, tornar claro o dever de cada um lutar para viver dignamente.

O momento exigia discurso e prática coerentes. As religiosas que se lançaram à educação popular assumiram o compromisso com a Igreja e com o carisma da Congregação de torná-los capazes, a curto e médio prazos, de lutar pela emancipação, bem como de serem capazes de realizar uma leitura crítica do mundo onde estavam inseridos e serem referências na luta contra a pobreza política, social e econômica.

Seria utópico afirmar que a escola católica noturna tenha atendido ao processo de inclusão do pobre em sua totalidade, mesmo com todas as ações realizadas. Pôde ser percebido que o alicerce

teológico foi direcionado nas aulas de catecismo para quem ainda não fosse batizado, não tivesse feito a Primeira Eucaristia ou não fosse Crismado e as aulas de Educação Religiosa apresentavam uma dialética mais crítica e libertadora e eram destinadas a todos os alunos em horário de aula (noturna).

Sobre aulas de Educação Religiosa (ER) das escolas noturnas, verificou-se que podem ter contribuído para formação do homem e da mulher mais críticos. Através das análises e colocações dos alunos evangélicos ficaram explícitas que sempre houve respeito a outras religiões, pois, mesmo não fazendo referência às demais, os temas abordados eram comuns às outras doutrinas. Esse fato leva a crer que as aulas de ER, ministradas para os alunos das escolas noturnas, apresentavam afirmação e tópicos que referenciavam a afirmação humana. Sendo embasadas na vida de Jesus Cristo, mostravam concretamente a possibilidade de cada um ser protagonista da sua história sem ignorar os problemas que precisavam ser enfrentados.

Todavia, desde a década de 40, antes da fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 1952), do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), da Conferência de Medellín (1968) e de Puebla (1979), há referências aos movimentos estudantis das escolas da Província do Nordeste Nossa Senhora das Neves (PRONEVES). Esses movimentos estavam embasados na Ação Católica da Igreja momento no qual se presenciou a formação de lideranças leigas como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), com as alunas da escola diurna que se voltaram para atender aos apelos da Igreja, tendo o apoio e liderança de Dom Helder Câmara (Pernambuco) e Dom Nivaldo Monte (Rio Grande do Norte), dentre outros. As Filhas do Amor Divino que se engajaram, deixaram de ser ouvintes e assumiram coordenações de grupos.

No Nordeste, aconteceram vários encontros sediados nas escolas das Filhas do Amor Divino. Dessa forma, estavam favorecendo a discussão de temáticas que focalizavam a realidade da maioria da população brasileira. Esses momentos alertavam para o



alto índice de analfabetismo, o cuidado com o avanço do comunismo no país, o desenvolvimento econômico desordenado que, ao mesmo tempo, aumentava a pobreza e abria a lacuna entre ricos e pobres. Dessa forma, o pobre era visualizado em seu sentido amplo. A situação do Brasil carecia de cuidados na área da educação, da saúde, no setor agrícola, na área urbana, comercial, administrativa e política.

A Igreja estava percebendo que o povo precisava de sua ajuda e conseguiu que as Congregações religiosas, dentre elas as Filhas do Amor Divino, juntamente com leigos e leigas, passassem a assumir papel de relevância nas esferas da sociedade, mesmo que em algumas situações não agradassem às lideranças políticas do país.

A proposta da política governamental era desenvolvimento, abertura de estradas, fundação de cidades, surgimento e crescimento das indústrias e, paralelamente, o povo alimentava o sonho da casa própria, da escola de qualidade e do atendimento digno em hospitais.

Mas a situação vigente era de muitas crianças na rua, lares totalmente desajustados, jovens no mundo da droga e da delinquência, prostituição sem controle, analfabetismo de todas as faixas etárias, o desemprego, a ocupação das periferias de forma desordenada, o êxodo rural e o notável distanciamento das pessoas da Igreja Católica, que, como consequência, perdeu milhares de fiéis para outros credos ou para o mundo, pois muitos optaram por ficar sem religião.

Pela situação apresentada, havia urgência nas ações. As Filhas do Amor Divino tiveram que atuar de forma intensa, não mais só nas escolas e sim, trabalhando com várias pastorais, nas paróquias, nos bairros pobres, nas periferias, nos hospitais públicos e onde fosse necessário. Irmã Felícia Costa deve ser destacada nesse contexto pelo fato de participar do Movimento de Educação de Base (MEB), com os programas de educação radiofônica e, posteriormente, *in loco* com as pastorais, cujo horário de trabalho era noturno.

Ficou claro que, logo após o Concílio, as FDC ainda não estavam preparadas para o enfrentamento dessas atividades contínuas diretamente com os pobres da zona urbana ou rural a exemplo do MEB. Pôde-se ter essa conclusão a partir da realidade enfrentada por

Irmã Felícia, que, por fazer parte desse Movimento, sofreu com as exigências do cumprimento dos horários na comunidade religiosa. Isso dificultou seu trabalho, visto que era necessário realizar as pastorais à noite já que as aulas radiofônicas aconteciam à tardinha e os agricultores passavam o dia no campo.

Constata-se que é uma líder e entusiasta que, em meio aos trabalhos com os pobres, foi referência para que Maria Gomes, uma jovem do grupo popular, fosse discípula do MEB e, mais tarde, se tornasse Filha do Amor Divino. Ela sentiu que era necessário realizar estudos mais aprofundados e específicos para ser uma multiplicadora das ações espirituais e sociais destinadas ao povo.

O Movimento de Educação de Base pode ser considerado um projeto de grande valia no campo educacional e pastoral. Nele as Filhas do Amor Divino não tiveram participação significativa, exceto Irmã Felícia e, posteriormente Irmã Maria Gomes. Com a forma de vida regada no convento, ficava difícil administrar saídas para gravar as aulas, sair à tarde e chegar à noite, geralmente depois das 22 horas. Dessa forma, frequentemente, não estava presente nas orações com a comunidade religiosa. Naquele momento, parece não ter havido consenso de que, mesmo fora do convento, estava a serviço de Deus, ajudando a opção principal “os pobres”.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) abriu a Igreja para o mundo, mas foi com a Conferência de Medellín (1968), que foi assumida a “opção preferencial pelos pobres”. E, nesse contexto, as pastorais ganharam mais força e abrangência. Com o engajamento das Filhas do Amor Divino, foi garantida a presença nas paróquias em periferias que passaram a ser assistidas pelas pastorais da criança, do menor, do adolescente, da família, da saúde, do idoso, dentre outras que atendiam às especificidades locais como as dos agricultores, dos toxicômanos, dos manicômios e a carcerária que continuam até os dias atuais com participação dos leigos.

Registra-se a presença de religiosas que até então ministravam aulas ou desenvolviam outros trabalhos nas escolas. Após o Concílio, saíram dos conventos em seus dias de folga para as periferias. Naquele

momento, não podiam fazer opção só pelas pastorais sem autorização da Superiora Local e Provincial, visto que deixavam carências nas disciplinas que ministravam. Contudo, já se sentia uma mudança na vida religiosa.

A importância da Igreja em suas decisões, afirmações e sugestões para atuação dos religiosos e leigos é inegável. Consta-se que ela (a Igreja) ainda funciona como uma mola propulsora, que pode conduzir seu rebanho, pois sua voz ecoa longe e, por isso, acredita-se que é uma das únicas Instituições capazes de mudar ou direcionar a situação do povo.

Para atender a essa proposta, além da Ação Católica que, através de Dom Helder Câmara, tornou-se dinâmica e atuante, cita-se o Movimento para um Mundo Melhor (MMM), que teve início no período pré-conciliar em nível de menor criticidade às questões sociais. No entanto, promoveu palestras e vários cursos de curta duração dos quais as Filhas do Amor Divino participaram intensivamente. Também se verificou que houve uma procura maior por outros cursos de formação, mas a participação das irmãs (FDC) nesses cursos de curta duração ou mesmo de nível superior, dependia também do entendimento e concepção da Superiora Provincial quanto à importância de incentivar e proporcionar a qualificação da comunidade religiosa.

Com ações desenvolvidas simultaneamente no Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará, incluindo o Distrito Federal que faz parte da Província do Nordeste (PRONEVES), as FDC estavam em plena atividade, podendo tornar concreto o carisma da Madre Francisca Lechner. Através das pastorais, conheceram realidades diversas, algumas quase impossíveis de serem vividas. Suas ações pastorais, mesmo que não tenham alcançado os objetivos propostos na íntegra, tornaram público e denunciaram a situação do pobre que morava nas áreas de abrangência da Província estudada.

As pastorais conseguiram, também, trazer jovens do meio popular com o propósito de se tornarem religiosas, sendo, pois, possíveis representantes daquele povo. Diante desse fato, as Irmãs

Emília e Celma podem ser citadas como exemplos. Essa última afirmou saber trabalhar com os pobres porque também foi um deles, e assim sabe quais os principais problemas enfrentados. Porém há duas situações a serem esclarecidas acerca dessa afirmação, pois nem todas as freiras de famílias pobres optaram em trabalhar com os pobres, assim como, nem toda freira de classe média e alta quis ficar no convento em trabalhos educacionais com a elite. Dentre alguns exemplos, tem-se irmã Ananília, oriunda de família de classe alta, que, mesmo com idade avançada, ainda vive para dar assistência à Casa do Pobre Madre Francisca Lechner e à Casa Lar com as Crianças, em Caicó.

Conclui-se que as Superiores, Provincial e Local, entenderam o chamado da Igreja e deram apoio às religiosas para que desenvolvessem as pastorais. Essas, ao longo dos anos, tiveram seu lugar de destaque para a história da Congregação e sua importância na edificação e valorização humanas. Tendo a necessidade de inserção do pobre como opção preferencial, tem-se a intenção de apresentá-lo não como aquele que não tem o que comer, casa para morar, terra para trabalhar, escola para estudar e, sim aquele que mesmo lhe faltando o básico para viver pode adquirir consciência política, mesmo analfabeto pode ser alfabetizado politicamente e nunca um ignorante político ou aquele que nem percebe que é pobre.

Foram explicitados os reflexos positivos da abertura da Igreja, a confirmação da opção preferencial pelos pobres (Medellín) e as experiências vividas pelas Filhas do Amor Divino no Nordeste do Brasil. Mas, em virtude da situação sociopolítica do país e principalmente da região citada, a cada momento, era percebido o crescimento da pobreza, conseqüentemente da dependência e distanciamento entre ricos e pobres.

A Igreja estava consciente do que era preciso ser feito e a emergência de pôr em prática ações mais diretas. Foi por esse motivo que lançou a proposta de fundar pequenas comunidades de inserção em bairros periféricos ou em cidades onde não havia escolas das

Filhas do Amor Divino. A primeira foi no Distrito Federal. Foi sem dúvida um grande exemplo de inclusão social.

A propósito, as pequenas comunidades de inserção devem ser evidenciadas. Como já foram apresentados os reflexos das escolas noturnas e das pastorais, convém fazer análise da fundação e atuação das pequenas comunidades de inserção de segunda categoria, geridas pelas Filhas do Amor Divino. Essas comunidades foram fundadas em atendimento aos apelos da Igreja e, conseqüentemente, às solicitações de Bispos e padres residentes ou conhecedores das áreas de risco.

Sobre essas comunidades das FDC, foi percebido que quase não há registros nos Livros de Crônicas, exceto um pequeno livro escrito por Irmã Judith Farias (FDC). Portanto, ficará a lacuna de quantas realmente foram fundadas, de quem trabalha ou trabalhou e os resultados para as sociedades nas quais estão inseridas. Pode ser afirmado que as primeiras são pré-conciliares, visto que foram fundadas na década de 60, na efervescência da época, momento no qual as religiosas em pauta estavam desenvolvendo ações voltadas para a inclusão através das escolas noturna e diurna que também recebiam alunas bolsistas e que não se tratava das meninas da casa, nem da filantropia.

No entanto, todas essas ações ainda não eram suficientes, visto que estavam sendo realizadas no entorno das escolas ou um pouco afastadas, mas sempre na mesma cidade. Dessa forma deixava uma grande lacuna nas cidades onde não havia escolas das Filhas do Amor Divino e nas periferias mais distantes.

Ainda na década de 60, mas precisamente em 61 e 66, em Taguatinga-DF e São Gonçalo do Amarante - RN, respectivamente marcou o início de mais um desafio para as Filhas do Amor Divino, bem como para Igreja que iria dividir suas tarefas com as religiosas, tornando-as vigárias. As mais conhecidas são as irmãs de outra Congregação, que assumiram como vigárias, em Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte. Porém, religiosas da Congregação em pauta, também realizaram esse trabalho principalmente, em São Gonçalo do Amarante - RN.

A presença e a responsabilidade com a paróquia teve grande aceitação das pessoas que habitavam na periferia daquela pequena cidade. As irmãs já eram conhecidas por realizarem trabalhos da pastoral da saúde, administrativo no Hospital e maternidade fundados por elas, bem como as pastorais da família, da juventude e a formação de catequistas.

Analisando as entrevistas, isso acontecia porque as religiosas adquiriram a confiança daquele povo pela presença constante e, em virtude do perfil da mulher que propicia uma maior aproximação devido à paciência ao ouvi-los e o espaço tempo que fosse necessário para atendê-los, visto que moravam lá, no mesmo local.

No entanto, com os padres a situação era diferente. O número reduzido e a quantidade de Igrejas em vários bairros e cidades eram o maior obstáculo para que dessem melhor e maior assistência. Pela falta de tempo, se faziam presentes uma vez por mês e até em cada dois meses. Dessa forma o trabalho das FDC, enquanto irmãs vigárias, foi de muita responsabilidade para elas como mulheres e religiosas cujas ações, ainda em pleno século XXI, continuam quase que anônimas para a Igreja Católica.

Foram muitos os obstáculos enfrentados por essas religiosas, sendo um dos mais importantes e difíceis os ligados às questões da política partidária e às questões agrárias. Pelo que foi analisado, é provável que tenham sido as situações mais nevrálgicas, pois exigiam discernimento, criticidade, conhecimento e poder argumentativo. Foi comprovado que as interferências dos políticos e poderosos há muito tempo já eram registradas e notadamente apresentavam o mesmo perfil de hoje, ou seja, cheios de propostas sem fundamentos e promessas fictícias.

Confirma-se, pois, que as irmãs tiveram grande participação no esclarecimento dessas injustiças sociais, principalmente quando passaram a viver nas pequenas comunidades de inserção. Mas a dependência econômica dos pobres na maioria das situações narradas foi superior aos ensinamentos das religiosas, embasadas na vida de Jesus Cristo.

Era reflexo do medo de ficar sem a casinha, sem o pedacinho de terra e perder o pouco que tinha. Esse é um problema que mesmo recebendo atenção, ainda precisa ser trabalhado de forma mais intensa. É comprovado que é sério e que afeta a maioria da população brasileira considerada de baixa renda e da periferia, analfabetos e da zona rural. Nota-se que ninguém dessas categorias é poupado, pois até quem é politizado e conscientizado é tentado pelos políticos que agem de forma além das nossas expectativas.

A pequena comunidade de Taguatinga-DF, a partir de 1961, realizou um trabalho quase completo, visto que, além de ser a primeira experiência das Filhas do Amor Divino, trabalhou no combate à prostituição das jovens que ali estavam chegando, inclusão dos homens desempregados no mercado de trabalho e incentivo à união dos grupos através do trabalho em mutirão. A preocupação com o homem desempregado poderia afastá-lo da delinquência e com as jovens afastá-las do mundo da prostituição.

Todas essas atividades estavam embasadas no Evangelho e eram refletidas a partir das pastorais. As comunidades de inserção foram uma experiência positiva em virtude de que as religiosas estavam lá, no meio dos pobres e por eles. Isso facilitava o processo de transformação daquelas pessoas visto que a presença dava segurança ao povo e maior visibilidade das irmãs diante dos problemas.

É importante destacar que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram imprescindíveis para alicerçar as atividades que estavam sendo desenvolvidas. Naquele momento, não se podia negligenciar os graves problemas causados principalmente pela desigualdade social que alcançou uma dimensão macro, no Nordeste do Brasil.

Pelo fato de o Nordeste ser uma região geograficamente populosa e irregularmente povoada, apresentar o polígono das secas (sertão), solo pedregoso, clima semiárido, com altas temperaturas favorece para que a maioria dos governantes e candidatos utilizem como argumentos para a prática dos assistencialismos e,

erroneamente, dizer que são os fatores geográficos que provocam a miséria. E, nesse mesmo patamar, geralmente o pobre diz que “tudo acontece porque Deus permite”. Essa situação contribui para que vivam em processo de acomodação e os discursos políticos tragam promessas que resolvem os problemas momentaneamente e conquistam uma gama de fiéis eleitores.

No entanto, o subdesenvolvimento, as desigualdades sociais provocadas pela má distribuição de rendas, o alto índice de analfabetismo, a mortalidade infantil, problemas com os sem teto, sem terra, os sem direito à escola, à saúde, a falta de direcionamento justo e igualitário das políticas públicas e a má distribuição ainda são uma realidade. Diante do exposto, pode ser somada a esses fatos a ignorância política que torna a população dependente econômica e politicamente apesar de tantas riquezas naturais e industriais da Região.

Mesmo sendo constatado que as pequenas comunidades de inserção são de grande valor, podem ser incluídas como um dos maiores desafios para a vida religiosa no século XX o fato de exigir a presença das religiosas nas regiões periféricas, nas favelas, nas pequenas cidades do interior mesmo onde não havia escolas da Congregação. Foram acatadas graças à abertura da Igreja, analisadas e direcionadas pelo Diretório, as Constituições das Filhas do Amor Divino bem como a ação dos líderes eclesiais locais.

A respeito dessas comunidades, também podem ser apresentadas outras desta mesma categoria, no entanto, apresentam problemas diferenciados, visto que havia prioridade em conhecer as condições e as especificidades de cada local onde seriam inseridas. Assim, a primeira da Região Nordeste foi a de São Gonçalo do Amarante-RN, cidade próxima a Natal. Essa apresentava um grau de pobreza muito grande, com falta de moradia, de atendimento médico para haver condições de uma vida digna.

Essa comunidade era formada por pessoas excluídas da sociedade em que viviam a duras penas. No entanto, após a chegada das irmãs, podem ser registradas mudanças. O atendimento médico no



hospital e maternidade fundados por elas foi garantido, mutirões para a construção de casas próprias foram realizados, o trabalho das pastorais da saúde, da família, da juventude e a formação de catequistas, dentre outras, começou a ser realizado de forma intensiva devido à presença das religiosas que também assumiram a paróquia, sendo denominadas de irmãs vigárias.

Acredita-se que as pequenas comunidades inseridas são as que registram as maiores e melhores atuações das Filhas do Amor Divino. O embasamento dessa afirmação é que todos os lugares que fundaram essas comunidades apresentavam graves problemas acerca da pobreza, que não escolhia a faixa etária. Dessa forma, as crianças de ruas e os jovens também foram alvos fáceis.

Fatos assim aconteceram em Nova Cruz- RN e Cajazeiras-PB vivenciados por irmã Celma, em Caicó - RN com Irmã Ananília na Casa do Pobre Francisca Lechner, nos patronatos dentre os quais foi destacado o de Ponta Negra-RN por Irmã Zilda e a Casa de Santa Zita-RN, destinada à formação das empregadas domésticas dentre outras atividades citadas. Em todas essas comunidades, constata-se a ausência do padre, sendo apenas um convidado para as celebrações festivas, fato que indica a necessidade do trabalho desenvolvido pelas irmãs nas paróquias onde não havia padres residentes.

Não se pode deixar de fazer alusão aos trabalhos de comunidades inseridas nas zonas rurais, que, apesar de ser de extrema necessidade ainda neste século, tendem a acabar em virtude da falta de religiosas Filhas do Amor Divino, que se habilitem a trabalhar com os pequenos agricultores que lutam por um pedaço de terra para realizar seu trabalho dignamente. Nessa pesquisa, só foram localizadas três Filhas do Amor Divino, que foram: Irmã Adelaide assassinada no Pará, Irmã Thereza Marinho afastada por problemas de saúde e irmã Marcília que apesar da idade avançada e muitas limitações humanas ainda continua, em Pirpirituba - PB.

Posso concluir que as Filhas do Amor Divino, ao longo dos 150 anos de fundação, noventa e oito anos do Brasil e noventa e três anos no Nordeste brasileiro foram protagonistas de papéis importantes

na difícil tarefa de inclusão do pobre na sociedade. Não é tarefa fácil trabalhar em um país de dimensões territoriais, como o Brasil, com grande contingente populacional e que, estatisticamente, apresenta uma das maiores desigualdades sociais do mundo.

As Filhas do Amor Divino acompanharam os momentos históricos vividos no Brasil a partir de 1920, quando aqui chegaram e, conseqüentemente, estiveram ao lado da Igreja em suas mudanças, bem como receberam os reflexos da fundação da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), do Concílio Ecumênico Vaticano II, da Conferência de Medellín, de Puebla e demais movimentos. Todos contribuíram para mudanças significativas na vida e nas ações dessas religiosas em favor da inserção do pobre, mesmo que seja registrado o trabalho dessas religiosas antes dos períodos citados.

Além dessas mudanças citadas, houve diferença no perfil socioeconômico das religiosas que entraram após o Concílio, contribuindo para que optassem pelo novo estilo de vida, saíssem dos conventos e fossem atuar junto e para os pobres enfrentando com eles as necessidades e os problemas que surgiam cotidianamente naquelas localidades.

O questionamento que ensejou esta pesquisa, ou seja, se as Filhas do Amor Divino, ao longo dos anos, teriam contribuído para a inserção do pobre e dos menos favorecidos na sociedade através das ações socioeducativas e pastorais, corrobora para que se conclua que houve inúmeras contribuições nesse sentido, entendendo que poderiam ter avançado mais se um número maior de religiosas tivesse participado das atividades que possibilitam a inserção dos pobres na sociedade.

Contudo, seria utópico apontar como solução que todas as religiosas FDC fossem para o meio dos pobres, pois não se resolve um problema com outro. Dessa forma, teríamos religiosas sem ter onde morar, o que comer, trabalhando na roça ou nas periferias urbanas e, conseqüentemente, sem condições de dar a sua contribuição.

Mas, compreende-se que as atividades realizadas exigiram e exigem dedicação, muito trabalho e recursos financeiros, esses últimos apontados como um dos entraves. As Filhas do Amor Divino atuaram com mais veemência no período da efervescência do pré e pós Concílio, embora, desde 1925, houvesse preocupação em atender ao pobre. No entanto, não há registros escritos, ou religiosas que através da oralidade possam evidenciar com riqueza de detalhes outros fatos de relevância nessa linha de pesquisa.

A falta e a escassez de registros nos Livros de Crônicas dificultaram uma maior exploração sobre essa temática, bem como os nomes das religiosas que aparecem incompletos inviabilizou referenciar o trabalho delas. Assim, também, constata-se que as irmãs pioneiras que participaram das ações socioeducacionais e pastorais destinadas à inserção do pobre no espaço de tempo (1925-1980) faleceram ou estão sem condições de prestar esclarecimentos.

O Nordeste continua com os problemas citados, porém há sempre uma história de luta das Filhas do Amor Divino. É necessário se ter uma visão crítica da situação e perceber que é impossível acabar com a pobreza, em virtude de que é reflexo do desenvolvimento desproporcional e do capitalismo de um país emergente, que, em pleno século XXI, escraviza, exclui o analfabeto, a mulher, os negros, os índios, dentre outros. Dessa forma, a justiça parece que diariamente se distancia do povo, contribuindo para o descrédito de que ela é realmente para todos e sem distinção.

Em suma, concluo que, na medida do possível, em meio aos entraves peculiares na realização de algumas atividades, as Filhas do Amor Divino (FDC) conseguiram pôr em prática ações que proporcionaram a inclusão social dos pobres, mesmo que não tenha sido em sua totalidade como Madre Francisca Lechner idealizava. Constatam-se relevantes trabalhos prestados pelas irmãs entrevistadas, pelas que foram citadas e pelas que ficaram no anonimato por falta de registro escrito e/ou oral. Não obstante, a temática em pauta e outras que não foram priorizadas nesta pesquisa não chegaram à exaustão,

deixando margem para se prosseguir em busca de outros fios de inclusão ou não nessa grande teia chamada educação católica.

## REFERÊNCIAS

ALDUNATE, José (Org). **Direitos Humanos, Direitos dos Pobres.** Desafios da vida na sociedade. Tomo III.2 ed. Tradução A. Clasen. São Paulo: Vozes, 1992.

ALVES, Pe. Antonio Aparecido. **Doutrina Social da Igreja.** Um Guia Prático para Estudo. Petrópolis, RJ:Vozes, 2014.

ANDRIGHETTI, Yná. **Nordeste: Mito&realidade.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA.** Geral e Brasil. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

AMORIM, Francisco. **Colégio Nossa Senhora das Vitórias 50 anos.** Coleção Assuense, nº 001, Série A, 1977.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Nordestinos: uma invenção do falô-Uma história do gênero masculino** (Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der. **História da Igreja no Brasil. Ensaio e Interpretação a partir do povo.** Tomo II/ 3-2 Terceira Epoca-1930-1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

AZZI, Riolando. **A igreja na Formação da Sociedade Brasileira.** Aparecida, SP: Santuário,2008 a.

BARBOSA, Rubenilda Maria Rosinha. **A DÁDIVA E A VIVÊNCIA RELIGIOSA: implicações de religiosidade no desenvolvimento de práticas sociais solidárias na comunidade.** Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2007.

BINDER, Irmã Ludovica. **Madre Francisca Lechner. Fundadora da Congregação das Filhas do Amor Divino.** Fortaleza: Paulina, 1948. Tradução livre e adaptada do original alemão.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da Vulgata Pe. Matos Soares. Rio de Janeiro: Gamma Editorial e Gráfica Ltda. Tradução Edições Paulinas, sd.

BOFF, O.F.M. Leonardo. **Do lugar do Pobre.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRASIL. Revisão da Constituição. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em dezembro 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil -**

Senado

Federal [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

(IBGE). Nova Cruz. Cidades brasileiras-Nova Cruz. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/nova-cruz/panorama> acesso em 03 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Instituto Nacional de Educação e Pesquisas e Anísio Teixeira (INEP).** Mapa do Analfabetismo no Brasil Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfab>

etismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b21035c65c45e1b?version=1.3, acesso em 29 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **O Brasil do Século XX. Estatísticas do Século XX. Entrevista com Celso Furtado**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>, acesso em 15 acesso em dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE.)** Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>, acesso em janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Brasil de 1934**. Disponível em : [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Brasil de 1891**–Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao), acesso em janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição de 1988 - Publicação Original** - Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: [www2.camara.leg.br/.../1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142](http://www2.camara.leg.br/.../1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142). Acesso em dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_, **Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. CNBB, Resultados dos Encontros dos Bispos do Nordeste**. Série Documentária. nº 22. Rio de Janeiro: 1962.

CÂMARA, Dom Helder. Disponível em:

<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2017/02/10/> acesso em 22 de novembro de 2017.

CNBB. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **EDUCAÇÃO, IGREJA E SOCIEDADE**-n 47, 6 ed. 30ª ASSEMBLEIA GERAL. Itaici, SP: Paulinas ,29 de abril a 9 de maio, de 1992.

\_\_\_\_\_. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL**-2015 -2019. n° 102. 53ª ASSEMBLEIA GERAL. Aparecida, SP: Paulinas ,15 a 24 de abril de 2015. Texto aprovado em 18 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. **Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade**. Documentos da CNBB, n°107.1ª ed.2ªreimp.52ª ASSEMBLÉIA GERAL. Aparecida-SP,30 de abril a 9 de maio 2014. São Paulo: Paulus, 2005.

\_\_\_\_\_. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **CRISTÃOS LEIGOS E LEIGAS NA IGREJA E NA SOCIEDADE**-n 105.54ª ASSEMBLEIA GERAL. Aparecida, SP: Paulinas ,06 a 15 de abril de 2016. Tecto aprovado em 14 de abril de 2016.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde Está o Povo Aí Está a Igreja? História e Memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife do Departamento de Pesquisa e Assessoria**. Recife: FASA, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A crise do colonialismo luso na América portuguesa. In, Maria Yeda Linhares et al. **História Geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro:Campus,1996.

CASTRO, Clovis Pinto de. **Por uma Fé Cidadã**. A dimensão pública da Igreja. Fundamentos para uma pastoral. São Paulo: Loyola, 2000.

CHOJNACKI, Carmela. **Deixe-me falar sobre Madre Francisca Lechner serva de Deus**. Disponível em: <https://fdc-br.blogspot.com/2014/05/deixemefalarsobremadrefrancisca.html>. Acesso em 13 de setembro de 2018.

COMBLIN, José. **Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada da libertação**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1996.

CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO-FDC. **CONSTITUIÇÕES E DIRETÓRIO GERAL**. Traduzido do Inglês por irmã Maria Àquila Lucena-FDC. Editado em Gráfica, 1990.

CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO-FDC. **Constituições e Diretório Geral da Congregação das Filhas do Amor Divino**, Grottaferrata:1990.Documento digitado.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: **Histórias e Memórias das Educação no Brasil**. Vol. III-Século XX .4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. cap.1,p.17-28.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos,2010.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 3 ed. São Paulo:Cortez, 1991a.

\_\_\_\_\_, Pedro. **Política Social nas décadas de 60 e 70**. Fortaleza: UFC, 1981b.

\_\_\_\_\_. **Charme da Exclusão Social. Polêmicas do Nosso Tempo**. Campinas, SP: Autores Associados,1998c.



\_\_\_\_\_. **Combate à Pobreza: desenvolvimento como oportunidade.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997d.

DOMEZI, Maria Cecília. **O Concílio Vaticano II e os pobres.** São Paulo: Paulus, 2014.

FARIAS, FDC Irmã Maria Judith. Congregação das Filhas do Amor Divino-FDC. **Uma Experiência de Inserção numa Província do Nordeste.** Natal, 1987. (Impresso em gráfica).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Dicionário.6. ed. rev. Atualiz. Curitiba: Positivo, 2004.

FELIX, Irmã Teresinha Maria. **UMA BELA VIDA.** Biografia de Madre Francisca Lechner, Fundadora da Congregação das Filhas do Amor Divino. Santa Maria Rio Grande do Sul, RS: Gráfica Editora Palloti, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 59 ed.rev e atual. Rio de Janeiro: Paz &Terra, 2015 a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa.53 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016b.

GANDIN, Luís Armando. **Educação Libertadora. Avanços, limites e contradições.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUERRA FILHO, Adauto. **Legado Literário do Professor Adauto Guerra Filho. Caicó-RN:** Referência Comunicação, 2016.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. “A relação entre a fé e os pobres na Teologia da Libertação”, in,**PESPECTIVA TEOLÓGICA**, Ano, 43, nº 121, Set/Dez.2011.ISSN0102-4469.

HETZEL, Irmã Maria Therezia, FDC; HENDGES, Irmã Nicolina. **Madre Francisca Lechner, Mulher Fundadora.** Santa Maria, RS: Palloti,2008.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital.** 1848-1875. 23 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015a.

\_\_\_\_\_, **A Era dos Impérios.** 1875-1914.20 ed. São Paulo: Paz& Terra, 2016b.

\_\_\_\_\_, **Era dos Extremos: o breve século XX.** (1914-1991). 2 ed.55ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995c.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **RAÍZES DO BRASIL.**26 ed.33 reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

KREUTZ, Lúcio. A Educação de Imigrantes no Brasil. In, **500 anos de Educação no Brasil.**(Orgs) LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 5 ed.1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PRONEVES– PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) - Documento Norteador Geral das Escolas do Nordeste- (2008-2011) - Produzido em gráfica.

LE GOFF, Jaques. **Uma breve História da Europa.** 4 ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2014.

LIBÂNIO, João Batista. Ideologia e Cidadania. São Paulo: Moderna,1995 a.

LIBÂNIO, João Batista. **Igreja Contemporânea. Encontro com a modernidade.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002b.

JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul (Org.). **O ensino Religioso no Brasil.** 2 ed. rev. e ampl. Curitiba: Chapagnat, 2011.

LUFT, Celso Pedro. **Mini Dicionário Luft.** São Paulo: Scipione, 1991.

MARGOTTO, Lilian Rose. **Igreja Católica e a Educação Feminina nos Anos 60.** O Colégio Sacré-Coeur de Marie(Vitória-1960/1969).

MOLINARI, Irmã Adelaide. **Galeria dos Martíres.**

Disponível em <http://irmandadedosmartires.blogspot.com.br/2015/04/galeria-dos-martires-irma-adelaide.html> acesso em 17 de dezembro de 2017.

MOHL, Irmã Maria Leonore. **Fundamentos Permanentes da Espiritualidade da Congregação das Filhas do Amor Divino.**

Traduzido do texto original alemão por ILD e revisto por INH. Grottaferrata: 1989. Documento datilografado.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. **A Educação Católica no Brasil. Passado, presente e futuro.** São Paulo: Loyola, 2000.

MONTE, Dom Nivaldo. **Biografia** Disponível em [www.dhnet.org/NivaldoMonte2008I-A](http://www.dhnet.org/NivaldoMonte2008I-A) Terra, a natureza- DHnet. Memória Histórica Potiguar. Coleção Potiguariana Digital. Acesso em fevereiro de 2018.

MONTEIRO, Pe. Eymard L'E. **CAICÓ.** (Subsídios para a História completa do Município). Natal: Sebo Vermelho, 2012.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; BARROS, Maria de Fátima Luna de; SILVA, Maria do Rosário de Medeiros. Educandário Santa Terezinha: 90 anos iluminando mentes e corações no Sertão do Seridó. Natal: Gráfica Fernandes, 2015.

MORAES, Abimar Oliveira de. O Anúncio do Evangelho na Atualidade: Uma Introdução à Evangelii Gaudium. In: Amado, Joel Portela; Fernandes, Leonardo Agostini (orgs.). **EVANGELII GAUDIUM EM QUESTÃO. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC, 2014. (Coleção fronteiras).

**EVANGELII GAUDIUM EM QUESTÃO. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC, 2014. (Coleção fronteiras).

NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos Meios Populares**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Vilma Lúcia de. A Obra de Ir. **Teresina Werner para instaurar a Congregação das Filhas do Amor Divino no Brasil**. Análise crítico-histórica. Pontificia Universitas Gregoriana – Facultas Historia e Ecclesiasticae. Roma: 1998.

PENHA FILHO. Monsenhor João. **Rádio Rural: do sonho à realidade**. Disponível em [http://dhnet.org.br/potiguariana/igreja/radio\\_rural.pdf](http://dhnet.org.br/potiguariana/igreja/radio_rural.pdf). Acesso em 14 de setembro de 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 7 ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

PRONEVES. Província Nossa Senhora das Neves - Nordeste. **Livro de Crônicas do Colégio Nossa Senhora das Neves – Natal (1977-1991)**, doc. Manuscrito com paginação ímpar.

\_\_\_\_\_. Biografia das Filhas do Amor Divino. Disponível em <http://fdc-br.blogspot.com/2013/03/dia-20-de-marco-aniversario-de-irma.html>. Acesso em Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Aniversários e biografias das Filhas do Amor Divino**. Disponível em <http://fdc-br.blogspot.com/2013/03/dia-20-de-marco-aniversario-de-irma.html> Acesso em dezembro de 2017.

PRONEVES. Província Nossa Senhora das Neves - Nordeste -**Livro de Crônicas do Colégio Nossa Senhora das Neves-CNSN, nº01–RN (1932-1969)**, documento digitado.

\_\_\_\_\_. Província Nossa Senhora das Neves - Nordeste. **Livro de Crônicas do Colégio Nossa Senhora das Neves- CNSN, Nº 2 – RN (1969-1977)**, documento manuscrito.

\_\_\_\_\_. Província Nossa Senhora das Neves - Nordeste - **Livro de Crônicas, nº 01 do Educandário Santa Teresinha –EST-, Caicó- RN, (1920 - 1953)** documento manuscrito.

\_\_\_\_\_. Província Nossa Senhora das Neves - **Nordeste Livro de Crônicas, nº 02 do Educandário Santa Teresinha -EST, Caicó-RN(1953-1982)**, documento manuscrito com paginação ímpar.

\_\_\_\_\_. Província Nossa Senhora das Neves – Nordeste. **Livro de Crônicas, nº 01 do Colégio Cristo Rei- CCR, Patos- PB, (1938 - 1966)** documento manuscrito.

\_\_\_\_\_. Província Nossa Senhora das Neves – **Nordeste.**  
**Livro de Crônicas, nº 02 do Colégio Cristo Rei -CCR, Patos- PB,**  
**(1967- 1981)** documento manuscrito.

\_\_\_\_\_, Província Nossa Senhora das Neves – Nordeste.  
**Livro de Crônicas, nº 01 do Centro Educacional Cristo Redentor-**  
**CECR, Palmeira dos Índios-AL (1944 – 1966),** documento  
manuscrito.

\_\_\_\_\_, Província Nossa Senhora das Neves – Nordeste.  
**Livro de Crônica nº 02 do Centro Educacional Cristo Redentor -**  
**CECR, Palmeira dos Índios-AL, (1966-1986).**

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 134 ed. Rio de  
Janeiro:Record,2017.

RIBEIRO, Darcy. **O POVO BRASILEIRO.** (A formação e o sentido  
do Brasil).3 ed. São Paulo:Global, 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. **Rádio Rural: do sonho à realidade.**  
Disponível em [http://dhnet.org.br/potiguariana/igreja/radio\\_rural.pdf](http://dhnet.org.br/potiguariana/igreja/radio_rural.pdf).  
acesso em 14 de setembro de 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no  
Brasil.(1930-1973). 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FERRARO, Alceu Ravello. **O Movimento de Natal e a Indústria  
das Secas (1958)** REVISTA EDUCAÇÃO em QUESTÃO.Natal,v.26,  
n.198-211, maio/agosto.2006-  
Entrevistagravada.Diponível(1958)[https://periodicos.ufrn.br/educacao  
emquestao/article/download/8061/5803](https://periodicos.ufrn.br/educacao_emquestao/article/download/8061/5803).

SALES, Dom Eugenio;MONTE, Dom Nivaldo –**Movimento de  
Natal** Coleção PotiguarianaDigital(2012).

Disponível em [http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/dom\\_eugenio/revista\\_arquidiocese\\_natal\\_dom\\_eugenio.pdf](http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/dom_eugenio/revista_arquidiocese_natal_dom_eugenio.pdf). Acesso em dezembro de 2017.

SANTO ROSÁRIO, Maria Regina. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas do Brasil**. 3.ed.rev.1.rev. Campinas, SP:Autores Associados, 2011.

SILVA, Prof. Dr. Paulo Cesar da. **O que é Doutrina Social da Igreja?** (Síntese do Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Lorena, SP:Cléofas,2015.

SILVA, Beatriz Nizza da. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU E BASTOS (orgs.), **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, v.I:Séculos XVI – XVIII, 2004, p.131 a135.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III- Século XX. 4 ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2011.

VIER, Frei Frederico O.F.M. **Compêndio do Vaticano II**. Constituições decretos declarações. 4 ed. Petrópolis:Vozes,1969.

## RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

---

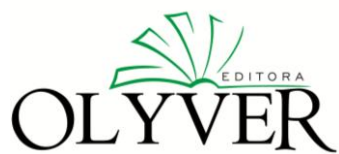
- 01- Irmã Adelina dos Santos (FDC) – Sua vida como religiosa foi sempre dedicada a atividades que contribuíssem para a inserção do pobre. Foi também uma das responsáveis pela ampliação do Hospital e Maternidade em São Gonçalo do Amarante onde as Filhas do Amor Divino (FDC), desenvolveram várias atividades através da pequena comunidade de inserção fundada naquela localidade. Atualmente reside em Parnamirim, na Vila Santa Maria destinada a abrigar as religiosas doentes e de idade avançada que carecem de cuidados.
- 02- Irmã Ercília Ferreira Rodrigues (FDC) – A Congregação das Filhas do Amor Divino é a segunda Congregação que faz parte. Mas desde jovem teve interesse em trabalhar com os necessitados independente da faixa etária. Para tanto fez vários cursos de ordem espiritual e profissional dentre eles o de Enfermagem. Com idade avançada vive em Píripituba-PB.
- 03- Irmã Celma Maria do Nascimento (FDC). É formada em Pedagogia, em Ciências da Religião dentre outros. É descendente de família pobre, fato que segundo a mesma contribuiu para sua dedicação as causas voltadas para a inclusão do pobre na sociedade. Atualmente mora em Nova Cruz-RN, em uma pequena Casa de inserção (FDC), onde desenvolve pastoral com as famílias e crianças.
- 04- Irmã Maria Zilda de França (FDC) - Trabalhou em vários lugares, dentre eles o Patronato de Ponta Negra onde se dedicou ao processo de inclusão de crianças internas e externas que recebiam atendimento. Hoje reside na comunidade religiosa do Educandário Nossa Senhora das Vitórias, em Assu, RN.
- 05- Irmã Maria de Fátima Oliveira Costa (FDC) – Além de vários trabalhos realizados, foi uma das irmãs vigárias em São Gonçalo do Amarante-RN. Atualmente faz parte da comunidade religiosa



do Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios-AL.

- 06- Irmã Maria Salomé de O. Soares (FDC) – Como Pedagoga sempre esteve voltada para questões ligadas a área educacional. Além de ter sido coordenadora do antigo Pedagógico (Curso para formação de professores para o ensino básico), dedicou parte de sua vida a educação de crianças e famílias pobres, em Parnamirim-RN. Reside em Parnamirim-RN, na Casa de Formação das Filhas do Amor Divino-FDC.
- 07- Irmã Maria Emília Segunda (FDC) – Oriunda de família pobre, dedicou sua vida ao trabalho em pequenas comunidades de inserção, catequese e várias pastorais dentre elas a Pastoral da Criança. Reside em Parnamirim-RN, na Casa de Formação das Filhas do Amor Divino-FDC.
- 08- Irmã Expedita Maria de Andrade (FDC) – Apesar de vários cursos e realizar algumas atividades em escolas, deu uma grande contribuição ao trabalho de pastoral com os favelados (Fortaleza) e migrantes do Nordeste em Brasília. Atualmente faz parte da comunidade do Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios-AL.
- 09- Irmã Maria Felícia Costa (FDC) – Uma grande liderança religiosa que no pós Concílio dedicou-se ao MEB, as pastorais e comunidades de inserção. Sua residência é em Ponta Negra-RN, em uma pequena comunidade - FDC.
- 10- Irmã Ananília Gomes de Assis (FDC) – Representa um diferencial nas Filhas do Amor Divino. É fundadora da Casa do Pobre Madre Francisca Lechner, em Caicó ainda em pleno funcionamento. Irmã Ananília adquiriu uma boa formação escolar, foi professora de Educação Física, desafio para uma religiosa há algumas décadas. Reside em Currais Novos -RN, na comunidade do Educandário Jesus Menino.
- 11- Irmã Ângela Bezerra (FDC) – Trabalhou na pequena comunidade de inserção de Santa Zita por alguns anos e atualmente está na Vila Santa Maria, em Parnamirim-RN.

- 12- Irmã Zélia Batista de Araújo (FDC) – Por vários anos trabalhou com a pastoral do acolhimento em Itapoã, BA, idealizada por Dom Eugênio Sales. Em virtude de alguns problemas de saúde está afastada da referida atividade.
- 13- Jozildo Braz Costa (ex-aluno da Escola Noturna- Palmeira dos Índios-AL). Concluinte do curso de Matemática da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL. É também uma grande liderança na igreja evangélica e no partido político o qual faz parte.
- 14- Veridiano Justo de Oliveira (Ex-aluno da escola noturna – Assu-RN). Adquiriu formação Superior e foi aprovado em concurso público na cidade citada.
- 15- Maria de Jesus Vieira (Menina da casa) – Adquiriu formação escolar, está aposentada e reside em Palmeira dos Índios.
- 16- Laurinete Maria da S. Medeiros (Menina da casa). Está aposentada, concluiu o nível superior e como professora do Estado de Alagoas assumiu a direção de escola pública por vários anos.
- 17- Vera Lúcia Pereira de Sá Leitão (ex-professora da escola noturna –Assu-RN)
- 18- Elcia Cosme Pereira de Sá Leitão (ex-professora da escola noturna-Assu-RN)
- 19- Roberto Dias de Oliveira – Ex-professor e Historiador do Educandário Santa Teresinha –Assu-RN). Tem um vasto conhecimento acerca do funcionamento da escola noturna, em virtude de ser amigo e ter acompanhado os trabalhos da religiosa responsável.
- 20- Aduino Guerra Filho – Historiador e sobrinho de irmã Crescência – FDC –Caicó RN, ainda é responsável por um programa na rádio local. É autor de várias obras que contam a história de sua terra Caicó.



[www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org)  
[editoraolyver@gmail.com](mailto:editoraolyver@gmail.com)